

EDITORA



UnB

As diferentes maneiras de ser jornalista

Um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro

Fábio Henrique Pereira



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



As diferentes maneiras de ser jornalista

Um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro

Fábio Henrique Pereira



Coordenação de produção editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão

Jeane Pedrozo

Wladimir de Andrade Oliveira

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, Edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P436

Pereira, Fábio Henrique.

As diferentes maneiras de ser jornalista : um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro / Fábio Henrique Pereira. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.

296 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-040-4

1. Jornalistas. 2. Carreiras. 3. Sociologia profissional. 4. Interacionismo simbólico. I. Título. II. Série.

CDU 070.42(81)

A Zélia Leal
Que me ensinou a amar
o jornalismo e a pesquisa

“Bem, vocês querem que eu diga:
uma profissão nos dias de hoje não é nada.
A gente passa a metade da vida aprendendo
a profissão e depois o resto esquecendo.
Não, os bons tempos das profissões acabaram.
Hoje, é sobretudo por conta dos pequenos
serviços que um homem sobrevive”.

*“Ben, voulez-vous que je vous dise : un métier de
nos jours, c’est pus rien. On passe la moitié de sa vie
à l’apprendre, son métier, pis le reste de sa vie à l’oublier.
Non, les belles époques des métiers c’est fini.
Aujourd’hui, c’est pus que dans des petites jobs qu’un
homme se réchappe...”*

(Gabrielle Roy, *Bonheur d’occasion*)



Sumário

Apresentação	13
Sobre o conceito de carreira	14
Percurso metodológico.....	21
Os sujeitos da pesquisa.....	26
Uma estrutura de carreira em arcos temporais.....	29
Capítulo 1	
Sobre escolhas e carreiras	31
Interações e escolhas	32
O indivíduo e a sociedade	39
Continuidade e ruptura: como evoluem organizações e identidades?	41
Conclusão	45
Capítulo 2	
“Faz jornalismo! Segue o seu caminho!”: a escolha da profissão	47
As imagens do jornalismo	47
O papel do outro	57
Conclusão	60
Capítulo 3	
“O que a universidade me deu de melhor foi o <i>status</i> ”: formação.....	61
Formação e ideologia profissional	63
Os vestígios da formação na vida profissional	74
Os impactos no mercado de trabalho.....	80
Conclusão	84
Capítulo 4	
“Lá eu aprendi a ser repórter”: estágios.....	87
Representações do estágio e seus impactos na carreira.....	89
Estágio e inserção profissional	95
Conclusão	97

Capítulo 5

“Em primeiro lugar vem o desespero da pessoa. Se ela se formou e tá a fim de trabalhar, ela vai aceitar no primeiro lugar que oferecerem vaga”: inserção profissional	99
Por onde começar? O primeiro emprego	100
Conclusão	117

Capítulo 6

“Você é visto de forma diferente. O erro que você cometia como estagiário não é o mesmo que se comete como profissional”: inserção e mudança de estatuto.....	119
<i>To be (or not to be)</i> jornalista.....	120
As mudanças no estatuto	127
Conclusão	130

Capítulo 7

“O salário não era bom, mas eu já sabia que a empresa era uma boa aposta de carreira”: as progressões internas.....	131
Mobilidade interna	132
Os caminhos da progressão interna.....	137
Conclusão	144

Capítulo 8

“Paga-se muito mal no jornalismo. Se aparece um lugar onde as condições de trabalho são melhores, ou o ambiente é melhor, ou o salário é melhor, a pessoa simplesmente troca”: a mobilidade entre mídias	145
A mobilidade entre mídias, a carreira e o mercado de trabalho	146
As motivações para a mobilidade externa.....	152
As circunstâncias das mobilidades.....	169
Conclusão	173

Capítulo 9

“Trabalhava em quatro empregos. Era vertiginoso! Nenhum queria saber do outro, todos queriam dar a notícia primeiro”: as situações instáveis de carreira	175
Duplo (triplo, quádruplo...) emprego	176
<i>Freelancers</i>	182
Conclusão	184

Capítulo 10

“Você tem que ser meio camaleão na profissão”: mobilidade e mudança estatutária	187
Mobilidades entre mídias, sem alteração de estatuto.....	188
Mudanças de estatuto em progressões internas	190
Mudanças de estatuto e mobilidades entre segmentos	196
Saídas e desistências	203
Conclusão	206

Capítulo 11

“Sou uma pessoa de momento, sou Zeca Pagodinho: ‘deixa a vida me levar’. E a vida vai me levando...”: avaliação e planejamento da carreira	207
A avaliação da carreira.....	207
Vida pessoal e avaliação da carreira	216
Os planos de carreira	218
Conclusão	224

Capítulo 12

“Se você é inteligente, você trabalha no impresso; se você é bonito você trabalha na televisão”: os diferentes segmentos do jornalismo.....	225
A segmentação das carreiras jornalísticas.....	226
Segmentação, ideologia profissional e convenções	226
Os “micromundos” do jornalismo.....	233
Conclusões	237

Capítulo 13

“A geração que entra agora é boa, mas eles jogam muito pesado. O único idealismo é o do nome na reportagem”: ideologia, mundos sociais e mudanças na carreira.....	239
Ideologia e mudança na carreira	239
Base convencional e transformações no mundo social	245
Conclusão	261
Palavras finais	263
Os arcos-tempo de que constituem a carreira jornalística	263
A diversidade de tipos de carreiras e a heterogeneidade do mundo dos jornalistas	266
Mudanças nas carreiras e as reconfigurações do mundo social	267
Diário de bordo	268
Referências.....	271
Agradecimentos	295

Apresentação

Este livro discute as transformações das carreiras dos jornalistas brasileiros entre o final dos anos 1970 e o início da década de 2010. O período compreende marcos importantes na história da profissão no Brasil: a redemocratização do país, a emergência do que se convencionou chamar de “jornalismo de mercado”, a informatização das redações, a ocupação pelos jornalistas de parte dos setores das assessorias de imprensa e de comunicação organizacional, o fim da obrigatoriedade do diploma para exercício do jornalismo, a introdução da internet e das mídias sociais... As leituras conjunturais dessa sequência de inovações explicam o aparecimento de vários discursos que postulam a ideia de uma transformação estrutural do jornalismo, particularmente da identidade jornalística (cf. CHARRON; DE BONVILLE, 2017; PEREIRA; ADGHIRNI, 2011). Mas qual seria a amplitude dessas mudanças? E que tipo de indicadores poderiam ser articulados para analisar esse conjunto de transformações?

Desde o início dos anos 2000, quando adotei um programa de pesquisa sobre as dinâmicas identitárias do jornalismo, busquei, em vários momentos, questionar certas interpretações normativas desse objeto (como, por exemplo, o desejo de querer definir o jornalista pela sua “função social”). A ideia era me concentrar na processualidade da vida social (como a identidade se constrói e se transforma) e na forma como isso revelava as mudanças e permanências do jornalismo (LE CAM; PEREIRA; RUELLAN, 2015). Este olhar qualitativo sobre o jornalista e suas transformações também está presente neste estudo que, de certa forma, tem a ambição de revistar um cenário já analisado, muitas vezes de forma fragmentada, por outros trabalhos. Para isso, adoto aqui a noção de carreira como um conceito heurístico,¹

¹ Ao longo deste livro, *carreira*, *trajetória* e *percurso* aparecem como sinônimos. Tenho consciência de que, dependendo da abordagem adotada, tais palavras fazem referência a situações e conceitos distintos. O emprego desses termos como equivalentes tem, portanto, a função de evitar repetições e dar mais leveza ao texto. De qualquer forma, trata-se de uma pesquisa sobre *carreiras*.

que me permite analisar, em uma perspectiva diacrônica, as diferentes maneiras de *ser jornalista*, como um ato de realização individual e coletiva.

Esta pesquisa busca se distinguir dos estudos tradicionais de carreira, baseados em modelos ou tipologias, que refletem muito mais o “humor da época” ao descrever modismos gerenciais ou situações conjunturais (BENDASSOLLI, 2009), para tomá-la enquanto um operador que me permite estruturar e articular três níveis de análise: i) as trajetórias individuais e os processos de escolha realizados ao longo das histórias de vida dos jornalistas; ii) as heterogeneidades do jornalismo, incluindo as diversidades de percursos associadas aos pertencimentos geracionais, às ideologias profissionais, ao perfil sociodemográfico, às mobilidades entre veículo de mídia e diferentes segmentos do jornalismo; iii) o estudo das transformações da profissão, do mercado de trabalho, do mundo social dos jornalistas.

Trata-se, de certa forma, de uma análise sobre a carreira e a identidade profissional dos jornalistas, mas que também explica as reconfigurações do jornalismo brasileiro nos últimos 40 anos. Do ponto de vista histórico, dou continuidade ao estudo feito em meu primeiro livro, sobre os *Jornalistas-intelectuais no Brasil* (PEREIRA, 2011), que tratou do processo de constituição de carreiras jornalísticas autônomas em relação aos demais mundos intelectuais que atravessavam o jornalismo entre os anos 1950 e 1980. Nesta continuação, retomo o conceito de carreira para interrogar as dinâmicas identitárias do jornalista profissional.

Sobre o conceito de carreira

O conceito de carreira tem sido apropriado por pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, Psicologia, Estudos de Gestão e Administração. Em Sociologia, as primeiras contribuições de ambição mais qualitativa aparecem com os trabalhos de Everett Hughes ainda nos anos 1940. Como outros pesquisadores da Escola de Chicago, Hughes se interessou pelo processo de complexificação das sociedades, resultado dos fenômenos de industrialização e urbanização. Esse contexto resultou na emergência

de novos grupos profissionais nos Estados Unidos, na flexibilização das relações de trabalho, na transformação do próprio ideal de profissão. Em seus trabalhos, Hughes fazia uma crítica à noção funcionalista de carreira como um simples avanço progressivo no interior das organizações em direção a ocupações de maior prestígio. Segundo ele, as modalidades e os formatos de carreira poderiam variar de acordo com o tipo de tarefa (inclusive aquelas realizadas por não profissionais)² e a divisão do trabalho no interior de uma organização,³ dando abertura a modalidades distintas de ingressar e se realizar no mercado laboral e na vida social (HUGHES, 1960).

Essa tradição de sociologia profissional não funcionalista deu origem a uma definição razoavelmente consensual de carreira, como uma sequência de estatutos, papéis e honrarias na qual uma profissão é cronologicamente definida (TRÉATON, 1960), uma “sequência de movimentos de uma posição para outra num sistema organizacional, realizadas por qualquer indivíduo que trabalhe dentro desse sistema” (BECKER, 2009, p. 35). “Subjetivamente, uma carreira é uma perspectiva móvel em que a pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e coisas que acontecem” (HUGHES, 1937 *apud* BECKER, 2009, p. 111). Esse primeiro conjunto de definições acerca do conceito de carreira baseia-se em três pressupostos principais, adotados neste estudo:

Primeiro, a compreensão da carreira como um fenômeno social, institucional e individual, ou seja, para além da descrição das trajetórias individuais, a leitura da carreira trata das relações de um ator social com as organizações, com o grupo profissional, com mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, seriam modalidades de

² Hughes interessou-se pelo estudo que ele chamava de “*métiers modestos*”, como professores, bombeiros, prostitutas, em detrimento à sociologia profissional mais tradicional, voltada a ocupações mais legítimas, os médicos, advogados e engenheiros. Como sociólogo do trabalho e das profissões, Hughes se interessou pela capacidade de articulação da ação social entre os atores, pelas formas de se “fazer as coisas coletivamente” (“*doing things together*”) (PERRENOUD, 2014). Para ele, mais importante do que estudar o grau de “profissionalização” de alguns estatutos, era entender em como certos grupos negociavam a sua inserção no meio profissional.

³ Chamo a atenção à divisão que ele faz entre as tarefas socialmente reconhecidas no interior de uma profissão ou organização em oposição ao que ele chamava de “trabalhos sujos” (“*dirty works*”).

reciclagem de si, de construção pelo indivíduo de sua experiência laboral (BENDASOLI, 2009). Por isso, no contexto de uma carreira, as trajetórias individuais e o sistema organizacional (seus processos de transformação e segmentação) evoluem paralelamente (STRAUSS *et al.*, 1992b).

Segundo: a correlação entre mobilidade de carreira e mudança de estatuto. Ao planejar a sua trajetória, ao negociar uma nova posição (dentro de uma organização, entre organizações), ao mudar de carreira, ao abandonar uma carreira, o indivíduo negocia também um novo estatuto dentro de um espaço laboral (BASZANGER, 1992). E é por isso que Becker (2009) defende, em seu livro *Outsiders*, que o estudo das trajetórias individuais (no caso de sua pesquisa, “desviantes”) não pode ser feito de forma separada dos processos de rotulação, de atribuição de estatuto por uma coletividade. Até certo ponto, quando falamos em uma carreira, falamos em uma evolução mais ou menos “controlada” da identidade no interior de um sistema ocupacional (STRAUSS, 1992a), o que leva ao desenvolvimento de mecanismos individuais e coletivos de antecipação dessas trajetórias — mesmo que as regras dessa evolução sejam negociadas e sempre passíveis de mudança e rupturas.

Finalmente, o fato de que a carreira está intimamente ligada à dimensão temporal da ação social. Analisar uma carreira é ir além de uma leitura de perfil ou de cenário. Trata-se de situar as experiências biográficas em um duplo movimento de interpretação do passado e de projeção da ação em relação ao futuro — e aqui eu faço referência à forma como Schutz (1967) descreve a ação de análise da avaliação da ação social em termos de causa (“por causa de”, no original: “*because of*”) e consequência (“a fim de”, “*in order to*”) e que será retomada mais detalhadamente no próximo capítulo. Ao mesmo tempo, esse movimento de antecipação está sempre limitado pela ação do *outro* ou pelas contextualidades da vida social que não podem ser totalmente controladas pelo processo de planejamento da ação pelo indivíduo.

Estudar as escolhas de carreira, de certa forma, implica em trabalhar a relação entre *controle* e *contingência* ao longo de uma trajetória em que indivíduos e grupos definem e negociam um conjunto de tarefas vinculadas a um certo momento

da trajetória criando, assim, um arco temporal (BECKER, 2009; STRAUSS *et al.*, 1992b). Assim, as interações simbólicas emergem como instâncias privilegiadas de observação desses processos de negociação de identidades e estatutos, bem como das escolhas realizadas ao longo das carreiras. Para fins de análise, isso implica em considerar, primeiro, o processo de negociação que o indivíduo faz consigo próprio. Segundo, a forma como as escolhas se configuram em função dos diferentes contextos de interação. E, finalmente, as consequências desse processo em escala individual (mobilidades de carreira, mudanças de estatuto, gestão das motivações); e coletiva (fenômenos de segmentação, mudança de base convencional, transformações do mundo social). Também significa considerar e articular vida pessoal e profissional no estudo dessas trajetórias e a forma como as pessoas se realizam em suas carreiras no jornalismo. Esse conjunto de pressupostos e procedimentos de análise são a base deste trabalho, aplicado especificamente às carreiras jornalísticas.

Uma revisão dos estudos sobre carreira no jornalismo

Um levantamento da bibliografia sobre carreiras jornalísticas aponta para certa escassez de estudos empíricos específicos sobre o assunto. Em vários casos, a carreira é abordada de forma transversal em pesquisas sobre o perfil do jornalista (WEAVER; WILHOIT, 1997; WEAVER *et al.*, 2009); os atributos e competências necessárias para o exercício da profissão (COOPER; TANG, 2010; FRITH; MEECH, 2007; HUANG *et al.* 2009; KALUME MARANHÃO, 2014); atitudes e papéis profissionais (CASSIDY, 2005; WEAVER *et al.*, 2009); e análises sobre a satisfação com a profissão (OLSON, 1989).

Quando a carreira é aplicada especificamente aos estudos da identidade jornalística, três abordagens parecem se destacar. Primeiro, as análises de matriz quantitativa. Segundo, os estudos ancorados em perspectivas psicologizantes (carreira e vocação, carreira e realização pessoal) ou ligadas aos estudos de gestão, como aqueles que se dedicam a entender os requisitos para se conseguir um emprego, os

tipos ou modelos de carreira no jornalismo etc. E, finalmente, as pesquisas inspiradas pela sociologia bourdieusiana.

No primeiro caso, a carreira é analisada a partir da contabilização do número médio de vínculos por respondente/grupos de respondentes que são, em seguida, correlacionados a outros indicadores, como idade, formação, gênero, salário, tipo de vínculo, estatuto. Esse tipo de estudo permite, por exemplo, analisar processos de precarização da profissão (FIGARO, 2013; MICK; LIMA, 2013) e de mudança/recomposição da carreira em função de processos como a feminização do jornalismo (ROCHA, 2004) ou a multiplicação do número de cursos universitários na área (FRITH; MEECH, 2007; MICK, 2012). Já os estudos do campo da Psicologia e da Administração, levam em consideração variáveis como os atributos necessários à preparação de um jornalista (COOPER; TANG, 2010) ou a forma como modelos de comportamento orientariam escolhas e a construção de carreira típicas no jornalismo (MORTARA, 2015). Também é comum, nesses trabalhos, a construção de tipologias de carreiras jornalísticas (HENCE; DAVIDSON; MEYERS, 2015 *apud* MEYERS; DAVIDSON, 2016). Já na sociologia de orientação bourdieusiana existe uma tendência em trabalhar com segmentos específicos do jornalismo, como as carreiras dos jornalistas iniciantes (MARCHETTI, 2011), precários (FRISQUE, 2012; ACCARDO *et al.*, 2007), estudos sobre as elites dos jornalistas (RIEFFEL, 1984; SANTOS-SAINZ, 2006) ou sobre carreiras de jornalistas militantes (HARVEY, 2014; PETRARCA, 2008).

Esta breve revisão do estado da arte sugere que, apesar da forte tradição de pesquisa em carreiras aberta pela sociologia interacionista, poucos trabalhos — com exceção, talvez, das pesquisas de Pereira (2011), Rosenberg (2017) e Bastin (2003) — aplicam esse referencial teórico à análise específica do jornalismo. Para cobrir parcialmente essa lacuna, decidi recorrer neste livro à noção interacionista de mundo social. Esta abordagem me permite analisar o jornalismo como um espaço aberto e heterogêneo, no qual os atores negociam individual e coletivamente um conjunto de identidades e práticas necessárias à construção de seus projetos de carreira.

O mundo dos jornalistas

Um mundo social consiste uma rede de pessoas envolvidas na realização de uma atividade cooperativa (BECKER, 1982; STRAUSS, 1992a). Elas coordenam suas práticas tendo como base um corpo de entendimentos, de interesses e de artefatos necessários à realização de um ato social maior. Os mundos seriam universos mais fluidos que as profissões (como o jornalismo) ou as organizações (como as empresas de mídia) (GILMORE, 1990). Considera-se que a realização do ato social maior depende de uma rede de colaboradores (“*network of cooperation*”) que se estende por toda a sociedade, sem se limitar aos atores diretamente implicados na atividade fim (o “*core*”) do mundo. Por exemplo, uma parte considerável da atividade jornalística é, de fato, realizada por jornalistas no interior das organizações de mídia. No entanto, o funcionamento desse mundo também depende da colaboração de uma infinidade de atores (fontes, públicos, instituições de formação, instâncias de regulação, publicitários, anunciantes, setor de TI, gráficos, motoristas do jornal...),⁴ com graus de envolvimento distintos. Além disso, o funcionamento de um mundo social está baseado em formas convencionais de cooperação baseadas em um conjunto de acordos transitórios e condicionais, que podem ser renegociados ao longo do tempo a partir de novos arranjos entre os indivíduos, segmentos, instituições e que vão além do conjunto de normas formalizadas no interior de uma organização (cf. BECKER, 1982, 1999; PEREIRA, 2010, 2011; BUCHER; STRAUSS, 1992; STRAUSS, 1992a; STRAUSS *et al.*, 1992b).

⁴ Um dossiê temático intitulado *Os invisíveis do jornalismo*, publicado pela revista *Sur le Journalisme* (vol. 3, n. 1, 2013), trata das formas de cooperação dessa rede de atores “invisíveis”. A introdução, coassinada por Jean Charron, Béatrice Damian-Gaillard e Isabel Travancas (2014, p. 14-17), retoma inclusive parte dos preceitos da sociologia beckeriana e do conceito de mundo social para discutir o jornalismo. Além disso, chamo a atenção para dois excelentes trabalhos que concentram seu foco no trabalho de colaboradores do mundo dos jornalistas: o livro *Repórter no volante: o papel dos motoristas de jornal na produção da notícia*, de Sylvia Moretzsohn (2011), e o trabalho de Joël Langonné (2014) sobre o papel dos diagramadores e gráficos na produção jornalística.

Para estudar um mundo social, é fundamental ir além da análise das atividades do grupo profissional e dos seus sistemas normativos (como acontece na sociologia profissional e organizacional funcionalista). Também não é recomendável limitar-se às relações de dominação entre os diferentes grupos de atores que compõem esse espaço (como acontece nas pesquisas sobre os campos, na acepção bourdieusiana do termo) (BOURDIEU, 1997, 2002). Na verdade, a análise do mundo dos jornalistas deve considerar a diversidade de tarefas, atores e segmentos que constituem a atividade jornalística, os diferentes pertencimentos institucionais desses colaboradores (no jornalismo, mas também na universidade, nas instituições políticas, nos espaços de produção de inovação em *marketing*, tecnologia, gestão etc.), sua participação no mundo dos jornalistas e sua capacidade de transformar as bases de negociação desse mundo (cf. LEWIS; ZAMITH, 2017).

Um mundo social é geralmente atravessado por debates identitários em torno da legitimidade de seus integrantes. Anselm Strauss (1992a; cf. STRAUSS *et al.*, 1964), que realizou diversas pesquisas etnográficas em hospitais, trabalha esse tema em sua análise sobre a profissão de médico. Quem seria um “médico de verdade”? — ele pergunta. Somente aqueles que atendem em consultórios? Os cirurgiões? Os médicos-pesquisadores? Segundo Strauss, mais importante do que ter uma resposta definitiva a esse tipo de questionamento, é analisar a forma como esses debates ilustram os mecanismos de reconhecimento e de atribuição de *status* a certas atividades que compõem um mundo social. Esta mesma lógica aplica-se ao mundo dos jornalistas. Nesse caso, analisar a identidade dos jornalistas em um estudo baseado no conceito de mundo social significa entender como o próprio grupo e os demais atores que integram a sua rede de cooperação, se posicionam em relação aos processos de atribuição de estatuto, de construção da identidade, definição e de adaptação de sua “fronteira profissional” (RUELLAN, 1993, 1997) Metodologicamente isso sugere uma abordagem majoritariamente e qualitativa.

Percurso metodológico

Para esta pesquisa entrevistei 32 jornalistas que atuavam no mercado de trabalho de Brasília. As entrevistas foram conduzidas entre 2012 e 2014. Com elas, busquei construir junto com os entrevistados uma narrativa sobre suas trajetórias: os motivos da escolha do jornalismo, suas experiências na universidade, nos estágios, a passagem por diferentes empregos e funções. Os jornalistas eram instigados a descrever suas escolhas e justificá-las. Nesse momento, os argumentos remetiam à estrutura da carreira e à situação do mercado de trabalho, mas também a fatores contextuais, e a explicações de ordem pessoal.

Esse tipo de desenho metodológico (qualitativo, centrado em número relativamente pequeno de respondentes) costuma dar margem a questionamentos em relação à representatividade do campo de pesquisa e a capacidade de se produzir inferências e generalizações com uma amostra relativamente pequena. Para lidar com essa situação, empreguei três estratégias de objetivação dos dados: a escolha de um conjunto de entrevistados que fossem representativos do grupo social analisado — sem necessariamente reproduzir um perfil estatístico (FIGARO, 2013), a condução e a restituição das entrevistas a partir de uma abordagem interacionista (PEREIRA, 2012), e a adoção de procedimentos de agregação qualitativa (DARMON, 2008) e de triangulação dos dados gerados (DUARTE, 2009). Falarei sobre cada uma dessas estratégias a seguir.

A escolha dos entrevistados

Este trabalho, em nenhum momento, teve a ambição de descrever tipologias de carreira ou estabelecer correlações entre variáveis sociodemográficas e trajetórias típicas no mercado laboral. Como disse no início desta Introdução, o conceito de carreira serviu como ponto de partida para descrever a processualidade social, as formas como os jornalistas se inserem na profissão e, ao mesmo tempo, participam

da sua construção. Por isso, em vez de me preocupar em construir uma amostragem estatisticamente válida, busquei diversificar o perfil de entrevistados, escolhendo profissionais de diferentes gerações (que ingressaram no jornalismo nos anos 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010) e que ocupavam posições distintas em vários veículos em quatro tipos de suporte: impresso (jornal e revista), rádio, TV e internet.⁵ Também levei em conta a diversidade de gênero e idade. Em alguns casos, essas escolhas se aproximaram de algumas generalizações sociodemográficas produzidas por outros estudos quantitativos, particularmente o trabalho de Jacques Mick e Samuel Lima (2013) sobre o *Perfil do jornalista brasileiro*. Por exemplo, dos 32 entrevistados desta pesquisa, 18 eram repórteres e cinco ocupavam cargos de editor — algo relativamente condizente com o perfil estatístico do jornalista de mídia no Brasil em 2012 (46,5% e 20,8% dos respondentes da amostra nacional, respectivamente). Da mesma forma, o perfil etário dos entrevistados era relativamente similar aos resultados quantitativos, pois a maioria dos jornalistas das duas pesquisas se concentrava na faixa etária de até 35 anos.

Decidi não conversar com jornalistas que, no momento das entrevistas, trabalhassem fora dos veículos de mídia (como *freelancers*, assessores de imprensa, jornalistas concursados ou professores de jornalismo). Essa decisão era muito mais pragmática do que teórica: era mais simples identificar os entrevistados tendo como base o segmento do espaço laboral já pacificado do ponto de vista do debate identitário (as empresas de mídia) para, em seguida, questionar as atuações dos entrevistados em outros segmentos, na forma como elas eram apresentadas nos relatos sobre as trajetórias profissionais. Ao fazer isso, percebi que vários entrevistados, de fato, tiveram passagens em assessorias (ou atuavam ainda, em situações de duplo emprego), relataram contatos como *freelancer*, tinham a intenção de prestarem concursos públicos ou de se tornarem professores de jornalismo.

⁵ Para ter acesso a esses entrevistados, contei com a ajuda de vários jornalistas, que me indicavam e me apresentavam a colegas interessados em colaborar com esta pesquisa, o que me ajudou a vencer uma certa resistência dos jornalistas em exporem suas carreiras para alguém do meio acadêmico.

Nisso, reside uma das vantagens de se analisar a identidade a partir das carreiras: estar vinculado a uma empresa de mídia deve ser encarado aqui como a descrição de uma posição temporária no mercado laboral e não como uma marca identitária definitiva vinculada a uma definição normativa do que é ser jornalista no Brasil.⁶

As interações com os jornalistas

Durante sua condução e análise, as entrevistas foram consideradas, ao mesmo tempo, como interações e coconstruções de histórias de vida. Minha presença enquanto pesquisador, minhas intervenções, o contexto das conversas e a forma como isso participava do processo de geração dos dados sempre foram levados em conta. Nesse caso, eu tinha plena consciência de que narrativa sobre as trajetórias desses jornalistas eram construídas em função de cada interação específica. E que os estatutos e papéis apresentados eram negociados comigo, enquanto interlocutor, mas também com os leitores potenciais deste livro. Essa constatação possui duas implicações na análise. Primeiro, o fato de que esse processo de negociação — e todas as dimensões nele envolvidas — já era, por si só, revelador das dinâmicas identitárias desses jornalistas, inseridos em uma situação de entrevista com um pesquisador. Por isso, a redação deste livro é também uma autoanálise, uma leitura goffmaniana das interações que tive com 32 entrevistados (cf. GOFFMAN, 1973).

Além disso, eu sempre trabalhei com a ideia de que uma entrevista biográfica é uma reconstrução, feita por ocasião da interação, em que o entrevistado tenta dar coerência e sentido à sua história de vida a partir de uma interpretação que ele faz dela no momento da entrevista em função da situação de interação. Como explicam Dubar (2001) e Demazière e Dubar (1997), as entrevistas qualitativas devem ser vistas como “ilusões retrospectivas”, pois é impossível saber o que o motivou o

⁶ E, nesse caso, o contexto brasileiro é distinto de outros países, como a França, Portugal, Bélgica em que a identidade profissional depende bastante do local de trabalho e da atividade exercida pelo jornalista – retomarei esse debate em outros momentos deste livro.

indivíduo a fazer determinada escolha no exato momento em que tomou uma. Por isso, em vários momentos deste livro, tentei ser bastante cauteloso na interpretação de determinadas situações, mostrando os limites de certas inferências em função da metodologia adotada.

Da agregação qualitativa e da triangulação metodológica

Em uma pesquisa qualitativa, cada história de vida é construída e interpretada tendo como base na experiência biográfica dos entrevistados. Por isso, na análise, não faz sentido, por exemplo, fazer inferências pela agregação de respostas similares. Ou trabalhar apenas com as respostas consideradas “interessantes” ou “relevantes”, procedimento geralmente adotado pelos jornalistas. Na verdade, as operações metodológicas de *codagem* e análise dos dados consideravam e privilegiavam as subjetividades de cada um dos 32 jornalistas que conversaram comigo. Isso possui impactos tanto na análise como na redação deste relato de pesquisa. Por exemplo, ao longo do livro, tentei, sempre que possível, utilizar extratos mais longos das falas dos entrevistados ou expor passagens de diálogos que incluíssem as minhas perguntas e as respostas dos jornalistas, de forma a valorizar a expressão dessas subjetividades em função das situações específicas de interação. Além disso, adotei uma postura metodológica na qual essas individualidades eram sempre restituídas ao longo da análise, mostrando como as respostas eram ressignificadas quando se consideravam questões como estatuto, gênero, idade e percursos profissional e pessoal.

Isso não significa renunciar à ambição de produzir generalizações. Na verdade, a própria pesquisa qualitativa prevê mecanismos de agregação em que as idiosincrasias encontradas nos discursos de um conjunto de respondentes permitem produzir explicações de ordem coletiva. Esse tipo de procedimento, defendido por Everett Hughes (1996 *apud* DARMON, 2008) implica em analisar um número expressivo de experiências individuais (e 32 entrevistas me parece um bom número), o que permitiu multiplicar os pontos de vista sobre o fenômeno e encontrar os elementos

em que ele aparece objetivado. Assim, o estudo de um conjunto de carreiras ultrapassa a mera descrição de percursos coletados e permite entender percepções, definições e experiências dos entrevistados sobre as dinâmicas do mundo social, servindo como ponto de partida para a sua reconstrução e objetivação.

Para complementar esse procedimento, em vários momentos do livro, fiz uso de outros dados, quantitativos ou qualitativos, produzidos por pesquisas de autoria própria ou publicados por outros colegas que se interessam por temas semelhantes. Assim, várias inferências e generalizações tiveram como ponto de partida a pesquisa de Mick e Lima (2013) *Perfil do jornalista brasileiro*, tanto os dados já publicados pelos autores como outros inéditos e que foram gentilmente produzidos e cedidos para esta pesquisa. Ainda sobre o perfil dos jornalistas, utilizei os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2013, publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2014). Também fiz uso do excelente estudo coordenado por Roseli Figaro (2013) sobre o perfil do jornalista no Estado de São Paulo. Além disso, empreguei alguns trabalhos que conduzi ou participei sobre o perfil dos estudantes de jornalismo no Brasil (PEREIRA, 2015; PEREIRA *et al.*, 2015; 2014a; 2014b)⁷ e comparações sobre as carreiras de jornalistas de mídia, assessores de imprensa e professores de jornalismo (PEREIRA, 2014). Dados e inferências também foram produzidos no momento em que me dedicava a outro projeto de pesquisa, acerca da identidade transnacional dos jornalistas *on-line* da Bélgica, do Brasil, do Canadá e da França, feito em parceria com Florence Le Cam, da Université Libre de Bruxelles.

Finalmente, ao longo do processo de redação, tentei confrontar algumas inferências com a leitura que os próprios jornalistas faziam de suas carreiras. Por isso,

⁷ Faço referência ao projeto de pesquisa transnacional *Journalism Students Project*, que coordenei no Brasil entre 2011 e 2013. O estudo buscou comparar os valores dos estudantes de jornalismo de oito países. No Brasil, integraram o projeto as seguintes instituições de ensino superior: Faculdades Integradas Alcântara Machado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pampa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Tuiuti do Paraná.

vários capítulos deste livro foram lidos, revisados e comentados por colegas do meio profissional, que me ajudaram tanto a validar certas conclusões, como a rever considerações incorretas ou imprecisas.

Os sujeitos da pesquisa

Na análise das carreiras tentei considerar ao máximo a subjetividade dos entrevistados. Por isso, nas sucessivas leituras que fiz do conjunto de entrevistas, busquei me familiarizar com as histórias de vida de cada um, de forma a individualizar esse conjunto de narrativas biográficas. Ora, seria impossível restituir essas biografias individuais — até porque este não é um livro de perfis de jornalistas —, mas gostaria, ao menos, de fazer uma breve apresentação de cada um dos entrevistados:

Entrevistada 1, Rose, é uma jovem repórter de 22 anos que atua em um *site* vinculado a uma organização de mídia nacional.

Entrevistado 2, Gabriel, ocupa o cargo de editor da versão *web* de um jornal de cobertura regional. Na época da entrevista, tinha 30 anos.

Entrevistada 3, Violeta, outra jovem repórter (23 anos), atuava na cobertura política de um *site* vinculado a uma organização de mídia nacional.

Entrevistada 4, Mauve, subeditora, 27 anos de idade. Trabalhava em um *site* ligado a um grupo de mídia regional.

Entrevistado 5, Eduardo, estagiário de política de um *site* nacional. Tinha 20 anos quando foi entrevistado.

Entrevistado 6, Maurício, 38 anos, coordenador em Brasília da versão *on-line* de um quotidiano especializado em economia.

Entrevistada 7, Maria-Sílvia, repórter de 32 anos, especialista em educação. Na época da entrevista, trabalhava em um *site* de alcance nacional, ligado a empresa de telefonia.

Entrevistado 8, Marcel, repórter de 24 anos, fazia a cobertura política para um site de alcance nacional ligado a empresa de telefonia.

Entrevistada 9, Beatriz, repórter de 35 anos, trabalhava em uma agência de notícias em tempo real direcionada ao mercado financeiro.

Entrevistada 10, Mercedes, 30 anos, setorista em Brasília de um *site* sediado em São Paulo.

Entrevistado 11, Ricardo, editor em um jornal regional. Tinha 52 anos quando conversamos.

Entrevistado 12, Felipe, repórter da sucursal em Brasília de um jornal de referência nacional. Desde os anos 1980, tem trabalhado com cobertura política. Tinha 56 anos no momento da entrevista.

Entrevistado 13, Paulo, 31 anos. Também era repórter da sucursal em Brasília de um jornal de referência nacional. Especialista em cobertura política

Entrevistada 14, Teresa, jovem repórter, com 22 anos de idade, de um jornal regional. Trabalhava a editoria de esportes.

Entrevistada 15, Gabriele, 47 anos, repórter da sucursal em Brasília de um jornal de referência nacional. Trabalhou sempre com cobertura política.

Entrevistada 16, Florentina, repórter de um jornal regional. Tinha 26 anos quando fiz a entrevista.

Entrevistado 17, Daniel, 37 anos, diretor de redação de um jornal popular.

Entrevistada 18, Albertina, com 49 anos, era repórter da sucursal em Brasília de um jornal de referência nacional. Ao longo de sua carreira, especializou-se na cobertura de meio ambiente e energia.

Entrevistada 19, Vitória, repórter de política de um jornal de referência nacional. Tinha 27 anos.

Entrevistado 20, Sam, 45 anos de idade, diretor da sucursal em Brasília de um jornal de referência nacional.

Entrevistado 21, Emanuel, 31 anos, editor chefe e âncora de uma emissora de rádio *all news* em Brasília.

Entrevistada 22, Clara, 27 anos, repórter de uma rádio *all news*.

Entrevistada 23, Luísa. Com 24 anos fazia a cobertura política para uma emissora de rádio *all news* em Brasília

Entrevistado 24, Afonso, chefe de jornalismo de uma emissora *all news*. Tinha 31 anos quando fiz a entrevista.

Entrevistado 25, Alberto, repórter de 37 anos. Trabalhava em uma revista regional, especializada na cobertura cultural.

Entrevistado 26, Azarius, 54 anos, trabalhava na sucursal de Brasília de uma revista semanal de informações. Construiu quase toda a sua carreira no jornalismo político.

Entrevistada 27, Paulina, com 29 anos, era coordenadora de produção do jornalismo local de uma emissora de TV.

Entrevistada 28, Margarida, produtora em uma emissora de TV em Brasília. Tinha 27 anos quando conversamos.

Entrevistado 29, Leon, 32 anos, chefe de produção da cobertura local de uma emissora de TV.

Entrevistado 30, Michel, 33 anos, chefe de reportagem de uma emissora de televisão local.

Entrevistada 31, Eugênia. Tinha 40 anos quando fizemos a entrevista e trabalhava como repórter nacional para uma emissora de TV. Também fazia assessoria parlamentar.

Entrevistado 32, Horácio, 44 anos, editor-executivo de um emissora de TV.

Ao longo deste livro, tentei ao máximo preservar o anonimato dos entrevistados. Isso implicou, antes de tudo, na utilização de pseudônimos. Também evitei mencionar o nome dos veículos onde eles trabalhavam no momento da entrevista. Por outro lado, fui menos rigoroso nos casos em que faziam referência a um outro veículo (para descrever as condições de trabalho da concorrência, por exemplo).

Optei, durante a transcrição e uso das entrevistas, por manter as marcas de oralidade das falas dos jornalistas, incluindo eventuais erros gramaticais.

Uma estrutura de carreira em arcos temporais

A análise foi conduzida a partir de uma leitura indutiva das entrevistas para, em seguida, estruturar a compreensão das carreiras em diferentes arcos temporais, capazes de vincular as motivações e trajetórias individuais com a dimensão coletiva e estrutural do mundo dos jornalistas. Nesse sentido, cada capítulo segue um momento ou “fase” da carreira.

Inicialmente, faço uma discussão mais teórica em relação aos conceitos que me permitem analisar os processos de escolha ao longo das histórias de vida, particularmente a forma como se estruturam aquelas tomadas ao longo de uma carreira. Em seguida, no capítulo seguinte, 2, discuto o momento em que os entrevistados optaram pelo jornalismo, trabalhando o papel das imagens sobre a profissão, das pessoas de referência, do gosto e do papel do outro no ingresso na carreira.

Os próximos arcos temporais discutem o modo como a formação superior participa da carreira, mais especificamente o papel das instituições de ensino (capítulo 3) e dos estágios (capítulo 4). A ideia é ir além de uma avaliação normativa sobre esses espaços como instâncias de aprendizado para mostrar a forma como eles integraram as estratégias de carreira dos entrevistados, além da própria evolução desses sistemas de formação nos últimos 40 anos.

Os capítulos 5 e 6 discutem a etapa de inserção profissional na carreira, descrevendo, em um primeiro momento, as estratégias para ingresso no mercado de trabalho para, em seguida, analisar os processos de negociação e mudança nas identidades resultantes da socialização profissional nas salas de redação. Trata-se de uma análise bastante ilustrativa da relação entre carreira e evolução estatutária.

Na sequência, trabalho as mobilidades na carreira. O capítulo 7 consiste na análise das progressões internas. Já o capítulo seguinte, 8, trata das mobilidades

entre veículos de mídias, a partir do cruzamento entre as motivações individuais, os projetos de carreira e o contexto do mercado de trabalho entre os diferentes segmentos do jornalismo. O capítulo 9 continua a discussão mas tratando especificamente das experiências como *freelancers* e das situações de duplo (triplo, quádruplo) empregos encontradas nas narrativas analisadas. Encerra este arco temporal uma análise sobre mobilidades e mudança estatutária, feita no capítulo 10.

No capítulo seguinte, 11, discuto a avaliação e o planejamento das carreiras no momento da entrevista. As trajetórias individuais são discutidas em termos de sucesso, fracasso, estagnação e satisfação para, em seguida, serem reconectadas às dinâmicas coletivas que explicam o mercado laboral.

Finalmente, os últimos capítulos, 12 e 13, partem da agregação qualitativa das diferentes histórias de vida para analisar e, de certa forma reconstruir, dinâmicas ligadas à dimensão coletiva e estrutural do mundo dos jornalistas. Neles, analiso, em um primeiro momento, os processos de segmentação desse espaço e, em seguida, trabalho as transformações da identidade. Neste último caso, interesse-me particularmente pelas mudanças no substrato ideológico do jornalismo e pela participação de outros mundos sociais nos processos de reconfiguração da carreira jornalística nos últimos 40 anos.

CAPÍTULO 1

Sobre escolhas e carreiras

Fazer um livro sobre carreiras consiste, de certa forma, em explicar um fenômeno coletivo a partir da compreensão de um conjunto de trajetórias individuais. Esta tarefa envolve um esforço metodológico de agregação qualitativa e de triangulação de dados — como foi descrito no início deste livro. Trata-se, também, de um trabalho de análise do que os sociólogos chamam de ação social, especificamente no que diz respeito às escolhas feitas por um indivíduo no decorrer de sua trajetória. A grande pergunta, neste caso, é: como tais escolhas são tomadas?

Esta questão é objeto de um longo debate nas Ciências Sociais, oscilando entre perspectivas mais deterministas ou interacionistas. Não faz sentido revisar aqui esse conjunto de teorias.¹ O que farei neste capítulo é me posicionar em relação à questão — a partir de uma abordagem ligada ao interacionismo simbólico, com algumas apropriações que faço da fenomenologia de Alfred Schutz (1967). Tentarei, em seguida, aplicar essa reflexão ao processo de escolhas feitas no âmbito das carreiras jornalísticas.

Para operacionalizar esta proposta, partirei de três pressupostos bastante consagrados na sociologia interacionista. Primeiro: as escolhas são processos de interação simbólica. Segundo, tais escolhas materializam-se em uma dialética entre indivíduo e sociedade. Terceiro, elas se inserem em momentos de continuidade, adaptação ou ruptura de uma determinada ordem normativa. No decorrer deste capítulo, tentarei ilustrar algumas assertivas com situações narradas nas entrevistas.

¹ Uma revisão bem exaustiva de como as principais correntes das Ciências Sociais definem os processos de escolha foi feita por Pierre Michel Menger (2009) no primeiro capítulo do seu livro *Le travail créateur: s'accomplir dans l'intertain*. Recomendo a leitura para quem se interessa pelo tema.

Interações e escolhas

Na maioria das vezes em que um entrevistado narra uma escolha de carreira — a opção pelo jornalismo, uma mudança de emprego ou de posição, a decisão de permanecer em um veículo — esse ato é descrito de forma subjetivada, individualizada. As escolhas seriam justificadas por um conjunto de motivações individuais aplicadas a um determinado contexto ou situação. São esses dois aspectos que emergem das narrativas — motivações e contexto — que me permitem recuperar, mesmo que parcialmente, a dimensão das interações simbólicas, que atravessam o processo de escolha. De forma sucinta, o interacionismo simbólico situa a realidade social como uma rede complexa de interações entre indivíduos (e extensível aos grupos sociais). Tais interações são simbolicamente mediadas, ou seja, dependem das representações que as pessoas envolvidas fazem de si, do outro e do próprio contexto de interação.

Seguindo essa linha, Menger (2009) explica que a análise de uma escolha em uma situação de interação deve considerar o entrelaçamento de duas dimensões: a *temporalidade*, ou seja, como o indivíduo lida com o exame que ele faz do seu passado e com indeterminação em relação ao futuro e a *alteridade*, a forma como o outro participa desse processo. Tentarei descrever essas duas dimensões — ressalta-se que, em um contexto concreto de interação, elas não se separam.

Uma escolha não é um fenômeno isolado. Ela se inscreve em uma espécie de *continuum* de escolhas precedentes — tomadas pelo próprio indivíduo ou por outros em situações mais ou menos análogas (SCHUTZ, 1967) — que devem ser reconstruídas e articuladas pelo indivíduo ao analisar uma situação. Para isso, ele se utiliza da sedimentação de um conjunto de experiências prévias (ligadas à sua biografia) e de um estoque de conhecimentos sobre o mundo que lhe permitem identificar o contexto de interação, repensar a sua própria situação, os motivos, as convicções e os valores envolvidos na hora de decidir, incluindo-se razões de ordem sentimental (STRAUSS, 1992a), bem como as possíveis reações do outro. Essa avaliação subjetiva que ele faz do contexto de escolha a partir de um conhecimento anterior é que lhe permite situar

o processo de tomada de decisão em termos de “poder” e “não poder”, de “fazer” e “não fazer”, de “dever” e “não dever” (STRAUSS, 1992a).

A avaliação de uma escolha a partir de experiências e conhecimentos sedimentados é indissociável da forma como as pessoas projetam o seu próprio futuro. A tomada de decisão envolve fantasiar em relação aos efeitos possíveis daquela ação, ancorada nos planos, nas esperanças e ansiedades do indivíduo. “Eu tenho de visualizar o estado das coisas para ser persuadido sobre a minha ação futura antes que eu possa projetar simples passos dessa ação futura na qual o estado das coisas resultará”² (SCHUTZ, 1967, p. 20). Essa projeção é também um exercício de antecipação em relação às ações do outro, à forma como outros indivíduos (ou coletividades) vão reagir a determinadas escolhas. Não se trata evidentemente de prever o futuro, mas de utilizar o estoque de conhecimento acumulado e as tipificações que são feitas em relação ao mundo para tentar controlar minimamente os efeitos de uma escolha. Ao avaliar uma situação e definir um curso preferencial da ação e da interação, o indivíduo teria condições de, no exercício da ação probabilística, manipular até certo ponto a incerteza (MENGER, 2009).

Em vários momentos, os jornalistas relataram essa capacidade de olhar para trás, para avaliar, por exemplo, o que foi conquistado antes de decidir sobre uma possível mudança de carreira; de refletir sobre sua própria personalidade, seu comportamento e seus gostos para, em seguida, tentar trabalhar em veículos ou em cargos que fossem mais adequados à avaliação que eles faziam de si. O estoque de conhecimento sobre o mercado de trabalho ainda permite avaliar quais seriam as opções possíveis de “ascensão” na carreira (em termos de salário, prestígio, qualidade de vida), ou sobre como conseguir negociar uma promoção ou encontrar um emprego melhor. Esse processo não se limita a escolhas motivadas apenas por razões profissionais. Razões ligadas à esfera privada eram frequentemente citadas para explicar certas

² No original: “I have to visualize the state of affairs to be brought about my future action before I can draft single steps of such future acting from which this state of affairs will result”. Todas as traduções de citações em idioma estrangeiro, inglês ou francês, são de minha autoria.

decisões. Por exemplo, uma jornalista mencionou ter mudado de área de atuação, de política e economia para meio ambiente, por conta dos filhos. “Gostava de fazer matérias que eu pudesse comentar com eles e eu acho que eles pouco se interessavam pelos bastidores políticos [e meio ambiente era algo que eles estudavam na escola]”.

O segundo aspecto que integra o processo de escolha é o da *alteridade*, ou seja, como o ato de se colocar no lugar do outro vai delimitar um conjunto de decisões possíveis em uma interação. Na verdade, uma escolha de carreira é, ao mesmo tempo, uma forma de dar uma satisfação a si mesmo e aos demais. Do ponto de vista da sociologia, esse movimento constante de autodefinição em relação ao mundo social, de autoavaliação em contextos de interação simbólica explica, por exemplo, processos de mudança identitária, de ajustes de estatuto e de acúmulo de experiência biográfica.

No entanto, as motivações que perfazem uma escolha dependem também da apreciação do outro (STRAUSS, 1992a). Ou seja, o mesmo processo de avaliação e projeção que explica a tomada de decisão por um indivíduo acontece *do outro lado* na forma como os seus interlocutores avaliam e respondem à ação. O indivíduo, é claro, não tem como saber ou controlar totalmente a ação desse outro, individual ou coletivo. O que acontece é que as interações se estabelecem a partir de uma base comum, ou seja, é necessário que os dois interlocutores partilhem de estoques similares de conhecimento — o que Becker (1982) chamará de “convenções”. Nesse caso, o indivíduo pode construir tipificações sobre o comportamento do outro (SCHUTZ, 1967) ou basear a sua escolha em padrões socialmente aprovados. Assim, em uma interação, ele busca antecipar como os seus atos serão ressentidos ou farão reagir os seus possíveis interlocutores (STRAUSS, 1992a).

Isso não significa que uma interação seja um processo estático em que os personagens desempenhariam apenas os papéis conhecidos ou esperados, adotando uma linha de conduta exigida ou escolhida. A partir das motivações originais — fundamentadas na forma como os interlocutores analisam a sua experiência e planejam os impactos de suas escolhas em função do outro — a interação adquire um caráter progressivo e evolutivo. “Ao se interrogar sobre os motivos de uma

ação e sobre o valor delas, o ator inclui o outro e, dessa forma, seleciona um curso de ação por meio de um trabalho de avaliação das reações antecipadas do outro e de sua correção eventual”³ (MENGER, 2009. p. 52). Essa evolução acontece a partir de, pelo menos, dois pontos de vista distintos, o do indivíduo e o do seu interlocutor). Ela segue um ritmo irregular, marcado por idas e vindas. Essa ideia está na base do postulado de que as escolhas são sempre *negociadas* (STRAUSS, 1992a; STRAUSS, 1992b; STRAUSS *et al.*, 1992a).

Nem sempre é possível identificar esse processo no relato dos entrevistados, pois a reconstrução de uma trajetória individual dificilmente revela as motivações do outro. Além disso, as decisões tendem a aparecer como fatos dados, sem revelar as hesitações dos entrevistados, as mudanças de interpretação da situação que ocorrem no decorrer de uma interação, o ritmo irregular de um processo de negociação de uma escolha. Mesmo assim, algumas situações são reveladoras do caráter evolutivo de uma negociação. Cito o caso de um jornalista que, em determinado momento de sua carreira, recebe o convite para mudar de jornal e, ao avaliar sua situação, decide continuar na mesma empresa: “Eu estava tão envolvido, o ambiente era tão agradável, mesmo com essas contingências salariais, que eu recusei”. Nos três meses que seguiram, ele percebeu a situação piorar: demissões, atraso no pagamento de salários... Assim, passou a acreditar que as projeções que ele fez sobre o futuro daquele jornal e que fundamentaram a sua decisão inicial eram equivocadas. Por isso, a avaliação que ele faz da situação se altera: “Eu falei: Me lasquei. Fiquei aqui e o barco está afundando!”. Mas a própria situação de negociação também é diferente: “O cara que me convidou [para trabalhar na sucursal do jornal concorrente em Brasília] foi pro Rio”. Sem acesso direto à nova chefia, ele procura um colega, que trabalha nesse mesmo veículo, para informar da mudança de decisão. O colega repassa a informação ao novo coordenador do

³ No original: “*En s’interrogeant soit même sur les motifs d’une action et sur le valeur de ceux-ci, l’acteur incluit autrui, pour selectionner un cours d’action eu terme d’un travail d’évaluation des réactions anticipées d’autrui et de correction eventuelle*”.

jornal em Brasília. Inicialmente, a avaliação é feita pelo novo coordenador com base no histórico anterior da negociação: “Pô, mas ele foi convidado há três meses e não veio!”. O coordenador é informado da mudança da motivação: “Ah, se você convidar, agora, eu acho que ele vem”. A negociação evolui para um debate sobre o salário. Finalmente, os envolvidos chegam a um acordo e ele muda de jornal.

Esta situação ilustra como uma decisão de carreira — e como qualquer escolha — se constrói ao longo de um período de tempo e leva a mudanças nas bases de negociação e a mudanças nas motivações iniciais dos diferentes atores. Esse processo resulta, ainda, no enriquecimento da experiência individual (MENGER, 2009). No caso do jornalista em questão, foi um momento em que, nas suas palavras, ele foi obrigado, pela primeira vez, a “pedir um emprego”.

Todo processo de escolha envolve dois grandes grupos de interlocutores. O primeiro são os *atores em presença*, aqueles participam diretamente da negociação. Essas pessoas geralmente revelam a dimensão mais contextual das interações que integram uma carreira. São os colegas com quem se negocia uma mudança de emprego. É o chefe que faz uma proposta, recebe um currículo ou demite um jornalista. São os colegas de redação ou de cobertura que influem na percepção que o indivíduo tem do ambiente de trabalho. São os amigos e familiares com quem se interage durante o processo de decisão. Essa dimensão contextual dos processos de escolha revela também as dificuldades que os atores sociais possuem para fazer um planejamento de carreira: vários entrevistados relataram, por exemplo, que certas mudanças ocorreram por obra do acaso. Aliás, uma das situações mais comuns desse acaso nas carreiras jornalísticas são as demissões. Essas situações mostram, na verdade, o grau de incerteza presente em qualquer trajetória, por mais estruturada que ela pareça⁴ — desenvolverei melhor este ponto na última seção deste capítulo, sobre estabilidade e mudança nas identidades.

⁴ Neste ponto eu tomo posição claramente distinta da noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (2002), pois acredito que o grau de autonomia do indivíduo em relação às estruturas sociais é maior do que o previsto pela sociologia crítica.

As escolhas são também motivadas por *atores em ausência*, pelas pessoas que não estão diretamente envolvidas em uma situação de interação, mas que participam de outras maneiras. Assim, “a situação de interação não é simplesmente uma interação entre duas pessoas, mas uma série de transações que se efetuam por constatações que opõem numerosos participantes, e que são representadas de forma complexa”⁵ (STRAUSS, 1992a, p. 60). Algumas decisões são tomadas em relação à própria coletividade de jornalistas e à forma como ela define e negocia uma “*estrutura de carreira*”, o que inclui os passos que devem ser tomadas rumo à ascensão na profissão, os veículos e postos considerados mais legítimos etc. Decisões também podem ser tomadas por conta da situação política e econômica do país (o que se torna particularmente pertinente a partir de 2010, quando os discursos sobre a crise das empresas de mídia no Brasil começam a proliferar).

Ao justificarem suas escolhas, os jornalistas também fazem referência aos mitos e lendas da profissão (STRAUSS, 1992a), a aspectos da ideologia ocupacional (DEUZE, 2005; STRAUSS *et al.*, 1964). A ideia, por exemplo, de participar de uma grande cobertura (a Constituinte de 1988 ou os escândalos de corrupção dos governos federal ou distrital) e a possibilidade de contribuir com a democracia, de lidar com temas de interesse público etc. são frequentemente mencionadas como justificativa para certas escolhas de carreira. Entretanto, é preciso ter certa cautela com relação à participação efetiva desses discursos de mitificação nas decisões feitas ao longo de uma trajetória. Embora o discurso oficial sobre a profissão geralmente dá grande destaque a essas dimensões, a participação real delas no processo de escolha é relativamente pequena ao tomar como base a leitura das entrevistas, como mostrarei ao longo deste livro.

Três aspectos sobre esse processo precisam ser destacados antes de concluir esta seção. Primeiro, embora *temporalidade* e *alteridade* apareçam aqui como

⁵ No original: “*la situation interactionnelle n’est pas simplement une interaction entre deux personnes, mais une série de transactions qui s’effectuent par des contestations opposant nombreux participants, et représentées de façon complexe*”.

dimensões distintas do processo de escolha, elas são indissociáveis. Na verdade, reconstruir uma trajetória consiste em realizar uma espécie de cartografia do conjunto de atores (em presença e em ausência) envolvidos em uma ordem temporal (BASZANGER, 1992), de forma a revelar uma miríade de processos de escolhas possíveis em diferentes contextos de interação.

Segundo: as interações que dão origem a uma escolha são sempre uma mistura entre ordem e incerteza, entre as situações que são claramente enquadradas pelas regras e convenções e aquelas que são ambíguas, novas, inéditas (MENGER, 2009). Por um lado, todo contexto de interação envolve fatores que delimitam a negociação: os atores envolvidos (e os seus estatutos e hierarquias), as ideologias, os momentos, a sua periodicidade (STRAUSS *et al.*, 1992a). Uma negociação, portanto, nunca é caótica: (STRAUSS, 1992b). Por outro lado, o sistema de convenções dificilmente é capaz de cobrir todas as possíveis situações de interação e suas conseqüências. Nesse caso, é preciso improvisar (BECKER, 2000), mesmo que essa improvisação se baseie nas possibilidades *imaginadas* pelo indivíduo. Nesse processo há sempre o risco da incerteza, implícita em qualquer escolha.

Finalmente, é preciso esclarecer que as motivações que integram o processo de escolha são sempre construções ou projeções. Isto é, ao analisar qualquer interação, nunca temos condições de saber qual é a motivação real do indivíduo e do seu interlocutor, mas sempre as motivações que são imputadas por ele ao outro, bem como aquelas que são descritas e elaboradas em função da entrevista (e, nesse caso, o ato de descrever uma motivação é também uma forma de justificar uma escolha ou comportamento). Como já mencionei na Introdução deste livro, do ponto de vista metodológico, é impossível saber qual era a real motivação de uma escolha feita por um indivíduo no passado, pois isso nunca pode ser completamente verificado (STRAUSS, 1992a). Então, qual seria o sentido de reconstruir e discutir essas motivações? Na verdade, na medida em que buscam fazer sentido para o entrevistado e para mim, tais discursos se constituem em uma versão reconstruída e reelaborada das experiências biográficas vistas sob uma lógica de reinterpretação

do passado pelo próprio sujeito e do conhecimento que ele compartilhou com os seus contemporâneos no decorrer de sua trajetória. Assim, ao serem articulados e confrontados, os discursos revelam parte da dimensão estrutural das carreiras, na forma como elas cristalizam e dão um sentido “sociológico” a uma miríade de escolhas individuais e contextuais.

O indivíduo e a sociedade

A interação, mesmo que tomada na perspectiva do indivíduo ou em contextos de face a face interacional, remete também a uma dimensão mais estrutural, o que poderia ser chamada de ordem social. Mas como se dá essa relação entre indivíduo e sociedade no caso das escolhas feitas no âmbito de uma carreira? Como são articuladas as dimensões micro e macrosociais?

Meu primeiro pressuposto é considerar a estrutura como uma ordem negociada, acordada, fundada a partir de vários processos de interação simbólica (STRAUSS, 1992b; STRAUSS *et al.* 1992a; BASZANGER, 1992). Ou seja, ela não estaria descolada dos indivíduos, mas surgiria como resultado de uma construção coletiva: “A interação se combina com as condições estruturais próximas e distantes para criar um contexto de trabalho. O contexto, portanto, define o âmago da ação ao mostrar como a interação torna-se o meio pelo qual o trabalho é realizado. Nesse sentido, estrutura e interação são intimamente ligadas”⁶ (BASZANGER, 1992, p. 45).

Mas como é possível recuperar os traços dessas interações na análise de uma ordem social? Este é o grande desafio de quem foca sua atenção na dimensão micro-sociológica das interações entre indivíduos. Alguns autores (BECKER, 2009; BASZANGER, 1992; HALL, 1990; STRAUSS, 1992b; STRAUSS *et al.*, 1964) tendem a

⁶ No original: “L’interaction se combine avec ces conditions structurelles proches e lointaines pour créer un contexte de travail. Le contexte éclaire alors le coeur de l’action en montrant comment l’interaction devient le moyen par lequel le travail même es accompli. En ce sens, structure et interaction sont intimement liées”.

destacar dois aspectos que merecem ser observados. Um é a ideia de que toda ordem social remete uma combinação de regras, políticas, acordos, entendimentos, pactos, contratos e outros arranjos negociados pelos atores sociais (indivíduos ou grupos). Ou seja, algo objetivado como uma estrutura — por exemplo, as hierarquias que constituem a carreira jornalística — pode ser reconstituído a partir desse conjunto de acordos. E que, por consequência, mudanças nessa ordem implicam uma alteração nas bases que suportam a própria interação. O outro é o estudo das motivações comuns a diferentes atores, na forma como elas possibilitam a coordenação da ação coletiva, isto é, na forma como essa cultura partilhada permite que o indivíduo antecipe as expectativas do outro, planeje a sua própria vida, e sobretudo, coordene a ação concertada a partir de um conjunto de convenções (BECKER, 1982, 1999). Ao atribuírem significados comuns (ou semelhantes) aos eventos e se utilizarem disso na vida cotidiana, os atores participariam da construção da estrutura social.

Dialeticamente, a própria cultura delimita as escolhas possíveis em um determinado contexto. Dessa forma, molda as práticas emergentes ou as imagens partilhadas pelos atores sociais, mesmo que elas apareçam subjetivadas como ações ou escolhas individuais (HALL, 1990, p. 19). A cultura funciona, portanto, como uma instância de mediação entre a ação significativa e a ordem social.

O exemplo da existência de um conjunto de hierarquias nas carreiras jornalísticas poderia ser utilizado para ilustrar esse pressuposto. A ideia de que há mídias, veículos e funções mais reputados do que outros no meio jornalístico brasileiro está fundada em um conjunto de acordos que dá origem a indicadores concretos (como uma política de cargos e salários, de condições materiais de trabalho etc.) e a outros mais sutis (a reputação de um veículo ou de um cargo, por exemplo). Ao ser confrontado com a uma situação de escolha, o indivíduo percebe o resultado desses acordos como a ordem normativa da carreira jornalística. De certa forma, ele diz a si mesmo que “aquele veículo é melhor que o outro” ou que “trabalhar para determinado jornal significa ter uma posição de prestígio (ou não” na profissão”. Isso permite que ele se situe no interior dessa carreira ao mesmo tempo em que orienta suas escolhas. Assim, essa dimensão estrutural da sociedade

permitiria “manejar as instabilidades e incertezas do trabalho e seus impactos sobre a construção das identidades pessoais e profissionais” (BENDASSOLLI, 2009, p. 396).

Do ponto de vista do indivíduo, a cultura possibilita antecipar as consequências de uma ação em determinada ordem social, mas os próprios atores agem sobre essa ordem, alterando as bases da negociação. Neste caso, a compreensão sociológica das trajetórias individuais é indissociável da situação em que o indivíduo se encontra no âmbito mais geral da evolução da própria ordem social, de suas organizações e seus mundos sociais (STRAUSS *et al.*, 1992b).

De forma sucinta, posso dizer que as dimensões da temporalidade e alteridade que integram o processo de escolha pelos indivíduos devem ser transpostas também ao papel que a estrutura, vista como uma sedimentação da ordem negociada, desempenha nesse processo. As escolhas são também confrontadas com tipificações dessa ordem temporal, expressas pela constituição de “arcos”, “fases” ou “etapas” de uma determinada trajetória (STRAUSS *et al.*, 1992b). Isso me permite problematizar, finalmente, a relação entre continuidade e mudança no estudo das carreiras jornalísticas.

Continuidade e ruptura: como evoluem organizações e identidades?

Como as organizações e os mundos sociais lidam com os momentos de estabilidade e mudança? E como as identidades evoluem nesse contexto? Para responder a essas duas questões, tomarei como ponto de partida os trabalhos de Strauss (1992a) e Strauss *et al.* (1992b) sobre a questão da continuidade e ruptura dentro de determinada ordem social.

Discuti, na seção anterior, que as estruturas, por mais que apareçam como entidades sedimentadas e externas à própria processualidade da vida social, refletem, na realidade, um conjunto de acordos, normas e regras, previamente negociadas entre os envolvidos. Logo, a ordem estrutural é sempre uma ordem negociada. Nos processos de escolha, os indivíduos vão continuamente fazer referência a essa ordem ao reconstituírem as bases da ação concertada (o que os permitem agir coletivamente). Nesse sentido, boa parte das interações que ocorrem no cotidiano

de uma organização ou mundo social não exige uma mudança dos acordos preexistentes, na medida em que são cobertas pelas normas, convenções ou porque os arranjos são suficientemente flexíveis para darem conta dessas situações.

Entretanto, os resultados dessas negociações são sempre limitados pelo tempo. Eles podem ser revistos, revalidados, renovados, alterados, na medida em que certas situações podem levar a uma rediscussão da própria ordem normativa. Isso pode acontecer porque nem sempre as normas são capazes de dar conta de todas as situações (e elas podem ser esquecidas, ignoradas, adaptadas etc.), mas também é consequência da autonomia relativa dos atores sociais para desafiar as normas, proporem novos arranjos, rediscutirem (e renegociarem) a base convencional. Isso acontece por conta das contingências, mas também pela capacidade de avaliar uma situação a partir das experiências biográficas.

No conjunto das carreiras jornalísticas, essas mudanças se revelam por meio de uma infinidade de microinovações e rearranjos que aparecem no decorrer de uma história de vida: nas escolhas que não atendem às expectativas do grupo ou da estrutura da profissão, na opção por carreiras originais, “exóticas” (OLIVEIRA, 2008) ou “desviantes” (no sentido beckeriano do termo) (BECKER, 2009), na adoção de modelos de trabalho inovadores, originais (o que é raro) ou distintos das convenções do mundo social, etc. Os impactos dessas escolhas individuais dependem de sua inserção no quadro mais geral da ordem social e da forma como elas serão enquadradas e aceitas pelo outro. Uma mudança em uma linha de ação, nesse sentido, pode simplesmente passar despercebida no âmbito de uma coletividade, resultar em situações de fracasso, de desvio/marginalização ou, ainda, ser válida para situações específicas, sem alterar de forma significativa a ordem normativa. Ou pode, eventualmente, integrar um movimento mais amplo de transformação em um mundo social.

Raramente é possível reconstituir esse tipo mudança até o nível das escolhas individuais e das interações face a face (a não ser quando o foco do trabalho é explicitamente microssociológico). A minha intenção aqui é mapear os fatores que estruturam as escolhas e as bases das negociações feitas no âmbito de uma carreira

para, em seguida, revelar as mudanças que aparecem ao longo do tempo e que afetam esse processo. Em uma visão diacrônica, essas alterações vão dar origem a novos arranjos que, reproduzidos por um coletivo de indivíduos, podem explicar processos de mudança na estrutura das carreiras.

Por exemplo, logo no início dos anos 1980, a estrutura da carreira jornalística no Brasil caracterizava-se pela oferta abundante de vagas. Isso explica o ingresso quase automático na profissão, muitas vezes antes da formatura. Essa escolha era reproduzida pelos jornalistas na medida em que, na maioria dos casos, era “natural” conseguir um emprego em uma mídia, desde que houvesse formação na área. A partir dos anos 1990, começa a haver um aumento da oferta de mão de obra, resultado da expansão do sistema de ensino superior em Jornalismo (MICK, 2012). Alguns jornalistas tentam se antecipar a esse cenário e começam a procurar por estágios (provavelmente mimetizando práticas de outros grupos profissionais) (VALVERDE, 2006). Na época, a maioria das empresas não se encontrava preparada para essa mudança: os estágios que existiam eram escassos e feitos na base do improvisado. Todavia, a reprodução dessa prática (pelos jornalistas e pelas próprias chefias, nas redações), aliada à redução do número de vagas ao longo dos anos 1990 e 2000, vai instituir os estágios como uma experiência quase obrigatória para o ingresso na carreira jornalística. Neste caso, uma escolha que não existia há 35 anos, passa a ser naturalizada e incorporada à estrutura do mercado de trabalho.⁷

A manutenção da ordem e os processos de mudança institucional são construídos a partir das mudanças das bases de negociação as quais remetem, em última instância, às interações entre os atores sociais. Dialeticamente, esses processos participam da construção das identidades e das escolhas de carreira. De fato, a constituição de uma ordem negociada é que dá origem à sequência de estatutos que se conectam em uma determinada ordem temporal, o que garantiria a relativa estabilidade das trajetórias. Para isso, os mundos sociais podem recorrer a certos

⁷ Este exemplo, descrito aqui de forma breve e simplificada, será retomado no decorrer do livro.

atributos institucionalizados (como o diploma, a idade, o tempo de serviço etc.) ou a mecanismos menos formais de validação de uma reputação (como o reconhecimento da competência pela empresa ou pelos pares) para estabelecer critérios que darão origem a uma série de mudanças de *status* “controladas”. Esse processo permite que os indivíduos se situem no interior de uma instituição, integrando as suas finalidades a um grande projeto temporal. Quando isso não acontece — por falta de uma perspectiva de carreira, por exemplo — corre-se o risco de incorrer em um sentimento de desperdício, de abandono de si (STRAUSS, 1992a).

Mas, mesmo em momentos de estabilidade institucional, ocorrem transformações identitárias não previstas nas estruturas das carreiras. As identidades são heterogêneas, os indivíduos participam de vários mundos e de vários segmentos no interior de uma organização. Dessa forma, estabelecem seus próprios projetos temporais e partilham de valores e ideologias que nem sempre coincidem com o que se associa aos seus estatutos organizacionais. Isso explica não só o caráter evolutivo das interações, mas a própria constituição de trajetórias distintas no interior de um mundo social (BUCHER; STRAUSS, 1992).

Ao avaliarem o seu passado durante um ato de escolha, os indivíduos também podem questionar suas trajetórias bem como os projetos temporais associadas a elas. Esses momentos críticos podem se desenvolver ao longo das carreiras e levar a decalagens entre a autopercepção e os estatutos atribuídos pelo outro dentro de um mundo social. As escolhas, nesse caso, podem ser orientadas pela necessidade do indivíduo de negociar a sua nova identidade.

Nas entrevistas, os momentos de crise identitária eram geralmente associados aos relatos de mudanças radicais nas carreiras (um entrevistado que optou, por exemplo, por interromper o trabalho na redação para fazer uma pós-graduação no exterior), mas sobretudo dentre aqueles que manifestaram o desejo de abandonar a profissão. Duas jornalistas com quem conversei justificaram essa intenção recorrendo a mudanças de ordem vocacional (uma desejava fazer Museologia

e a outra, Arquitetura)⁸, ao mesmo tempo em que não se imaginavam continuar trabalhando com jornalismo em um futuro próximo, por motivos econômicos e por gosto ou afinidade.

Finalmente, as próprias transformações na ordem normativa podem levar a ajustes da identidade e das expectativas de carreira ou a decisões mais radicais em relação à vida profissional, como o abandono do jornalismo ou uma mudança de estatuto. Essas situações podem explicar, por exemplo, fenômenos de renovação geracional nas redações: como a introdução de novas tecnologias ou de novos modos de fazer, que induzem jornalistas mais antigos a abandonarem — voluntariamente ou não — as redações.⁹ No entanto, as dificuldades de se adaptar a uma ordem renegociada podem ocasionalmente dar origem a fenômenos de inovação e de segmentação no mundo social: quando grupos de jornalistas *outsiders* negociam um conjunto de novas práticas partilhadas por um número restrito de participantes.¹⁰

Conclusão

O conteúdo deste capítulo pode ser resumido da seguinte forma: i) os indivíduos realizam suas escolhas a partir das dimensões da *temporalidade* e da *alteridade*; ii) essas escolhas são delimitadas pela ordem social; iii) essas escolhas participam, até certo ponto, da construção da ordem social; iv) escolhas recorrentes, quando reproduzidas no decorrer do tempo e no âmbito de uma organização ou mundo social, asseguram a estabilidade ou a permanência desses espaços; v) escolhas que fogem às normas das organizações ou mundos sociais, quando negociadas e

⁸ Ver capítulo 9.

⁹ Neste caso, ver os trabalhos de Zélia Adghirni (2013) referentes à carreira dos jornalistas seniores e a forma como essas pessoas se adaptaram à introdução de novos dispositivos tecnológicos e de novas práticas nas redações.

¹⁰ É o caso do jornalismo literário. Ou da recente constituição de um coletivo de “blogueiros sujos ou progressistas”, que produzem um jornalismo opinativo, militando à esquerda na cobertura da política brasileira (GUAZINA, 2013). Falarei mais sobre esse processo de segmentação nos capítulos 10 e 12.

As diferentes maneiras de ser jornalista

adotadas, podem dar origem a mudanças na ordem social; vi) o desenvolvimento das identidades profissionais está ligado ao grau de concertação entre os projetos temporais dos indivíduos e as convenções e normas das organizações ou dos mundos sociais nos quais ele participa, tanto em tempos de estabilidade como de mudanças.

CAPÍTULO 2

“Faz jornalismo! Segue o seu caminho!”: a escolha da profissão

O jornalismo é uma atividade em que a ideia de vocação é, muitas vezes, vista como uma das razões para a escolha e a permanência na profissão. Neste capítulo, tento questionar esse senso comum, situando o ingresso no jornalismo como parte do processo de escolha relacionada às carreiras. Para isso, discutirei os motivos que levaram os entrevistados a decidirem pelo jornalismo, enfatizando três abordagens: a circulação de imagens sobre a profissão, o gosto por certas práticas e as interações com o outro.

As imagens do jornalismo

Um número considerável de imagens sobre o jornalismo circula na sociedade a partir do cinema (GOMES, 2013; RUELLAN, 1993; SENRA, 1997; TRAVANCAS, 2001), das séries de TV, dos quadrinhos, da literatura (RINGOOT, 2014; TRAVANCAS, 2003). E também por meio de narrativas não ficcionais, como memórias e depoimentos, livros-reportagem, matérias de caráter autorreferencial (ou que utilizam técnicas como o *making off*, por exemplo) (COSTA, 2005; FAUSTO NETO, 2008; BASTIN; RINGOOT, 2015). Jornalistas-vedetes, como os apresentadores de TV, são temas de revistas de celebridades ou integram as estratégias de promoção das próprias emissoras (MEDEIROS, 2015; MACHADO; HAGEN, 2004). Por mais que algumas dessas imagens possam parecer descoladas das práticas das redações, elas não deixam de produzir “efeitos de real” (BOURDIEU, 1993, 1997), incluindo a construção de um imaginário partilhado sobre a profissão (LE CAM, 2009).

Mas que tipo de imagem costuma ser levado em consideração no momento da escolha da profissão? E como as imagens são reinterpretadas pelos entrevistados no momento de relatar as suas trajetórias?

Para responder a estes questionamentos, faço uso das entrevistas e da bibliografia sobre as “imagens” do jornalista. O cruzamento dessas duas fontes me levou a explorar três caminhos possíveis: i) os imaginários de mitificação da profissão, relacionados à função social dos jornalistas; ii) as imagens vinculadas aos jornalistas de referência; iii) as imagens que remetem à prática e ao estilo de vida dos jornalistas.

O jornalismo como missão

As definições mais normativas do jornalismo — amparadas pela sociologia funcionalista — tendem a reforçar uma imagem mítica da profissão vinculadas à ideia de missão, ao exercício do Quarto Poder, à defesa do interesse público (MEDINA, 1982). Essas definições produzem um efeito de amálgama (RUELLAN, 1993) na construção e difusão de um discurso coletivo, capaz de unificar (ou dar a sensação de unidade) a uma profissão naturalmente heterogênea, dispersa (RINGOOT; UTARD, 2005; ZELITZER, 1993).

Trata-se de um discurso que é frequentemente retomado nos debates públicos sobre o jornalismo (PEREIRA; MAIA, 2016) ou que circula de forma acrítica no meio acadêmico, incluindo em espaços dedicados ao ensino e à pesquisa (LE CAM; PEREIRA, 2016). Por isso, minha expectativa era que o discurso mítico do jornalismo servisse como uma justificativa recorrente para a escolha da profissão. Encontrei, entretanto, poucos indícios que sustentassem essa hipótese. Em uma pesquisa quantitativa sobre o perfil dos estudantes de jornalismo de seis universidades brasileiras (PEREIRA *et al.*, 2014a), menos de dez 10% dos respondentes recorreram a esse tipo de discurso para justificar a opção pela profissão: 8,6% escolheram estudar jornalismo “pela possibilidade de mudar a sociedade” e 1,1%

“pela possibilidade de cobrir escândalos e abusos”. Nas entrevistas, apenas três jornalistas fizeram referência direta a essa visão mitificada da profissão:

Maurício: A ideia romântica de jornalista, de você poder mudar a ordem das coisas, influenciar de maneira decisiva nos rumos de algumas discussões e tal, nacionais ou locais ou regionais [...]. Eu sempre eu cresci com essa ideia que de que a gente podia interferir no nosso destino, de que jornalismo serviria como um instrumento poderoso para isso.

Mercedes: E tem também aquele lado didático do jornalismo que é muito interessante, que é levar ao público informação nova [...] O fato de estar oferecendo informações que, de repente, podem estar fechadas dentro de uma academia, de um centro de pesquisa, ou mesmo dentro de um parlamento [...] e que às vezes passam batido.

Azarius: [O jornalismo] é uma atividade ligada à contestação, é uma atividade ligada às liberdades, é uma atividade ligada à divulgação do conhecimento. Quem optava, nas décadas de 70, 80, e até 90, por essa atividade, era um tipo de gente [...] que vinha das universidades, que vinha do Direito, que vinha pela militância das liberdades, que vinha do jornal político, que vinha daqueles advogados que faziam militância pela República com seus jornais.

Esse tipo de imagem também aparece no depoimento de Luísa, ilustrada pela referência que ela faz ao um filme *Diamantes de sangue* para justificar a escolha da profissão de jornalista. Lançado em 2006, a película retrata o comércio ilegal de diamantes durante a guerra civil em Serra Leoa, no final dos anos 1990. Uma das protagonistas é uma jornalista norte-americana, Maddy Bowen, que investiga o envolvimento de pessoas no comando da indústria de pedras preciosas no esquema de contrabando.

Em um primeiro olhar, seria possível interpretar esses resultados pelo viés geracional: a ideia de que a adesão aos mitos seria menor entre os jornalistas mais jovens. Essa ideia reaparece em alguns textos acadêmico que tratam do fim da “idade de ouro” do jornalismo e a emergência de um profissional menos romântico, mais orientado às “exigências de mercado”, o que explicaria o relativo abandono dessa mitologia: “A verdade é que a roupa de super-homem não serve mais”, explicam Pereira e Adghirni (2011, p. 48). E continuam: “O jornalista prefere vestir a fantasia da circunstância, que lhe permite subir na vida profissional [...]. Como os guerrilheiros

de Fernando Gabeira, os jornalistas parecem cansados”. Ou ainda, nas palavras de Azarius: “Na minha época, eu me importava mais com as questões coletivas, e, hoje, o perfil é muito mais individualista. Eu me importava mais em defender bandeiras coletivas, de liberdades e igualdade que hoje não existem mais, porque essas bandeiras foram conquistadas”.

Essa explicação, na verdade, vincula-se a outra de ordem mais estrutural, ligada a um processo de declínio da modernidade e de transformação das próprias modalidades de ação política, o que daria origem a um enfraquecimento de certos valores e instituições, como os partidos, os sindicatos, as ideologias. Nesse caso, como sugere Marcondes Filho (2000) o jornalismo estilo Quarto Poder (ou pelo imaginário construído em torno dele), fruto direto dos valores dessa modernidade, passaria também a ser questionado, entraria em declínio.

A questão geracional poderia ser uma explicação plausível, entretanto, é preciso um pouco de cautela ao adotá-la. Na leitura das entrevistas, não temos indícios consistentes que confirmem essa hipótese. Quatro entrevistados mencionaram a ideia de missão como um motivo para a escolha da profissão, mas apenas dois (a metade) tinham mais de 40 anos. Os trabalhos que sugerem o abandono relativo à mitologia da profissão, na verdade, não se baseiam em estudos empíricos e, sim, em uma leitura de atualidade em que alguns autores confrontam as condições atuais de exercício do jornalismo com o próprio imaginário sobre a profissão.

As mitologias do jornalismo tiveram, é claro, um papel importante na estruturação da profissão, na definição e na legitimação de um conjunto de práticas associadas a esse grupo (PARADEISE, 1985; RUELLAN, 1993). Entretanto, seus efeitos na prática concreta das redações sempre foram mais limitados do que os jornalistas gostariam de admitir. Por isso, dizer que existe uma crise de valores entre os jornalistas mais jovens não deixa de ser uma forma de reforçar o mito do jornalismo e de sua “idade de ouro”.

Nesse sentido, gostaria de levantar aqui outras explicações para o baixo número de entrevistados que optaram pelo jornalismo por questões ideológicas. A primeira é

de caráter metodológico. A ideia de que, em uma entrevista biográfica, não há como saber o que realmente motivou um entrevistado a optar pelo jornalismo no momento da escolha. Por conta disso, é possível que certos imaginários tenham sido abandonados após o ingresso na profissão e, neste caso, serão silenciados (intencionalmente ou não) pelos respondentes durante as entrevistas. Beatriz chega a levantar essa pista em seu depoimento:

O problema é o seguinte as pessoas vão para o jornalismo com tantas expectativas e expectativas tão altas e aí eu acho que vem a frustração [...]. Os meus amigos acham legal eu cobrir o Congresso, falar com senadores e eu digo é a parte mais sem graça. As expectativas são muito altas, por isso as pessoas se frustram tanto. Eu não eu acho que o jornalismo era a profissão dos meus sonhos, mas o que a vida me deu foi muito melhor do que o que eu esperava.

Segunda possibilidade: observei, em vários relatos, um discurso de desvalorização da formação universitária em detrimento do aprendizado prático adquirido nas redações — retomarei esse ponto no próximo capítulo. Nesse movimento, é possível que o imaginário mítico do jornalismo — bastante forte no meio acadêmico — sofra a mesma crítica e passe a ser desconsiderado pelos entrevistados.

Finalmente, acredito que outros imaginários concorram com a visão mítica do jornalismo no momento da escolha da profissão e possam eventualmente ser considerados mais factíveis pelos entrevistados na hora de narrarem suas trajetórias. Ou talvez sejam mais fáceis de serem articulados durante a nossa conversa. Discutirei esta possibilidade a seguir.

Imagens sobre trabalho e estilo de vida

Um número razoável de pessoas justificou a decisão de se tornar jornalista, mencionando a existência de *jornalistas de referência* (Maria-Sílvia, Gabriele, Daniel, Emanuel e Afonso), o interesse pessoal pelo *trabalho do jornalista* (Eduardo,

Maurício, Maria-Sílvia, Mercedes, Gabriele, Clara, Luísa, Afonso e Horácio) ou pelo *estilo de vida* de quem pratica a profissão (Rose, Eduardo, Marcel e Mercedes).

É compreensível que uma parte das imagens sobre a profissão seja construída pela projeção que os entrevistados fazem do trabalho de alguns *jornalistas de referência*. Eles estão presentes na construção de um imaginário baseado em noções como sucesso ou competência na profissão. Além disso, essas figuras participam de forma direta do modo como os entrevistados, na época consumidores de notícia, vivenciavam o jornalismo em suas vidas cotidianas. Vários mencionaram nomes de jornalistas em evidência na mídia. Por isso, não é de se admirar a recorrência a certas vedetes em escala nacional (Caco Barcelos,¹ Joelmir Betting)² ou regional (Aroldo de Souza,³ da Rádio Guaíba de Porto Alegre; Oziris Marins⁴ e Felipe Vieira,⁵ ambos da Band-AM, também na capital do Rio Grande do Sul).

Quando a imagem sobre a profissão não é construída a partir de uma pessoa específica, os entrevistados mencionam situações do cotidiano, ilustrativas das imagens associadas à profissão: Maurício morava próximo a um hotel frequentado por jornalistas; Marcel acredita que, quando criança, deve ter visto na TV algum tipo de ficção sobre o jornalismo; Gabriele e Afonso acompanhavam a cobertura de rádio desde cedo.

Mais quais seriam essas imagens? Na minha leitura, optei por separar as representações que fazem referência ao trabalho dos jornalistas daquelas que

¹ Caco Barcelos é um jornalista, repórter de televisão, especialista em jornalismo investigativo. É o autor de vários livros, entre eles, *Rota 66*, Prêmio Jabuti de literatura em 1993, e *Abusado, o dono do morro Dona Marta*.

² Joelmir Betting foi jornalista, especializado em análise econômica, atuou como editor e comentarista econômico em jornais, rádios e emissoras de TV aberta e fechada. Faleceu em novembro de 2012.

³ Haroldo de Souza é um radialista, locutor esportivo e político gaúcho. Trabalhou na Rádio Guaíba, Rádio Bandeirantes e Rádio Grenal, entre outras. Em 2017, era vereador pela cidade de Porto Alegre.

⁴ Jornalista gaúcho, trabalhou em rádio, imprensa escrita e televisão no Rio Grande do Sul. Desde 2006, trabalha para o Grupo Bandeirantes de Comunicação como âncora da Band AM 640 e da Band TV Canal 10.

⁵ Felipe Garcia Vieira é “jornalista multimídia”, desde 2011, no Grupo Record/RS. Trabalha como apresentador para a Rádio Guaíba, TV Record e na internet.

falam de forma mais geral sobre o estilo de vida desses profissionais. No primeiro caso, o trabalho do jornalista é associado à prática de apuração e difusão de informações (Eduardo, Maurício; Mercedes), ao trabalho de contar histórias (Maria-Sílvia), de escrever sobre o mundo (Clara).

Os entrevistados também fazem referência ao que chamei de *estilo de vida* dos jornalistas, um conjunto de práticas associado ao imaginário do jornalismo, mas que não estão necessariamente ligadas à produção do noticiário. Para esse tipo de análise, recorro aqui ao conceito de adesão (*commitment*), desenvolvido por Becker (2006)⁶ e retomado por Travancas (1992, p. 84) em seu livro sobre *O mundo dos jornalistas*. “Trata-se de um movimento abrangente da carreira em relação aos outros setores da vida do indivíduo, determinando, como o próprio termo demonstra, uma *adesão* à profissão” (grifo da autora). Nesse sentido, algumas pessoas querem ser jornalistas devido à “falta de rotina”, à “mobilidade” (viagens, por exemplo — como conta Rose), à “capacidade de conhecer várias pessoas” (dentro e fora da profissão) (Rose, Eduardo, Maria-Sílvia, Marcel, Mercedes).

A noção de adesão é geralmente utilizada para explicar a permanência na profissão (cf. BECKER, 2006; LE CAM; RUELLAN, 2017; TRAVANCAS, 1992). O que me parece interessante neste estudo é ver como a adesão a um estilo de vida — percebido por meio das representações sobre a prática e a vida dos jornalistas — também participa do processo de escolha da profissão, motivação que será confirmada, reforçada, adaptada ou alterada no decorrer da carreira. E, nesse caso, mais importante do que a “vocaçãõ” ou o chamado para uma “missão”, a vivência no jornalismo parece se construir em uma dialética entre os imaginários e o apego em relação à carreira e à prática das redações.

⁶ Utilizo aqui a tradução para o francês (mais acessível na *web*) de um texto do Becker publicado em 1960: BECKER, Howard S. Notes on the Concept of Commitment. *American Journal of Sociology*, vol. 66, n. 1, p. 32-40, 1960. DOI: 10.1086/222820.

Ler, escrever, conhecer...

Os entrevistados recorrem frequentemente à ideia de que a escolha pelo jornalismo foi motivada pelo domínio e o interesse ainda precoce por um conjunto de habilidades associadas à prática do jornalismo. Nesta seção, tentarei mostrar que, mais do que a posse ou o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, a representação dessas habilidades remete ao processo de construção de um gosto por certas práticas. Neste caso, adoto a perspectiva de Hennion (2004, 2011) em torno da sociologia dos vínculos ou dos gostos.

Hennion define o gosto como uma atividade coletiva, instrumental e reflexiva, que não depende apenas da natureza do objeto (a ideia de que o objeto “contém” os seus efeitos), nem é um simples resultado de determinações sociais (de códigos, ritos e *habitus*). O gosto, o vínculo⁷ se realiza pelo desenvolvimento da relação entre o objeto e as competências do amator, de quem ama alguma prática ou atividade. Essa relação é constantemente ajustada, na medida em que evolui o conhecimento do indivíduo, as formas de apropriação (e apreciação) desse objeto.

Dessa forma, postulo a ideia de que a opção pelo jornalismo, motivada, por exemplo, pelo gosto à leitura ou escrita, não pode ser explicada em termos de vocação — a noção de que pessoa “nasce jornalista”, difundida pelo discurso de mitificação da profissão. Também não remete necessariamente aos mecanismos de antecipação das condições de trabalho. Nem é resultado apenas das condições sociodemográficas dos futuros jornalistas. De fato, no início, a maioria dos entrevistados não tinha uma noção muito clara do que era a prática jornalística.⁸ Mesmo os imaginários sociais que inspiraram algumas escolhas não são muito precisos em revelar o que um jornalista faz concretamente e como alguém se sente praticando o jornalismo. Vários entrevistados mencionaram esse desconhecimento. Por conta disso,

⁷ Uma tradução livre da palavra “*attachement*”, utilizada por Hennion (2004).

⁸ Com exceção de dois entrevistados, filhos de jornalistas (Alberto e Michel), e um outro que já trabalhava em um meio de comunicação (Horácio) quando optou pelo jornalismo.

ao relatarem a decisão pelo jornalismo, eles associaram a profissão a um conjunto de práticas capazes de lhes proporcionar algum tipo de prazer. Isso fica bem evidente, por exemplo, na conversa que tive com Alberto e, particularmente, com Clara:

Clara: Eu não tinha muita noção do que era o jornalismo naquele momento que eu decidi fazer jornalismo [...]. Eu acreditava que quando a pessoa faz o que ela gosta, ela tem como dar certo. Eu ainda acredito nisso.

Fábio: [Quando você escolheu o jornalismo]: Você sabia, mais ou menos, como funcionava a profissão?

Clara: Não! Eu sabia que tinha que escrever e eu sabia que era uma oportunidade, ainda que indireta, de eu tratar do que eu realmente gostava: cinema, música e literatura. Até hoje eu tenho essa relação com a arte.

A escolha do jornalismo, portanto, não é apenas o início de um processo de construção e gestão de uma carreira, mas também um vínculo que se cria entre os indivíduos e as diferentes práticas, as sensações e os gestos, associadas ao cotidiano da profissão. Esse vínculo é ajustado no decorrer da vida na medida em que a relação entre o jornalista e o jornalismo se desenvolve ao longo das escolhas que permeiam uma carreira.

Que tipo de gostos são capazes de atrair alguém para o jornalismo? Existem, é claro, casos de entrevistados que demonstraram interesse a partir de experiências prévias diretamente associadas ao trabalho do jornalista, como ter trabalhado no jornal da escola (Gabriel, Mercedes, Azarius) ou conduzido entrevistas informais (Maurício). Contudo, a grande maioria das decisões foram motivadas por práticas geralmente partilhadas por outros mundos sociais. Por exemplo, a possibilidade de estarem em contato com outras temáticas a partir do jornalismo, como o esporte (Eduardo, Maria-Sílvia, Teresa e Emanuel), a cultura (Violeta e Alberto) e a política (Eduardo e Florentina):

Eduardo: Eu sempre gostei muito de esporte e política [...]. Eu não queria ser o político, eu não queria ser o atleta, mas eu gostava do ambiente [...]. E aí veio um estalo assim, no segundo ano do ensino médio, que talvez uma profissão que eu pudesse chegar perto dessas áreas, sem ser dessas áreas fosse o jornalismo.

Maurício: Eu sempre gostei muito de futebol [...]. Então [quando eu tinha 10, 11 anos], eu tive muito contato com o time de uma cidade no interior do Paraná, time pequeno, disputava primeira divisão lá do campeonato paranaense [...]. Perto da minha casa, moravam muitos jogadores num hotelzinho que tinha lá e aí eu comecei a frequentar esse universo. Ia muito lá falar com os jogadores de futebol, ia ao estádio ver os treinos e comecei a entrar no lance de fazer entrevistas com os caras.

Um número expressivo de entrevistados fez referência ao gosto pela leitura de livros e jornais (Rose, Gabriel, Maurício, Mercedes, Felipe, Florentina, Daniel, Sam, Afonso e Margarida), o gosto pela área de Humanidades (Mauve), pela escrita (Mercedes, Felipe, Florentina, Daniel, Sam, Alberto, Azarius e Margarida),⁹ pelas descobertas (Leon) e pelas interações sociais que o jornalismo possibilita (Maria-Sílvia, Paulina e Michel) como justificativas da escolha da profissão. Na verdade, outros estudos de natureza biográfica conduzidos com jornalistas já apontavam motivações parecidas para a escolha da profissão (MAROCCO, 2012; TRAVANCAS, 1992).¹⁰ O fato de que essas constatações são confirmadas também por esta pesquisa parece a reforçar a permanência do caráter humanista da profissão, sobretudo o fato de que o apego dos jornalistas a práticas como a leitura e a escrita tenha sobrevivido a um cenário de emergência das tecnologias digitais de influência cada vez mais forte da lógica mercantil no jornalismo. Contudo, essa explicação implica uma armadilha. De fato, parece coerente, em uma análise póstuma, associar a escolha pelo jornalismo à relação que a pessoa estabelece com essas práticas. O problema aparece quando decidimos elaborar a questão de outra maneira: se uma pessoa gosta de literatura ou história, por que não escolher outras carreiras, como de escritor, professor de literatura, cientista social ou historiador? Por que o jornalismo?

⁹ O “gosto” por áreas conexas ao jornalismo também pode se desenvolver por eliminação, como ilustra o depoimento de Florentina: “Geralmente você vai fazer jornalismo porque você não gosta nada de, você não gosta de matemática, não gosta de contas”.

¹⁰ Por exemplo, na enquête nacional feita com estudantes de jornalismo, descobrimos que 27,8% de um total de 611 respondentes, havia escolhido o jornalista porque “gostava de escrever” (PEREIRA, *et al.*, 2014a).

Para discutir essa provocação, tomei como ponto de partida uma reflexão proposta por Becker (2006, *on-line*) em relação à impossibilidade de se estabelecer uma causalidade entre motivações e escolhas de carreira. Ou seja, a leitura das entrevistas e da bibliografia da área não nos permite dizer que o gosto pela escrita e leitura explicaria automaticamente a escolha por uma carreira no jornalismo. Na verdade, segundo Becker, esse tipo de associação consistiria em uma tautologia: “pois o engajamento [nesse caso em relação a práticas como ler e escrever] apesar de termos a intuição de que ele seria algo independente está, de fato, ligado ao comportamento coerente [se tornar jornalista] que ele deve explicar”. Ou seja: “trata-se de um evento hipotético ou condicional cuja existência é deduzida do fato de que as pessoas agem como se elas estivessem engajadas.”¹¹ Por isso, Becker sugere que, para romper com essa lógica circular entre engajamento e trajetória coerente, seria necessário trabalhar com uma leitura mais processual dos fenômenos em que fatores fossem articulados para explicar uma escolha. Seguindo essa linha, minha proposta aqui é repensar o papel do gosto no ingresso (e na permanência) no jornalismo, complementando-o com um conjunto mais amplo de fatores, que dialogam ou concorrem entre si. Por isso, além do gosto e dos imaginários sobre a profissão, gostaria também de discutir o papel do outro (individual ou coletivo) como motivação de ingresso na carreira jornalística.

O papel do outro

Escolher uma profissão é fazer parte de uma ação coletiva. Mais do que a satisfação pessoal ou a busca por um tipo de benefício para si, esse tipo de decisão depende de como o indivíduo interage com um outro, real ou imaginário. Este outro pode ser um ator em presença e que participa diretamente do ato de escolha: a família (Eduardo, Emanuel, Alberto, Michel), os professores (Daniel), os

¹¹ No original: «*car l'engagement, malgré nos intuitions sur son existence indépendante, est en fait lié au comportement cohérent qu'il est censé expliquer. Il s'agit d'un événement hypothétique ou conditionnel dont l'existence est déduite du fait que les gens agissent comme s'ils étaient engagés*».

amigos (Emanuel). Essas pessoas participam da decisão, às vezes de forma direta, por meio de conselhos, que podem ser a favor ou contra a opção pelo jornalismo:

Emanuel: Conversando, em casa, com a minha avó, ela me chamou no dia que eu ia me escrever pro vestibular. Ela perguntou por que eu não queria fazer jornalismo, que era algo que eu já tinha dito uns três anos antes [...]. Eu lembro que ela me falou o seguinte: “Quem vai dizer o profissional que você será e o quanto você vai ganhar vai ser você! Depende do seu esforço”. Aí eu falei: “Sabe de uma coisa? Eu vou tentar pra jornalismo, então!”.

Michel: Na verdade [na faculdade onde eu estudei], tinham as habilitações publicidade ou jornalismo. Eu tinha que optar, acho que no segundo semestre. [...]. Nessa escolha do jornalismo e da publicidade, minha mãe me deu uma empurrada. Ela falou assim: “Meu filho, faz jornalismo, porque, assim, todo mundo sabe que você tem esse lado. Segue o seu caminho!”.

A opção pelo jornalismo também é resultado do contexto imediato da escolha. Alguns entrevistados (Mauve, Beatriz, Felipe e Horácio) relataram terem optado pelo jornalismo como uma forma de darem continuidade a carreiras anteriores. Tornar-se jornalista também pode ter sido uma escolha possível quando, por conta de circunstâncias específicas (não havia a formação disponível na região, não conseguiram passar no vestibular), não foi possível optar pela profissão desejada (Violeta, Eduardo, Beatriz, Felipe, Afonso, Azarius e Paulina). Essas situações me permitem destacar o papel dessa dimensão contextual da interação na opção pelo jornalismo. De fato, as trajetórias analisadas são frequentemente marcadas por eventos que escapam ao controle do indivíduo, mesmo que eventualmente os entrevistados possam reforçar a ideia de terem feito a escolha “certa” ou “natural” quando falam de suas afinidades e interesses:

Afonso: Eu cheguei a fazer um primeiro vestibular [...] para Medicina e, depois, tive certeza que não era o que eu queria. Daí, eu comecei a identificar que eu gostava muito dessa área. Desde pequeno, eu era aficionado por veículos de comunicação, jornal, tevê, rádio. Então minha escolha foi um pouco tardia. Foi mais no final do colégio. E quando eu decidi fazer jornalismo, fiz o vestibular e passei. Desde lá, não tenho nenhuma dúvida disso.

Paulina: Eu fiz curso, vestibular pra Direito. Não passei, graças a Deus. Acho que eu não ia aguentar [...]. Pensei em fazer Ciência Política também, na UnB. Então, acabei ficando com o Jornalismo. Achei que tinha mais a ver com minha cara, assim, é mais dinâmico do que os outros dois, que eram mais assim, mais fechados.

Finalmente, os entrevistados também buscaram avaliar os benefícios materiais ou simbólicos associados a uma carreira: salário, estabilidade, estatuto, possibilidades de progressão. Deixei propositadamente essa dimensão da escolha para o final. Ela costuma ser valorizada nos estudos mais clássicos sobre carreiras (HUGHES, 1960; TREANTON, 1960), mas praticamente não foi mencionada pelos jornalistas com quem conversei como uma justificativa para a escolha da profissão. De fato, parece-me que a busca por benefícios é mais frequente nas decisões feitas no decorrer da carreira, após o ingresso no mercado de trabalho, como discutirei mais adiante.

A questão das vantagens materiais relacionadas à profissão aparece em algumas falas como uma opção a carreiras concorrentes e que não possuem o mesmo *status* do jornalismo. É o caso de Beatriz: “Fui fazer Artes Cênicas. Cursei dois anos e vi que ia morrer de fome fazendo teatro, então eu precisava mudar de profissão e eu sempre gostei muito de ler jornal, sempre fui super ativa [...], então pensei em fazer vestibular para Comunicação Social”. Da mesma forma, Daniel cogitou durante um tempo ser padre, mas acabou optando “por uma profissão mais normal” (grifo meu).

Para além do lado caricatural desse tipo de situação — a ideia de que “não se escolhe o jornalismo para ficar rico” — essa constatação parece reforçar o papel dos imaginários (em torno do estilo de vida) e do gosto (pelas práticas associadas ao jornalismo) como dimensões fundamentais para o ingresso na profissão. Mesmo sem estabelecer uma correlação entre esses fatores e a decisão de se tornar jornalista, parece-me que eles participam da construção de um substrato ideológico que explica, em boa medida, as motivações de quem opta pela carreira jornalística.

Conclusão

A Administração e a Psicologia têm se dedicado particularmente à análise do papel da vocação, das competências e das habilidades individuais na construção das carreiras com o objetivo de estabelecer correlações entre a posse de certos atributos e o ingresso, a permanência e a satisfação com determinadas profissões (COOPER; TANG, 2010; HOEKSTRA, 2011). Esse postulado costuma ser reforçado pela própria ideologia dos jornalistas, que prioriza o talento (para escrever, apurar etc.) como requisito fundamental para o sucesso na profissão. No jargão jornalístico, trata-se de ideia de que a aptidão para essa prática é algo inato, que não pode ser aprendido.

Falar em talento ou vocação levaria, entretanto, a uma naturalização do processo de escolha, que seria estruturado sempre em torno da capacidade do indivíduo de obedecer ou não a um chamado, a uma índole ou de decidir de acordo com os seus atributos e competências. Isso tende a apagar não só a autonomia individual, mas a própria dimensão coletiva de uma carreira.¹² Assim, ao substituir noções como aptidão ou vocação, tão cara aos pesquisadores ligados às perspectivas funcionalistas, estruturalistas e psicologizantes sobre as profissões, por uma explicação mais multidimensional, que emerge da agregação qualitativa das regularidades observadas na análise das entrevistas (DARMON, 2008), procurei mostrar que a decisão pelo jornalismo (e por qualquer outra profissão) se inscreve também em uma dimensão coletiva (as escolhas reforçam imaginários, fazem referência a avaliações de ordem social sobre a profissão e o mercado de trabalho) e temporal (as escolhas se inscrevem em um *continuum* em que os imaginários construídos e os gostos se desenvolvem ao longo de uma trajetória). Essa dupla dimensão tende a destacar mais a contextualidade das escolhas feitas ao longo de uma carreira, instância considerada aqui fundamental para explicar a construção de uma trajetória profissional.

¹² É óbvio que as pessoas possuem aptidões, mas elas não deixam de ser adquiridas, contrariadas, desperdiçadas, transformadas etc.

“O que a universidade me deu de melhor foi o *status*”: formação

A formação superior tem um papel particularmente relevante no jornalismo brasileiro. Durante quarenta anos (de 1969 a 2009), a posse de um diploma era requisito obrigatório para a obtenção do registro e para o exercício da profissão. Embora esse decreto-lei tenha sido questionado e ignorado em inúmeras ocasiões, ele serviu como um incentivo para uma forte expansão dos cursos superiores no país (MICK, 2012). Esse processo transformou a universidade em uma experiência comum a um número expressivo de jornalistas. Mick e Lima (2013) estimam que em 89,2% dos profissionais em atividade teriam formação superior em jornalismo, número que chega a 96,3% entre as pessoas na faixa de 23 a 30 anos.

A passagem pela universidade é, portanto, uma experiência partilhada pela maioria dos jornalistas brasileiros, incluindo os entrevistados desta pesquisa.¹ Contudo, existem poucos estudos que discutem o papel dessas instâncias na construção da carreira. Em parte, isso se explica pelo senso comum, que tende a destacar a ideia de que uma carreira profissional teria início com o primeiro emprego. Além disso, o próprio meio profissional tende a minimizar a importância das instâncias de aprendizado na carreira jornalística.

A revisão da literatura sobre formação revela um número razoável de estudos acerca da história do ensino de jornalismo no Brasil (cf. HIME, 2005; MARQUES DE MELO, 2004), do perfil do estudante (CAMPOS; ROCHA, 2011; AZEVEDO

¹ Todos os entrevistados tinham formação na área, sendo que um deles (Eduardo) ainda estava cursando jornalismo no momento da entrevista (era estagiário) e outra (Eugênia) só optou pelo curso superior após ingressar no mercado de trabalho.

LUÍNDIA *et al.*, 2009; PEREIRA *et al.*, 2015; PEREIRA *et al.* 2014a; SCHWINGEL *et al.*, 2005), da qualidade ou da importância do diploma em jornalismo,² da relação entre a formação superior e a identidade profissional (ALBUQUERQUE, 2006; LE CAM; RUELLAN, 2004; PEREIRA; MAIA, 2016; SANT'ANNA, 2009). Além disso, os debates que permearam o julgamento do Supremo Tribunal Federal, em junho de 2009, que decidiu pelo fim da obrigatoriedade do diploma repercutiram no meio acadêmico, levando, por exemplo, a intervenções públicas de professores, estudantes e entidades da área (PEREIRA; MAIA, 2016) ou a análises críticas dessa decisão (DORNE; NAVARRO, 2011) e de seus efeitos no mercado de trabalho (CARVALHO; MESSAGI JR., 2014).

Essa massa de estudos críticos serviu como ponto de partida para esta seção. Entretanto, pretendo fugir aqui de duas tentações bastante comuns neste tipo de debate. Primeiro: não vou discutir a validade do diploma ou a qualidade da formação oferecida pelos cursos superiores. Segundo: quero evitar correlações diretas entre o aprendizado adquirido e o desempenho na profissão. Ao ancorar-me em uma abordagem da sociologia das profissões, estou ciente de que não tenho condições de avaliar ou mensurar adequadamente o processo de aprendizado e suas consequências. De fato, em minha análise, quero compreender em que medida os relatos sobre a passagem pela universidade e a leitura que os entrevistados fazem dessa experiência remetem, muitas vezes, a aspectos da ideologia profissional e a sua relação, muitas vezes ambígua, com as instâncias de formação.

A passagem pela universidade muitas vezes se conecta à experiência pessoal desses 32 jornalistas: às expectativas (frustradas ou atendidas), às interações com professores e colegas durante e após a graduação etc. Essa leitura dos dados remete, finalmente, ao contexto imediato de geração das entrevistas em que parte

² Ver particularmente os artigos e ensaios publicados na Revista Brasileira de Ensino de e (Rebej), publicação científica editada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej>. Acesso em: 28 mar. 2018.

das avaliações sobre a universidade³ estava condicionada à forma como os entrevistados me avaliaram (enquanto pesquisador e professor universitário de jornalismo) e que resultaram em posicionamentos discursivos em que os jornalistas buscavam delimitar um estatuto e um ponto de vista (contra ou a favor do diploma). Nesse processo, os entrevistados orientavam suas falas por conta do meu estatuto, assumindo eventualmente posições entusiastas, condescendentes ou críticas à universidade, como uma forma de me agradar, de evitar conflitos ou de provocá-los.

Ao final desse processo, decidi estruturar minha análise em três direções. Primeiro, do ponto de vista da ideologia profissional, proponho uma análise das evoluções dos discursos sobre o papel da universidade na construção da carreira jornalística, ou seja, de que forma os relatos sobre a formação estão associados à imagem que os entrevistados fazem da profissão. Do ponto de vista micro-sociológico, decidi investigar os possíveis traços ou vestígios da passagem pela universidade — e que não deve ser confundida com a ideia de “aprendizado” — na carreira dos jornalistas entrevistados. Finalmente, do ponto de vista macrosociológico, entender quais são os impactos da formação superior nas transformações do mercado de trabalho de jornalismo no Brasil.

Formação e ideologia profissional

A cultura jornalística tende a perceber o papel da universidade de uma maneira ambígua. Por um lado, a formação específica — obrigatória ou não — garantiria certa legitimidade ao jornalismo, contribuindo para o processo de profissionalização do grupo (segundo a concepção funcionalista de “profissão”). De fato, parte dos discursos sobre a profissão parecem referendar a possibilidade de se construir formas

³ Por questão de estilo, tomei a liberdade de utilizar neste capítulo a palavra universidade e formação universitária como sinônimos em referência a qualquer tipo de instituição de ensino superior reconhecida, mesmo tendo ciência que alguns entrevistados obtiveram sua formação em faculdades e centros universitários.

de regulação do acesso ao mercado laboral (o diploma, a formação) e, sobretudo, a existência de um conjunto de técnicas específicas (como o *lead*, a pirâmide invertida, as técnicas de reportagem) codificadas (por meio de livros e manuais) e transmitidas a partir de instâncias de formação e que garantiriam maior legitimidade social aos jornalistas. Por outro, as próprias redações manteriam uma postura de “suspeição ideológica” em relação ao que é ensinado nos cursos de jornalismo, reforçando o mito do jornalista como um *self made-man*, cuja carreira dependeria mais do talento do que da formação (FRITH; MEECH, 2007). Nessa versão romantizada, desprende-se o discurso já recorrente no imaginário sobre a profissão de que o jornalismo só poderia ser aprendido na prática, no cotidiano das redações. Segundo Frith e Meech, a própria universidade participaria da construção desse mito ao situar, por exemplo, práticas como a apuração e a reportagem (baseadas em um conhecimento empírico) como as mais significativas da atividade jornalística.

No caso desta pesquisa, os entrevistados que buscaram minimizar ou desqualificar a formação superior de modo geral se utilizaram de duas ordens argumentativas: uma centrada na crítica à qualidade ou pertinência da formação acadêmica recebida; a outra, na ideia de que o jornalismo se aprende na prática.

O primeiro conjunto de respostas é composto principalmente pelos entrevistados que reclamaram da falta de conexão da formação com a prática da profissão ou com a dificuldade dos cursos de darem conta da “realidade do mercado”. Os jornalistas afirmaram, em alguns momentos, que os cursos não preparavam para o ritmo da profissão (Rose, Vitória, Paulina e Michel): “Não tinha ninguém que tinha passado por algo para te dizer como era a realidade. Era muito assim: você tem uma pauta e tem duas semanas para produzir. Tem dia que eu faço cinco pautas por dia num ritmo muito louco!” (Rose). Uma variação desse discurso aparece na fala de Emanuel, ao afirmar que, na faculdade, “muito se vislumbra a profissão e pouco se vivencia a profissão”. Seguindo essa lógica, o distanciamento da realidade do mercado também pode ser associado à ideia de que a universidade fornece uma imagem excessivamente idealizada do jornalismo (Maria-Sílvia e Margarida) ou

pelo fato de que a formação não é devidamente valorizada pelo mercado de trabalho (Beatriz, Mercedes e Paulo): “Independentemente da sua formação, de outras coisas que você pode agregar ao seu trabalho, para eles é chegar e reportar, ir a um evento, escrever o que alguém falou, ou juntar algumas informações sobre tais locais. E isso qualquer pessoa pode fazer” (Mercedes). Essa posição é reforçada pela fala de Beatriz, que adota um discurso radicalmente contrário à formação em jornalismo (ela, inclusive, se posiciona contra a obrigatoriedade do diploma em determinado momento da entrevista, como será mostrado adiante):

Eu sou uma chefe e você me dá cinco currículos [para escolher]: quatro de pessoas que têm um currículo brilhante, fizeram curso, fizeram pós, têm um texto legal; e um de uma pessoa que está fazendo estágio desde do primeiro semestre. Eu vou contratar ela [a última] porque ela já tem malícia com a notícia, entendeu? Eu acho que é natural da nossa profissão.

A crítica ao distanciamento com relação ao mercado aparece ainda na fala de Margarida, ao comentar que alguns equipamentos utilizados nos cursos de jornalismo se encontram desatualizados ou em desuso nas empresas de mídia.

A universidade também é criticada pela deficiência na formação. Violeta, Gabriele, Vitória e Azarius reclamam da falta de aprendizado prático ou das deficiências do que é ensinado nas disciplinas de caráter mais técnico: “Na faculdade você só aprende que tem de botar [o texto no formato de] pirâmide invertida” (Gabriele). Seguindo esta lógica, os entrevistados Vitória, Clara, Azarius e Paulina associam a passagem pela universidade ao aprendizado de disciplinas teóricas, consideradas “inúteis” para o exercício cotidiano do jornalismo. Ou, nas palavras de Leon:

No fim das contas, quando você chega ao final [do curso], eu [me] perguntei: “Gente, o que eu estudei?”. Algumas coisas eu não achei tão práticas. Acho que faltou um pouco de prática para eu entender como é a realidade da carreira [...]. Então, é um pouco diferente [do que ensinam na faculdade] porque poucas disciplinas falavam sobre isso, poucos professores tinham essa rotina na cabeça. Os professores apresentavam um viés mais acadêmico. Teorias da Comunicação, você não aplica. Não tem muita interlocução.

Outra maneira de se posicionar contra a universidade é adotar estratégias discursivas que visem minimizar ou simplesmente desqualificar o papel da formação na prática jornalística. Trata-se de uma estratégia eficaz de silenciamento do debate sobre a relação entre a experiência universitária e o mercado laboral. Ela vai integrar, por exemplo, parte do repertório discursivo dos ministros do STF que votaram pelo fim diploma em jornalismo por meio da fabricação de uma identidade e de um ideal de sucesso profissional construídos a partir do talento e da experiência no lugar da formação (DORNE; NAVARRO, 2011). Esse tipo de argumento reaparece de maneira mais tênue na fala de alguns entrevistados (Gabriel, Marcel, Teresa, Florentina, Azarius e Leon). Eles vão atribuir à universidade a função de transmitir um conjunto de conhecimentos mais elementares e que seriam posteriormente completados ou refinados no dia a dia das redações:

Gabriel: A faculdade só nos orienta, só nos mostra os pontos, abre os horizontes, autores, discute ideias [...]. Mas o diferencial na formação é o que o aluno faz extra faculdade [...]. Tem coisa que você acaba aprendendo no batidão...[...] Na época, eu saí com essa impressão assim de que [a faculdade] deixou muito a desejar.

Leon: Na faculdade você tem uma aprendizagem mais geral. Você recebe umas ferramentas básicas para tentar utilizar no ofício, mas cada redação, cada veículo, tem uma especificidade [...]. Eu acho que é, mais ou menos, como tirar a carteira. Quando você tira carteira você não vai dirigir qualquer coisa. Você vai ter que se aperfeiçoar ainda.

Um segundo nível de discurso aparece na fala dos entrevistados Violeta, Eduardo, Beatriz, Vitória e Paulina. Eles vão atribuir às experiências laborais (sobretudo os estágios) um papel fundamental como instâncias de aprendizado e de inserção na carreira profissional:

Paulina: Você acha que vai chegar lá sabendo tudo e você não sabe de nada. Uma coisa teórica, cheia de teoria [a passagem pela universidade], mas chega lá na hora [da prática], naquele tumulto, você até esquece. Você se vira do jeito que dá. Então, foi isso o que eu senti. Que foi muito tempo na faculdade pra aprender uma coisa que eu aprendi em poucos meses de estágio.

Ainda dentro dessa linha, a jornalista Beatriz questiona, inclusive, a necessidade de formação específica na área e defende o acesso ao jornalismo a qualquer pessoa que tenha um diploma superior: “Sou contra o diploma de jornalismo. Pronto, falei! Eu acho que o jornalista é um profissional de nível superior, mas ele tem que ter o nível superior, não necessariamente em jornalismo”.

No que diz respeito às trajetórias individuais dos entrevistados, não encontrei nenhum indício nas experiências biográficas que explicasse esse posicionamento crítico em relação à formação em jornalismo. Ele está presente nas falas de jornalistas que passaram tanto por universidades públicas (Rose, Violeta, Maria-Sílvia, Marcel e Vitória) como privadas (Gabriel, Eduardo, Beatriz, Paulo, Teresa, Florentina, Clara, Paulina, Margarida, Leon e Michel). Também independe do número de estágios realizados durante o curso, contrariando a ideia de que pessoas que estagiaram mais tempo teriam aproveitado menos a universidade e tenderiam a minimizar essa experiência no relato de suas carreiras.

Algo comum ao repertório argumentativo de todos os entrevistados que criticaram a passagem pela universidade é a valorização da experiência e da prática como requisitos para se tornar um bom jornalista. Isso gera uma contradição interessante em relação à imagem da profissão: enfatiza-se a técnica como elemento fundamental para o exercício do jornalismo, mas esta técnica não pode ser ensinada — porque as instituições de ensino seriam ineficientes ou simplesmente desnecessárias. Assim, a noção de técnica no jornalismo ganha uma conotação particular. Ela é diferente, por exemplo, das técnicas que compõem a medicina e outras “profissões” mais legítimas do ponto de vista da sociologia funcionalista e que exigiriam anos de aprendizado para serem adquiridas. O jornalismo se aproximaria de algumas carreiras artísticas — como a do escritor ou do artista plástico (cf. MENGER, 2009). Nos dois casos, a técnica é adquirida ao mimetizar o trabalho do outro e por meio de processos de tentativa e erro. Isso resultaria em uma relação ambivalente do aprendiz com as instâncias de formação: vistas como espaço de aprendizado, elas também contrariam o princípio de autodeterminação que perpassa essas carreiras. Para além dos saberes e competências

codificáveis e passíveis de transmissão, o aprendizado no jornalismo também depende da capacidade do indivíduo de forjar sua própria competência — algo que aconteceria nos processos de socialização com os pares. Por isso, a metáfora empregada pelo ministro do STF, Gilmar Mendes (2009), que comparou o jornalista a um artista durante o julgamento sobre a obrigatoriedade do diploma, não aparece por acaso. Ela integra a ideologia partilhada pelos próprios jornalistas, na forma como eles definem o papel da formação universitária na construção das suas carreiras.

A crítica à formação não é o único posicionamento dos jornalistas com relação à experiência na universidade. Alguns entrevistados buscaram valorizá-la. Esse posicionamento é expresso por meio de três ordens de argumentos que destacam o papel do ensino de jornalismo ao proporcionar: i) formação técnica, a preparação para o mercado de trabalho e a capacidade de conciliar teoria e prática; ii) formação teórica em comunicação ou em outras disciplinas; iii) satisfação pessoal adquirida durante a passagem pela universidade.

Sete entrevistados destacaram a formação prática e a preparação para a realidade do mercado de trabalho como as principais contribuições do curso de jornalismo: Mauve, Maria-Sílvia, Mercedes, Daniel, Emanuel, Luísa, Afonso e Leon. Os relatos desses entrevistados enfatizavam, por exemplo, a importância do contato com professores que atuavam no mercado: “Na faculdade a gente teve contato também com professores que trabalhavam na área de rádio [...]. Tinha uma fotógrafa, acho que ela trabalhava na Agência Brasil se não me engano, e ela também deu todo o conteúdo de fotojornalismo. Então agregou muito” (Mauve);

Emanuel: Têm professores com excelência e mestrado, e você tinha também profissionais que estavam no mercado. Isso conseguia trazer, para o profissional que se formava em jornalismo, a real vivência de como era estar no estúdio de rádio, no estúdio de TV, produzindo um jornal, fazendo uma revista. Acho que isso favoreceu e facilitava muito.

Mas essa passagem também é associada às experiências nos laboratórios de rádio, televisão e internet ou ao aperfeiçoamento do texto jornalístico, como descreve Mercedes:

Eu acho que a formação é extremamente importante porque ela faz com que o seu simples texto possa ser mais rico. Que você possa contextualizar melhor, seja por uma aula de história que você teve, por uma aula de religião, filosofia. Você consegue colocar minimamente aqueles contextos sem ser pedante, sem querer mostrar que sabe mais. Quando o texto tem que ter 20 linhas, você não precisa demonstrar todo o seu conhecimento naquele momento [...]. Meu texto hoje em dia é muito mais simples, muito mais objetivo, pelo menos é o meu objetivo que ele seja objetivo, mais conciso e que ele possa ser compreendido por qualquer tipo de público.

Seguindo a mesma linha de valorização do ensino técnico, encontrei alguns entrevistados que elogiaram a formação pela sua capacidade de associar teoria e prática no exercício do jornalismo ou de se aplicar na prática o que foi discutido em sala de aula. É o caso dos depoimentos de Eduardo e Florentina. A princípio, esse tipo de relato poderia ser visto como uma forma de valorização das duas dimensões que integram a grade curricular dos cursos de jornalismo no Brasil. Contudo, em uma leitura mais atenta das entrevistas, observei que, por trás do discurso de conciliação, existe a ideia de que a formação teórica serve apenas como um subsídio para as experiências práticas — que consistiriam no verdadeiro espaço de aprendizado na profissão. Também é interessante discutir o que seria exatamente a formação teórica na visão dos entrevistados, como deixa transparecer Eduardo, em seu depoimento: “São quatro semestres puramente teóricos em que a gente vai ver Jornalismo Político, Jornalismo Cultural, Jornalismo Econômico para entender como são essas áreas” (grifo meu).

Outros entrevistados destacaram a formação teórica como a grande contribuição da universidade. Para Maria-Sílvia, Marcel, Emanuel e Clara, o curso teria oferecido um aprendizado mais amplo sobre os diferentes aspectos da produção jornalística em contraposição à experiência laboral, que exige a dedicação do jornalista a tarefas mais específicas e operacionais, sobretudo a prática da reportagem: “A gente aprende um pouco a ver o todo, a pensar o jornalismo de uma forma um pouco mais ampla [...]. Você aprende a pensar na mecânica toda não só na peça da

engrenagem” (Marcel). Outros entrevistados (Maurício, Marcel, Daniel, Alberto) destacaram o contato com outras disciplinas durante a graduação, como Sociologia, Ciência Política, História, Psicologia, Relações Internacionais e que permitiriam, “ir além dos muros da Comunicação” (Maurício).

Finalmente, alguns entrevistados reconheceram na passagem pelo curso de jornalismo momentos de realização pessoal, ou de construção e desenvolvimento de um vínculo com a formação, sem necessariamente estabelecer uma conexão com a carreira ou com o mercado de trabalho. Para esses jornalistas, a universidade foi um momento de “afirmação da personalidade” (Alberto), um espaço que permitiu dedicação a atividades prazerosas, como a leitura ou a escrita (Margarida) e “uma experiência única”, que incluiu o estabelecimento de relações duradouras de amizade (Leon).

Eugênia, por exemplo, ingressou no jornalismo sem formação. Fez carreira como apresentadora de televisão e decidiu, mais tarde, cursar faculdade. “Eu tinha meio que vergonha de ser jornalista e não ser”. Embora ela tenha destacado momentos interessantes da sua formação (algumas disciplinas, o contato com professores, que eram jornalistas reconhecidos no mercado etc.), a experiência na faculdade teve, segundo ela, um “valor simbólico”. “Fiz o caminho inverso. Eu só fui pra faculdade depois e sei o quanto a faculdade foi importante para mim”.

A valorização de certas experiências de aprendizado durante a formação acadêmica relaciona-se, de certa forma, ao tipo de instituição de ensino superior onde o aluno cursou jornalismo. Dentre os entrevistados que destacaram a importância do ensino técnico ou da conexão com o mercado de trabalho em sua formação, apenas Daniel estudou em uma universidade pública, os demais (Mauve, Eduardo, Mercedes, Florentina, Emanuel, Luísa, Afonso, Leon) fizeram jornalismo em instituições privadas de ensino superior. Da mesma forma, dentre aqueles que enfatizaram a formação teórica dentro e fora da comunicação como maior contribuição do curso, a grande maioria (Maurício, Maria-Sílvia, Marcel, Daniel, Vitória, Sam, Alberto; contra Emanuel, Clara) estudou em uma universidade pública.

É possível oferecer algumas explicações para essa constatação. Em geral, as instituições privadas possuem mais condições financeiras para investir em laboratórios e estúdios e possuem mais flexibilidade para compor o corpo docente com jornalistas que estejam atuando no mercado de trabalho. Nesse caso, é compreensível que elas enfatizem o ensino prático das técnicas jornalísticas em seus currículos ou eventualmente utilizem isso como estratégia publicitária para a captação de alunos.⁴ É possível que esses discursos estejam sendo interiorizados e reproduzidos pelos egressos dessas instituições. Isso também poderia estar relacionado ao perfil do estudante das universidades privadas: como a formação exige um custo considerável, deve haver uma expectativa maior em torno de um aprendizado prático, que tenha uma relação mais direta com o acesso ao mercado laboral. Haveria, portanto, uma visão mais instrumental em relação ao ensino por parte desses estudantes, que teriam o hábito “de chegar às oito da manhã, [assistir as aulas], ao meio dia ir pra casa e só voltar [à universidade] no dia seguinte”, sem vivenciar outros aspectos da experiência acadêmica (Leon). Essas inferências, contudo, não possuem base empírica sólida e se limitam a explicações possíveis para esses fenômenos.

Além disso, os pertencimentos geracionais parecem desempenhar um papel importante na (re)avaliação que os jornalistas fazem da experiência acadêmica. Os jornalistas com mais de 50 anos, por exemplo, fazem poucas menções ao período de formação, quando mencionam. Esse silêncio pode estar ligado ao papel da memória no processo de reconstrução e reordenação das experiências pessoais. Como afirma Stern (1957, p. 253 *apud* BOSI, 2010, p. 68):

a função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo.

⁴ Foi o caso de uma famosa campanha veiculada por uma instituição privada de Brasília que destacava, a todo momento, a sua capacidade de ensinar “teoria e prática juntas”.

Por conta disso, é possível que, para um jornalista de 30 anos de carreira, a questão da formação acabe sendo vista como um momento pouco relevante de sua trajetória. Outra explicação remete à estrutura dos cursos de jornalismo nos anos 1970: o relato dos entrevistados mostra que, naquele momento, as formações possuíam ainda um caráter “artesanal”, “de improvisação” (no que se refere à infraestrutura, ao corpo docente, à grade curricular e mesmo à importância adquirida no meio profissional) quando comparado aos cursos oferecidos a partir dos anos 1990. Isso poderia explicar a pouca ênfase atribuída por esses entrevistados à passagem pela universidade.

Os jornalistas mais jovens (até 30 anos) mencionam bastante a experiência na academia, frequentemente a partir de uma postura crítica. Sem entrar na questão da “qualidade” da formação recebida, tenho a impressão de que parte desse posicionamento consiste em uma reprodução do discurso interiorizado durante o ingresso nas redações, ocasião em que jornalistas mais velhos podem instruí-los “a esquecer tudo o que foi aprendido na faculdade” e iniciar o “verdadeiro aprendizado” na prática cotidiana.

Finalmente, os jornalistas que possuem entre 30 e 40 anos têm uma visão menos crítica (em alguns casos de forma um pouco condescende) em relação à formação, muitas vezes revisando suas próprias posições ou a de colegas que, em geral, criticavam o ensino de jornalismo: “Às vezes vem essa discussão entre jornalistas: ‘não aprendi nada, se eu não tivesse feito uma pós ou [...] outra graduação, eu teria saído sem aprender nada’. Eu aprendi muito na universidade. É a velha história: quem faz a escola é você e não é a escola que te faz” (Maurício); “Eu consegui aproveitar bem a faculdade. Tem gente que fala: ‘Pô! Faculdade de jornalismo não serve de nada’. Eu acho que a faculdade é o tratamento que você dá pra ela” (Luísa). A maioria dos entrevistados nessa faixa etária confessa que esse posicionamento mais favorável em relação à formação é resultado de uma revisão de suas próprias convicções e representações sobre a carreira e a passagem pela universidade. De fato, com o tempo eles parecem questionar ou relativizar o discurso corrente nas redações — que tende a desprezar o que é ensinado nos cursos de jornalismo — e passam a repensar o papel

da formação em suas próprias trajetórias. Essa dinâmica de reavaliação de si aparece de forma explícita na conversa que tive com a jornalista Clara:

Clara: Eu lembro que nos primeiros semestres, no primeiro, segundo e terceiro, era muita teoria. A gente reclamava: “Precisa disso pra trabalhar no jornalismo? A gente precisa ter mais prática”. Mais tarde, eu fui me dar conta que a teoria era muito importante [...].

Fábio: Na verdade, é uma reflexão póstuma.

Clara: Póstuma! É, vem depois. Naquele período, eu só queria trabalhar [...]. Mas [a gente dizia] algumas coisas do tipo: “Ah, jornalismo é o que se faz aqui [na redação]”. Até na conversa com colegas: “Ah, isso aqui a gente não vai usar na prática.”; “Pra quê aprender Durkheim se a gente não vai usar esse cara na prática?”.

Antes de concluir esta parte sobre a formação, gostaria de lançar mais uma provocação. Boa parte do debate acadêmico e profissional sobre o papel da formação em jornalismo se limita a discutir em que medida ela seria uma forma de preparar os alunos para o mercado de trabalho. Esta visão me parece bastante reducionista, pois limita a experiência acadêmica aos programas dos cursos, à grade das disciplinas, e à capacidade que eles teriam de antecipar ou reproduzir as dinâmicas do mercado. Em um artigo que assinei com Janara Sousa e Dione Moura (PEREIRA *et al.*, 2014b) sobre o perfil e os valores dos estudantes de Jornalismo na Universidade de Brasília, questionamos um pouco essa visão. Sugerimos que, para além da relação com a prática profissional, a universidade poderia ser considerada como um “um ponto de encontro entre diferentes mundos sociais” (p. 69), de forma que a passagem por esse espaço seria marcada pela apropriação de diferentes discursos e experiências (a militância acadêmica, a convivência com estudantes, professores, as experimentações dentro e fora de sala de aula) e que são posteriormente silenciados na reconstrução da trajetória a partir do viés da ideologia profissional. Trata-se, contudo, de uma sugestão, uma hipótese e que mereceria uma investigação mais aprofundada — provavelmente etnográfica — sobre o processo de socialização durante a formação superior.

Os vestígios da formação na vida profissional

Nesta segunda parte, analisarei os vestígios e as contribuições da passagem pela universidade na carreira dos entrevistados. Como discuti na seção anterior, nem sempre os jornalistas relacionam a experiência acadêmica ao desempenho na profissão. Isso é também reforçado por alguns estudos da área, que tendem a minimizar as “competências” adquiridas na universidade. É o caso de Cooper e Tang (2010), que analisaram os atributos considerados relevantes pelos estudantes de comunicação para o exercício da carreira. Os autores observaram uma maior valorização de *soft skills* (adaptabilidade, confiança, persistência, capacidade de lidar com novas situações, ambição) e de atributos de ordem interpessoal (*networking*, pró-atividade) considerados como mais importantes para o sucesso na profissão que desempenho na faculdade. Assim, concluem pela defesa de uma formação específica mais articulada à posse ou ao desenvolvimento desses atributos.

Em minha abordagem, tentarei evitar esse tipo de leitura centrada apenas nas representações que os entrevistados fazem da formação, para entender os impactos da passagem pela universidade ao longo de suas histórias de vida. Falo, portanto, de algo mais sutil do que uma discussão sobre o aprendizado ou os discursos em torno da dicotomia formação teórica ou prática. De fato, o depoimento dos entrevistados revela alguns traços menos evidentes do processo de socialização na universidade, das dinâmicas de interiorização da cultura profissional e acadêmica, expressas pelo uso de palavras e expressões, conceitos acadêmicos, na descrição de situações ou na apropriação do estatuto adquirido via formação. Neste caso, mesmo dentre os mais críticos em relação ao ensino de jornalismo, a experiência acadêmica é reinserida nas carreiras jornalísticas, em aspectos relacionados à cultura profissional. Alguns entrevistados, por exemplo, mencionam a utilização de técnicas aprendidas na universidade e que atendem a demandas específicas da prática laboral, como os fundamentos da escrita jornalística (Luísa) ou as técnicas de diagramação (Gabriele e Luísa). É interessante o caso de Rose, que adota, durante toda a entrevista, um

discurso bastante crítico em relação à formação (“Eu não sou uma pessoa muito boa pra falar da universidade porque eu acho que o que ela me deu de melhor foi o *status* [...], mas eu aprendi muito pouco lá”), mas que acaba revelando o papel do curso de jornalismo no aprendizado de uma técnica que lhe permitiu atender a uma demanda específica do mercado de trabalho. De fato, como repórter *on-line* ela também precisa fazer fotografias durante as coberturas para a produção de galerias de fotos, seguindo a lógica de um “jornalismo multitarefas”. “Isso é meio desagradável. Dependendo da pauta, a gente tem que bater foto e eu não sei, por exemplo... Bater ok, aprendi na faculdade que você não pode cortar a cabeça de ninguém e nem o braço” (grifo meu).

Esse tipo de aprendizado também pode estar presente nas referências a certas disciplinas ou professores (Gabriel, Teresa, Gabriele, Florentina e Sam), em que alguns ensinamentos acabaram sendo articulados em situações concretas da prática laboral. Isso aparece, por exemplo, na fala de Gabriel, ao mencionar o emprego em uma revista institucional: “Eu gosto de texto mais trabalhado, de revista. Tinha um professor que falava: ‘você pega um texto, faz ele, dobra. No outro dia, você pega, trabalha ele de novo’.”.

Alguns entrevistados mencionam ainda a passagem pela universidade como o momento em que eles ou os colegas tiveram a opção pelo jornalismo confirmada ou desistiram da profissão (Florentina, Sam e Horácio). “Fiz jornalismo muito tranquilamente, porque, primeiro, era um ambiente que eu vivia. Aí, eu descobri [na faculdade] que eu gostava daquilo também”, afirmou Horácio, que havia decidido cursar jornalismo após ter feito carreira na área técnica da emissora onde trabalhava. Esse momento de escolha aparece de forma ainda mais precisa no depoimento de Sam, que faz uma descrição do momento em que teria decidido ser jornalista a partir de uma conversa com um professor:

Foi [na aula de] oficina de texto com o professor [menciona o nome dele]. Eu entreguei um texto pra ele e ele me perguntou:

— Quanto tempo você demorou pra escrever esse texto?

— Uma meia hora.

— Você lê jornal?

E eu: — Não!

— Mas você gosta? [de jornalismo].

— É o que eu quero fazer...

Aí ele: — Se você fez rápido, você tem facilidade e seu texto é organizado, então, faz isso mesmo.

Eu pensei: “Então, eu acho que eu tô no caminho certo mesmo”. Quando eu caí na redação, eu percebi que era isso mesmo que eu queria.

O interessante, no caso desse conjunto de respostas, é a forma como ela dialoga com o processo inicial de escolha da profissão — dos imaginários sobre o jornalismo e o papel das pessoas de referência — servindo, portanto, como instância de desconstrução ou reforço desse primeiro contato com a atividade jornalística. Além disso, permite situar a universidade como um espaço em que elementos da prática jornalística “real” são discutidos e confrontados para constituir num repertório de motivações implícitas às escolhas pela continuidade ou não da carreira jornalística naquele momento.

Finalmente, do ponto de vista da interiorização da cultura profissional, alguns entrevistados vão descrever experiências pré-laborais realizadas ainda durante a formação — como o trabalho em laboratórios, em jornais universitários e de movimentos estudantis — como instâncias de aprendizado prático (Gabriel, Emanuel e Margarida) ou como parte do mecanismo de ingresso na carreira, como um passo que precede a realização do primeiro estágio (Afonso). Situadas no interstício de diferentes mundos sociais (político, acadêmico, profissional), essas mídias universitárias são instâncias de socialização na profissão e podem eventualmente se constituir em espaços de experimentação e inovação, como descreve Emanuel em seu depoimento:

Eu tive oportunidade de fazer muitas coisas durante a universidade. Eu tive programa [na rádio do] diretório acadêmico de comunicação [...]. Comecei fazendo rádio assim. Estava nas primeiras disciplinas de rádio e consegui espaço na rádio que era comunitária, pra fazer um programa de debates. Era um programa que mesclava bom-humor, com assuntos do dia a dia, do cotidiano, um *talk show*. A gente tinha um grupo de rádio, de quatro, cinco, seis alunos, chegava até

dez, eu acho. Sempre que tinha oportunidade, esse grupo assumia a programação da rádio da universidade. Era um grupo estudantil que atuava em projetos específicos, projetos da universidade que, ao invés de contratar alguém, pegava esse grupo de rádio [...]. Então, tive oportunidade de participar desse grupo, fazendo vários programas na rádio universitária. Criei, junto com esses colegas, a rádio na internet, pros alunos. Não tinha. Foi inspirada num projeto da Rádio Fã, que era [dirigida pelo] o mesmo professor, diretor da Rádio, que implementou esse projeto e queria levar para a nossa universidade.

A universidade também participa do processo de interiorização de parte da cultura acadêmica, que, eventualmente, será incorporada ao mundo dos jornalistas, ao vocabulário sobre a profissão. Assim, ao descreverem ou analisarem situações da sua prática laboral, alguns entrevistados, sobretudo os mais jovens, fizeram uso de conceitos acadêmicos, como o papel do jornalista como *gatekeeper*⁵ no processo de seleção das informações (Gabriel), a avaliação dos temas que vão compor o noticiário pela recorrência de valores-notícia⁶ (Michel), ou a reflexões sobre as transformações da identidade profissional dos jornalistas na internet, com a substituição deste estatuto pelo de produtor de conteúdos⁷ (Clara). Podem ainda

⁵ O conceito de *gatekeeper* (ou “porteiro”) foi introduzido, em 1947, por Kurt Lewin. Mas vai ser aplicado, pela primeira vez no jornalismo, em 1950 por David Manning White. No estudo, White analisou a forma como “Mr. Gates”, editor telegráfico de um matutino localizado em uma cidade do *midwest* estadunidense, selecionava as notícias que seriam publicadas no jornal. Examinando as razões apresentadas para a rejeição das matérias, White (1993, p. 145) chegou à conclusão de como a “comunicação de notícias é extremamente subjetiva e desprovida de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas”. Assim, o modelo de *gatekeeper* enfatiza o papel individual de repórteres e editores na produção de um noticiário.

⁶ Os critérios de noticiabilidade ou valores-notícia constituem-se em um “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gera a quantidade e o tipo de acontecimentos, dentre os quais há que selecionar as notícias” (WOLF, 1995, p. 175). A decisão em torno da publicação de uma notícia estaria ligada à quantidade de valores-notícia presentes em cada acontecimento. Além disso, tais valores orientariam as escolhas tomadas em todas as etapas da produção noticiosa.

⁷ Termo utilizado por Zélia Adghirmi (2002) para designar as mudanças no estatuto dos jornalistas em tempos de “mudanças estruturais” e de desregulamentação do mercado de trabalho pelas novas tecnologias. Segundo a autora, o resultado desses diferentes processos seria a precarização do *status* dos jornalistas que trabalham para os sites de notícias, reconhecidos, por algumas empresas, como meros “produtores de conteúdo”.

fazer referência a autores ou livros-manuais para justificarem certas práticas, como a necessidade de não dependerem tanto de *press releases* na produção de conteúdo: “Li um livro ótimo chamado *Assessoria de imprensa e o relacionamento com a mídia* [...] e ele fala: ‘a notícia não está na redação’.” (Eduardo). A meu ver, esses breves momentos de apropriação de termos acadêmicos no jornalismo revelam em que medida parte das convenções do meio universitário são incorporadas pelo mundo dos jornalistas por meio de um processo quase imperceptível de circulação de discursos e de introdução de microinovações nas redações pelos recém-formados.

Uma terceira forma de participação da experiência acadêmica na carreira jornalística seria na intermediação do acesso ao mercado de trabalho. De fato, a despeito do discurso que tende a representar os cursos de jornalismo como esferas distantes do mercado ou incapazes de dar conta e de antecipar a realidade da prática jornalística, parece-me pouco provável que assuntos do tipo “como conseguir um emprego” ou “como funciona o mercado de trabalho” não estejam presentes nas discussões com os alunos em sala de aula — como acontece, por exemplo, na minha experiência pessoal como professor e no relato de outros colegas da minha faculdade.

Além disso, a passagem por alguns cursos que possuem boa reputação no meio profissional também podem agregar maior visibilidade ou *status* aos futuros egressos (Rose e Paulo). Nesse sentido, é bastante comum que um jornalista que tenha passado por uma universidade de prestígio reproduza esse *status* institucional ao assumir um cargo de chefia, privilegiando estudantes ou jovens jornalistas que tenham saído da mesma instituição em que ele se formou, como fez, por exemplo, Sam (mas também Maurício), na redação que dirige:

Sam: Uma curiosidade: dessa seleção [de jovens jornalistas que participaram do primeiro curso de *trainees* do jornal onde ele trabalhava], dos 12 que foram pra entrevista, dez eram da Universidade X [a mesma do entrevistado]. Dos seis [que ficaram para a última etapa], cinco eram da Universidade X. Dos dois selecionados, os dois eram da Universidade X. [Isso acontece por causa da sua] estrutura, que ela acaba formando os melhores alunos.

Os professores também podem contribuir para a inserção de jovens jornalistas no mercado de trabalho — sobretudo nos primeiros estágios ou empregos. Esse tipo de situação aparece nos depoimentos de Eduardo, Maurício, Daniel, Vitória, Sam, Alberto e Leon. Em geral, são professores que possuem contatos nas redações ou que ainda trabalham como jornalistas, que divulgam vagas de estágio, indicam ou contratam estudantes. É interessante, por exemplo, ver os casos de Maurício e Alberto, que entraram no mercado pelas mãos da mesma professora (e que, na época, era editora de um jornal), e que fazem um relato bastante parecido sobre o ingresso nessa redação:

Maurício: A professora que me levou [para esse jornal, para trabalhar em um caderno voltado ao público jovem] e que iniciou lá uma leva de estudantes [...], foi quem abriu a porta para gente da redação. Foi fundamental, você encontrar gente que tinha esse entusiasmo com redação porque eu sempre quis trabalhar em redação.

Alberto: [que sempre quis trabalhar com jornalismo cultural] Foi o seguinte: no segundo semestre de 95, eu tinha uma professora. Ela, por coincidência, naquele semestre, era editora do caderno de Cultura do jornal. Se você tivesse aula no semestre seguinte, ela era editora do caderno Feminino. Desse modo, eu tive sorte de pegar matéria com ela, quando ela era professora da universidade e editora de Cultura.

Processo semelhante aconteceu no caso dos entrevistados mais velhos, com mais de 50 anos. Nesses casos, contudo, os jornalistas ingressavam direto em um mercado de trabalho que, no final dos anos 1970, início de 1980, caracterizava-se pela escassez de mão de obra qualificada. “Eu ainda era aluno quando eu comecei a trabalhar [...] Em Goiânia, praticamente os professores iam lá [na Faculdade] pediam informação [sobre os alunos], os editores pediam informação aos professores, os professores davam aula e chamavam você pra fazer [parte do jornal]” (Felipe); “Eu comecei a ter carteira assinada e não mais como estagiária em 1983 [...]. Eu comecei a trabalhar num jornal que era de um professor meu, que chamou alguns alunos para fazer parte desse Jornal” (Albertina); “Boa parte dos meus professores

formava a equipe da redação. Editor de economia, era professor; editor de política, era professor; editor-chefe era professor na faculdade. Então, eu tinha essa simbiose entre o professor-chefe. Professor na escola e chefe na redação” (Azarius).

O papel do professor como intermediário na contratação de jovens jornalistas também é valorizado pelos jornalistas que ocupavam, no momento da entrevista, cargos de chefia, ficando responsáveis pela contratação de estagiários, como os casos de Maurício (“Era uma pessoa indicado por professor [...] Ele já teve uma grande vantagem porque ele teve uma indicação”) e de Afonso (que, durante a entrevista, pediu o meu contato para que eu pudesse indicar candidatos a estagiários quando houvesse seleção aberta).

A passagem pela universidade é também um momento de formação de redes de contatos e relações de coleguismo e de amizade. Algumas dessas relações tiveram impacto na busca pelo primeiro emprego (Emanuel, Afonso). Outras constituíram uma *network* profissional, que vai mediar parte das escolhas que serão feitas na carreira nos anos que se seguem após a formatura (Margarida): “Eu considero a faculdade o primeiro *networking* que você faz. Há pessoas que vão ter você como referência por toda a profissão” (Michel). Mas várias dessas relações vão dar origem a laços de amizade e vão permear outros momentos da trajetória dos entrevistados (Maurício, Beatriz, Alberto, Michel), se estendendo também para a vida pessoal: “Com uma sorte muito grande, eu encontrei grandes amigos no primeiro semestre da universidade. Fui atrás de afinidades da adolescência [...]. Esses amigos eu tenho até hoje” (Alberto).

Os impactos no mercado de trabalho

Os estudos sobre os impactos da formação universitária nas carreiras e sua participação nos processos de socialização e microinovação no mundo dos jornalistas são relativamente escassos e se limitam a reproduzir o debate normativo sobre o tema. Por outro lado, existe um número razoável de trabalhos que analisam a relação entre a expansão do ensino superior no Brasil (e em outros países) e as transformações

do mercado de trabalho e da prática jornalística. Esse descompasso entre a disponibilidade de análises macro e microsociológicas parece encontrar explicações nas escolhas metodológicas dos pesquisadores: as análises de cenário dependem, sobretudo, da disponibilidade de dados oficiais (estatísticas e documentos) e na utilização de pesquisas quantitativas (questionários), capazes de suportar leituras diacrônicas ou panorâmicas sobre o fenômeno. Nesta seção, farei uso desses estudos tentando, quando possível, confrontá-los com as histórias de vida dos meus entrevistados.

A expansão do número de cursos de jornalismo e/ou de profissionais com formação específica não é exclusivo do Brasil. Contudo, a reserva de mercado introduzida pelo Decreto-lei n.º 972/69 (BRASIL, 1969) e o próprio processo de expansão do sistema privado de ensino superior durante os anos 1990 (MICK, 2012) potencializaram o impacto da formação superior no meio laboral.

Em 1970, havia no Brasil 18 cursos de jornalismo. Esse número chegou a 316 em 2010. Em março de 2015, existiam 426 cursos em atividade registrados na plataforma *e-mec*, 63 deles gratuitos.⁸ Já o número de vagas abertas passou de 1.557 em 1970 para 35.509 em 2010 (MICK, 2012). A título de comparação, em 2008, havia no Reino Unido 46 cursos de jornalismo (graduação e pós-graduação) que formavam cerca de 1.500 egressos por ano (DELANO, 2008). No Chile, em 2011, eram 50 cursos de jornalismo e comunicação, oferecidos por 36 instituições de ensino superior e que formavam cerca de 8.000 alunos de graduação e 700 de pós-graduação (MELLADO, 2011). Os Estados Unidos é um dos raros países que supera o Brasil em número de formações em jornalismo: em 2002, eram 436 cursos (WEAVER *et al.*, 2009), contra 136 no Brasil em 2000 (MICK, 2012). Segundo Weaver *et al.*, a criação de novos cursos superiores acompanhou o aumento do número de postos de trabalho nas décadas de 1990; nos Estados Unidos, a taxa de diplomação, em 2002, era de 89% do total de jornalistas, mas apenas 36% tinha formação específica em jornalismo. No Brasil, como já mencionei, 98,1% dos

⁸ Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2018.

jornalistas possuem formação superior, 89,2% em jornalismo,⁹ sendo que 60,5% fizeram o curso superior em instituições de ensino superior privadas.¹⁰

É inegável o papel da universidade na conformação do mundo dos jornalistas no Brasil (MICK; LIMA, 2013). Nesse sentido, a ideia defendida por Florence Le Cam e Denis Ruellan (2004) e por Afonso Albuquerque (2006) de uma identidade profissional parcialmente construída e validada pela posse do diploma é um bom ponto de partida para se discutir o papel da universidade na “profissionalização” do campo. A forte expansão do sistema de formação de jornalistas é reforçada pelo discurso que associa o diploma a uma noção de profissionalismo, na posse de um saber técnico, de uma formação ética e que subsidiaria (discursivamente) a defesa da autonomia do grupo frente ao poder político.¹¹ É claro que a formação não garante por si só um jornalismo “mais ético”; e de certa forma, a associação entre profissionalismo e ética reaparece na ideologia profissional sem estar necessariamente associada a uma formação específica (cf. DEUZE, 2005; RUELLAN, 2011). O interessante, neste caso, é o modo como a formação específica é reapropriada pelo repertório argumentativo do grupo de jornalistas como uma forma de defesa e legitimação de aspectos da identidade profissional (PEREIRA; MAIA, 2016).

Junto com a autonomização dos jornalistas em relação à política partidária, a expansão dos cursos superiores teve efeitos na constituição sociodemográfica da profissão, que passa a ser ocupada por integrantes da classe média (FIGARO, 2013) ou por pessoas que veem o ingresso no jornalismo — via formação — como um mecanismo de manutenção

⁹ Esses números, é claro, reproduzem a estrutura das grandes cidades e do Centro-Sul do país, responsável por mais de 80% dos registros profissionais emitidos (MICK; LIMA, 2013) e que possuem uma rede de ensino bem consolidada. Esse cenário é diferente no interior do país. Em uma pesquisa feita junto aos jornalistas em atividade no Sul da Bahia, Albuquerque e Oliveira (2008), mostram que apenas 50% dos respondentes possuíam curso superior, 12,5% em jornalismo.

¹⁰ Na França, segundo dados do *Observatoire des Métiers de la Presse*, a proporção de jornalistas com carteira profissional que seguiram formação em uma das 13 escolas de jornalismo reconhecidas pelo grupo profissional era de apenas 19% em 2016. Disponível em: <https://data.metiers-presse.org/overview.php#course/alljournalists/2016/none>. Acesso em: 28 mar. 2018.

¹¹ Ver, por exemplo, a pesquisa de Nascimento (2008) sobre o impacto da introdução dos cursos de jornalismo no quadro institucional do jornalismo político de Mossoró.

do *status* ou mesmo de ascensão social. Uma enquete com estudantes de jornalismo de seis universidades brasileiras mostrou, por exemplo, que cerca 40% dos respondentes vinha de famílias em que nenhum dos pais tinha formação superior (PEREIRA *et al.*, 2013). O depoimento de Leon ilustra bem essa situação e como ela se relaciona com as mudanças na ideologia profissional do grupo (retomarei esse debate no capítulo 13):

Mudou o perfil desse profissional. Como a comunicação é uma atividade política, é atividade ligada à contestação, é uma atividade ligada às liberdades, é uma atividade ligada à divulgação do conhecimento. Quem optava, nas décadas de 70, 80, e até 90 por isso, por essa atividade, era um tipo de gente.... a origem dessas pessoas era de uma classe média e média baixa, uma classe média intelectual, que vinha das universidades, que vinha do [curso de] Direito, que vinha da militância pelas liberdades, que vinha do jornalismo político [...]. Na década de 70, com a Ditadura brasileira, o jornalismo passou a ser uma atividade política. De contestação da Ditadura, de denúncia da desobediência dos Direitos Humanos [...]. Quem se envolvia com isso, era um perfil [específico] de jornalista. Com a mudança do próprio perfil do estudante universitário brasileiro, que foi se elitizando, até porque com a crise econômica, da década de 70, começo da década de 80, a classe média passou a precisar ir mais para o mercado de trabalho para se sustentar e menos para a universidade. Eu já fui de uma geração que precisou de crédito educativo pra comer. Eu estudava numa universidade pública, eu precisava de crédito educativo pra comer e me deslocar. O perfil do universitário nos últimos dez anos é diferente [...]. Ele tem um carro, ele não precisa do ônibus [para ir à] universidade, ele não precisa exigir passagem mais barata. Então esse perfil de classe média alta, que é diferente do perfil de classe média baixa que, hoje, a gente verifica nas redações, que é mesmo perfil das escolas. Quer dizer, esse perfil muda o rol de pautas [...]. Na minha época, eu me importava mais com as questões coletivas, e, hoje, o perfil é muito mais individualista. Eu me importava mais em defender bandeiras coletivas, de liberdades e igualdade que hoje não existem mais, porque essas bandeiras foram conquistadas. Então, o assunto, hoje, na reunião de pauta é outro [...]. O meu interesse era a greve contra a ditadura, e, hoje, não tem mais greve contra a ditadura, porque não tem mais ditadura. Então, o cardápio na reunião de pauta mudou, o perfil do jornalista mudou. O jornalista antes, todo mundo sabe, tinha um perfil mais empobrecido. Ele tinha uma renda menor, ele via coisas diferentes, ele andava por lugares diferentes, ele se divertia de forma diferente.

A noção de “profissionalização” que aparece associada à expansão da educação superior em jornalismo também é percebida nas mudanças dos indicadores de acesso à profissão (mais difícil e estruturado por meio de mecanismos “formais” e “profissionais” de contratação, como programas de estágio e *trainees*) — como será discutido nos próximos capítulos —, e pelo aumento dos egressos de jornalismo que serão alocados em outros segmentos do mundo dos jornalistas, como o caso das assessorias de imprensa/comunicação e no ensino de jornalismo (ver capítulos 10 e 12). Os estudantes não são indiferentes a esse cenário. Na Universidade de Brasília, por exemplo, pesquisa feita em 2012 mostrava que 25,4% dos estudantes de Jornalismo pretendiam trabalhar como assessores de comunicação após a formatura e que 49,7% dos estágios realizados naquele ano eram em setores de comunicação organizacional e relações públicas (PEREIRA, 2015a).

O próprio espaço acadêmico teria se fortalecido com o aumento do número de cursos de graduação, pós-graduação e da consolidação de um sistema de pesquisa na área (MICK, 2012). Mick e Lima (2013) estimam que cerca de 5% dos jornalistas em atividade (algo como 7.500 pessoas) trabalham como professores em instituições de ensino superior. Isso se traduz na proliferação de associações científicas (como a SBPJor, FNPJ, Abraji, entre outras), no fortalecimento do sistema de pós-graduação e na constituição de discursos de *expertise* em relação ao campo (MICK, 2012) em detrimento a um modelo calcado em um jornalista militante ou intelectual (PEREIRA, 2011).

Conclusão

A universidade integra o mundo dos jornalistas. Independentemente do debate sobre a obrigatoriedade do diploma ou a qualidade da formação oferecida, a universidade é um espaço de socialização e interiorização dos valores profissionais. É, também, um dos mecanismos de antecipação das dinâmicas do mercado de trabalho e de produção de inovações. A formação acadêmica participa, ainda, da reprodução das ideologias profissionais do jornalismo, baseadas em discursos como o de oposição

entre um saber técnico e humanístico, da construção de um repertório argumentativo que vai destacar dimensões como a autonomia e a ética jornalística. A universidade é, finalmente, o primeiro espaço institucional para a carreira dos jornalistas. Não estou dizendo que isso é bom ou ruim, mas é impossível querer estudar a profissão do jornalista brasileiro sem mencionar a passagem pelos cursos superiores.



CAPÍTULO 4

“Lá eu aprendi a ser repórter”: estágios

Neste capítulo, dou continuidade à minha reflexão sobre o período anterior à inserção profissional e o papel das instâncias de aprendizado na construção da carreira jornalística. Discutirei aqui os estágios. No Brasil, o estágio em jornalismo foi proibido em 1979 pelo Decreto n.º 83.284, da Presidência da República. Na época, os jornalistas veteranos acusavam as empresas de contratarem estagiários para assumirem funções de jornalistas profissionais (LOBO, 2010; VALVERDE, 2006). Ao longo das décadas 1980-1990, por conta da pressão de empresários e, em parte, dos próprios estudantes e jornalistas (VALVERDE, 2006), os estágios voltaram a vigorar até se chegarem ao ponto de se constituírem em uma experiência quase incontornável para os jornalistas. A partir de 2013, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Jornalismo, o estágio supervisionado passou a ser obrigatório para todas as formações oferecidas no país — as faculdades tiveram até 2016 para implementar essa mudança (BRASIL, 2013).

Uma pesquisa realizada por Mick e Lima (2013) mostra que apenas 23,7% dos jornalistas em atividade em 2012 não haviam passado por experiências de estágio. Esse número é ainda menor dentre os estudantes de Jornalismo que participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes de 2012 (Enade): apenas 16,7% deles não havia estagiado no ano de 2012 (BRASIL, 2012).

Existe uma espécie de ambiguidade na forma como essas experiências são vistas no meio profissional. A princípio, o estágio teria uma função pedagógica. Do ponto de vista das DCN do Jornalismo, o seu objetivo é o de “consolidar práticas de desempenho profissional inerentes ao perfil do formando”, o que possibilitaria “aos alunos

concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios” (BRASIL, 2013, p. 6). Nessa mesma linha, Valverde (2006) defende a ideia de que a realização do estágio iria além de um complemento “não essencial” à formação jornalística e teria como finalidade suprir uma carência dos cursos superiores em termos de formação prática. Os estágios seriam também uma forma de contribuir na aquisição de habilidades técnicas e interpessoais (BEARD; MORTON, 1999; NEIDORF, 2008) e de ter acesso a experiências que não podem ser aprendidas em sala de aula (HILT; LIPSCHUTZ, 1996; VALVERDE, 2006). Finalmente, esse tipo de experiência pré-laboral é visto por instituições de acreditação, como a norte-americana Accrediting Council on Education in Journalism and Mass Communications (ACEJMC, 2013), como instâncias de avaliação indireta da qualidade dos cursos — por meio do acompanhamento do desempenho do estagiário nas empresas de mídia conveniadas. Elas permitiriam, ainda, fortalecer a reflexão sobre aspectos da formação em Jornalismo: questões de ética aplicada, formas de se comunicar com diferentes tipos de audiência, uso das tecnologias na prática jornalística, entre outros (WILLIAMS, 2010).

Mas, para além da sua dimensão pedagógica, os estágios se constituiriam em modalidades de construção (e de reforços) dos laços entre a faculdade e o mercado de trabalho (BEARD, 1999; HILT; LIPSCHUTZ, 1996; LOBO, 2010). Ele teria, assim, um papel na constituição de um projeto de carreira. Os estágios integram as estratégias de aquisição de capital social pelos futuros jornalistas, que se aproveitariam dessa experiência para criarem suas próprias redes de contato no meio profissional (NEIDORF, 2008). Além disso, os estudantes-estagiários teriam melhores condições de delimitarem suas escolhas de carreira ao reconhecerem suas habilidades, que poderiam ser reforçadas junto aos empregadores (BEARD; MORTON, 1999). Finalmente, os estagiários teriam condições de se anteciparem às dinâmicas do mercado laboral, direcionando suas escolhas a setores com mais condições de empregabilidade.

Este capítulo da continuidade a essa linha de análise aberta pela literatura da área que busca inserir o estágio na perspectiva mais ampla da carreira e das

próprias dinâmicas que constituem o mercado de trabalho do jornalismo. Como os jornalistas avaliam essas experiências? De que forma elas participam da construção das suas trajetórias no jornalismo? Como elas se relacionam com as expectativas e dinâmicas do mercado laboral? Essas questões servem como base para os debates que farei ao longo deste capítulo.

Representações do estágio e seus impactos na carreira

Os depoimentos dos jornalistas a respeito das experiências pré-laborais ilustram a evolução de uma situação de oferta abundante de empregos (final dos anos 1970, início dos anos 1980) para um cenário em que fica cada vez mais difícil ingressar e se estabelecer na profissão. Assim, o estágio passa de uma prática pouco comum entre os jornalistas em atividade nas décadas de 1970-1980 para uma experiência quase obrigatória nos anos seguintes. Essa constatação feita junto aos entrevistados é reforçada pelos dados quantitativos cedidos por Jacques Mick e Samuel Lima. Dentre os jornalistas que responderam ao questionário aplicado por eles em 2012, o número de respondentes que fizeram estágios é de 57,1% entre as pessoas na faixa etária de 51 a 64 anos e na faixa de 41 a 50 anos. E sobe para 70,3% entre os respondentes entre 31 e 40, e 87,1% na faixa de 23 a 30 anos.

No caso desta pesquisa, dos oito entrevistados com mais de 40 anos, cinco (Ricardo, Felipe, Gabriele, Albertina e Azarius) foram contratados para trabalhar em veículos de comunicação antes mesmo de se graduarem, sem experiências formais de estágio: “[Comecei em] 79. Eu ainda era aluno quando comecei a trabalhar. Era uma coisa que havia muito. Em Goiânia, os editores pediam informação aos professores [sobre bons alunos] e os professores chamavam você para fazer parte da equipe de algum jornal” (Felipe); “Eu estou no jornalismo desde 82. Comecei trabalhando na cobertura das eleições no Rio, eu era estudante da UFRJ. E a rádio recrutou estudantes universitários para fazer uma apuração paralela das primeiras eleições para o governo [...]. Ali eu ainda era estudante e eu não parei mais” (Albertina); “Era comum

que os alunos procurassem logo entrar no mercado de trabalho. Primeiro porque havia uma procura, em razão de uma certa renovação. Era a transição da velha geração [ainda do tempo da censura] e dos jornalistas formados fora das escolas de comunicação [...]. E havia brecha legal pra isso, a lei permitia” (Azarius).

Os casos de Sam (45 anos), Eugênia (40 anos) e Horácio (44 anos), que tiveram experiências de estágios antes de ingressar no mercado de trabalho, também devem ser vistos com atenção. Sam teve um primeiro estágio em uma empresa familiar, seguiu para uma rádio pública, “que era o que tinha na época, estruturado. Mas eu trabalhava na produção da rádio. Não era jornalismo”, antes de seguir para vários estágios em assessorias de imprensa. Eugênia e Horácio apresentaram carreiras bem diferentes dos demais entrevistados. Eugênia morava em uma cidade de médio porte na região Amazônica e ingressou como “estagiária” em uma emissora de TV, aos 16 anos. O curso superior só foi concluído anos depois, quando ela já trabalhava em Brasília. Horácio fez primeiro uma carreira na área técnica de uma emissora de televisão antes de decidir cursar Jornalismo, já no final dos anos 1990. Após a formatura, em 2002, assumiu uma vaga como produtor na mesma emissora. Nesse caso, apesar da idade, sua carreira está mais próxima daquelas que foram trilhadas por entrevistados que ingressaram no jornalismo nos últimos dez anos.

Todos os entrevistados com menos de 40 anos fizeram estágios. O número de experiências pré-laborais varia de uma a sete. Ao analisar as gerações mais recentes, não percebi nenhuma correlação entre a idade e o número de estágios realizados — contrariando o senso comum que tende a reforçar a ideia de quanto mais jovem é o jornalista, maior seria o número de experiências pré-laborais realizadas. Também não encontrei indícios de que o ingresso precoce em um estágio ou a realização de um maior número de experiências pré-laborais facilitaria o ingresso no mercado de trabalho, apesar de alguns entrevistados reforçarem esse discurso: “Quanto mais cedo o jornalista começa ainda na faculdade a trabalhar numa redação, mais cedo ele vai se formar e ter o trabalho reconhecido. Eu tenho muitos amigos que se formaram e foram procurar emprego e tiveram dificuldade” (Paulo).

Essa constatação contraria também algumas pesquisas realizadas em outros países (HOROWITZ, 1996; NEIDORF, 2008) e que apresentam indícios de que múltiplos estágios aumentariam a possibilidade de contratação no jornalismo. “Claramente, estágios não garantem um futuro emprego em redação, mas estudantes que completaram estágios, sobretudo dois ou mais, se saíram melhor do que estudantes com um estágio”¹ (NEIDORF, 2008, p. 59).

Em um primeiro momento, os entrevistados buscaram avaliar o estágio como uma instância de aprendizado. Aliás, alguns consideram o estágio mais importante para a formação do que a passagem pelos cursos de Jornalismo — em uma curiosa inversão dos papéis geralmente atribuídos a esses dois espaços: “Os estágios acho que são tudo”, afirma Rose, que continua a entrevista descrevendo o que aprendeu em cada estágio. “Na faculdade eu senti que faltou um pouco de formação para prática de texto. As aulas de texto eram fracas e em pouca quantidade também. E aí você acaba aprendendo no trabalho mesmo” (Violeta); “Aprendi muita coisa no estágio porque eu cheguei sem ter noção direito de como se faz uma matéria. Você vê isso na faculdade, é óbvio, só que o dia a dia de um jornal às vezes com pressão, com a data... Aquilo é diferente, muda um pouco, então eu aprendi bastante” (Eduardo). “No [segundo estágio] eu aprendi a ser repórter [...]. Eu acho que o jornalista é um profissional de nível superior, mas ele tem que ter o nível superior não necessariamente em jornalismo. Tudo o que eu sei eu aprendi sendo jornalista” (Beatriz).

O estágio também deve ser visto como um mecanismo de gestão das incertezas da carreira jornalística. Os entrevistados situam-no como uma estratégia de aquisição de visibilidade e de criação de uma rede de contatos no meio jornalístico: “Eu considero o estágio um período de você aprender tudo o que a empresa tem para te oferecer e conhecer o máximo de pessoas possíveis. Eu acho que a nossa profissão é muito de você conhecer pessoas que vão te ajudar no futuro, que vão te abrir portas e aprender

¹ No original: “Clearly, internships do not guarantee future newsroom employment, but students who completed internships, especially two or more, fared better than students with one internship each or more”

tudo que a empresa tem pra te dar” (Rose); “O estágio é importantíssimo porque se eu não tivesse tido convivência com os colegas daqui, provavelmente ninguém ia me contratar” (Mauve); “Qual é o patrimônio do repórter? É nome dele. Então, quanto mais cedo ele começa, mais cedo ele vai ser lido por todo mundo e o trabalho dele vai ser mais cedo avaliado” (Paulo); “No estágio você conhece as pessoas. Então, se você precisar de indicação, vão ter pessoas que vão te indicar [...]. Querendo ou não, você vai criar uma rede de contato que vai te ajudar” (Luísa).

Seguindo essa lógica, os entrevistados mais jovens, com menos de 30 anos, enxergam nos estágios o verdadeiro início de suas carreiras jornalísticas. Eles geralmente iniciam-na em estágios menos reputados, em geral em serviços de *clipping*, em pequenos jornais ou em assessorias de imprensa (situação observada em 20 dos 32 entrevistados), para depois progredirem para empresas de mídia local ou nacional:

Marcel: A dinâmica era um pouco essa: raramente você conseguia entrar num estágio em redação logo de início. Geralmente os estágios de redação exigiam um tempo maior de faculdade, exigiam um mínimo de experiência, então a assessoria era uma porta de entrada.

Vitória: Comecei por uma assessoria de imprensa de um ministério porque foi o estágio mais fácil que achei. Foi o único caminho. Eu achava que era muito cedo pra fazer jornal e estágio em jornal [...]. Não consegui nenhuma outra assessoria que não fosse pública [...]. Foi um caminho bom.

[Sobre a escolha do segundo estágio]: Eu queria jornal. Já estava no terceiro ano, já estava concluindo o curso. Já estava querendo estagiar em algum jornal. Já conhecia alguns jornais. Eu fiz alguns processos seletivos para entrar.

Essa situação reaparece em uma análise que fiz dos relatórios de estágio dos estudantes de jornalismo da Universidade de Brasília referentes a fevereiro de 2012 a abril de 2013:² dentre os estudantes do 3º ano, há uma predominância de experiências em

² A pesquisa contou com a colaboração de Nayane Oliveira, Patrícia Travassos e Raphael Sandes, na época estudantes de Comunicação Organizacional da UnB e com o apoio da Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (Daia) da universidade, que permitiu o acesso aos relatórios de estágios.

assessorias de comunicação (43 contra 32 estágios em mídia), já no 4º, predominam os estágios em empresas de mídia (47 contra 30 em assessorias)³ (PEREIRA, 2015a). A carreira de estagiário, na verdade, reflete não só a percepção dos estudantes sobre os passos que devem ser tomados rumo a estágios mais reputados, como a forma como o próprio mercado se diferencia e organiza na promoção das formas de recrutamento dos estagiários: enquanto os primeiros estágios são geralmente obtidos por meio da indicação de professores e colegas, os estágios em veículos jornalísticos mais reputados dependem de processos seletivos longos e estruturados, que costumam ter até cinco etapas de seleção, como ilustram os depoimentos de Eduardo (selecionado para um *site* de notícias ligada a um grande grupo midiático) e particularmente o de Luísa (que estagiou em uma rádio *all news*):

Você faz uma prova virtual. Se você passar, é chamado para uma prova escrita. Se você passar, é chamado pra uma dinâmica de grupo. Se você passar, é chamado pra uma entrevista e, depois, para um teste. Eu fiquei em segundo [na seleção]. Não fui chamada. Só que aí, o que aconteceu? O menino que tinha passado na minha frente [...] foi pra Belo Horizonte, porque ia terminar a faculdade lá. E aí, eu fui a primeira opção [...]. Enfim, acabou que deu tudo certo e eu entrei.

A criação de processos seletivos cada vez mais complexos nos estágios reflete o aumento da oferta de mão de obra, resultado direto do processo de expansão do sistema de ensino superior, o que exige a multiplicação dos filtros e requisitos para contratação, sobretudo nos estágios mais valorizados. Oliveira e Grohmann (2014, p. 8) mostram que a situação chega ao ponto de as empresas solicitarem aos candidatos a estágio uma série de requisitos “extras”, como um segundo idioma, fluente ou avançado, conhecimento de diferentes *softwares*, um perfil “convergente”, capaz trabalhar em todas as mídias e “se tiver experiência em outra empresa do ramo é certeza da contratação”. As entrevistas com Daniel e Emanuel, que ocupavam cargos de chefia no momento desta pesquisa, permitem entender um pouco esse fenômeno:

³ Até o mês de abril de 2015, os estágios na Faculdade de Comunicação da UnB só eram autorizados a partir do 5º semestre do curso.

Daniel: Eu já tive seleção aqui com 40 estagiários. E aí a gente faz assim: pede pra eles fazerem um *release*, um textinho pequeno. Depois a gente simula uma coletiva de polícia, geralmente é o meu substituto de cidades que senta lá e faz o papel de delegado, passa as informações, os caras anotam aquilo e vão para o computador, escrevem e entregam o texto. A gente avalia, eu e o subeditor. A avaliação durava dias, durava uma semana, duas semanas pra fazer. É trabalhoso, mas a gente pegava bons estagiários.

Emanuel: Quando eu comecei nesse cargo de gestão, nas primeiras seleções, eu optei por uma divulgação ampla [...]. Eu comecei a receber uma enxurrada de *e-mails*, muitos *e-mails*. Aí, eu marquei uma série de entrevistas e peguei candidatos muito ruins. A seleção, que deveria ser rápida, demorou muito tempo [...]. Então, a partir disso, eu comecei a estabelecer os contatos nas universidades já para peneirar. Já dá para fazer um funil de gente com perfil, até para não perder tempo aqui.

[Sobre o processo de seleção]: O teste é o seguinte: eles ouvem uma entrevista que foi ao ar ao vivo na rádio (a gente tem a gravação) e, a partir da entrevista que eles ouvem aqui mesmo, no programa de edição [de áudio], eles fazem uma reportagem, fazem o texto. E ainda pegam dois *releases* de órgãos públicos — porque aqui na rádio a gente recebe muitas informações de prestação de serviço de órgãos públicos. Da entrevista, fazem uma reportagem e, dos dois *releases*, fazem duas notas. Escrevem isso tudo no Word mesmo. Quando terminam, eles imprimem e gravam. O que eu avalio? Eu avalio a agilidade deles, o texto e, depois, o potencial de locução.

A explicação para o aumento das exigências e dos requisitos para a contratação de estagiários nos principais grupos de mídia no Brasil vai, portanto, além do discurso sobre a “má qualidade dos cursos” ou da “mão de obra disponível”. Existe uma correlação entre a redução do número de postos disponíveis e o aumento da concorrência e a criação de novas etapas para o ingresso no mercado de trabalho (DEVILLARD, 2002). Por isso, o estágio anteciparia parte do processo de inserção profissional no jornalismo.

Estágio e inserção profissional

O estágio, sobretudo o último estágio, feito pelo jornalista antes de se formar, tem um papel importante no ingresso na profissão. Dados cedidos por Jacques Mick e Samuel Lima revelam que 23,5% dos jornalistas de 18 a 22 anos e 16,4% dos que tinham entre 23 e 30 anos em 2012⁴ conseguiram o primeiro emprego em “continuação a estágio ou *trainee*”. Em minha pesquisa, dos 27 entrevistados que fizeram estágio, 20 foram efetivados na empresa em que estagiavam, até três meses após a formatura: Rose, Gabriel, Mauve, Maurício, Maria-Sílvia, Marcel, Beatriz, Mercedes, Paulo, Teresa, Florentina, Daniel, Vitória, Clara, Luísa, Afonso, Alberto, Paulina, Margarida e Leon. Além disso, o estágio foi importante para a contratação de Sam (que ingressou logo após a graduação como repórter em um jornal de abrangência nacional por indicação da chefe do seu último estágio), de Emanuel (cujo primeiro emprego foi obtido em uma rádio vinculada ao mesmo grupo de comunicação onde estagiava), e de Michel (que não foi efetivado no estágio, mas foi contratado logo em seguida pela empresa onde havia realizado seu primeiro estágio). A exceção a este cenário foi Violeta, que conseguiu o primeiro emprego após distribuir currículos nos principais jornais de Brasília — embora ela também tenha feito três estágios diferentes antes de se formar.

⁴ Esses números sugerem, a princípio, que o peso dos estágios seria menor na contratação dos jornalistas. Contudo, esses dados precisam ser problematizados. No questionário, o item baseia-se na questão “Como você ingressou em seu principal trabalho jornalístico atual?”. Para o grupo de respondentes de 18 a 22 anos (e que não possivelmente ainda estão em período de formação), o termo “trabalho jornalístico atual” provavelmente faz referência ao próprio estágio em curso (ou ao emprego decorrente dele) e o acesso a esse emprego possivelmente equivale ao processo seletivo de sua contratação como estagiário. Assim, nessa faixa etária, os itens “Processo seletivo realizado pelo contratante” e “Seleção por empresa de recrutamento” e que somados correspondem a pouco mais 30% das contratações podem ser indicativos de processos de seleção de estagiários considerados pelos respondentes como formas de ingresso no emprego atual. A faixa seguinte (de 23 a 30 anos) provavelmente agrupa recém egressos e jornalistas no segundo ou terceiro empregos, ou seja, seria necessária uma nova estratificação da faixa para perceber o impacto dos estágios no acesso ao mercado de trabalho. Os dados são, portanto, inconclusivos nesse ponto, mas em seu conjunto, como veremos no próximo capítulo, evidenciam uma tendência de aumento das formas abertas de contratação (como estágios, programas de *trainees* e processos seletivos) dentre os jornalistas mais jovens.

Na visão dos empregadores, fazer um bom estágio seria uma forma de se distinguir na disputa por emprego, em um mercado cada vez mais competitivo (HOROWITZ, 1996; HILT; LIPSCHUTZ, 1996; NEIDORF, 2008). Valverde (2006) acredita que, no mercado de trabalho atual, já não haveria mais espaço para um tipo de inserção em que o jornalista se adaptaria aos poucos às dinâmicas das redações. Essa situação obrigaria, portanto, os repórteres a se anteciparem às exigências dos futuros empregadores, construindo um conjunto de competências que seriam oferecidas como um diferencial, tendo em vista o aumento da competitividade por empregos no jornalismo — retomarei esse debate no próximo capítulo.

A busca por um estágio reforça o sentimento de insegurança dos futuros jornalistas e as incertezas em relação ao ingresso no mercado de trabalho. A análise das carreiras dos jornalistas-entrevistados dá a impressão de que haveria uma correlação positiva entre o tipo de estágio feito no último ano do curso e o acesso quase direto ao mercado de trabalho. Mas é preciso lembrar que os entrevistados desta pesquisa podem ser considerados casos de *sucesso* no cenário geral das carreiras jornalísticas porque foram selecionados dentre os jornalistas *em atividade*, ou seja, aqueles que conseguiram de fato ingressar e se manter na profissão. É possível que outros estudantes de jornalismo também tenham tido experiências como estagiários (incluindo em organizações reputadas no meio profissional) sem conseguir necessariamente ingressar no mercado de trabalho. Isso fica claro no depoimento de Sam, chefe da sucursal de um grande jornal. Segundo ele, após um longo processo seletivo, dois estudantes conseguiram ingressar no veículo como estagiários. “Só que a gente não tinha vaga aqui”, pois o orçamento negociado com a sede não permitiu a abertura de novos postos aquele ano. “Fechou o barraco [do processo de seleção e formação de estagiários] porque não fazia sentido a gente treinar a pessoa [durante o estágio] pra entregar pro concorrente”.

Não existem indicadores que permitam mensurar a taxa de fracasso no acesso à profissão, mas os dados do Inep – Ministério da Educação (BRASIL, 2012) mencionam cerca de 13 mil graduados em jornalismo que ingressam anualmente em um mercado de trabalho estimado em 145 mil profissionais em atividade, incluindo jornalistas de

mídia, assessores de comunicação e professores universitários (que dificilmente seriam contratados dentre os recém-graduados de jornalismo) (MICK; LIMA, 2013). Ou seja, mesmo descontando as eventuais aposentadorias e saídas da profissão, em um cenário bastante otimista, a absorção desse contingente dependeria de taxas de crescimento no número de postos no mercado de trabalho superiores a 5% — o que me parece irreal. Pelo contrário, como discutirei no capítulo 13, existe uma tendência de redução do número de jornalistas nas empresas de mídia a partir de 2012.

Em síntese, esta análise permite afirmar que fazer um bom último estágio é cada vez mais importante para o acesso ao mercado de trabalho (é importante lembrar que “bons estágios” possuem também processos seletivos e concorrência entre candidatos a estagiários). No entanto, a realização de um bom estágio já não significa garantia de sucesso ou o ingresso automático no jornalismo.

Conclusão

O estudo dos estágios permite fazer a ponte entre os períodos iniciais da carreira — a escolha profissão e a passagem pela universidade — e o processo de inserção no mercado de trabalho. Do ponto de vista do indivíduo, a realização de um estágio funciona como um mecanismo de ajuste e de reforço do gosto pela profissão e também de antecipação das condições de ingresso no jornalismo. Isso leva à construção de um sentimento de pertencimento ao meio profissional, intensificado mais tarde, durante os processos de socialização na redação e de negociação do estatuto de jornalista. Do ponto de vista do mundo social, a criação de mecanismos de seleção dos estagiários e o aumento da concorrência são indicadores de precarização da carreira. Eles materializam transformações mais gerais do mundo dos jornalistas, como a expansão dos cursos e a redução da oferta de emprego, sobretudo no setor de mídia, o explica o desenvolvimento de estratégias precoces de gestão da carreira, como a construção de redes de contato no mercado de trabalho, com o objetivo de garantir a inserção profissional no jornalismo.



“Em primeiro lugar vem o desespero da pessoa. Se ela se formou e tá a fim de trabalhar, ela vai aceitar no primeiro lugar que oferecerem vaga”: inserção profissional

Neste capítulo, discutirei com mais detalhes a inserção do jornalista no mercado de trabalho. Inserção é definida aqui como a passagem da formação escolar rumo à vida adulta. Olivier Standaert (2015) explica que nem sempre é possível identificar o período exato dessa transição. Contudo, o conceito serviria como um ponto de partida para uma reflexão mais abrangente sobre as novas formas de ingresso no mercado laboral e as consequências desse processo em termos de carreira e estatuto. De fato, se o período de formação e estágio constituem-se em uma etapa fundamental dos processos de gestão das incertezas e de antecipação de parte das dinâmicas do meio profissional, será por ocasião do primeiro contrato de trabalho que essas experiências serão apropriadas na construção de um projeto de carreira. Trata-se, ainda, de um momento importante da socialização no jornalismo e da negociação estatutária. De um ponto de vista mais geral, a descrição das modalidades de ingresso no jornalismo me permite entender melhor a própria evolução do espaço laboral, como será discutido ao longo deste capítulo.

Por onde começar? O primeiro emprego

Uma análise das primeiras experiências laborais dos entrevistados aponta para uma predominância de empregos em veículos de mídia locais e regionais (20 jornalistas) em detrimento aos meios nacionais (oito) e às assessorias de imprensa e de comunicação (três). Trabalhar como repórter na imprensa escrita local (Gabriel, Mauve, Maurício, Maria-Sílvia, Ricardo, Felipe, Teresa, Daniel, Albertina, Vitória e Alberto) parece ser uma espécie de emprego típico para o início de uma carreira no jornalismo, independentemente de variáveis como gênero e idade. Esta constatação, baseada em uma agregação qualitativa das trajetórias analisadas,¹ é congruente com o resultado de estudos sobre carreiras jornalísticas, realizadas em outros contextos nacionais, como Estados Unidos (BEAL, 2003) e França (MARCHETTI, 2001). Tanto aqui como lá fora, as mídias locais parecem funcionar como uma espécie de porta de entrada para jornalistas que desejam trabalhar em veículos nacionais ou que vão construir uma carreira dentro do próprio jornal (discutirei esses diferentes percursos nos capítulos 7 e 8).

No caso brasileiro, esta situação está relacionada às características do campo da pesquisa (jornalistas que trabalhavam em Brasília no momento da entrevista), mas também à configuração da oferta de emprego nos diferentes espaços geográficos no Brasil. De fato, identifiquei três grandes universos profissionais e que definem as condições de inserção na carreira:

Rio de Janeiro e São Paulo concentram boa parte dos empregos no setor de mídia (MICK; LIMA, 2013), incluindo a sede dos principais veículos nacionais. Comparado à Brasília, essa diversidade de mídias permite que o jornalista que inicia sua carreira tenha maior flexibilidade na escolha das editorias e dos temas de cobertura. Isso inclui temáticas como esportes, cultura: “A minha relação no Rio era muito com o circuito de arte, porque o Rio é uma coisa meio de caderno

¹ Desconheço dados quantitativos sobre o tipo de mídia e a posição nos quais ocorre o ingresso na carreira jornalística no Brasil.

B, né ?! Mas aí eu vim pra cá e a cobertura é meio de política, economia” (Albertina); e, sobretudo, cidades: “Se fosse em São Paulo, por exemplo, ou no Rio de Janeiro, como são jornais muito grandes, o cara teria que entrar necessariamente na parte de cidades lá deles” (Daniel). É difícil dizer se, a partir desse ingresso, existe alguma mobilidade em direção a outras editorias ou se a progressão é vertical dentro de uma mesma área, pois boa parte dos entrevistados vieram para Brasília pouco depois — e acabaram se dedicando à cobertura política. No Rio e em São Paulo, ainda existe a possibilidade de se iniciar a carreira em veículos de mídia de abrangência nacional. Em geral, isso acontece por meio de programas de *trainee*, como explicam Maurício e Albertina. No caso dos entrevistados, esse ingresso em veículos nacionais a partir de São Paulo aconteceu em mídias e/ou editorias menos reputadas, sobretudo em cidades (Mercedes e Paulo).

Brasília reúne as sucursais dos principais veículos nacionais e regionais e uma parte expressiva do mercado de assessorias de imprensa e do jornalismo corporativo, sobretudo no setor público (SANT’ANNA, 2009). Nesse caso, fora algumas pessoas que iniciaram a carreira em sucursais (Violeta, Luísa e Leon), a grande maioria dos entrevistados no Distrito Federal ingressou na profissão a partir das mídias locais (Gabriel, Mauve, Maurício, Maria-Sílvia, Marcel, Beatriz, Teresa, Florentina, Daniel, Vitória, Sam, Alberto, Paulina, Margarida, e Horácio) e, em menor escala, em assessorias de imprensa (Rose, Michel).

Brasília concentra boa parte da cobertura política e econômica nacional. Por isso, diferentes de outras cidades, um número razoável de entrevistados (Maurício, Marcel, Florentina, Vitória, Alberto e Leon) ingressou no jornalismo a partir de editorias consideradas “nobres” (nacional, política, economia). “Você tem um outro perfil de jornalista em Brasília, porque aqui você está mais distante da sede, mas está mais próxima do poder, da notícia. E esse tipo de notícia, esse *hard news*... Então, eu sei que a organização das redações é um pouco diferente” (Albertina).

Já nas demais *capitais regionais* (Ricardo, Gabriele) e nas *cidades do interior* (Felipe, Emanuel, Clara, Afonso e Eugênia), onde o mercado de trabalho em mídias

nacionais é bastante restrito, o primeiro emprego se concentra na cobertura de temas locais, em veículos regionais. Não encontrei casos em que a carreira teve início, por exemplo, em sucursais, escritórios ou emissoras afiliadas a veículos nacionais.

Além das configurações geográficas existe também um sistema de distribuição dos postos de trabalho que seriam adequados a cada momento da carreira. Essa lógica tende a ser naturalizada pelos integrantes do mundo dos jornalistas. Ela faz referência a uma espécie de tautologia do senso comum: jornalistas iniciantes, a princípio, não teriam as qualificações necessárias para trabalharem em um noticiário nacional. Mas é também reveladora das dinâmicas de recrutamento em um espaço laboral marcado por um regime de hiperconcorrência em relação à oferta de trabalho (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Esse cenário pode ser ilustrado pelo depoimento de Sam, que, na época da entrevista, ocupava um cargo de chefia na sucursal de Brasília de um jornal de abrangência nacional: “Hoje, por exemplo, se um repórter meu é convidado para ir para um jornal concorrente, eu não vou usar o sistema [de recrutamento junto às universidades] para preencher a vaga. Eu vou atrás de um repórter do mesmo nível.” (grifo meu), ou seja, um jornalista já com um tempo de carreira e que esteja alocado em um veículo regional. Seguindo essa linha de argumentação, apresento um trecho do diálogo que tive com Horácio, chefe do jornalismo local de uma emissora de TV, ao falar da sua própria trajetória:

Fábio: Aí, você começou em 2002, como produtor de local?

Horácio: Como produtor de local!

Fábio: Geralmente, se começa no jornalismo local, certo?

Horácio: É! Quase sempre! Normalmente! [...]. [No jornalismo local] você aprende ali, fazendo e as pessoas corrigindo. [...]. E, no local, você pode errar, porque a cobrança é menor [...]. Se você faz um erro dentro de um telejornal local, no outro dia, você consegue corrigir, tenta dar uma nota de esclarecimento. Agora, fazer isso dentro de um jornal de rede, é muito mais complicado. (grifo meu)

O interessante, nestes dois casos, é ver como os argumentos de competência e “rodagem” na carreira estão intimamente associados. De fato, é bastante plausível e provável que repórteres mais experientes sejam mais qualificados. Por outro, com o crescimento do número de efetivos, o mercado de trabalho cria novas estratificações para a carreira e as exigências para as posições mais cobiçadas tendem a aumentar. Isso reaparece no próprio depoimento de Sam:

Como a redação é muito pequena, não é mais o universo dos 40, não tem espaço pra ter o repórter iniciante. Então, a gente tem que pegar alguém com certa quilometragem, com mais experiência, porque a pessoa já vai cair numa CPI, já vai cair em assuntos delicados que, às vezes, uma inexperiência pode ser grave (grifo meu).

O fato de alguns entrevistados terem ingressado na carreira em mídias nacionais não representa necessariamente uma ruptura nesse sistema. De modo geral, os jornalistas nessa situação conseguiram um emprego em veículos menos reputados, como rádios (Luísa e Leon), emissoras de TV de menor projeção (Marcel e Mercedes). Ou ingressaram em *sites pure players*² (Violeta, Paulo e Florentina), beneficiando-se do contexto de relativa expansão desse segmento do mercado de trabalho, que tende a priorizar a contratação de jornalistas mais jovens (LE CAM; PEREIRA, 2015; 2017a). Este é o caso de Paulo, que se tornou repórter “júnior”³ de educação em um portal de internet quando ainda estava no primeiro ano do curso de jornalismo, em São Paulo. “Era aquele período do *boom* da internet...”. “Eu entrei na faculdade e estava se criando o jornalismo *on-line*. Então teve uma época que todos os meus colegas de faculdade estavam arrumando emprego em *sites*, em novos portais. Então, eu tive sorte”.

Um caso semelhante foi o de Emanuel que, em 1991, recebeu um convite para começar a carreira no *Jornal do Brasil*, na época ainda um dos diários de referência no

² O termo *pure players* é utilizado pela sociologia do jornalismo na França em referência aos *sites* criados exclusivamente para a internet, sem vínculo com os veículos de mídia tradicional. É o caso dos *sites* de jornalismo investigativo *Mediapart* e *Rue 89*. Para uma comparação do cenário do jornalismo *on-line* no Brasil e na França, ver Le Cam e Pereira (2017b).

³ Termo utilizado pela sua organização para designar um repórter em início de carreira.

país. “Eram todos jornalistas mais velhos, no mínimo cinco anos mais velhos, e vindos de jornais locais”. Por conta da Conferência Rio 92, abriu-se uma vaga de repórter iniciante para cobrir temas relacionados ao meio ambiente. “Então, tinha uma demanda por esse tipo de matéria”. Além disso, ele reconhece que se tratava de uma contratação inadequada para aquele momento da sua carreira: “Eu que caí de paraquedas num ambiente que, pro nível de conhecimento que eu tinha de jornalismo, eu não estava pronto pra conviver”.

A predominância de empregos no setor de mídia (local e nacional) no início da carreira também parece estar associada à forma como os estudantes de jornalismo idealizam e se prepararam para o mercado de trabalho. Dados da enquete *Journalism Students Project* mostram que, de um total de 586 estudantes respondentes no Brasil, 51,3% acreditam que após completarem os estudos conseguirão um primeiro emprego em um veículo jornalístico. Apenas 23,5% afirmam que o ingresso no mercado de trabalho se dará no setor de relações públicas/comunicação corporativa (PEREIRA *et al.*, 2014a). Esses dados me permitem questionar a crença, comum nos meios acadêmico e profissional, de que, num cenário de crise das empresas de mídia, os jovens jornalistas estariam direcionando desde cedo a carreira para setores com maior oferta de vagas, como a comunicação pública ou organizacional. É o que dizia, por exemplo, Zélia Adghirni (2005, p. 54):

Diante de jornadas produtivas que se estendem até 12 horas, do achatamento dos salários, da falta de contratos estáveis com carteira assinada (as empresas estão preferindo contratar pessoas jurídicas em vez de pessoas físicas), os jornalistas profissionais, dos jovens recém formados aos veteranos cansados, todos correm para as funções públicas.

Se as condições de trabalho nas redações jornalísticas têm se deteriorado tanto, por que poucos entrevistados iniciaram suas carreiras no segmento das assessorias (de imprensa, de comunicação) ou das mídias institucionais? Afinal, em cidades como Brasília, que concentram um número expressivo de postos de trabalho nas áreas de comunicação pública e institucional, seria normal que o setor atraísse um número maior de egressos.

Algumas explicações parecem emergir das histórias de vida relatadas nesta pesquisa. Primeiro, acredito que a opção por um primeiro emprego em mídia é congruente com as escolhas feitas pelos entrevistados no período dos estágios — com a predominância de experiências pré-laborais em empresas de mídia nos últimos anos da formação universitária. A opção por esse percurso remete à forma como os entrevistados se antecipam ao momento de inserção profissional, como pode ser observado nos depoimentos de Marcel, Emanuel, Leon e Michel:

Marcel: Eu entrei para o curso dizendo que queria ser jornalista de redação. [Fiz estágio] em assessoria de imprensa, mas sabendo isso aqui é só um passo. Acho que entrou um pouco a questão de estratégia. No final do semestre era uma época em que [as empresas] estava trocando de estagiário. Então fui procurar estágios em redação [...]. Era uma peregrinação batendo de porta em porta. Eu ia pessoalmente e entreguei alguns currículos e tal, conversava com algumas pessoas.

Emanuel: Eu entrei querendo fazer rádio. Eu não pensei em outra coisa. Trabalhei profissionalmente em assessoria de imprensa, tenho certo *know how* em assessoria de imprensa, mas sempre tive, como meta, trabalhar em rádio [...]. [Na universidade], tinha grupo de rádio? Eu ia lá conversar com os professores vinculados à rádio, tentava encaixar um programa ou tentava me encaixar, seja na rádio da universidade ou na rádio comunitária do DCE [...].

Leon: Eu acho que a gente tem um pré-planejamento do que quer fazer. Se você quer ir pra redação, você vai colocar seu foco em estágios que sejam em redação. Se você quer fazer assessoria... Eu tinha colegas que, realmente, não se seduziam muito por redação e começaram a estagiar em assessoria. Gostaram pra caramba, não quiseram sair de lá e ficaram lá pro resto da vida.

Michel: A primeira oportunidade que surgiu, eu peguei, independente de ser assessoria ou jornal. A minha preferência era o jornal, que eu amava, mas, infelizmente, não foi o que surgiu inicialmente.

Essa estratégia de carreira está associada, por um lado, à crença de que o mercado de mídia seria relativamente fechado a profissionais sem experiência em redação. Para alguns entrevistados, por exemplo, seria mais fácil que jornalistas

com experiência em empresas de mídia migrassem para o segmento das assessorias de comunicação do que o movimento inverso:

Albertina: Eu vi gente que saiu do jornal ou TV e tal que foi pra assessoria que nunca mais voltou. E tem caso de pessoas que transitam [entre os dois segmentos; ela cita a trajetória de um colega] [...]. Mas geralmente quando as pessoas vão pras assessorias acho que não é muito fácil voltar. Fica prejudicado.

Fábio: Por quê? Por questão de ritmo?

Albertina: Aí eu não sei. Tem muito essa questão de ritmo e tem muito porque você sai um pouco da vitrine. Então essa hora que o jornal olha em volta pra ver quem é que ele pode chamar, ele vai chamar quem está fazendo matéria.

Dentro do meio profissional, essa migração da redação para assessoria inclusive viria acompanhada de uma certa estigmatização, expressa na ideia de que um assessor, mesmo voltado para a redação, teria a credibilidade abalada, como se não fosse capaz de atuar com “objetividade”, “imparcialidade” (cf. PEREIRA, 2006, 2014):

Vitória: Minha reticência a mais é: “E se eu quiser voltar?”. É mais o meu medo de, se eu for pra assessoria de imprensa, como é que eu vou conseguir voltar pra redação.

Fábio: Você acha que [se investisse em uma assessoria no início da carreira] você cairia numa espécie de limbo se quisesse ir para uma redação?

Vitória: As pessoas podem te esquecer. É o medo que eu fico. Eu conheço vários [jornalistas-assessores] que são excelente e voltaram [para redações], mas ainda tem esse estereótipo de que é difícil voltar, que as pessoas vão esquecer seu trabalho, que você vai ser muito atrelado à figura que você assessorou ou, então, a um partido, ou à pessoa que você assessorou. É difícil você separar o seu trabalho daquela pessoa. Mas eu acho um trabalho muito bom.

No caso destes dois depoimentos, é preciso chamar a atenção para o fato de que nenhuma das entrevistadas teve experiências de emprego em assessorias de comunicação até o momento da nossa conversa.

A opção por um primeiro emprego em mídia se explica também pelo gosto que os entrevistados desenvolvem por certas práticas, o que provavelmente é reforçado (desenvolvido, adaptado) durante o período de formação e estágio. É bastante provável que, por ocasião do primeiro emprego, os jornalistas se sintam muito mais motivados a tentarem a sorte em um segmento que corresponda aos seus gostos e expectativas, mesmo que as condições de trabalho sejam a princípio menos favoráveis do que no setor das assessorias: “Eu estava sendo efetivado [num estágio de assessoria de imprensa] já com carteira assinada [...]. Mas eu falei: ‘Não. Eu quero trabalhar em jornal’.” (Sam).

Esta situação é bastante evidente nas trajetórias de Rose e de Michel. Antes de se formar, Rose estagiava simultaneamente em um jornal local e na comunicação institucional de uma empresa. Após três meses nessa situação, ela recebeu uma proposta para ser efetivada na assessoria (sendo obrigada, neste caso, a abandonar o estágio no jornal). Ela aceita. “Só que aí também fiquei muito frustrada com a vida de assessora, porque não tinha o que fazer”. Ela continua: “Fiquei naquela angústia e aí o pessoal do jornal, chamou: ‘Olha, surgiu uma vaga de repórter em cidades, você volta?’ [...]. Aí voltei, fui pra lá já como repórter”. Já Michel, após duas experiências iniciais como assessor de imprensa, decide mudar para um jornal local, mas para receber um salário bem inferior: “Foi uma hora que eu me toquei que, realmente, eu estava ganhando bem, mas não era aquilo que me fazia feliz”.

Isso não significa dizer que a comunicação organizacional não seja vista como um mercado potencial para os jornalistas. Diferentemente das últimas décadas, quando eram vistas como um trabalho para “quem não deu certo no jornalismo”, as assessorias parecem ter sido incorporadas ao rol de escolhas que integram a trajetória jornalística. Mas, do ponto de vista temporal, elas parecem ser associadas a um outro momento da carreira — como terei a oportunidade de discutir mais tarde.

O que é preciso ter? As competências requeridas

A escolha do primeiro emprego revela, por um lado, o vínculo que os entrevistados estabelecem com o jornalismo e suas estratégias de inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, pode ser vista como uma situação de interação em que as motivações dos jornalistas e as representações que eles fazem da profissão são confrontadas com a maneira como o espaço laboral operacionaliza suas próprias expectativas e exigências a partir dos critérios que definiriam um *bom profissional*. A análise desse processo de negociação, operacionalizada pelo cruzamento dos discursos de entrevistados que desempenhavam papéis de empregados e chefes, sugere uma relativa congruência entre os interesses desses dois grupos de atores.

A experiência prática, adquirida, na maioria dos casos, por meio de estágios, foi apontada pelos jornalistas Gabriel, Violeta, Mauve, Beatriz, Florentina, Vitória, Sam, Emanuel, Clara, Margarida e Michel como a principal razão da sua contratação no primeiro emprego. Ela também é valorizada no depoimento dos chefes Beatriz, Afonso e Horácio. Contudo, existe uma diferença na forma como os dois grupos definem experiência e o que ela efetivamente representa para a carreira. Para quem contrata, ela permitiria ter um profissional mais bem preparado, que “já tem malícia com a notícia” (Beatriz), o que reduziria o tempo gasto pela empresa em preparação, em termos de formação: “Antes do cara ser produtor [de TV], ele passou, necessariamente, por um processo de estágio aqui ou veio de fora e tem uma experiência em jornalismo. O cara não caiu e falou: ‘Eu nunca trabalhei em nada e vou começar aqui’.” (Horácio).

Já os jornalistas-empregados traduzem a experiência como uma estratégia de gestão da sua imagem, da sua visibilidade, de exposição do seu trabalho (por exemplo, ao apresentar um bom desempenho durante um estágio) e também de construção de uma rede de contatos profissionais. Esse mecanismo, retoma, portanto, a ideia de que carreira jornalística costuma ser iniciada, no Brasil, ainda durante o período de formação, sobretudo por ocasião dos primeiros estágios:

Gabriel: É fundamental o estágio porque [você] pode mostrar o seu trabalho, mostrar o quanto você está disposto a pegar aquela vaga e, além de tudo, você pode mostrar no que você é bom e [também na construção de um] relacionamento [na empresa]. Porque relacionamento aqui, pró-atividade, publicar pautas, ir atrás de notícias, te dá pontos. Acho que estágio está aí pra isso, mostrar...

Fábio: A que você atribui sua contratação? Como é que uma pessoa consegue o primeiro emprego em jornalismo?

Mauve: Antes de vir, eu fiquei fora do mercado durante um mês. Eu procurei em vários lugares inclusive em assessoria, mesmo eu não tendo perfil. Percebi que é muito por indicação.

Fábio: É se fazer conhecido de alguma forma?

Mauve: É.

Fábio: E para se fazer conhecido, o estágio também é importante?

Mauve: É importantíssimo porque se eu não tivesse tido essa convivência aqui provavelmente ninguém iria me contratar...

Mais do que a aquisição de um conjunto de competências, a experiência prática no jornalismo consistiria no acúmulo do que Bourdieu (2002) chamaria de “capital social” e que poderá ser revertido no decorrer de uma carreira em possibilidades de contratação ou mudança de emprego (cf. FRISQUE, 2012). É o que explica Vitória: “Eu acho que, pra entrar no mercado ou pra você fazer uma ponte, mudar de emprego, contatos são fundamentais. Acho que um bom texto é uma coisa importante, mas acho que você vai aprendendo com o tempo”.

A sobrevalorização da experiência prática pelos jornalistas explica a falta de interesse em relação à formação como um componente capaz de fornecer uma mais-valia ao jornalista durante sua inserção profissional. De fato, ela é valorizada particularmente pelos entrevistados que ocupavam, na época da pesquisa, cargos de chefia (Sam e Leon). Nesse caso, a passagem por uma boa universidade seria um diferencial na contratação, menos pela qualidade da formação, do que pelo perfil do egresso. Ou seja, instituições de ensino superior reputadas atrairiam os melhores alunos funcionando, assim, como uma espécie de filtro para o mercado de trabalho.

A ênfase na experiência prática remete a um conjunto de fatores. Em parte, é possível explicar algumas respostas adotando uma postura de individualismo metodológico. Na leitura das entrevistas, observo uma grande similitude entre as trajetórias e motivações pessoais e a expressão de pontos de vista sobre as competências que seriam necessárias para conseguir um bom emprego em jornalismo. Por exemplo, os entrevistados Beatriz, Florentina e Vitória, grandes entusiastas da experiência prática como pré-requisito para ingresso na profissão, investiram muito pouco em sua trajetória acadêmica, priorizando os estágios e outras formas de acúmulo de experiência prática.

A outra explicação está ligada à ideologia profissional dos jornalistas, baseada em uma espécie de suspeição do meio em relação à formação em detrimento ao do mito do aprendizado adquirido na prática (FRITH; MEECH, 2007). Essa percepção é praticamente naturalizada no interior do espaço laboral, com depoimentos que chegam a lamentar a falta de interesse do mercado em uma qualificação formal, como é o caso da fala de Beatriz: “A nossa profissão eu acho que, e essa é uma coisa triste, é a única profissão em que... não interessa quantos títulos você tem, interessa a sua agenda e interessa os contatos que você tem [...]. Não tem nada a ver com concurso público ou currículo” (grifo meu).

Esse substrato ideológico explica também a dificuldade dos jornalistas-empregados de traduzirem a sua experiência prática em termos de competências específicas, recorrendo aos termos “empenho”, “motivação”, “pró-atividade” como qualificações a serem levadas em consideração no momento de sua contratação. Como explica Standaert (2015), o discurso das chefias em torno da contratação de “bons jornalistas” traduz esse procedimento de apreciação de competências profissionais e humanas no lugar de uma qualificação formal. De fato, do total de entrevistas analisadas, apenas duas pessoas mencionaram a posse de algum tipo de conhecimento específico como justificativa para o ingresso em uma redação. E, em nenhum dos casos, esse conhecimento está diretamente relacionado à formação universitária: Sam entendia de meio ambiente e Alberto tinha um bom texto.

A ênfase nesse tipo de “*soft skills*” como requisito para a inserção profissional — retomando aqui um termo caro aos estudos mais próximos ao campo da gestão (COOPER; TANG, 2010; KALUME MARANHÃO, 2014) — revela duas dimensões importantes de carreira. Do ponto de vista micro, reforçam as minhas considerações sobre o papel do gosto (cf. LE CAM; RUELLAN, 2017), da “paixão” (MARCHETTI, 2001; TRAVANCAS, 1992) como elementos que marcam a adesão à carreira jornalística. Mas também são recursos discursivos utilizados pelo mercado e pelo grupo profissional para definir modalidades próprias de recrutamento, pautadas por critérios subjetivos, ligadas à “personalidade” do futuro jornalista (STANDAERT, 2015), ou que reforçariam um certo princípio de autodeterminação da profissão, fundado no mito da “descoberta” (ELLIOT, 1977) e das conquistas pessoais (cf. MENGER, 2009).

Finalmente, os critérios de contratação exprimem políticas de recrutamento específicas a uma organização midiática. Horácio, por exemplo, acredita que o seu ingresso em uma emissora de TV se explica pela ênfase dada na contratação de profissionais dispostos a construir sua carreira na empresa. O caso dele é bastante particular, já que trabalhou primeiro na área técnica do veículo para, após a formatura, conseguir uma vaga como produtor de telejornais. Nesse caso, havia uma congruência entre o desejo dele de ser contratado como jornalista e a política da organização de valorizar funcionários da casa: “Você tem um cara que se formou, que tem uma vida dentro dessa empresa, que você pode contar com ele a qualquer momento”.

A inserção profissional e as mudanças no mercado de trabalho

Analisar as motivações e estratégias individuais e o processo de negociação da inserção profissional junto ao mercado de trabalho pode dar a falsa impressão de que os jornalistas seriam capazes de controlar as condições de ingresso nas redações. Isso entraria em contradição com os discursos dos próprios entrevistados, que tendem a reforçar as dificuldades de conseguir um primeiro emprego e a forma

como certas escolhas aconteceram de modo quase aleatório. Na verdade, a maioria dos entrevistados conta que aceitou o “primeiro emprego que apareceu” (Ricardo). “Em primeiro lugar, vem o desespero da pessoa. Se ela se formou e tá a fim de trabalhar, ela vai aceitar trabalhar no primeiro lugar que oferecerem vaga” (Daniel).

Em vários relatos, a primeira contratação foi associada a situações definidas como *sorte*, *oportunidade* e *acaso*. Os entrevistados afirmaram, por exemplo, que havia, por coincidência, uma vaga disponível na empresa onde estagiavam, no exato momento em que eles estavam se graduando na universidade. Ou afirmaram terem ingressado no mercado em um período de relativa expansão do número de postos de trabalho (Albertina e Azarius). Em alguns casos, os entrevistados contam que o simples fato de terem mencionado o desejo por um emprego para a pessoa certa (ou seja, com algum poder de decisão) e no momento certo colaborou para a contratação (Albertina e Sam). Esse tipo de situação merece ser ilustrada pelo depoimento de Paulina:

Fábio: Você ficou dois meses no estágio e já foi efetivada?

Paulina: Numa festinha na emissora que contava com a presença do diretor, alguns estagiários se manifestaram: “E os estagiários vão ser contratados?” E o diretor, na época, se ele falasse uma coisa por mais inconsequente que fosse, ele cumpria. E, nesse dia, ele disse que ia me contratar. Eu achei que era brincadeira. Enfim, não sei como que aconteceu esse processo da contratação. Mas aí eu fui contratada. E faltavam só algumas semanas pra poder terminar o estágio...

Fábio: Você acha que você deu sorte de estar na hora certa, no momento certo?

Paulina: Palavra certa, na hora certa. Foi muito de Deus. Coisa de eu estar ali naquela [hora].

A contradição aparente entre a capacidade de “decidir” onde começar a trabalhar (a partir do desenvolvimento de estratégias de inserção na profissão) e a forma como o acaso participa da construção dessas trajetórias encontra ressonância nas análises de Menger (2009) sobre as carreiras artísticas. Segundo ele, em uma situação de relativa escassez de postos de trabalho em que variáveis como “formação” são insuficientes para garantir

o acesso ao mercado laboral, os indivíduos tendem a desenvolver o que ele chama de “tecnologias publicitárias” para controlar as zonas de incerteza na profissão (o “acaso”). No jornalismo brasileiro, esse mecanismo se traduz na construção de redes de contato no meio (FIGARO, 2013, p. 116) e na realização de estágios. De fato, como já sugeri no capítulo anterior, mais do que experiências pedagógicas, os estágios fazem parte da carreira jornalística. Eles funcionam como uma espécie de filtro do ponto de vista da profissão e garantem visibilidade ao futuro jornalista. Por isso, a inserção profissional por sorte ou acaso parece exprimir o processo de interiorização pelos jornalistas de uma lógica do recrutamento baseada na cooptação ou na identificação das competências e talentos com base na construção de reputações individuais (MENGER, 2009).

O estudo das modalidades de ingresso no jornalismo não deixa de ser indicativo de algumas mudanças mais abrangentes que afetam a carreira. A partir de uma análise diacrônica das entrevistas, dois fenômenos emergem a partir do final dos anos 1990: a criação de formas rotinizadas de seleção e de contratação, com o aumento do peso dos departamentos de recursos humanos (BEAL, 2003; MARCHETTI, 2001); e a construção de sistemas de *pre-entry* (BEAL, 2003; STANDART, 2015), com o aumento dos contratos de trabalho precários (FIGARO, 2013) e das etapas anteriores à contratação efetiva do jornalista (DEVILLARD, 2002).

Essa *profissionalização* das modalidades de recrutamento — leia-se: a introdução ou a importação de métodos e de um discurso proveniente da área de administração e gestão — é geralmente associada a um momento de modernização das empresas de mídia. Nesse sentido, haveria um esforço de fortalecimento do papel dos setores de recursos humanos (RH), que vão utilizar de formas “abertas” de contratação (MICK; LIMA, 2013) — estágios, provas, entrevistas, programas de *trainees* —, no recrutamento de jovens jornalistas em detrimento ao modelo tradicional, baseado em convites e indicações. A passagem de uma forma a outra de recrutamento pode ser expressa na fala de Maurício, que entrou no jornalismo por meio da indicação de uma professora, mas que, como chefe, decidiu estruturar um programa formal de seleção dos *trainees* no jornal onde trabalhava:

Para empresa é muito melhor porque você já tem aquele profissional ali. Tinha gente [no curso de *trainee*] que era recém-formados e você já via que essa pessoa se encaixava bem nessa vaga [...]. E eu acho que do ponto de vista do estudante, do recém-formado é também uma grande vantagem, porque você parte do mesmo nível de competição dos outros. Quer dizer, não é uma questão de compadrio ou de indicação [...]. Isso tem muito no jornalismo como tem em outras profissões. No jornalismo tem muito disso, de você conhecer a pessoa e indicar.

Ora, se o discurso dos gestores tende a reforçar a ideia de uma modernização das formas de contratação na mídia, uma leitura cuidadosa das entrevistas mostra que o impacto desse processo na estrutura da carreira jornalística deve ser relativizado. De fato, as formas abertas de contratação são aplicáveis apenas ao período inicial da carreira, a partir daí, volta-se ao modelo de contratação por indicação — retomarei este ponto em outros momentos deste livro.

A mística em torno da profissionalização das formas de recrutamento nas empresas de mídia também parece contradizer o próprio discurso dos jornalistas-chefes, que valorizam critérios informais, como a experiência, o talento e a competência na hora de contratar. Por isso, é preciso ter cautela ao analisar o real poder do setor de RH nas políticas de contratação das organizações de mídia (MARCHETTI, 2001). Como explica Standaert (2015, p. 171), a flexibilização das formas de contratação traduz em parte os ideais da profissão e a busca por uma autonomia da redação em relação ao departamento de recursos humanos:

Como uma forma de sublinhar a separação entre esses dois territórios, a avaliação dos jovens jornalistas ‘pelo *feeling*’ e de acordo com cada situação é também uma forma de destacar a especificidade do campo profissional e a incapacidade de atores externos, incluindo as instâncias de formação, de dar conta efetivamente desse processo.⁴

⁴ No original: “Comme pour bien marqué la separation entre les deux territoires, l’évaluation ‘au feeling’ et en situation des jeunes journalistes est aussi une manière de souligner la spécificité du champ professionnel et l’incapacité qu’on les acteurs extérieurs, et compris les lieux de formation d’en saisir toutes les finesses”.

Esta contradição entre o discurso gerencial e as formas concretas de recrutamento nas redações é ilustrada, de forma contundente, por um trecho do depoimento do jornalista Felipe:

[Cita o nome de um veículo de referência] é muito bom de *marketing*. Usa isso como uma espécie de *marketing*. Anuncia um concurso para preencher uma vaga, mas essa vaga já está preenchida. Os candidatos vão lá, levam os currículos. Isso acontecia comigo, porque eu era chefe na redação e na vaga já tinha gente trabalhando. Lançavam o concurso e choviam currículos na minha mão. Eu até falava pras pessoas, pra alguns eu até abria o jogo.

Já a elevação do “direito de entrada na profissão” (DEVILLARD, 2002) consistiria em uma forma de adaptação do espaço laboral às mudanças na relação oferta/demanda pela utilização de estratégias de “desprofissionalização”, visando deixar o mercado mais movediço (MENGER, 2009). Dessa forma, emergiriam novas modalidades de contratação, sob estatutos como “colaborador”, “*trainee*”, “pessoa jurídica”, “independente”, “produtor de conteúdo”, além do aumento dos contratos temporários e de *freelancers*.⁵ Não vale a pena explorar aqui todas as denominações, ligadas ao vocabulário da precarização e que remetem a modalidades alternativas ao contrato regular de trabalho, de carteira assinada, regido, no Brasil, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estudos sobre a deterioração das condições de trabalho na Europa⁶ tendem justamente a evocar esses

⁵ Sobre a situação no Brasil, ver os trabalhos de Adghimi (2002), Figaro (2013), Silva (2014), entre outros.

⁶ Na França, em 2016, 21,2% dos jornalistas com menos de 26 anos conseguiram um contrato de trabalho estável, o que é chamado lá de Contrat de Durée Indeterminée (CDI), número que sobe para 54,2% na faixa dos 27 a 34 anos. Os dados são do *Observatoire des Métiers de la Presse*. Disponível em: <https://data.metiers-presse.org/explore.php#stack/alljournalists/journalistNumber/ageSlice/contractType/none/2016/none>. Acesso em: 28 mar. 2018. Em Portugal, Marinho (2008) relata que, em 2006, 46% dos egressos do curso de jornalismo da Universidade do Minho não tinham um contrato estável, sendo contratados como *trainees* ou por meio de “recibos verdes” (o equivalente português ao nosso contrato de prestação de serviço ou Pessoa Jurídica). Os dados são antigos, mas acredito que a situação não tenha melhorado. Pelo contrário, Portugal sofreu uma grande recessão (a maior dos últimos 40 anos) entre 2012 e 2014. No caso da Bélgica, pesquisa publicada em 2013 mostra que cerca de 20% dos jornalistas trabalham sob o estatuto de “independente”, proporção que aumenta nas faixas de menos de 35 anos (26%) e mais de 54 (30%) (RAEYMAECKERS *et al.*, 2013, p. 9).

dados para discutir a precarização do jornalismo. De fato, a leitura dos depoimentos revela uma série de situações em que a inserção profissional aconteceu por meio de contratos precários. Violeta, Vitória e Luísa começaram a carreira como *trainees*. Gabriel e Mauve ficaram desempregados por um período de tempo, antes de ingressarem no jornal onde haviam estagiado. Maurício foi *freelancer* por dois meses para um jornal antes de conseguir um vínculo empregatício. Margarida teve um contrato temporário de dois meses antes de ser admitida na empresa. Marcel foi efetivado em uma emissora de TV como pessoa jurídica. Daniel passou quatro meses “no limbo”, trabalhando na redação, mas sem uma relação de emprego bem definida. Ricardo, Clara e Azarius foram contratados como radialistas no início da carreira, mesmo que atuassem na prática como repórteres.⁷

As dificuldades de ingresso no jornalismo são, de fato, indícios de precarização da profissão. Contudo, elas não podem ser vistas como indicadores absolutos da crise do mercado de trabalho tendo como base o que acontece nos países do Norte. Sim, alguns dos jornalistas entrevistados aqui iniciaram a carreira com contratos de trabalho precários, mas por um período curto: quatro meses foi o tempo máximo antes de terem a carteira assinada, conforme os depoimentos. Segundo, a proporção de contratos precários é relativamente pequena: 9 entre os 31 entrevistados. Esta constatação é congruente com os dados estatísticos cedidos por Mick e Lima e que mostram que 55% dos jornalistas entre 18 e 22 anos e 67,3% entre 31 e 40 anos foram contratados com carteira assinada; 20,8% e 6,7% nessas duas faixas tiveram contratos de prestação de serviços; 0,8 e 6,8% como pessoa jurídica (PJ), respectivamente. Terceiro, o fenômeno não é tão recente, por isso, não deve ser explicado apenas por conta da crise ou da precarização da profissão. Embora parte dos entrevistados que começaram o jornalismo com contratos precários fossem jovens, havia jornalistas nessa situação com 37 (Daniel), 38 (Maurício), 52 (Ricardo) e 54 anos (Azarius).⁸

⁷ No Brasil, o piso salarial de um radialista é menor que o de jornalista, o que explica esse tipo de contratação em rádios e emissoras de TV, sobretudo em cidades menores.

⁸ Da mesma forma que o recurso aos contratos precários independe da idade, a contratação precoce, ou seja, antes da graduação, também afeta jornalistas de diferentes gerações: Rose (22), Felipe (56), Paulo (31), Teresa (22), Albertina (49), Alberto (37). O que é interessante destacar nesse conjunto

Não quero negar que não haja precarização por ocasião da inserção profissional. Mas ela não se efetiva necessariamente por meio de contratos instáveis de trabalho. Nesse caso, seria interessante confrontar outros indicadores (taxa de absorção dos egressos, salários, casos de desistência nos primeiros três anos após a formatura) para ter um retrato mais claro desse fenômeno. Além disso, comparado a outros países, a estrutura do mercado de trabalho no Brasil parece ser mais favorável ao ingresso de jovens jornalistas. Em 2012, 59% dos jornalistas brasileiros tinham até 30 anos (MICK; LIMA, 2013). Esse número é bem menor na França, onde cerca de 21,5% dos jornalistas com o registro profissional tinham até 34 anos, em 2015⁹ (OBSERVATOIRE DES MÉTIERS DE LA PRESSE, 2017), e também na Bélgica: apenas 6,9% dos jornalistas em 2013 tinham até 35 anos (RAEYMAECKERS *et al.*, 2013). Ou seja, nesses países europeus, embora seja bem mais difícil ingressar no mercado de trabalho, a permanência parece assegurada com um contrato estável de trabalho. No caso brasileiro, parece que a precarização e a instabilidade se distribuem ao longo das carreiras, por meio de demissões, excesso de mobilidades, chegando ao abandono definitivo do jornalismo — essas situações serão exploradas ainda em outros capítulos deste livro.

Conclusão

A inserção profissional deve ser vista como um processo de negociação das competências necessárias para o ingresso no mercado de trabalho. Mostrei aqui como a obtenção de um primeiro emprego não se explica apenas pela posse das qualificações e habilidades necessárias ao exercício da profissão, mas depende do

de dados é a inviabilidade de se fazer aqui correlações entre a multiplicação de contratos precários, o tempo médio da inserção profissional de um jornalista e a evolução do mercado de trabalho.

⁹ Estes dados precisam ser relativizados porque fazem referência apenas aos jornalistas que obtiveram a *carte de presse*, o que equivalente ao registro profissional na França. Existe um número considerável de pessoas trabalhando com jornalismo naquele país, mas sem o estatuto simbólico de jornalistas. E provavelmente boa parte dos jovens se encontram nessas condições.

desenvolvimento de um conjunto de estratégias de acúmulo de visibilidade e de capital social, com o objetivo de convencer ou sensibilizar o mercado de trabalho das competências do candidato a jornalista. Essa visão de mundo é partilhada pelos dois interessados nessa negociação, mas por motivos distintos. Para os jornalistas, trata-se de uma forma de se antecipar às dinâmicas de contratação e reduzir a incerteza em torno do primeiro emprego. Para o mercado (a empresa, as chefias), trata-se de uma forma de reduzir o tempo e o esforço dispensados no recrutamento e na formação de novos quadros. Além disso, permite que as chefias na redação mantenham uma relativa autonomia em relação aos setores de RH no que se refere ao processo de contratação (STANDAERT, 2015). Encerrando o capítulo, tentei discutir como até que ponto as dificuldades de inserção devem ser tomadas como um indicador de precarização do estatuto profissional.

CAPÍTULO 6

“Você é visto de forma diferente. O erro que você cometia como estagiário não é o mesmo que se comete como profissional”: inserção e mudança de estatuto

Neste capítulo, deixo um pouco de lado o debate sobre o mercado de trabalho para retomar a análise do processo de construção identitária do jornalista. Tornar-se jornalista no Brasil é sempre uma questão sensível na medida em que dois discursos parecem entrar em conflito: o primeiro reforça o papel de instâncias formais (como o registro e a educação superior em Jornalismo) na atribuição da identidade profissional (cf. ALBUQUERQUE, 2006; PEREIRA; MAIA, 2016; SANT’ANNA, 2009); o segundo reforça um estatuto adquirido no dia a dia das redações, pelo reconhecimento pelo outro (FRITH; MEECH, 2009; ROSENBERG, 2015). Partindo desse debate, duas ordens de questionamentos emergem: i) qual o papel das diferentes instâncias de atribuição estatutária na negociação do *status* de jornalista? Ou seja, quando e como o indivíduo *se sente jornalista*? e ii) o que muda em termos de estatuto com a primeira contratação, com o ingresso como jornalista no mercado de trabalho?

Embora sejam complementares, essas duas questões serão discutidas separadamente nas próximas seções.

To be (or not to be) jornalista

De forma sucinta, é possível definir estatutos como tipificações de caráter duradouro, adquiridos e exercidos pelos indivíduos no decorrer de suas trajetórias. Cada estatuto remete a um grupo de atributos correspondentes (formação, competência, idade), alguns explícitos (como um diploma), outros tácitos (cor da pele, estilo de vida etc.) (STRAUSS, 1992a). Um estatuto é a expressão do reconhecimento pelo *outro*, por um indivíduo, por um grupo profissional, por uma instituição, por uma sociedade... Ser jornalista, de certa forma, é ser jornalista *para alguém*, e isso explica a complexidade do processo de aquisição desse estatuto no decorrer de uma carreira, pois remete à forma como o indivíduo insere e negocia sua trajetória no âmbito de uma coletividade.

Apoiando-me novamente nas noções *alteridade e temporalidade*, tentei trabalhar a questão da mudança de estatuto a partir de um duplo movimento. Primeiro, trabalhei com o conjunto de *atores* percebidos pelos jornalistas como responsáveis pelo processo de atribuição estatutária. A seguir, busquei mapear o *momento* da carreira em que os entrevistados expressavam o sentimento de terem de fato se tornado jornalistas. Essas duas dimensões fazem, é claro, parte de um mesmo conjunto de situações de interação. A divisão proposta aqui serve apenas para facilitar a análise.

Os atores

Retomando o esquema triático desenvolvido por Ruellan (2006) para pensar a identidade profissional do jornalista, é possível dividir as instâncias de negociação estatutária no jornalismo em três grupos de atores principais: os pares-jornalistas, as fontes e os públicos.

O reconhecimento estatutário a partir dos colegas de redação e de cobertura é mencionado por cinco entrevistados: Marcel, Teresa, Daniel, Clara, Luísa e Paulina. Em geral, são jornalistas que já estagiavam em redações de jornal, mas que perceberam

a aquisição do novo estatuto a partir da mudança do tratamento pelos pares: “A rotina é a mesma, mas na redação com as pessoas do trabalho, sim, elas te olham de um jeito diferente, você não é mais a estagiária que eles podem ficar mandando” (Teresa); “As pessoas te tratam um pouco melhor” (Daniel); “Até foi a recomendação da minha chefia. ‘Olha, você não é mais estagiária. Então, você não pode deixar as pessoas falarem de qualquer maneira com você aqui dentro. Você tem que ter posição.’” (Paulina). É interessante observar que esse conjunto de respostas remete sobretudo às hierarquias das redações (estagiário, repórter, chefe) e a maneira como aquisição de um estatuto consiste, na verdade, em uma progressão vertical no interior dessa estrutura, ou seja, à ideia de que o novo estatuto representa uma promoção de estagiário a jornalista.

O meio profissional, representando a coletividade dos jornalistas, também é mencionado, mas de forma menos explícita por alguns entrevistados. Eles atribuem, por exemplo, à organização jornalística um papel importante enquanto instância de atribuição estatutária. Estar vinculado a uma empresa (via contratação), poder assinar uma matéria (algo que foi bastante mencionado nos depoimentos) é visto como uma mudança fundamental para alguns entrevistados em termos de estatuto (Mauve, Maria-Sílvia, Marcel, Vitória, Afonso; Margarida e Michel). “É aquela coisa automática. ‘O que você faz?’; ‘Eu sou jornalista’. ‘Em qual jornal você trabalha?’. É no automático” (Michel).

Na negociação com a empresa, a mudança de estatuto é, muitas vezes, ligada à ideia de responsabilidade, das novas atribuições, de autonomia na redação, de uma cobrança maior em termos de qualidade da informação:

Emanuel: Me senti jornalista no primeiro emprego [...]. Tinha várias experiências de estágio, respondia sobre o que era demandado, mas aquela noção da cobrança profissional, você só tem quando é formado e contratado como tal. Você é visto de forma diferente. Aquele seu erro que você cometia como estagiário não é o mesmo erro que se comete como profissional. (grifos meus).

Isso fica mais claro em um trecho de minha entrevista com Margarida:

Margarida: Quando tem plantão, eles me botam na coordenação, então, assim, eles me deram cargos mais pesados, porque eu acho que eles confiam em mim e confiam no meu trabalho. Isso me deixou bastante segura da minha [inserção na] profissão, do meu papel lá dentro.

Fábio: Pra você, o fato de ter uma confiança institucional te dá segurança que você tá no caminho certo?

Margarida: Exatamente. Assim, não no caminho certo. Mas de que, lá dentro, eu sou uma jornalista. Acho que é isso (grifo meu).

Os entrevistados Eduardo, Clara, Luísa, Afonso, Azarius, Margarida e Leon associaram a aquisição do estatuto de jornalista às mudanças nas relações com as fontes. A interiorização do novo *status* passa, por um lado, pela forma como o jornalista se percebe e passa a agir nas interações cotidianas com as fontes de informação: “Eu não me apresentava como estagiário. Eu era repórter. Então, eu já conhecia e eu já tinha muita fonte e já circulava, já fazia pauta na Assembleia Legislativa [do Rio Grande do Sul], no Palácio do Piratini” (Afonso). Mas a recíproca também é verdadeira, pois, nesse tipo de interação, é preciso que as fontes reconheçam o estatuto do jornalista-interlocutor: “Com o tempo, você passa a ter confiança da fonte e ela passa a te dar *off*, passa a confiar muito mais” (Luísa). Os entrevistados associam essa passagem a momentos bastante específicos da carreira. Descrevem situações de entrevista com fontes de peso (Eduardo, Azarius), coberturas jornalísticas consideradas relevantes (Margarida), momentos em que tinham a impressão de estarem finalmente fazendo “o que os outros jornalistas já faziam” (Azarius). “Quando o telefone tocou de manhã e o cara falou: ‘Vem aqui pegar um negócio. Eu tenho um negócio pra você’; Eu falei: ‘É, agora eu acho que eu sou jornalista mesmo’.” (Leon).

Apenas Daniel mencionou o reconhecimento do público como uma instância de atribuição estatutária — e, mesmo neste caso, ele falou de forma geral, sem fazer referência à sua própria carreira.¹ A universidade e o diploma são mencionados no

¹ É possível, neste caso, pensar a assinatura de uma matéria como uma forma parcial de aquisição de um estatuto junto ao público, na medida em que a empresa, de certa forma, “autoriza” o jornalista a

depoimento de Eugênia. A valorização da formação acadêmica por essa entrevistada se explica, sobretudo, pela sua história pessoal. Trata-se de alguém que, nas suas próprias palavras, fez “o caminho inverso” da carreira e foi buscar uma formação após anos de experiência no meio jornalístico — a situação de Eugênia já havia sido discutida no capítulo 3.

Finalmente, Maria-Sílvia e Margarida mencionam rapidamente outras instâncias legais de reconhecimento do estatuto: o registro profissional, a assinatura da carteira de trabalho. Essas instâncias, contudo, são descritas muito mais como requisitos do que como rituais de passagem. Algo do tipo: preciso do registro para ser contratado e me tornar um jornalista...

Os momentos

A descrição dessas situações de interação pelos entrevistados me permite apreender a identidade profissional na forma como ela é permanentemente negociada nas relações com os pares, as fontes, os públicos, nas instâncias de formação e de reconhecimento profissional. Um segundo passo consiste em restituir esse mosaico de interações à sua dimensão temporal. O interesse nesse procedimento está justamente em deslocar o olhar do pesquisador para os *momentos* da carreira em que certas situações de interação são consideradas significativas na construção de si.

De certa forma, a aquisição do estatuto de jornalista está intimamente ligada ao momento de inserção na profissão. É ao longo desse processo — primeiras experiências laborais, estágios e outras modalidades de *pre-entry* que só se estabilizam com a contratação — que os indivíduos vão construindo suas identidades profissionais. O interessante nesse processo é a forma como revela a dialética indivíduo/coletividade: ao mesmo tempo em que descreve a percepção de um ator em relação à sua trajetória, aponta-se também para as estruturas sociais que definem as dinâmicas da profissão. Isso se dá,

ser publicamente reconhecido. Trata-se de uma pista que mereceria ser explorada, mas o conjunto de entrevistas não me permite avançar muito nessa direção.

principalmente, pela recorrência de certas situações, de regularidades que emergem na agregação qualitativa das histórias de vida. De fato, três momentos foram mencionados pelos jornalistas como importantes no sentido de aquisição do estatuto profissional.

No período dos *estágios* (Eduardo, Afonso, Michel e Horácio). Trata-se de uma noção de estatuto associada ao ambiente de redação, à realização de tarefas jornalísticas em organizações de mídia. É interessante porque o estagiário é um estatuto distinto ao de jornalista — inclusive em termos de atributos, o estagiário deve ser um obrigatoriamente um estudante e o jornalista possui um contrato de trabalho e/ou registro profissional. Mas os depoimentos são ricos em descrições de práticas e situações que permitiam os entrevistados se sentirem jornalistas: selecionar uma pauta, fazer pautas na rua, cobrir determinados eventos, ver a matéria publicada.

Outro ponto interessante é que o estatuto está diretamente vinculado à realização de estágios em empresas de mídia, como mostram os depoimentos de Afonso e Michel:

Afonso: Eu acho que [passei a me sentir jornalista] ainda no estágio, como repórter [...]. Acho que quando eu comecei a fazer pauta na rua, quando eu comecei a fazer essas pautas políticas na Assembleia Legislativa, no Palácio Piratini.

Michel: Eu já me sentia jornalista desde a primeira matéria que saiu. Eu não me sentia jornalista na assessoria de comunicação.

Fabio: No primeiro estágio?

Michel: Isso! No primeiro dia que eu fiz a matéria, que eu entreguei, que eu vi a matéria publicada, no dia seguinte eu me senti jornalista [...]. Eu me senti jornalista quando saiu a matéria. Eu não me sentia jornalista quando eu era assessor de comunicação (grifo meu).

Após a formatura, com a *contratação* (Mauve, Vitória, Emanuel e Paulina). Estes entrevistados valorizam, sobretudo, os ritos de passagem da profissão e as instâncias formais de aquisição do estatuto: o diploma, o registro, o contrato de trabalho. Vários associaram esse momento à ideia de mudança (de salário, de *status*, de relacionamento com os outros). Chegam a falar em mudanças na percepção de si (Vitória e Emanuel), como se o novo estatuto exigisse do indivíduo uma nova forma de agir (retomarei

esse tema na próxima seção): “[Antes de ser contratado], eu tinha várias experiências, diversas funções, mas não era um jornalista de formação, de conhecer a profissão, de ter responsabilidade por aquilo que a profissão me pedia.” “Aquela noção da cobrança profissional, você só tem quando é formado e contratado como tal.” (Emanuel).

Um estatuto que seria negociado mais lentamente, *ao longo do tempo* (Maria-Sílvia, Clara, Margarida). Alguns entrevistados descreveram sua mudança identitária recorrendo a uma série de momentos e circunstâncias consideradas relevantes na carreira. De certa forma, eles exprimem a ideia de um estatuto é construído e reforçado a partir de certas experiências, de ritos de passagem, mas também por meio de atributos que são adquiridos durante o período que vai da formação à contratação. Em parte, esses depoimentos remetem à hipótese desenvolvida por Florence Le Cam² sobre a socialização como um processo dialógico, contínuo e coletivo. Tornar-se jornalista, para ela, é algo que se inscreve em um jogo incessante de relações entre esses atores, efetivada pela imposição de normas e de um modo de ser, mas também a partir da troca de competências no decorrer da trajetória profissional.

O interessante, neste caso, é a forma como parte desse processo de socialização é narrado pelos entrevistados. De fato, os jornalistas vão se “lembrando” dos momentos de aquisição do estatuto, das pessoas e circunstâncias, seguindo a lógica de reconstrução e reordenação das histórias de vida:

Fábio: Quando é que você se sentiu jornalista?

Clara: Nossa! Que pergunta difícil! Acho que foi depois de uns dois anos de estágio. Eu me sentia [jornalista] porque estava no dia a dia mesmo numa redação. Eu era um pouco referência para os outros colegas, porque eu era a que mais trabalhava em redação de fato e aparecia no rádio. Acho que foi nesse momento. Foi na faculdade ainda.

[Em outro momento da entrevista] Depois de formada, acho que eu me senti mais...

² Em um texto inédito intitulado *Socialisation et Dialogisme* (Socialização e Dialogismo). Ver também: Charbonneaux e Le Cam (2012).

[Em outro momento da entrevista, ao falar do primeiro contrato de trabalho]: Até pela legitimidade de chegar e falar assim: “eu sou jornalista!”, pra um deputado, por exemplo [...] Então, acho que isso sim, fez diferença no meu sentimento.

Margarida: Foi nessa época [do primeiro estágio em redação] exatamente. E quando eu fui contratada, mais ainda. Enquanto contratada, eu percebi realmente que eles gostavam do meu trabalho e queriam que eu ficasse. E aí, essa sensação foi sendo consolidada ao longo do tempo. Por exemplo, hoje, eu já fiz papel de coordenação. Eu passei da produção pra coordenação de produção. Ano passado, a minha chefe ficou dois meses afastada e eu fiquei os dois meses no lugar dela. E este ano, ela pegou uma licença-maternidade e eu fiquei quase um ano inteiro na coordenação do jornal (grifos meus).

A maneira como Clara e Margarida descrevem o processo de aquisição do estatuto revela uma série de situações fundamentais para se compreender o jogo identitário e que nem sempre emergem em uma análise tradicional: as pequenas conquistas que acontecem no cotidiano das redações (em detrimento aos grandes ritos de passagem), o reconhecimento da competência pelos colegas, a realização de tarefas cada vez mais complexas, o fato de se sentir cada vez mais confortável com o trabalho, com o jornalismo.

Finalmente, a descrição desses diferentes momentos de aquisição do estatuto de jornalista (estágio, formatura, primeiro emprego) remete às dinâmicas coletivas que definem esse espaço laboral. De fato, o jornalismo se constitui como uma profissão atravessada por duas lógicas distintas. A primeira reforça o papel das experiências individuais e das interações como mecanismos identitários. A segunda está relacionada às instâncias formais de construção da identidade jornalística. Essa dualidade, longe de representar uma contradição, remete ao que Ruellan (1997) chamaria de “heterogeneidades estruturais” da profissão, ou seja, os diferentes discursos sobre a identidade e que atravessam o espaço laboral.

As mudanças no estatuto

O processo de negociação de um estatuto profissional está ligado às mudanças na forma como o indivíduo se percebe (passa a se ver como jornalista) e na maneira como ele é reconhecido pelos demais membros do mundo social. Isto é, alteram-se as modalidades de cooperação com a produção jornalística, vista como uma prática coletiva, como um ato social maior. Um novo estatuto representa, portanto, uma evolução identitária prevista na carreira e que altera as bases das interações (STRAUSS, 1992a) no âmbito desse mundo social. Por isso, o jovem jornalista deve adaptar sua forma de agir com o objetivo de manter o que Goffman (1973, p. 67) chama de “coerência expressiva” nas diferentes cenas da vida quotidiana — no caso, no dia a dia da profissão. Gostaria de explorar nesta seção alguns aspectos dessas mudanças e adaptações no modo como um jornalista representa as formas de ser e de agir associadas ao estatuto recém-adquirido.³

Vários entrevistados contam que a inserção profissional alterou muito pouco as práticas na redação: “As pessoas te tratam um pouco melhor”, explica Daniel, “mas em termos de trabalho não [mudou]”. Essa situação está diretamente relacionada ao papel dos estágios, dos contratos de *trainee* e de outras formas de *pre-entry* como mecanismos de antecipação do cotidiano do jornalismo, e que se estende, de certa forma, à própria percepção do trabalho pelos recém-contratados: “As atribuições de estagiário lá [na emissora onde fui contratado] eram muito próximas de um jornalista formado” (Marcel); “Lá na [rádio onde eu trabalhava] — e eu não sei se continua assim —, a gente [estagiários] trabalhava da mesma forma que os repórteres contratados. Mudança prática, não teve! Eu continuei fazendo a mesma coisa” (Afonso).

Se o *status* formal de jornalista impacta muito pouco no tipo de trabalho que será desenvolvido nas redações, a percepção que o recém-contratado possui da sua prática muda bastante. Para Afonso e Margarida, ser jornalista exigiria maior *dedicação*:

³ O tema mereceria um desenvolvimento maior, dentro de uma pesquisa etnográfica sobre socialização. Isso, contudo, foge ao escopo deste livro.

“Embora eu esteja fazendo as mesmas coisas de quando era estagiária, é o seu emprego aquilo ali. Então, você tem que dar o seu melhor” (Margarida). E mudaria, sobretudo, a *responsabilidade* associada agora ao estatuto de jornalista (Mauve, Marcel, Luísa, Afonso e Leon). Na leitura das entrevistas, percebi uma diferença na utilização dessas duas palavras. Enquanto dedicação está ligada ao vínculo com o trabalho (e remete, portanto, à questão do gosto), a responsabilidade é associada a uma dimensão coletiva do compromisso que o jornalista assume com o outro (os pares, as fontes e os públicos). Por exemplo, a responsabilidade na hora de realizar coberturas importantes em nome do jornal: “A partir do momento que eu virei repórter, é um outro mundo. Você vai cobrir ministérios, você vai cobrir Congresso, você vai cobrir presidente... [...]. É uma responsabilidade grande” (Leon, grifo meu); “Eu mudei de cobertura, eu peguei uma coisa de responsabilidade maior que era ser setorista e tomar conta de uma área específica [o Palácio do Planalto] [...]. Aí eu senti alguns saltos da fase de estágio para a fase de profissional” (Marcel, grifo meu). Essa noção estaria ligada também à qualidade da informação produzida, à responsabilidade que o jornalista assume diante do erro: “Porque quando você é estagiário você não pode errar, mas você sempre é aliviado quando erra [...]. Estagiário não assina [matérias], então está no nome do jornal. Mas quando é o seu nome envolvido é uma responsabilidade do jornal, mas é sua ainda” (Mauve, grifo meu).

Mesmo dentre aqueles que relativizam as mudanças no trabalho cotidiano com a contratação, o *status* de jornalista tem um valor simbólico importante. Ele representa uma passagem para a vida adulta. Por isso, vários entrevistados associaram esse momento à aquisição de uma maior *maturidade*:

Maurício: Você vem com aquele idealismo, aquela coisa toda de que eu posso ajudar a mudar os destinos da nação, aquele sonho juvenil. E você, quando você entra numa engrenagem, você percebe que as coisas têm um tempo de maturação [...]. Você percebe o longo caminho que te aguarda. É traumático por isso porque é pouco romper com aquele sonho que você acalentou ao longo de sei lá, 10 anos, 12 anos.

Vitória: [Quando eu fui contratada, eu pensei]: ‘Estou entrando na vida adulta’. Estou tendo meu salário, tendo que pagar minhas contas. Acho que é uma passagem porque, depois de 20 anos estudando, você não estuda mais, só trabalha” (grifo meu)

Emanuel: Antes de entrar na profissão, você tem certo deslumbramento. Você tem certa tendência a achar as pessoas e as situações mais importantes. Depois que comecei a trabalhar mesmo [com jornalismo], eu passei a ver como algo normal na minha vida.

Clara: Em termos de demanda, é quase a mesma coisa [da época de estagiária]. A diferença que eu vejo é que eu só ganhei maturidade.” (grifo meu).

Apenas três entrevistados associaram esse momento a mudanças concretas nos benefícios materiais associados à carreira, como salário e a assinatura de um contrato de trabalho pela CLT (Maria-Sílvia, Vitória e Luísa). É interessante, nesse caso, destacar a ênfase dada pelos jornalistas à dimensão mais simbólica da inserção profissional. Mesmo quando os entrevistados fazem referência a benefícios materiais com efeito imediato em suas vidas profissionais (como um aumento de salário ou a assinatura da carteira de trabalho), é o valor simbólico dessas mudanças que costuma ser destacado pelos jornalistas: o *status* de ser um assalariado, o fato de poder finalmente viver dos próprios rendimentos, entre outros.

Levanto aqui algumas explicações possíveis para essa constatação. Primeiro, acredito que a relativa falta de importância atribuída aos ganhos materiais decorrentes do primeiro emprego é congruente com as motivações que levaram a maioria dos entrevistados a escolherem o jornalismo (capítulo 2). Para eles, questões como o gosto e os imaginários associados à profissão são vistos como mais importantes do que o salário, pelo menos no início da carreira. As histórias de vida deixam transparecer, ainda, o fato de que, mais do que uma promoção na carreira, a inserção profissional é um momento importante da vida pessoal dos jornalistas-entrevistados e, nesse sentido, o seu peso como *turning point* identitário é muito maior do que os ganhos materiais que ela pode oferecer — e, por isso, a ênfase em termos como responsabilidade e maturidade. E, já me antecipando a alguns aspectos que serão

explorados nos próximos capítulos, acredito que se trata efetivamente de uma etapa da carreira em que o ingresso efetivo no mercado de trabalho e a gestão da reputação no meio profissional são motivações prioritárias nas decisões dos entrevistados, o que deixa em segundo plano questões como salário ou estabilidade, por exemplo.

Conclusão

A inserção profissional é também um processo de negociação identitária. Tornar-se jornalista vai além da designação formal, prevista pela posse do diploma, do registro profissional e/ou da carteira de trabalho assinada. A aquisição consiste em um processo mais longo de reconhecimento de capacidades e de aptidões dos jornalistas (ROSENBERG, 2015) pelas diferentes instâncias do mundo social e que resultam não apenas na validação desse estatuto pelo outro, mas também em uma mudança mais profunda na forma como o entrevistado se reconhece como profissional e como indivíduo. E, nesse sentido, importa menos quando a pessoa se torna jornalista (se no estágio, na formatura ou no primeiro emprego) e mais a forma como esse momento se constitui como a expressão de um processo mais complexo de gestão de si.

“O salário não era bom, mas eu já sabia que a empresa era uma boa aposta de carreira”: as progressões internas

Nos próximos capítulos, discutirei a construção das carreiras jornalísticas nas organizações de mídia. A análise centra-se no período que se segue à inserção profissional dos jornalistas entrevistados. Organizei esses percursos em três grandes formas de mobilidade na carreira: a interna (a progressão na redação ou em veículos de uma mesma organização), a externa (as mudanças de emprego entre diferentes mídias) e as situações de *freelancer* e de acúmulo de vínculos (duplo, triplo emprego). Esta divisão representa estratégias majoritárias de carreira vivenciadas por boa parte dos entrevistados. O objetivo, neste caso, é analisar as relações entre os perfis individuais e as estratégias de mobilidade adotadas e entender os motivos e as circunstâncias que levam o indivíduo a mudar (ou não) de emprego. Ao mesmo tempo, tentarei discutir como essas trajetórias se inserem no contexto do mercado de trabalho e da própria estrutura de carreira, na forma como ela é interiorizada e adaptada nas experiências biográficas.

Para a realização desta análise, tomei como base as histórias de vida de 31 entrevistados (exclui Eduardo que, por ocasião da pesquisa, era ainda um estagiário). Registre cada uma das progressões internas e mudanças de emprego relatadas, associando-as às circunstâncias da mudança. Relações de duplo emprego e contratos de *freelancer* foram contabilizadas paralelamente, sem serem classificadas como

mobilidade. Em seguida, cruzei essa análise com o conjunto de dados e estatísticas disponíveis (BRASIL, 2014; MICK; LIMA, 2013).

Mobilidade interna

Mais da metade dos entrevistados (17 em 31) descreveram pelo menos um tipo de mudança de *status* dentro do mesmo veículo ou grupo de comunicação. Isso não significa necessariamente que essas pessoas optaram por construir uma carreira em uma mesma organização de mídia. Também não pode ser tomado como um indicador de estabilidade na carreira. De modo geral, a trajetória do conjunto de entrevistados é marcada por uma grande mobilidade entre veículos, com períodos eventuais de progressão interna em alguns veículos.

De fato, apenas seis jornalistas possuem trajetórias claramente associadas a uma estratégia de investimento e progressão na mesma organização: Daniel, Sam, Emanuel, Leon, Michel e Horácio. Nas entrevistas, eles explicam esse tipo de decisão em termos de planejamento de carreira a longo prazo. “Quando eu vim, independente da proposta que fosse aparecer, eu queria, pelo menos, cinco anos, para constituir uma carreira [...]. Não vejo [a minha escolha] como comodismo. Vejo como projeção de carreira” (Emanuel); “Nesse ano de 2009, 2010, minha carteira de trabalho tava parecendo páginas amarelas [de lista telefônica], cheia de carimbo [...]. Tem o momento de testar experiência e o momento que você tem que focar em alguma coisa, senão você faz tudo e não faz nada” (Leon); “Eu queria ir pra uma empresa maior e, pra ir pra uma empresa maior, eu sabia que eu tinha que abrir mão do salário bom que eu tinha, da autonomia [...]. E sabia que eu ainda era muito novo e que eu tinha muito a crescer” (Michel).

Outros já mencionam o fato de terem um perfil “menos aventureiro”: “Eu tenho um espírito mais calmo pra esse tipo de coisa [...]. Porque aqui, pra jornalista, é o seguinte: o trabalho dele não tá indo do jeito que ele quer, ele sai, vai embora. Sai e procura outra coisa, não tem apego” (Daniel); “Acho que você vai encontrar

dois tipos de gente: gente que troca muito e gente que não troca [de emprego] [...]. Tem a ver um pouco com personalidade. Sou um cara mais cauteloso” (Sam).

Em alguns casos, a adesão a uma empresa se explica pelo bom ambiente de trabalho (Daniel e Michel). A infraestrutura disponível também é um dos motivos elencados para a permanência em um determinado veículo, como explica Horácio:

[A empresa] tem bons equipamentos, eu não vou ficar brigando por computador. Um repórter sai pra fazer uma matéria e é só uma matéria, ao contrário de outras [emissoras de TV], onde você bota duas, três, quatro pautas debaixo do braço e tem que voltar com volume. Com o volume, você nem sempre tem a qualidade. Isso tudo vai valorizando o profissional.

Quatro entrevistados (Sam, Leon Michel e Horácio) fizeram referência à política da empresa de incentivar a permanência dos quadros e a progressão interna como um fator importante para explicar o investimento em uma carreira mais sedentária. Tratam-se de pessoas vinculadas a um mesmo grupo de mídia, ou seja, não é possível generalizar esse tipo de trajetória para o conjunto das carreiras jornalística no Brasil. Contudo, é interessante notar, nas falas de Leon e Horácio e em um trecho da conversa que tive com Michel, como a reputação da empresa circula no meio profissional e é uma das motivações para a decisão de se fazer carreira em determinada organização:

Leon: O salário não era bom, mas eu já sabia que a empresa era uma boa aposta de carreira [...]. Não foi só pra ter uma experiência a mais. Eu já tinha um foco e [pensei]: “Acho que essa é uma empresa boa pra me fixar” [...]. Em termos de estabilidade e de possibilidade de carreira, é uma empresa interessante porque você tem inúmeras possibilidades de trabalho.

Horácio: A empresa incentiva muito isso, mas acho que também depende muito do profissional. Tem profissionais que dizem: “Eu quero seguir carreira”, porque ela incentiva o seu crescimento. Eu tô falando um pouco de quando eu entrei aqui. Entrei aqui na área de operações em 1992. Eu tinha 22 anos [...]. Dentro de operações, eu fui assistente de produção, fui coordenador, fui diretor de imagem — que corta programa ao vivo. Fiz jornalismo, entrei como

produtor, passei dois anos na produção, passei seis meses como editor de texto, dois anos na chefia de reportagem e quatro anos na coordenação dos telejornais locais. E você vê vários exemplos aqui, nesse sentido. Tem pessoas que entraram aqui pra fazer determinada função e foram mudando porque a casa também favorece isso.

Michel: Essas pessoas que estão ao meu redor [na redação] sabem que aquilo ali pode ser uma empresa que elas podem ficar muito tempo.

Fábio: As pessoas acabam, de certa forma, investindo naquilo.

Michel: É! Não que elas se acomodem, mas elas veem que ali tem futuro. E isso é importante até pra felicidade [...]. Eu vejo que as pessoas estão satisfeitas e não só eu!

Fábio: Você sabia disso quando você escolheu?

Michel: Sabia! Esse foi quase o critério principal da minha mudança.

Fábio: Essas informações circulam? Sobre onde é bom pra trabalhar?

Michel: Circulam! Até os centavos de salários [...]. As pessoas, na nossa área, estão muito bem informadas, né? Elas tentam ser informadas sobre o mundo, mas, principalmente, sobre o nosso redor.

Com relação aos demais 13 jornalistas que apresentaram algum tipo de mobilidade interna, chama a atenção o número reduzido de posições alcançadas.¹ Com exceção de Paulo, que passou rapidamente de repórter para subeditor de educação, depois chefe de reportagem para, finalmente, ser coordenador de redação em um *site pure player*, os demais entrevistados apresentaram um número máximo de três posições (a de ingresso, mais duas progressões) em um mesmo veículo.

De modo geral, a constatação do baixo investimento em progressões internas está ligada a uma estrutura de carreira, partilhada por jornalistas e veículos de comunicação, que incentiva as mudanças de emprego entre organizações de mídia

¹ É preciso reforçar que esses dados, na verdade, estão muito relacionados a um tipo trajetória profissional em que a mudança de veículos torna-se cada vez mais frequente. No caso dos jornalistas que decidiram (e conseguiram) construir uma carreira mais longa em uma organização de mídia, observei um número maior de progressões e uma carreira mais estratificada. É o caso, por exemplo, de Leon (cinco funções diferentes na mesma empresa), Michel (quatro funções) e Horácio (cinco funções).

no lugar da progressão vertical em uma empresa. Explorarei essa questão da mobilidade entre mídias no próximo capítulo. Por agora, gostaria de analisar as razões da falta de progressões internas nas empresas jornalísticas.

Alguns entrevistados acreditam que falta um plano de carreira bem definido — em termos de cargos e salários — na maioria das organizações de mídia no Brasil. “Realmente não tinha não [um plano de carreira no jornal onde ocupa um cargo de direção]. Agora a gente tá começando a ver...”, conta Daniel, que ocupava, no momento da entrevista, um cargo de chefia superior em uma organização jornalística. As promoções existem, mas não são normatizadas e dependeriam mais da percepção subjetiva das chefias: “Mesmo em um jornal grande você vê pessoas que são, sim, muito valorizadas e outras que jamais... E isso é muito frustrante pra quem tá lá dentro” (Maria-Sílvia). Em termos de carreira, a falta de uma política explícita de progressão reflete negativamente na capacidade de os jornalistas planejarem a vida — pessoal e profissional — a longo prazo, como conta Vitória:

Vitória: Uma colega minha tá há seis anos num jornal. Ela diz “Nossa! Já estou há seis anos aqui?”. Realmente, a gente tem essa sensação. Acho que é um pouco porque a gente não vê a nossa carreira evoluir. Você não muda de *status*.

Fábio: Jornalista não tem plano de carreira?

Vitória: Não tem. Em Brasília, ainda é mais difícil porque nas sucursais não têm hierarquia. Não tem o repórter, redator, o pauteiro, o editor. Você só tem o coordenador e você. Acabou! Então, eu acho que, às vezes, essa vontade de mudar é a sensação que a gente não tá crescendo no trabalho. O crescimento salarial é lento. Não tem muitas opções de chefia pra você ir. Não que eu queira ser chefe, ainda não, mas... Eu não consigo vislumbrar um plano de carreira, é isso. Daqui cinco anos eu acho que eu vou tá fazendo o quê? Exatamente a mesma coisa. Posso até estar com salário diferente, mas não tem muita opção.

Segundo Vitória, haveria um número proporcionalmente baixo de cargos e funções nas redações, incluindo as chefias intermediárias.² Isso significa que, mesmo que o jornalista tenha sua competência reconhecida, a progressão na empresa depende muitas vezes da disponibilidade da vaga, como explicam Luísa: “Lá a gente tem uma escala: repórter 1, 2, 3, até 4, 5. Isso muda o salário. Eu não sei como funciona a ascensão, mas não é uma ascensão rápida. Você depende do quê? De pessoas saírem pra você galgar”; e Leon: “No [menciona o nome de um veículo regional], eu conheço repórteres que estão na cobertura local tem dez anos e não conseguem pular pra política de jeito nenhum! A mobilidade é muito mais complexa”. Além disso, as estratificações disponíveis na carreira jornalística nem sempre valorizam as competências e os gostos dos entrevistados, sobretudo daqueles que gostariam de continuar trabalhando com reportagem:

Mercedes: Vamos falar do repórter que é o que eu sou agora. Pra onde vou subir hierarquicamente? Vou ser editor? É meu interesse ser editor? Ficar sentado, lá dentro da redação, pegar texto dos outros, lapidar, fazer no formatinho que a empresa quer publicar? Esse é o trabalho que eu quero fazer? É um *status*, é uma tendência natural de alguém que é mais velho que não quer ficar na rua? Pode ser. Mas não se tem uma hierarquia muito grande no jornalismo. Então, por isso essa movimentação dentro da mesma área, tem gente que quer nascer e morrer redator, ou então nascer e morrer repórter. Tem aqueles que sempre quiseram ser editor. Tem aqueles que querem ser chefes [...]. Então o que eu vejo ao longo dos anos é cada dia mais a nossa profissão sendo mantida por gente jovem na rua. E as pessoas mais velhas acabam optando por cargos ou trabalhos que remunerem mais e que se trabalhe menos. Simplesmente por isso.

Quando a empresa não dispõe de postos para promoção, uma solução é o desenvolvimento de outras modalidades de reconhecimento profissional, como a

² Em entrevista para Ana Carolina Kalume, em 2013, o então diretor de redação da *Folha de S. Paulo* Sérgio Dávila mencionou um efetivo de cerca de 300 repórteres e 100 editores, incluindo a sede, sucursais e escritórios regionais (PEREIRA; KALUME, 2015, p. 168).

garantia da estabilidade no veículo,³ o aumento do salário ou a concessão de pequenos benefícios simbólicos e materiais: folgas, viagens pela empresa, a atribuição de responsabilidades adicionais na redação etc., como explica Maria-Sílvia:

Às vezes eles consideram te mandar pra uma viagem interessante de trabalho como um prêmio pelo seu trabalho. Parece que você não tá fazendo uma coisa a trabalho, que você tá ganhando um presente por trabalhar numa coisa diferente. Esquisito, mas acontece de ganhar esses tipos de prêmio, deles me deixarem fazer algumas coisas legais, por exemplo.

Nesse sentido, é bastante ilustrativa a crítica que Felipe faz do estatuto de *repórter especial*, considerado, por vários jornalistas, como uma promoção na carreira:

É a primeira forma de enrolar o sujeito, você diz pra ele que ele é especial, e ele se convence que é especial [...]. Primeiro, ele não tem salário especial, e, segundo, que ninguém considera ninguém especial em nada. Em jornalismo não se há esse tipo de coisa, não mesmo.

Os caminhos da progressão interna

Um fenômeno que já havia sido apontado pela literatura internacional (ELLIOTT, 1977; FRITH; MEECH, 2007) e que pude confirmar nesta análise é a diversidade de percursos possíveis na carreira jornalística. Tendo como base as entrevistas, tentarei descrever essas promoções internas me concentrando nos atributos valorizados pelas chefias e nas circunstâncias que resultaram nas mudanças de estatuto — seus impactos em termos identitários serão explorados no capítulo 10. Minha intenção, mais do que oferecer um mapa das possibilidades de ascensão na carreira (o que seria impossível com uma amostra de 31 jornalistas), é discutir os processos que explicam essas progressões. Por isso, buscarei agregar em uma só categoria cargos que possuam equivalências em termos de funções e práticas, mesmo que não correspondam, necessariamente, a

³ Sim, alguns entrevistados afirmam que o simples fato de não terem sido demitidos é uma evidência do reconhecimento pela empresa da qualidade do trabalho realizado.

um mesmo estatuto. Por exemplo, a categoria chefia intermediária/cozinha,⁴ agrega os cargos de subeditor/editor; chefe de reportagem/coordenador de reportagem. Já chefia superior faz referência a editor-chefe, diretor de redação e chefe de sucursal.

Com base nesse quadro de referência, detectei nove tipos de mobilidade interna na carreira dos entrevistados, apresentados a seguir.

- 1) Entre editorias/áreas de cobertura. É a situação de: Rose (de cidades para política local), Gabriel (de suplementos para tecnologia), Beatriz (de Congresso Nacional para Palácio do Planalto), Ricardo (de cidades para polícia), Sam (de meio ambiente para Polícia Federal e depois política), Emanuel (de local para nacional), Alberto (de polícia para esportes). Outra progressão observada é a mobilidade entre programas de uma mesma emissora, como aconteceu com Leon, Michel e Eugênia.

Das entrevistas, subteve-se que essa mudança é motivada menos pelo salário e mais por questões ligadas a reputação e *status* (ser designado para coberturas de maior prestígio, por exemplo, como contam Beatriz, Sam, Emanuel e Eugênia), gosto (Gabriel, Ricardo e Leon) ou acesso a melhores condições de trabalho (Michel). Em todos os casos, independentemente da avaliação que os entrevistados fizeram das novas posições, quase todos definiram esse tipo de mudança como uma demonstração de reconhecimento da competência pelas chefias. Nesse sentido, a estratégia adotada pelas empresas ao promover esse tipo de mobilidade é a de amenizar o cenário de escassez de postos destinados à progressão vertical oferecendo promoções adequadas ao perfil do jornalista. Seria, portanto, uma forma de compensar a rotatividade na carreira. Por um lado, serve como um incentivo para que bons profissionais permaneçam na empresa. Por outro, trata-se de um mecanismo eficaz de

⁴ Termo usado em jornal para definir as funções ligadas ao fechamento, como diagramação, secretaria. Usa-se a expressão “cozinha de jornal”. Ver: <http://dicionariodejornalismo.blogspot.com.br/2010/08/cozinha.html>. Acesso em: 28 mar. 2018.

substituição das vagas eventualmente abertas na redação por conta da saída de um jornalista, como explica Daniel ao descrever a mobilidade de repórteres entre dois jornais pertencentes ao grupo onde trabalha:

Quando tem uma vaga lá [no jornal principal, ele] puxa [um repórter] daqui [do jornal popular que ele dirige]. Eu acho que 70% dos meus estagiários e repórteres foram pra lá. O que é uma média muito grande. Teve uma reforma lá, a última, em que eu tinha simplesmente três repórteres, eles puxaram dois [...]. De uma forma ou de outra, o veículo onde trabalho funciona mais como uma escola [para a formação de jornalistas para o veículo principal do grupo].

- 2) Entre sede/sucursal. É o caso de Maurício (da edição local para a edição nacional do mesmo jornal), Ricardo (da sede para a sucursal), Afonso (da sede para a sucursal) e Leon (de um programa local para um nacional). Esse tipo de mobilidade segue também uma lógica de reconhecimento da competência em uma certa área de cobertura e de reforço da reputação interna e externa do jornalista (possivelmente com aumento de salário). É o que conta Sam, que, embora nunca tenha recebido convites nesse sentido, conhece bem o funcionamento desse tipo de mobilidade pelo fato de ter dirigido a sucursal de Brasília de um jornal de referência nacional:

Eu tenho alguns colegas que foram pra São Paulo, mas foram para ocupar cargos de repórter top-top. Tenho um amigo meu, da época de escola, que hoje é colunista de uma revista. Tem um cara que saiu daqui. Ele veio do Rio pra cá, passou uma temporada de seis meses na *Folha* e foi pra ocupar um cargo de chefia em São Paulo. Do ponto de vista da produção, do *hard news*, de volume de notícia, Brasília ainda é mais importante. Em termos salariais, você acha salários um pouco mais altos em São Paulo, mas a média salarial em Brasília é muito mais alta.

A lógica desses deslocamentos também responde à necessidade da empresa de dar conta de certas coberturas estratégicas em consonância com o

investimento pessoal dos jornalistas em temas específicos: Maurício, especialista em agronegócios; Ricardo, em cobertura policial; Leon, que se destacou no trabalho de produção para TV. E Afonso, especialista em política nacional:

Era uma evolução pra carreira que eu tinha estabelecido. Era uma evolução natural, apesar de não ser muito comum [...]. Mas eu queria, eu tinha essa intenção de vir pra cá [para Brasília]. Eu não tinha um plano estabelecido, eu viria um momento, mas como abriu a vaga e era uma ascensão na carreira e era uma oportunidade que fechava tudo que eu queria, eu acabei me oferecendo e vim pra cá.

- 3) Entre duas mídias da mesma empresa, como fizeram Gabriel, Mauve e Maurício (de impresso para *online*) e Daniel (do jornal de referência para o jornal popular),⁵ o que pode ser seguido de mudanças também no cargo ocupado (ver itens 4 e 8). Essas mudanças são geralmente descritas como resultado de decisões da organização no sentido de reforçar certas operações do grupo (sites, jornais populares), que não são necessariamente tidas como as mais reputadas pelos jornalistas. Alguns entrevistados podem, eventualmente, vê-las como estratégicas para a carreira (Gabriel, Daniel) na medida em que vêm acompanhadas de uma promoção e da possibilidade de se investir em segmentos menos concorridos. Essas mudanças, contudo, não atendem necessariamente ao gosto que certos jornalistas desenvolvem pelo veículo de origem e podem ser vistas como escolhas temporárias de carreira (Mauve).
- 4) De reportagem para a “cozinha”/chefia intermediária. Trata-se de um tipo de progressão bastante comum na carreira jornalística. Ela é observada na trajetória de Paulo (de repórter para subeditor), Daniel (de repórter para subeditor),

⁵ A definição de jornal e jornalismo de referência em oposição ao jornalismo popular exigiria um esforço de reflexão que ultrapassa a ambição deste livro. De forma simples e operacional, estou trabalhando aqui com jornais que se destinam a públicos distintos (classes A e B, no caso dos jornais de referência ou *quality papers*; C e D para os populares). Para uma discussão mais aprofundada, ver o excelente artigo de Angela Zamin (2014).

Sam (de repórter para subcoordenador de reportagem), Alberto (de repórter para subeditor), Paulina (de produtora para coordenadora de produção), Michel (de repórter para subeditor; de pauteiro para subchefe de reportagem), Horácio (de produtor para editor de texto). A passagem para a cozinha é uma espécie de ascensão natural de quem ingressa em uma redação em funções de reportagem. Mas depende, sobretudo, de um acordo entre as chefias, que identificam os jornalistas com perfil para a chefia e edição, e o repórter, que precisa desenvolver um gosto ou ambição por esse tipo de trabalho e posição (há casos de jornalistas, como Beatriz, Felipe, Gabriele e Albertina, que tiveram longas carreiras, mas ficando apenas na reportagem). Um trecho do depoimento de Daniel ilustra bem essa situação:

Eu acabei descobrindo que, como repórter, na acepção da palavra, na raiz da palavra mesmo, que eu era medíocre. Pra não usar uma palavra tão forte eu era um repórter mediano. Eles me entregavam a pauta, eu fazia a pauta, no dia seguinte tava aquilo que eles queriam, nada além disso [...]. Você tem que ter um pouco de maturidade [para reconhecer que], quando o diretor de redação me puxou pra essa parte de edição e de coordenação, o trabalho dos outros repórteres começou a render muito mais. Ele falou: “Caramba como é que eu não pensei nisso!”. A sua maturidade para falar: “Pô, isso também é um trabalho jornalístico, eu vim pra isso também” (grifo meu).

- 5) De apresentador (de rádio e TV) para “cozinha”, como observei nas carreiras de Emanuel (âncora de rádio para editor-chefe) e Eugênia (de apresentadora de TV para chefia de reportagem, em alguns momentos, acumulando as duas funções). Trata-se de uma variação da mobilidade anterior, com uma diferença: o *status* de quem apresenta ou ancora um noticiário, cuja visibilidade junto à audiência costuma ser grande. Nessas situações, a busca por reputação dentro da empresa (no lugar do sucesso junto ao grande público) me parece bem evidente como motivação de carreira, na medida

em que a promoção à chefe aparece naturalizada nas entrevistas como uma sequência óbvia de suas trajetórias organizacionais.

- 6) De “cozinha” para apresentador, como aconteceu com Eugênia (de editora do Núcleo de Interior da TV para apresentadora do jornal da noite). Movimento inverso ao item anterior remete, neste caso, à busca por visibilidade junto ao grande público como motivação principal. No caso da entrevistada, essa mobilidade se explica pelas hierarquias internas do veículo, em que provavelmente a apresentação de um jornal noturno é muito mais importante em termos de investimento de carreira do que a responsabilidade pela edição do conteúdo sobre o interior do estado.
- 7) De “cozinha” para a repórter em TV. Também observado na carreira de Eugênia (de editora para repórter), essa mobilidade está bastante associada à estrutura da carreira na televisão em que a visibilidade da reportagem e o *status* de quase celebridade de alguns repórteres transformam esse posto em um objeto de disputa, como transparece no depoimento de Michel (que, aliás afirma nunca ter desejado trabalhar com reportagem televisiva): “Televisão, pra mim, era o repórter, era a imagem [...]. Na TV onde trabalho, por exemplo, de todos os funcionários, dez por cento são os que estão ali, no cartão de visita. Eu não tinha ideia que essa estrutura era muito maior”.
- 8) De chefe para chefe. Trata-se de um movimento comum entre os jornalistas que tiveram uma carreira mais longa em um mesmo veículo, que conseguem promoções sucessivas na cozinha do jornal. Esta é a situação mais próxima de uma “carreira organizacional” (OLIVEIRA, 2011) em que o investimento na empresa pode levar, no decorrer dos anos, às chefias superiores da redação. Encontram-se nesta situação Gabriel (de coordenador de projetos multimídia para editor da versão digital do jornal), Paulo (de subeditor para chefe de

reportagem)⁶, Daniel (de subeditor para diretor de redação), Sam (de coordenador de reportagem para chefe de sucursal), Michel (de subeditor para chefia de reportagem) e Horácio (de editor de texto para chefia de reportagem, depois para coordenador de jornais locais e, finalmente, para editor-executivo).

- 9) Do jornalismo informativo para o de opinião: Ricardo e Alberto (que passaram de repórter para colunista). Essa mudança de estatuto depende novamente de ter algumas competências específicas — qualidade do texto, conhecimento do tema, acesso a certas fontes — reconhecidas pelas chefias. Tradicionalmente, a possibilidade de emitir opinião é algo que se conquista após algum tempo de carreira, como aconteceu com Ricardo e também com Emanuel e Afonso, que conseguiram esse *status* por meio de uma mobilidade entre mídias. O caso de Alberto, que virou colunista de política alguns meses após o seu ingresso no jornal, é particular porque resultou de uma manobra do então diretor de redação:

Eu tinha aquela capilância dos 20 e poucos anos de sair atirando. Se deixasse, eu atirava. Hoje em dia, eu não escrevo a metade do que escrevia [...]. Hoje, eu entendo o que ele [o diretor de redação que o promoveu] quis fazer: ele quis incomodar, sem desgastar os repórteres dele. Logo depois, eu entenderia o que significa esse desgaste.

Em uma análise sobre as mobilidades internas da carreira jornalística, também é importante levar em consideração as variações na oferta de postos por segmento. A TV, por exemplo, costuma oferecer mais estratificações do que a rádio ou uma sucursal de jornal — retomarei o caso da televisão no próximo capítulo. Além disso, empresas maiores oferecem mais possibilidades de progressão do que redações de pequenos veículos de mídia.

⁶ No caso de Paulo, as promoções sucessivas em um *site pure player* estão ligadas mais à escassez de mão de obra para o setor da *web* do que a uma estratégia de construção de carreira na mesma empresa. De fato, após se tornar editor, ele decidiu recomeçar como repórter em um jornal impresso.

Conclusão

Comparada com a mobilidade entre mídias, a progressão da carreira em uma mesma organização revela muito pouco das motivações individuais ligadas à mudança de estatuto. De fato, os entrevistados são pouco prolixos na hora de falar de suas progressões dentro de uma mesma organização. Em geral, essas situações são naturalizadas no discurso como “promoções”, “convites” feitos pela chefia ou simplesmente pela utilização de expressões como “fui ser (repórter, editor, chefe de reportagem...)” ou “fui para a (sucursal, editoria, função...)”. Assim, por mais que alguns jornalistas tenham investido em estratégias de progressão interna de carreira, as promoções geralmente dependem de decisões tomadas pelas chefias e as possibilidades de escolha pelos jornalistas, nesse caso, são relativamente limitadas (geralmente aceitar ou não a promoção oferecida). “Eu nunca escolhi muito função aqui dentro não [...]. Quando você olha um funcionário, é lógico que você não impõe, mas você dá a oportunidade. Já teve casos aqui de você oferecer e o funcionário: ‘Não, não quero! Eu quero ficar onde eu tô’. [...]. É da pessoa”, resume Horácio.

CAPÍTULO 8

“Paga-se muito mal no jornalismo. Se aparece um lugar onde as condições de trabalho são melhores, ou o ambiente é melhor, ou o salário é melhor, a pessoa simplesmente troca”: a mobilidade entre mídias

Mudanças de emprego, o que chamo aqui de mobilidades externas ou entre mídias, foram observadas nas trajetórias de 26 jornalistas. A maior parte, dezoito (Rose, Gabriel, Violeta, Maurício, Maria-Sílvia, Marcel, Beatriz, Florentina, Vitória, Sam, Emanuel, Clara, Afonso, Alberto, Margarida, Michel e Eugênia), teve até cinco empregos diferentes, o que é congruente com os resultados da pesquisa nacional de Mick e Lima (2013), em que 57,4% dos respondentes tiveram entre 2 e 5 vínculos.¹ Quatro (Mercedes, Mercedes, Paulo e Albertina) tiveram entre 6 e 10 mudanças (21%, nos dados de Mick e Lima) e dois tiveram mais de dez vínculos (7,1% na enquete nacional). O cruzamento entre as trajetórias individuais dos 31 entrevistados e os dados quantitativos da pesquisa nacional me permitem explorar

¹ Mas, diferente da pesquisa de Mick e Lima, neste trabalho as situações de duplo emprego foram contabilizadas separadamente do número de vínculos por mudança de emprego.

três constatações mais gerais sobre o panorama e a estrutura das carreiras em termos de mobilidade externa.

- a) Haveria uma correlação entre o número de vínculos e o tempo de carreira, ou seja, quanto mais longa a carreira, maior seriam as mudanças de emprego.
- b) O número de vínculos apresentaria variações conforme o tipo de mídia: pessoas que fizeram carreira em alguns segmentos do mercado de trabalho (jornal, revista) mudariam mais de emprego do que em outros tipos de mídia (rádio, TV).
- c) Haveria uma correlação entre o número de vínculos e a idade dos entrevistados. E, neste caso, siga uma pista aberta por alguns pesquisadores (FIGARO, 2013; DEVILLARD, 2002) de que jornalistas mais jovens teriam um número proporcionalmente maior de vínculos por conta de fenômenos de desregulamentação e de precarização do mercado de trabalho.

Neste capítulo, trabalharei cada uma dessas hipóteses com o objetivo de compreender melhor a correlação entre a mobilidade entre mídias e a estrutura do mercado de trabalho. A seguir, concentrar-me-ei na dimensão microsociológica das mudanças de emprego, analisando as motivações e circunstâncias que explicam essas mobilidades.

A mobilidade entre mídias, a carreira e o mercado de trabalho

Os dados estatísticos cedidos por Jacques Mick e Samuel Lima mostram, de fato, um aumento *de número de vínculos por tempo de carreira*. Jornalistas que tiveram até cinco empregos diferentes se concentram nas faixas de 18 a 22 (93,3%) e de 23 a 30 anos (73,2%). Essa porcentagem cai para 60,9% na faixa de 31 a 40; 49,6%, de 41 a 50, chegando a 29,6% na faixa de 51 a 64 anos. Os autores constatam uma redução do ritmo de mobilidade entre os jornalistas mais velhos: apenas um quinto dentre aqueles com mais de 31 anos de carreira tiveram mais de 20 vínculos profissionais.

A análise das entrevistas reforça essas constatações. No grupo de entrevistados que possuem entre 22 e 30 anos, o número de vínculos concentra-se na faixa de um (Mauve, Teresa, Luísa, Paulina e Margarida), dois (Marcel, Florentina, Vitória)

ou três empregos (Rose, Gabriel, Violeta e Leon), chegando a cinco (Clara) e oito (Mercedes), curiosamente no caso da trajetória de duas jornalistas que começaram a carreira fora de Brasília. Há uma maior distribuição do número de vínculos na faixa de 31 a 40 anos. Assim, embora alguns jornalistas ainda se mantenham no primeiro emprego em mídia (Daniel), boa parte dos entrevistados relataram três (Maria-Sílvia e Emanuel), quatro (Afonso, Alberto e Michel), cinco (Maurício e Beatriz) e seis vínculos empregatícios (Paulo). Acima dos 41 anos, o perfil da carreira apresenta oscilações maiores: o número mínimo é de cinco empregos (Ricardo e Eugênia), chegando a 14, 16 em alguns casos (Gabriele e Azarius, respectivamente).²

De modo geral, o estudo qualitativo das carreiras reforça as conclusões de Mick e Lima de que o aumento do número de vínculos não é linear ao longo do tempo, mas é resultado dos efeitos de crises econômicas sobre o emprego (MICK; LIMA, 2013) — retomarei esse tópico no capítulo 13. Além disso, a análise das trajetórias individuais releva ainda outras explicações para essas oscilações: as diferentes estratégias de carreiras adotadas (investir em uma mesma organização ou mudar de emprego sempre que houver uma oferta de trabalho maior), nuances nas políticas de recrutamento das empresas, entre outras.

Em relação à segunda hipótese levantada, observo *variações no número de vínculos por segmento do mercado de trabalho*. Setores que oferecem um número menor de postos, como rádio (área de atuação 11,7% dos jornalistas, segundo pesquisa de Mick e Lima)³ e TV (21,4%), em geral incentivam carreiras mais sedentárias do que os setores de edição — jornal (41,7% dos postos), revista (22,7%) — que concentram um número maior de estabelecimentos e uma maior oferta de vagas.⁴

² Nesse caso, excluí propositalmente a análise de Horácio, 44 anos e dois vínculos, pelas circunstâncias específicas da sua carreira, iniciada na área técnica de uma emissora de TV, para migrar mais tarde, depois de terminado o curso superior, para o jornalismo da mesma empresa.

³ As estatísticas foram geradas em resposta à questão “Trabalha atualmente em que mídia(s)? (É possível assinalar mais de uma resposta)”.

⁴ Na verdade, faltam dados precisos sobre a distribuição de empregos por tipo de mídia no Brasil. A pesquisa de Mick e Lima permite múltiplas respostas em casos de mais de um vínculo empregatício. O outro dado disponível, o do RAIS 2013, do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL,

Esta é uma correlação difícil de precisar até porque a maioria dos jornalistas teve experiências laborais em veículos diferentes. Para mensurá-la, levantei primeiro o número de jornalistas cuja trajetória foi construída em apenas um tipo de mídia. Assim, quatro entrevistados (Paulina, Margarida Eugênia e Horácio) trabalharam apenas em TV, três (Emanuel, Luísa e Afonso) fizeram carreira exclusivamente em rádio, três em jornal (Teresa, Daniel e Vitória) e uma entrevistada, Mauve, se dividiu entre jornal e *web* em um mesmo veículo de mídia.

Em seguida, fiz levantamento do número total de vínculos dos entrevistados distribuídos por segmento. Dos 130 vínculos relatados nas entrevistas, pouco menos da metade (58) se concentra na mídia impressa (52 em jornal, 6 em revista), seguido pela TV (22), assessoria (19), rádio (18), *web* (11) e agência de notícias (2). Essa proporção fica ainda mais evidente quando me concentro apenas no grupo de jornalistas com carreiras móveis, ou seja, aqueles que ultrapassaram a barreira dos cinco vínculos. Desse grupo de sete entrevistados, destaco quatro: Maurício (5 vínculos em jornal, 1 em assessoria), Felipe (8 em jornal, 1 em rádio), Albertina (5 em jornal, 1 em TV, 1 em rádio) e Azarius (5 em jornal, 5 em revista, 4 em TV e 4 em rádio). Eles passaram a maior parte de suas carreiras se alternando entre veículos de mídia impressa. Gabriele se dividiu entre assessoria (7 vínculos) e jornal (7). Já Mercedes (1 em assessoria, 3 em TV, 2 em rádio, 1 em *web*) e Paulo (2 em jornal, 1 em TV, 3 em *web*) possuem carreiras menos centradas no jornalismo impresso.

A primeira explicação para esse cenário está na maneira como os jornalistas fazem a gestão de suas carreiras em função do número de vagas disponíveis no mercado laboral. No caso da mídia impressa, que historicamente oferece um

2014), além de desatualizado, subestima o tamanho do mercado de trabalho. Entretanto, os dados referentes ao número de estabelecimentos por setor divulgados pelo RAIS são bastante consistentes com a pesquisa de Mick e Lima. Eles apontam para 8.605 organizações classificadas como edição, mais do que o dobro dos 3.970 estabelecimentos de rádio e TV. No caso das ocupações, o relatório é bastante impreciso porque trabalha com os dados declarados pelo empregador (o que remete a uma questão ainda mais complexa sobre como definir/classificar estatutos que devem ser agregados ao espaço jornalístico). Mas, a título de ilustração, ele informa, por exemplo, que o setor de edição emprega 2.371 “jornalistas”, contra 2.054 que trabalham no setor de rádio e TV.

número maior postos de trabalho,⁵ é possível negociar uma mudança de emprego e que geralmente vem acompanhada de um aumento de salário e/ou de melhores condições de trabalho. Em segmentos mais restritos e com grande concorrência, como a TV, a margem de manobra para se negociar uma nova contratação é muito menor. A segunda explicação está relacionada à amostragem: parte dos jornalistas de rádio e TV ou eram jovens (Violeta, Paulina, Margarida) ou fizeram a maior parte de suas carreiras em uma emissora que tende a valorizar a progressão interna (Leon, Horácio). Uma terceira razão tem a ver com a forma como o segmento TV costuma ser valorizado pelos jornalistas. Ou seja, quem consegue um emprego em uma emissora de televisão reputada é menos propenso a trocá-lo por um outro veículo.⁶ A quarta razão, já mencionada aqui, deve-se ao número maior de estratificações e de possibilidades de progressão no interior das mídias audiovisuais.

Finalmente, existe a possibilidade de que o jornalismo para rádio e TV exija um investimento maior em conhecimentos específicos por parte dos entrevistados (por exemplo, em locução e impostura de voz, domínio de ferramentas de edição de imagem e som). Esse tipo de requisito tende a incentivar o desenvolvimento de carreiras mais endógenas dentro de um mesmo tipo de mídia. É o que transparece nos depoimentos de Horácio, que fez carreira em TV, e Sam, que teve uma curta experiência de trabalho em televisão após passar a maior parte de sua trajetória na mídia impressa. De certa forma, eles ilustram os dois lados da mesma moeda:

Horácio: Já teve casos de pegar um repórter de impresso e trazer pra televisão. Aí, tem que dar um treinamento pra esse repórter, porque ele não sabe nada, nem segurar o microfone. Existe mesmo [esse tipo de passagem do impresso para a TV], mas são exceções dentro do nosso dia a dia.

Sam: Eu lembro de entrar ao vivo. Foi uma das coisas mais angustiantes da minha vida o meu primeiro ao vivo. Me falaram assim: “Não, você

⁵ Com a crise financeira do setor, provavelmente esta tendência não deve se manter a longo prazo.

⁶ Por outro lado, o segmento jornal nacional de referência é também bastante reputado no conjunto das carreiras, mas apresenta grande mobilidade. Neste caso, é possível pensar que o *status* de uma mídia no mercado de trabalho é insuficiente para explicar as mobilidades externas na carreira.

vai ter um tempo pra se adaptar!”. Foi no tempo que o então editor-chefe quis montar um jornal diferente [...]. Eles tiraram todos os repórteres que eram de televisão e contrataram só gente de jornal. Mas a gente tinha por trás, os produtores, que eram gente de televisão e sabiam aquela coisa de gravar *off*, que eu não tinha a menor ideia. Sentei a primeira vez na ilha de edição e me falaram assim: “Você vai ter um mês pra treinar”. Eu lembro que demorava muito tempo gravando as coisas.

Duas ressalvas precisam ser feitas em relação a esta análise. Ela avança muito pouco ao avaliar a participação das áreas assessoria de imprensa e *web* no contexto das mobilidades. No primeiro caso, como a minha seleção inicial de entrevistados priorizou jornalistas que fizeram carreira majoritariamente no setor de mídia (mesmo que vários deles tenham feito incursões em comunicação corporativa e organizacional), seria arriscado mensurar quantitativamente a participação desse segmento nas mobilidades externas. Já no que se refere aos *sites* de notícia, acredito que seja cada vez mais difícil distinguir empregos em mídias *off* e *on-line*, por conta dos fenômenos de convergência nas redações e de jornalismo multitarefas.⁷ É possível que vários entrevistados que trabalham (ou passaram por) jornais impressos estejam também produzindo conteúdo para *sites*. Isso aconteceu, por exemplo, na conversa que tive com Gabriele e que revelou, quase que por acaso, que, na sucursal onde trabalhava, todos os jornalistas produziam para as versões impressa e *on-line*.

A análise da relação entre número de vínculos e pertencimento geracional é mais complexa. De modo geral, os estudos sobre as transformações gerais das carreiras (HOEKSTRA, 2011; HUGHES, 1960; OLIVEIRA, 2011) e particularmente sobre a carreira jornalística (FIGARO, 2013; STANDAERT, 2015) associam o aumento da mobilidade externa ao declínio do modelo de “carreira organizacional”, planejada e construída em uma mesma empresa, substituído por um modelo mais “flexível” de

⁷ Neste caso, a solução dada por Mick e Lima, ao permitir a possibilidade de associar mais de uma atividade a um mesmo vínculo, resolve esse dilema. Por outro lado, é muito mais difícil partir desses dados “panorâmicos” para produzir uma análise diacrônica, que busque agregar um conjunto de trajetórias individuais.

carreira. Isso tem consequências na gestão da própria trajetória pessoal na medida em que o profissional teria mais autonomia para negociar seu emprego em função das condições de trabalho oferecidas e pela sua própria busca individual por satisfação, sucesso. Por outro lado, essa mudança impõe ao indivíduo a responsabilidade de lidar com as incertezas do mercado laboral: “O mapeamento das situações de trabalho, o investimento nas relações pessoais, os saberes a serem mobilizados requerem do jornalista que ele seja um agenciador de si mesmo” (FIGARO, 2013, p. 116).

Os dados estatísticos fornecidos por Mick e Lima (2013) reforçam tal cenário de aumento da mobilidade entre os jornalistas mais jovens: 53,9% dos respondentes da pesquisa estão no mesmo emprego há menos de três anos, taxa que sobe para 68% dentre os jornalistas de 23 a 30 anos. Já na faixa de 51 e 64 anos, 53,6% estão há mais de 20 anos na mesma organização. Isso levanta duas possibilidades: uma tendência, já apontada por Mick e Lima (2013), a uma maior estabilidade na parte final da carreira; e/ou um aumento da mobilidade dentre os jornalistas mais jovens.

A análise que faço das histórias de vida ilustra essas duas constatações. Para isso, concentrei meu olhar na distribuição do número de vínculos por tempo de carreira. Trabalhei com dois grupos: os jornalistas mais jovens (entre 21 e 30 anos) e que ingressaram, portanto, no mercado de trabalho a partir do início dos anos 2000; e os mais velhos (de 45 a 56 anos), cuja inserção profissional remonta às décadas de 1970, 1980. Considerei 22 anos como idade de ingresso no jornalismo.⁸ Assim, o primeiro grupo apresentou uma média de 2,57 vínculos para um tempo médio de carreira de quatro anos, ou seja, houve uma mudança de emprego a cada

⁸ Na verdade, é difícil precisar esse momento, pois ele está associado ao debate sobre o processo de aquisição/negociação estatutária e que varia de acordo com a história de vida dos jornalistas, como analisei no capítulo anterior. Os dados de 2012 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) estabelecem 25,5 anos como a idade média dos egressos dos cursos de Comunicação (BRASIL, 2012). Já Mick e Lima (2013) trabalham com o estrato de 18 anos a 21 anos e consideram, portanto, os respondentes que atuam no mercado trabalho antes de terem um diploma superior. Escolhi, neste caso, uma idade intermediária entre esses dois extremos, considerando também o fato de que 22 anos foi a idade mínima mencionada pelos entrevistados ao relatarem seu ingresso no mercado de trabalho.

As diferentes maneiras de ser jornalista

1,55 anos. O segundo grupo apresentou uma estabilidade maior: 9,17 empregos em 28,5 anos de carreira, o que dá uma mudança a cada 3,11 anos.

A análise mais geral, portanto, aponta tendência a uma maior instabilidade na carreira entre as gerações mais jovens de jornalistas. Isso é confirmado na análise mais macrossociológica que conduzo no capítulo 13. Contudo, as especificidades de certas histórias de vida sugerem a necessidade de ponderar um pouco essas conclusões. Nas análises, encontro tanto jovens jornalistas que não mudaram de emprego, apesar de já terem certo tempo de carreira (Paulina, com 29 anos; Mauve, com 27), como jornalistas mais velhos que apresentam uma grande mobilidade na carreira (Gabriele, 47 anos, 14 empregos, uma mudança a cada 1,78 anos). Esse cenário sugere a necessidade de confrontar a dimensão coletiva das transformações do mercado de trabalho no Brasil com uma análise micro das histórias de vida dos entrevistados, centrada nas motivações e circunstâncias que explicam as mudanças de emprego na carreira jornalística.

As motivações para a mobilidade externa

Diferentemente da mobilidade interna (em que os entrevistados se limitam a descrever suas mudanças e progressões dentro de uma organização), as mudanças de emprego no jornalismo são frequentemente associadas a algum tipo de motivação individual. Os relatos dos jornalistas, nesse sentido, são bastante reveladores da dimensão subjetiva das carreiras, da capacidade dos atores de negociarem — junto ao outro (empresas, chefias) — as condições de mudança de emprego. Não se trata aqui de individualizar esse processo, mas de mostrar em que medida as dinâmicas coletivas (as condições impostas pelo mercado laboral, por exemplo) são apropriadas no âmbito das histórias de vida, das motivações individuais, das circunstâncias que levam os jornalistas a decidirem trabalhar em um outro lugar.

As principais motivações expostas pelos entrevistados foram agregadas em cinco eixos principais: benefícios materiais, investimento na carreira e gestão da

reputação, condições de trabalho, gostos e motivações de ordem pessoal. Situadas em termos de alteridade, essas motivações remetem a formas de interação com: a ordem econômica; a estrutura da carreira; os pares na redação; o objeto jornalismo, as práticas e o estilo de vida associadas a ele; e a família, parceiros etc. Nessa operação de sociologização da análise, busquei reinterpretar ou colocar em segundo plano motivações ligadas à satisfação, felicidade, desejo, vontade etc. Sem desprezar a importância desse conjunto de razões na análise das histórias de vida individuais, acredito que elas podem ser abordadas com mais propriedade por perspectivas ligadas à Psicologia ou à Administração.⁹

Benefícios materiais

Os entrevistados mencionaram *salário* e busca por *estabilidade* como principais *benefícios materiais* que motivaram mobilidades externas ao longo de suas carreiras.

Pelo menos dez jornalistas (Maurício, Maria-Sílvia, Beatriz, Felipe, Gabriele, Albertina, Clara, Afonso, Alberto e Eugênia) afirmaram ter mudado de veículo para ganharem mais no novo emprego. Esse número pode ser ainda maior, pois mudar de emprego para ganhar mais é algo já convencionado no meio profissional. Em algumas entrevistas, se a cada mudança de emprego relatada eu perguntasse sobre o aumento do salário, os jornalistas respondiam de forma taxativa: “Sim, sempre com aumento” ou “Sempre saí para ganhar mais”. Os jornalistas quase nunca mencionaram valores.

Mudanças de emprego motivadas por maiores salários estão diretamente ligadas à ausência de mecanismos formais de valorização de carreira no interior de boa parte das organizações de mídia no Brasil: “Paga-se muito mal no jornalismo. Se aparece

⁹ Segundo Bendassolli (2009), a Psicologia valoriza a importância do trabalho para a subjetividade humana. Nesse sentido, a carreira é um mecanismo de realização pessoal, a ênfase estaria no papel do indivíduo na construção do seu projeto pessoal. Para a Administração, a carreira seria organização da expressão subjetiva do trabalho, estando associada a dimensões como motivação e satisfação.

um lugar onde as condições de trabalho são melhores, ou o ambiente é melhor, ou o salário é melhor, a pessoa simplesmente troca” (Mercedes). A busca por um melhor salário não deixa de ser, de certa forma, um mecanismo de gestão da reputação, de construção de um nome no mercado laboral. Em seu depoimento, Maria-Sílvia emprega o termo “passe”, o mesmo utilizado para descrever a carreira de jogadores de futebol, na hora de explicar esse mecanismo de valorização financeira do trabalho de um jornalista em um contexto de concorrência entre as organizações de mídia. Essa situação pode ser ilustrada por dois momentos da trajetória de Maurício, em que mudança de salário e *status* estão intimamente ligados. No primeiro, ele sai de um jornal regional para trabalhar na edição local de um quotidiano de economia: “O salário era muito melhor, o salário era três vezes o que eu ganhava [...]. Então, pra mim [foi quando] eu virei repórter de fato, no meu contracheque. Pra mim foi uma mudança também de *status*”. Posteriormente, ele sai de um quotidiano nacional para fazer uma pós-graduação no exterior. Retorna sem emprego e, após passar um tempo trabalhando em uma assessoria de comunicação, é convidado a assumir um cargo de chefia na mesma redação: “O salário que eu saí quase dobrou quando eu voltei. Então esse período de experiência [...]. Deu um outro *upgrade*, um outro degrau que consegui subir”.

A negociação em torno de uma mudança por emprego motivada por salário segue geralmente um padrão. O jornalista, quando recebe o convite, avalia a proposta e os impactos, tanto financeiros, como no próprio planejamento e gestão da carreira. “Por um período, se me oferecessem 20% acima do salário que eu recebia eu ia. Então eu estabeleci esse parâmetro pra mim”, explica Felipe. Em seguida, ele informa a chefia da mudança. Há sempre a possibilidade de a empresa de origem cobrir, nem que seja parcialmente, a proposta — algo que aparece bastante nos relatos de Maurício, Felipe, Albertina e Sam para justificarem certas permanências no veículo. Quando isso não acontece, ocorre a mudança e o aumento de salário. Afonso descreve um pouco esse processo ao narrar o que motivou a sua última mudança de emprego:

Afonso: Pesou a questão salarial, porque era uma proposta muito boa [...]. Eu conversei com o diretor, que também é um grande amigo. Teve uma conversa bastante franca [...]. Na época, ele me falou: “Pelo o que eles estão de oferecendo, pelo posto que eles tão te oferecendo, por todo o contexto e até o salário, eu não tenho como te fazer uma contrapartida”. Então, ele meio que, na negociação, logo que eu apresentei a proposta, jogou a toalha.

A busca por *estabilidade*, enquanto benefício material da carreira, foi mencionada por seis entrevistados (Maurício, Mercedes, Albertina, Sam, Leon, Michel) como justificativa para mudanças de veículo. Esse tipo de decisão emerge em vários relatos, como um movimento de antecipação de situações de crise financeira das empresas de mídia, de processo de redução de equipe e de demissão coletiva nas redações:

Felipe: Eu estava de férias e acabei sabendo que estava numa lista de demissão exatamente por questão de salário. Quando eu voltei, meu nome já havia sumido da lista, mas eu decidi que eu não ficaria nessas condições. E, por um acaso, um outro jornal já tinha me feito um convite, então eu fui.

Sam: Aí, com dez meses, o salário atrasando, as pessoas começando a sair, aí eu recebi um convite pra vir pro meu atual emprego. Eu tava tão envolvido, o ambiente era tão agradável lá, mesmo com essas coisas, contingências salariais complicadas, que eu recusei. Um mês depois [...], o jornal estava em queda violenta e começaram a ter demissões. Demitiram o motorista que tinha 20 anos de casa [...]. Aí eu conversei com um repórter, que hoje é o colunista do jornal [...]. E falei: “Isso aqui tá lasqueira”. Aí ele: “Acho que eles tão com uma vaga lá.

Leon: Eu tava com dificuldade no jornal, porque tinham períodos que eles passavam dois meses sem pagar o salário, condições de trabalho abusivas, que a gente encontra em vários locais, infelizmente, na nossa profissão [...]. Eu comecei a ver que isso não ia me dar futuro. Eu queria ir pra uma empresa maior e, pra ir pra uma empresa maior, eu sabia que eu tinha que abrir mão do salário bom — que eu tinha, da autonomia — eu era o braço direito da chefe de redação —, mas eu sabia que eu ainda era muito novo e que eu tinha muito a crescer, né? Aí, eu conversando com esse meu amigo da faculdade [...] ele falou assim: “Olha, tem vaga aqui na produção [de uma emissora de

TV]. Mas, assim, não sei se você vai largar a sua autonomia de chefe de reportagem pra ser o produtor”. Eu: “Não tenho apego nenhum a cargo. Eu quero só tranquilidade e o salário em dia pra viver!”.

Embora seja uma decisão aparentemente conjuntural, saber antecipar um momento de crise na empresa requer um aprendizado sobre o funcionamento do mercado de trabalho, adquirido ao longo da carreira. A trajetória de Mercedes ilustra bem esse mecanismo. Demitida duas vezes da mesma empresa por conta de processos de reestruturação da redação, ela passou a identificar esse tipo de situação e procurar um outro emprego antes da demissão:

Eu fiquei seis meses aí aconteceu novamente aquilo... Mudou a direção, mudou o esquema de trabalho e com isso mudam as pessoas. Como eu já sabia que essa mudança ia acontecer, e eu não conhecia o novo diretor, cheguei a falar com ele. Mas entre pegar alguém que ele conhecesse e soubesse como funciona e pegar alguém que ele não conhecesse, óbvio que ele ia pegar alguém que ele conhece [em seguida, ela consegue um emprego em outra mídia]. [...] Enfim a gente tem que trabalhar, às vezes não dá pra se dar o luxo de falar: “Ah eu vou ficar dois meses esperando o próximo emprego bater na minha porta”.

A mudança de emprego em busca de um salário melhor ou em resposta a um clima de instabilidade na empresa pode parecer uma decisão contingencial — tomada por ocasião de uma proposta salarial ou de uma demissão iminente, por exemplo. Sua regularidade nas histórias de vida e a forma como ela é justificada pelos jornalistas nas entrevistas, entretanto, remete à dimensão coletiva e estrutural da carreira. A busca por estabilidade e a utilização da mobilidade como estratégia de melhoria das condições financeiras pelos jornalistas não deixa de ser uma resposta — uma negociação — às condições do mercado de trabalho e à política de contratação das organizações de mídia. Ao mesmo tempo, essas decisões são baseadas na avaliação que o jornalista faz das suas trajetórias e às projeções de carreira — incluindo a forma como elas se relacionam com aspectos da sua vida pessoal, como será discutido mais tarde.

Investimento na carreira e gestão da reputação

Mudanças de emprego também podem ser motivadas por gestão da reputação no meio profissional, pela busca de experiências em veículos capazes de contribuir para o avanço da carreira. Trabalho aqui com o conceito de reputação proposto por Becker (1982) e por Menger (2009) em suas análises sobre as carreiras artísticas. O termo remete à forma como uma coletividade define e delimita o *status* de um indivíduo e sua capacidade de fazer escolhas no âmbito de um mundo social. Isso inclui tanto a produção jornalística — por exemplo, jornalistas reputados têm mais autonomia para propor certas pautas ou formatos noticiosos — como nas decisões ligadas à carreira. Nesse sentido, a gestão da reputação está diretamente associada ao grau de escolhas possíveis de carreira, em termos de posições e empresas de mídia.

No mercado de trabalho em jornalismo, existe uma espécie de hierarquia de veículos, que costuma ser interiorizada pelos entrevistados e motiva a mobilidade entre mídias. De modo geral, televisão e imprensa escrita são segmentos mais valorizados (em termos de prestígio e visibilidade) e atraem jornalistas em busca de uma progressão ligada aos *status* no meio profissional (casos de: Paulo, Vitória, Sam, Clara, Afonso, Leon). “Pra mim, eu tava dando um salto. Tô saindo de um jornal local pra um jornal que eu sempre quis estar. Sempre foi minha meta estar [no jornal onde trabalho]”. “Era o jornal que eu mais gostava. Então, eu tinha uma hierarquia, não sei se era geral, de rádio, televisão e jornal impresso, mas eu sempre quis jornal impresso”, explica Vitória.

Essa mesma lógica pode também ser aplicada no interior de um tipo de mídia. É o caso de Afonso, ao narrar duas mobilidades em sua carreira — construída unicamente no meio rádio. No primeiro, ele recebe uma proposta para trabalhar na emissora de maior audiência em seu estado:

Fábio: Nessas horas, pra aceitar, você considera o quê?

Afonso: Prestígio, possibilidade de ascensão na carreira, que [cita o nome de um grupo de mídia] é muito forte, porque é o veículo hegemônico, então, assim, as pessoas meio que se formam pra trabalhar lá. Não foi muito meu caso, mas, assim, nas possibilidades que eu tinha na época, eu via, dentro da empresa, uma possibilidade de ascensão, que eu não via, na época, no meu outro emprego. Como eu já tinha crescido muito como estagiário, eu não via muita possibilidade pra onde crescer.

No segundo momento, já como correspondente em Brasília da rádio de maior prestígio em seu estado, Afonso recebe uma oferta do seu antigo emprego para voltar, mas como chefe de jornalismo da emissora na capital federal. A sua decisão segue uma lógica semelhante — maior visibilidade e prestígio — aplicada a outro contexto:

Uma coisa que me chateava um pouco era que eu trabalhava aqui como correspondente e tinha muitos amigos aqui em Brasília, galera de cobertura, e o pessoal aqui em Brasília não conhecia o meu trabalho, porque eu era correspondente [...]. As pessoas não me conheciam. Me conheciam só de pauta.

Ao aceitar a proposta, Afonso levou em consideração não só a visibilidade da empresa, mas o prestígio do cargo, a possibilidade de assumir uma função de chefia, mesmo que isso significasse deixar de lado o trabalho de repórter:

Talvez essa tenha sido a decisão mais difícil da carreira, porque era uma mudança muito drástica. Era deixar de ser repórter — uma coisa que eu sempre quis ser e, desde o início da carreira, é uma coisa que eu lutei pra ser — pra uma coisa totalmente diferente e muito mais ampla. Mas eu acho que o que motivo maior foi o desafio, o desafio de atuar em uma outra área — uma área de gestão, que é muito diferente de estar no dia a dia fazendo essencialmente jornalismo.

Junto com o prestígio da empresa e do cargo, outra razão para mudanças de emprego no meio jornalístico é o *status* da cidade e as possibilidades que ela oferece para a progressão da carreira, particularmente entre aqueles que desejam investir no jornalismo político. Isso aparece nas conversas que tive com Paulo, Emanuel,

Clara, Afonso e Eugênia. Cito aqui alguns dos trechos mais representativos desse tipo de motivação:

Paulo: Eu falo que Brasília é uma pós-graduação total do jornalismo de reportagem, por isso que ele é mais valorizado, mais competitivo, mais difícil [...]. Aqui você tem muito mais oportunidade crescimento, vocês... você assinar uma matéria como repórter de Brasília tem muito mais peso.

Eugênia: Brasília, eu colocava como o pulmão da notícia, o cérebro da informação, [pensava]: “é de lá que nasce tudo”, “acho que é um campo bom”, “os salários, talvez, sejam melhores”. Eu ficava alimentando sem buscar muito. Aí, eu vim pra cá, fiquei uma semana, e saí distribuindo currículo, mesmo não sendo formada.

Buscar um outro veículo como uma estratégia de investimento na carreira pode seguir a lógica do prestígio (da mídia, do cargo ou da cidade), mas também pode ser relacionada à busca por novas experiências práticas, ao aprendizado que esse tipo de mudança pode oferecer ao jornalista. É o que aconteceu com os entrevistados Rose, Beatriz, Gabriele, Florentina, Vitória, Sam, Afonso, Leon e Eugênia. De certa forma, esse tipo de mobilidade acontece com mais frequência entre os jornalistas mais jovens. Nas conversas, é bastante recorrente o uso de expressões como “Eu estava querendo experiência de... (jornal, TV etc.)”. Eles justificam essa decisão pela necessidade de apresentarem uma gama variada de competências para poderem competir em um mercado cada vez mais concorrido:

Rose: Fui para [cita o nome de um jornal regional] pra ganhar menos e trabalhar bem mais, mas era questão de aprendizado. Pesa um pouco a questão salarial, mas nem tanto. Por exemplo, eu recebi uma proposta de duas mídias diferentes, o [site onde trabalhava no momento da entrevista] era novo, era uma coisa completamente nova, era um desafio. O outro era fazer algo que eu já sabia, que eu tinha total domínio, o salário era relativamente parecido e eu acabei indo para o site porque eu falei: “É algo novo, é uma chance de aprender”. Então, pra mim, tem pesado até hoje muito mais a questão de aprender, de dominar mais áreas. Eu já domino o impresso, eu já domino a Câmara Legislativa, eu já domino o Executivo local, então agora eu vou para o nacional, agora eu vou para o site.

Sam: Em 97, por que eu saí? Porque eu recebi uma oferta que eu nunca tinha cogitado, que era trabalhar em televisão. Aí eu falei: “Ah, é uma experiência que eu quero ter”. Eu não tinha experiência nenhuma em televisão e eu trabalhei dois anos na TV, como repórter mesmo [...]. Tanto que, quando eu recebi a oferta, na época, eu lembro que me eu sentei pra conversar com o chefe [do jornal de onde estava saindo]. Ele: “O que eu posso te oferecer?”. Eu disse: “Você não pode me oferecer nada, porque eu tô indo porque eu quero ver o que é trabalhar em televisão” (grifo meu).

Fábio: Então, você mudou pela experiência?

Sam: Pela experiência.

Leon: Eu tava feliz na rádio, feliz pra burro lá. Tava num momento bom lá, tava começando a me adaptar bem à questão da cobertura do Palácio do Planalto — era setorista lá —, mas aí pintou esse negócio do jornal [que faz uma proposta para mudar de emprego]. Aí eu falei: “Pô! Eu nunca tive uma experiência de verdade em impresso, numa redação mesmo de jornal diário. Acho que foi uma coisa que faltou mesmo na minha formação de estágio. Acho que vou pra lá, pra ver como é”. E era numa editoria bem valorizada no jornal, que era Política do Brasil. Então, não deu pra recusar, embora fosse muito mal o salário.

De fato, esse tipo de mobilidade não deixa de estar ligado à gestão das reputações, mas em vez de associá-las ao prestígio do veículo onde se trabalha, a ideia é exibir ao mercado de trabalho, ao futuro empregado um conjunto de competências que possam garantir versatilidade no meio profissional. Nesse sentido, reforça-se tanto o discurso de um aprendizado adquirido na prática como a própria ideia de se construir um perfil “multimídia”, capaz de produzir conteúdos adaptados a diferentes formatos midiáticos.¹⁰ Isso aparece em alguns momentos das conversas que tive com Luísa e Afonso.

¹⁰ Não faz sentido fazer no momento uma revisão do debate sobre o conceito de jornalismo multimídia. Publiquei, junto com as colegas Thaís Jorge e Zélia Leal, um artigo em que problematizei o conceito e os impactos em termos de formação e inserção no mercado de trabalho (PEREIRA; ADGHRINI, 2012). Além disso, existe uma extensa bibliografia sobre o assunto. Ver, particularmente: Deuze (2004, 2005), Kalume (2014), Saltzis e Dickinson (2008).

Fábio: Você falou: “Ah, eu quero passar por TV, pra ter uma experiência diferente”. Isso é uma coisa que eu também percebi bastante nas gerações mais novas que é essa necessidade de circular em tudo. Por que isso? O que você acha que você ganha?

Luísa: Porque, hoje em dia, o jornalista precisa ser multimídia. Por exemplo, eu trabalho na rádio, mas eu faço vídeo, eu faço fotos e eu escrevo. O que a gente escrever vai pro *site*...

Fábio: Você também tem que alimentar o *site*...

Luísa: É... Assim, eles que alimentam, mas com o texto que é nosso. Então, é uma necessidade, de fato, pra engrandecer o currículo, pra você ter um leque de opções, porque, como geralmente quando você trabalha em redação é empresa privada, eles te dão o corte e você vaza, você tá demitido.

Fábio: Então, na verdade, é uma forma de você se resguardar pra ter versatilidade pro mercado.

Luísa: Pra ter segurança, digamos assim.

Afonso: Isso é uma coisa importante, que é a multimídia, a prática multimídia [...]. Apesar de estar na chefia de jornalismo, eu apresento programa, participo muito da rede. Mas acho que essa é uma meta de exercer funções multimídia.

A busca por veículos de prestígio e/ou capazes de oferecer algum tipo de aprendizado está intimamente relacionada à forma como os indivíduos avaliam a sua carreira em termos de possibilidade de ascensão, mas também como uma resposta a um sentimento de estagnação profissional (cf. STRAUSS, 1992a). Na verdade, querer melhorar e se sentir estagnado fazem parte de uma mesma lógica de avaliação da trajetória pessoal e profissional. O que muda, fundamentalmente, é a forma como elas serão expressas nos depoimentos. Do total de entrevistados, seis (Maurício, Maria-Sílvia, Florentina, Vitória, Afonso e Michel) citaram esse tipo situação como uma razão para a mudança de emprego. A forma como isso aparece no discurso dos jornalistas é bastante semelhante, como pode ser observado nos extratos a seguir: “Eu considerei na época que eu tinha, eu já tinha aprendido bastante coisa lá [...]. A gente tinha uma relação muito legal, mas assim, você começa a perceber que ‘pra

onde é que eu vou daqui pra agora?’.” (Maurício); “Depois passou anos estagnado e eu vi que não ia mudar muita coisa porque a política do jornal de incentivar as pessoas é muito difícil, ela é muito complicada” (Maria-Sílvia); “Eu saí porque eu já estava cansada do jornal, achava que não tinha muita coisa a agregar. Achava que eu já tinha aprendido tudo pra aprender ali. Aquelas coisas que me chateavam já estavam num nível muito alto” (Vitória); “Um outro problema que eu tinha na empresa aqui era a ascensão. Eu não tinha pra onde crescer. Essa era uma coisa que eu já avaliava. Mesmo gostando muito do trabalho, eu já me perguntava: ‘Tá, e aí? Pra onde eu vou’ e eu não via internamente aqui como ascender [...]. Se pudesse, eu teria ficado mais tempo fazendo isso aqui” (Afonso).

Condições de trabalho

Desde o artigo clássico de Warren Breed (1955/1993), os “constrangimentos organizacionais” ou a ação sócio-organizacional (SOUSA, 2000) têm sido considerados para explicar a prática jornalística,¹¹ o processo de produção da notícia. Embora esses estudos deem grande ênfase às relações de poder e as sanções das chefias, parte de seus postulados — sobre a relevância atribuída às condições de trabalho e às interações com os jornalistas nas salas redação — pode ser transposto ao estudo das carreiras.

De fato, um número razoável de entrevistados mudou de emprego por desaprovarem a linha editorial do veículo (Marcel) ou a política de gestão da empresa (Beatriz: “não é uma boa empresa para trabalhar”; “está me fazendo muito mal trabalhar nesse lugar”). Problemas com o chefe foi uma das razões que levou Mercedes a trocar de veículo. O mesmo aconteceu com Maria-Sílvia: “A minha editora, ela é uma pessoa que eu gosto muito até hoje. Mas ela é muito complicada, então ela exigia muito emocionalmente de mim além do profissional”. Problemas com o

¹¹ Ver ainda os trabalhos de De León (2003) e Ribeiro (1994).

ambiente de trabalho incluem ainda infraestrutura (Marcel) e, sobretudo, relação com os colegas (Beatriz, Clara e Eugênia).

O ambiente de trabalho também explica casos de permanência contrabalanceando, em alguns momentos, o cenário de relativa volatilidade do mercado de trabalho e a lógica de uma progressão de carreira baseada, muitas vezes, na possibilidade de aceitar propostas de trabalho feitas pelos concorrentes. É o que transparece em duas histórias de vida analisadas:

Gabriele: Eu, por exemplo, super bem, em lua de mel com o [veículo onde trabalhava] aí recebi um convite pra ir pra um jornal concorrente. O salário era um pouco maior, mas eu falei: “Eu não quero sair agora, tô muito feliz aqui”. Aí optei por não ir. Um tempo depois o jornal voltou a me chamar, aí eu tava assim em crise com [o veículo]. Aí eu caí fora.

[E, outro momento da entrevista]: O [cita o nome de um jornal] cuida bem do seu profissional. É o jornal que respeita o seu profissional, que valoriza. Que trata bem, você pode achar até que ganha pouco, que merecia ganhar mais. Mas você não é mal tratado, você não é destrutado pelo jornal. De um modo geral, a empresa trata bem, sabe? Respeita seus direitos trabalhistas, respeita seu espaço profissional, valoriza. Você tem um espaço no próprio jornal, que eu acho bem legal e os outros não têm.

Sam: Eu lembro que todos os convites que eu recebi... Teve uma época que um jornal ofereceu duas, quase três vezes mais do que eu ganhava. O jornal onde eu trabalhava não duplicou o meu salário, mas aumentou bastante [...]. Eu não fiz a opção “dinheiro”. Fiz a opção “ambiente de trabalho” com “mercado”...

Mais do que uma expressão das relações de poder no interior das redações, as escolhas motivadas por melhores condições de trabalho ilustram um processo de subjetivação da profissão (RUELLAN, 2017) e a capacidade do indivíduo de negociar — apesar de todas limitações impostas pelo mercado de trabalho — o seu projeto de carreira. Essa mesma dinâmica pode ser observada, de forma ainda mais evidente, na análise das mobilidades de carreira motivadas pelo gosto.

Gosto

O gosto (por certos tipos de segmentos e práticas) é um elemento importante para explicar certas mudanças na carreira e reaparece nos discursos de alguns entrevistados (Rose, Maria-Sílvia, Gabriele, Clara, Alberto, Michel, Eugênia), muitas vezes associado a expressões como “paixão”, “cachaça” (como algo que vicia ao mesmo tempo que dá uma sensação de prazer)¹², realização (pessoal e profissional). Em alguns casos, mudanças motivadas pela busca ou pelo desenvolvimento de um certo vínculo com certas práticas reaparece, mas em termos de “desgosto” ou “infelicidade” no trabalho. É o caso de Gabriel e de Gabriele, que não gostavam de assessoria de imprensa e, quando tiveram a oportunidade, saíram para trabalhar em mídia.

As entrevistas revelam que escolhas motivadas por gosto independem de geração e emergem no depoimento de jornalistas com 23 a 49 anos de idade. Além disso, ao fazer uma leitura mais diacrônica das histórias de vida, é possível perceber uma espécie de continuidade — de desenvolvimento — ao longo do tempo do vínculo que eles estabelecem com certas práticas. Dessa forma, é possível observar alguns entrevistados (Rose, Gabriele, Michel) que manifestaram o desejo de trabalharem em redações jornalísticas ainda no momento de escolha da profissão. Eles desenvolverão estratégias de inserção no mercado de trabalho voltadas a esse segmento. Finalmente, em situações de mudança de emprego, essas pessoas vão orientar suas decisões a partir desse vínculo, criado ainda no início de suas carreiras. É interessante notar que, nos discursos, emerge a ideia de que escolher uma empresa ou área de cobertura motivada pelo gosto se sobrepõe inclusive a questões salariais:

¹² A metáfora do jornalismo como uma cachaça é, na verdade, uma expressão comum no meio profissional brasileiro. Essa mesma analogia da *droga*, do *vício*, foi empregada por Florence Le Cam e Denis Ruellan (2015) em sua análise sobre a relação que os correspondentes de guerra e apresentadores de televisão na França estabelecem com as suas práticas, buscando sentir certas *emoções*. Nesse caso, aplica-se a lógica da busca por um prazer, que gera, ao mesmo tempo, um tipo de dependência física e psicológica em relação à uma prática (como uma “cachaça”).

Gabriele: Aí eu fui chamada por um jornal impresso com um salário menor do que o que tinha na [assessoria onde eu trabalhava]. Nesse momento, eu falei: “Olha eu não tô preocupada com salário. Este não é o momento que eu tô pensando em salário. Eu quero voltar a trabalhar em jornal. Eu quero voltar pra uma redação. Porque eu falava: “adoro furdunço, a confusão, é estressante, mas é o que eu gosto.”

Outros, como Mercedes, vão descobrir o vínculo em relação a certas práticas ao longo da carreira, por meio de um processo de tentativa e erro em que cada mudança de mídia, de posição leva a um aprendizado em torno do que se gosta ou não de fazer no jornalismo, o que permite orientar decisões futuras, em um processo de contínuo de refinamento dessa relação com o objeto do gosto:

A minha intenção, e que eu acabei realizando ao longo da minha carreira profissional, foi trabalhar em diversos tipos de veículos para descobrir aquele que eu realmente, na prática, gostava mais de atuar. Eu consegui isso, algo que realmente me satisfaz. O trabalho que eu faço hoje é realmente muito próximo daquilo que eu gosto de fazer.

Essa mesma lógica aplica-se a jornalistas que escolheram trabalhar com coberturas temáticas, como educação (Maria-Sílvia, neste caso, desenvolveu o gosto a partir do primeiro emprego), política (Clara, que se interessava pelo tema mesmo antes de escolher o jornalismo) e cultura. Esse é o caso de Alberto, cuja decisão de ser jornalista cultural representou uma ruptura mais radical na carreira. Ele explica que, antes mesmo de ingressar na faculdade, já se interessava por temas relacionados à cultura. Suas primeiras experiências profissionais são marcadas justamente por tentativas de se estabelecer nessa área, geralmente frustradas pelas chefias e pelas próprias oportunidades de trabalho que aparecem e que vão conduzindo-o à cobertura de outras temáticas, como política, economia e esportes. Finalmente, ele decide abandonar o trabalho em redação e vai para São Paulo, onde trabalha durante anos como *freelancer*, podendo, finalmente, fazer coberturas que representam uma realização do seu gosto, das suas aspirações de carreira:

Alberto: Foi muito importante pra eu fincar o pé no jornalismo, do tipo: “Não, não quero trabalhar em redação pra bater perna. Eu prefiro ganhar pouco, mas fazer o que eu gosto”. Isso foi compreendido de uma maneira muito clara [...] Eu me tornei, por exemplo, repórter de literatura [...]. Eu quero fazer resenha de livro, quero entrevistar tal pessoa. Eu passei a ir a mostras de artes plásticas, coisas que eu não fazia em Brasília, porque estava em redação todo o tempo. O jornalismo cultural te proporciona isso. Os filmes que você tem que ver é trabalho. O disco que tem que ouvir é trabalho. O livro que você tem que ler é trabalho. (grifo meu).

O gosto explica não só a mudança, mas, sobretudo, a permanência de alguns jornalistas em certas funções e organizações de mídia. É mais difícil detectar como o gosto é associado a carreiras mais sedentárias (ou a decisões pontuais no sentido de continuar no mesmo emprego), primeiro porque, nos depoimentos, os jornalistas costumam justificar mais as situações de mobilidade do que as permanências. Isso se explica inclusive pelo formato da entrevista em que eu geralmente peço a cada um para fazer uma descrição detalhada de cada mudança de vínculo. Além disso, a decisão de não mudar de emprego geralmente mistura gosto, condições de trabalho e busca por estabilidade. Mesmo assim, é possível perceber momentos em que o gosto justifica certas decisões: “Eu quero estar na [empresa onde eu trabalho] [...]. Eu falo assim que eu só saio de lá eles saírem comigo. Eu não ganho bem, mas eu tenho realização profissional lá” (Beatriz) (grifo meu).

A análise do papel dos gostos como motivação para as mobilidades e permanências nas empresas de mídia releva, portanto, um certo paralelismo entre as evoluções da carreira e o desenvolvimento de vínculos em relação a um conjunto de tarefas e a um estilo de vida. De fato, movimentos de mudança em termos de empregos, estatutos e posições na carreira vêm acompanhados de processos de reforço, adaptação ou mudança nos gostos. Por outro lado, é preciso ter em mente que essa situação não deixa de ser também resultado da necessidade dos entrevistados de atribuírem coerência a suas próprias histórias de vida. Nesse caso, é possível que a relação entre gosto e carreira remeta, em certos momentos, a uma interpretação *a posteriori* das trajetórias pessoais dos jornalistas.

Motivações pessoais

Carreiras profissionais são inseparáveis da vida pessoal. De fato, no dia a dia dos indivíduos, essas diferentes carreiras se entrecruzam e, mesmo se certas escolhas façam parte de interações produzidas no âmbito do meio profissional, motivações de ordem pessoal podem ser constantemente invocadas no processo de tomada de decisões.

Os entrevistados mencionam, especialmente, o cônjuge e os filhos como razões de ordem pessoal capazes de interferir em suas escolhas de carreira. Em minhas primeiras observações, cheguei a formular a hipótese de que esse tipo de motivação seria restrito às mulheres. Com o tempo, contudo, percebi que jornalistas de ambos os gêneros mencionaram razões de ordem pessoal para justificar algum tipo de mudança de emprego. Isso não significa afirmar que homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades de carreira, nem que a vida familiar tenha o mesmo peso para mulheres e homens. De fato, há uma diferença marcante na forma como a vida familiar aparece no discurso desses dois extratos. Eles, os homens, buscam, sobretudo, estabilidade e salário, requisitos necessários para assegurar o sustento da casa:

Michel: É! Ai é a hora que você já tá com uma pessoa, uma mulher, você pensa nos seus filhos. Passa aquele período da loucura, de você abrir mão de salário x pra ganhar x dividido por dois, e você pensa muito mais no seu futuro e na sua carreira.

Fábio: Entrevistador: Então, existe um pouco essa dimensão pessoal também nas escolhas da carreira?

Michel: Entrevistado: Bastante! Isso é um grande conflito, eu acho [...]. Abrir mão da sua casa, do seu filho, da sua tranquilidade, pra fazer um plantão”, isso é sempre uma conversa diária nas redações.

Já as mulheres falam em trocar de emprego para seguir o marido (Gabriele), mudar de área de atuação para se aproximarem dos filhos (Albertina). Algumas (Rose, Mercedes, Florentina e Clara) mencionaram estar planejando a carreira para que, a médio prazo, possam ter condições de constituírem família. Beatriz explicou

que o fato de ainda não ter filhos em determinada etapa da sua carreira serviu como motivação para “aproveitar o momento” e buscar o maior número possível de experiências laborais. Esse tipo de justificativa — carreira *versus* filhos — reaparece ainda no discurso de uma jornalista que optou por priorizar a vida profissional no lugar da pessoal (como se as duas escolhas não fossem conciliáveis):¹³

Eugênia: Eu não casei, não tive filhos, não construí família, eu fui atrás de um sonho e me condicionei a isso. Enquanto a minha vida pessoal não se resolve, vou sendo feliz na minha carreira.

Fábio: Você tá satisfeita com o que você construiu até agora?

Eugênia: Eu tô muito satisfeita! Eu tô muito satisfeita! Eu já comprei meu apartamento, já consegui realizar alguns sonhos de viagens e tudo mais. (grifo meu).

Para concluir esta seção: as motivações subjacentes a uma mobilidade de carreira revelam o esforço dos jornalistas de controlarem as suas trajetórias, no sentido de avaliarem o *status* de suas posições atuais (e os benefícios oferecidos por ela ou mesmo o prazer que ela proporciona) e de projetarem as possíveis consequências de uma mudança rumo a um outro veículo de mídia. Seria contraproducente tentar estabelecer aqui algum tipo de correlação entre as motivações e o tipo de escolhas efetuadas. Primeiro, porque várias razões são levadas simultaneamente em consideração durante uma escolha. Segundo, porque outras variáveis, ligadas à experiência biográfica dos indivíduos participam desse processo. E, finalmente, porque nem tudo pode ser controlado pelos jornalistas. Ou seja, as mobilidades são também resultado de circunstâncias específicas, que delimitam as escolhas.

¹³ Pesquisa de Grohmann (2012) mostrou justamente que existe uma incidência maior do estatuto de *freelancers* em São Paulo entre mulheres (70% dos entrevistados) e jovens (56,7% possuem entre 21 e 30 anos). Isso sugere uma relação entre a adoção de um estatuto mais independente e flexível (e precário) e a opção pela maternidade.

As circunstâncias das mobilidades

Nesta seção, investigarei as circunstâncias em que acontecem as mobilidades entre mídias, expressas, sobretudo, pelas formas de contratação. Para isso, tomo como ponto de partida a distinção feita por Mick e Lima (2013) entre formas fechadas (por exemplo, convites e indicações) e abertas de contratação (estágios, seleções, cursos de *trainee* etc.). Mas, diferentemente da pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro*, que analisa somente a última contratação, trabalharei aqui com todas as circunstâncias relatadas para descrever as mudanças de emprego a partir da segunda mobilidade na carreira.

A literatura da área tende a definir o jornalismo como uma profissão cuja mobilidade e ascensão baseiam-se, principalmente, na reputação do indivíduo e na avaliação subjetiva que as chefias fazem do desempenho e da trajetória dos potenciais candidatos (ELLIOTT, 1977; FRITH; MEECH, 2007; cf. RIEFFEL, 1984; SANTOS-SAINZ, 2006 — para as carreiras jornalistas que integram a elite da profissão na França). Outros atributos como formação acadêmica e qualidade do currículo aparentemente ficam em segundo plano como razões que levariam à contratação (COOPER; TANG, 2010; ROCHA, 2004). Esse cenário explica a predominância de formas abertas de contratação entre os entrevistados: 17 deles (Rose, Gabriel, Mauve, Maurício, Maria-Sílvia, Beatriz, Felipe, Paulo, Gabriele, Albertina, Sam, Emanuel, Clara, Afonso, Alberto, Leon e Eugênia) afirmam já terem de mudado de emprego após um convite de uma organização concorrente; 9 (Maria-Sílvia, Mercedes, Ricardo, Gabriele, Vitória, Clara, Afonso, Michel e Eugênia) por indicação de algum colega; quatro (Beatriz, Gabriele, Sam, Eugênia) conseguiram “negociar” (termo empregado pelos próprios entrevistados) o emprego diretamente com a nova chefia; e outros dois (Maurício, Paulo) mudaram de empresa a partir de convites feitos a outras pessoas (por exemplo, o chefe recebe uma oferta e traz consigo parte da equipe). Nessa lista, posso incluir ainda a situação vivenciada por Mercedes, que é demitida e, em seguida, recontratada pela mesma empresa.

Essa situação revela, por um lado, o sucesso das estratégias de construção de visibilidade adotadas pelos entrevistados no período de inserção profissional, mas também na própria condução posterior das carreiras — o que explica mudanças de emprego motivadas pelo prestígio do veículo ou pelo aprendizado que ele pode oferecer. Vários mencionaram, por exemplo, a importância de “serem conhecidos” (Maurício, Maria-Sílvia, Marcel, Beatriz, Mercedes, Ricardo, Gabriele, Sam, Clara, Afonso, Azarius, Leon) ou de desfrutarem de redes de contato como razões fundamentais para terem recebido boas propostas de trabalho: “Depende do teu círculo, das pessoas que te conhecem, que assinam embaixo do teu trabalho. O velho QI — quem indica... Uma coisa é você chegar com uma indicação de uma pessoa pouco conhecida... Quem me indicou foi [cita o nome de uma repórter de televisão bastante conhecida]” (Gabriele).

Ao mesmo tempo, isso aponta para a interiorização pelos jornalistas de uma estrutura de carreira que valoriza justamente esse tipo de atributo (visibilidade, contatos) como pré-requisito para a mobilidade (e eventualmente o sucesso) no meio profissional: “Eu acho que a nossa profissão é muito de você conhecer as pessoas que vão te ajudar no futuro, que vão te abrir portas e aprender tudo que a empresa tem pra te dar” (Rose); “Nossa profissão é muito de indicação [...]. Acho que a indicação acontece muito ali no próprio”. “Eu sei de vagas que me indicam pra assessor de imprensa, também algo do governo que sabe que a gente trabalha aqui, já tem um mínimo de relacionamento [com a pessoa que fez o convite]” (Gabriel); “Porque a nossa profissão... O jornalista hoje em dia sobrevive do nome” (Marcel). Nos extratos apresentados, destaquei o uso da expressão “nossa profissão” como marca discursiva porque ela releva justamente um processo de naturalização no meio profissional de um formato de contratação baseado nas relações pessoais.

Do total de entrevistados, apenas três (Violeta, Mercedes e Eugênia) afirmam ter sido contratados após o envio de currículo; outros quatro (Marcel, Mercedes, Gabriele e Florentina) fizeram, em algum momento, um teste ou seleção para conseguirem um emprego. Essas constatações apontam para uma situação diferente daquela encontrada

por Mick e Lima (2013) em seu estudo nacional. Os autores encontram uma distribuição mais equilibrada entre as “formas abertas de contratação” (42,4% das últimas contratações) e as “formas fechadas” (43,9% dos contratos). Essa análise leva em consideração as contratações feitas durante o ingresso no mercado de trabalho — e, nesse caso, estágios e cursos de *trainee* são incluídos na conta.¹⁴

De fato, é provável que as formas abertas de contratação sejam predominantes nos estágios iniciais da carreira, quando o jornalista não possui capital social (contatos, visibilidade) suficiente para receber propostas de contratação. Essa explicação aparece, por exemplo, no depoimento de Mercedes, que, durante muito tempo, mudou de emprego por meio de processos seletivos abertos e que, em um determinado momento da carreira, passou a exigir uma contratação fechada, baseada na sua reputação no meio profissional:

Se você tem 24 você já começa a cansar [desse tipo de seleção]. Com 30, você fala: “Amigo lê as coisas que eu escrevi. Você acha que vale a pena? Vou te mostrar as coisas que eu já fiz, aqui”. Hoje em dia eu acho que o *networking* vai te ajudando a te indicar. Por quê? Porque a pessoa já sabe quem você é, já sabe o seu trabalho, vê o teu currículo.

Essa correlação entre tempo de carreira e formatos de contratação fica visível na estratificação por faixa etária dos dados gerados por Mick e Lima. Enquanto 25,2% dos jovens de 18 a 22 anos e 31,5% daqueles entre 23 e 30 conseguiram o emprego por meio de “processo seletivo realizado pelo contratante”, esse número cai para 17,5% entre 31 e 40 anos e 8,4% entre 41 e 50 anos. Por outro lado, o item “convitado” responde por 16% das contratações dos jornalistas com 18 a 22 anos, 14,1%

¹⁴ Considero estágios e cursos de *trainee* como formas de inserção no mercado de trabalho e não de mobilidade na carreira, seguindo a mesma linha dos trabalhos de Standaert (2015) e de Devillard (2002). Alguns jornais, como a *Folha de S. Paulo*, fazem uso dos programas de *trainee* para o recrutamento de jornalistas que já atuam no mercado de trabalho, incluindo um programa, lançado em agosto de 2016, voltado especificamente para profissionais com mais de 40 anos: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1799756-folha-lanca-curso-de-treinamento-para-pessoas-acima-dos-40.shtml>. Acesso em: 28 mar. 2018. Esse tipo de iniciativa, contudo, é exceção no cenário do mercado de trabalho.

daqueles entre 21 e 30 anos, subindo para 28,5%, 22,7% e 28,6% nas faixas etárias entre 31 e 40, 41 e 50, e 51 e 60, respectivamente. O item “indicação” distribuiu-se de forma equânime por todas as faixas, situando-se por volta de 23% das contratações. Essa distribuição das circunstâncias de contratação por faixa etária é, aliás, bastante congruente com a trajetória dos jornalistas entrevistados nesta pesquisa.

Embora eu tenha tratado as motivações da mobilidade externa e as circunstâncias de mudança de emprego em seções separadas, elas fazem parte do mesmo processo de escolha. Neste tipo de situação, as motivações individuais — e a capacidade de avaliação do passado e de elaboração de planos para o futuro — são também delimitadas pelo outro, por aquele que convida, indica, recebe o currículo, faz a seleção, e pela própria estrutura da carreira, interiorizada pelos jornalistas (e que indica as mudanças e progressões possíveis na profissão). É dessa forma que parte das mobilidades são descritas nas entrevistas. Por exemplo, Maria-Sílvia se sente estagnada no emprego e recebe um convite para mudar de empresa; ou Eugênia que, antes de ir para Brasília em busca de um salário maior e de maior visibilidade na carreira, decidiu distribuir currículos na capital federal; ou, ainda, Gabriele que, para ter experiência em jornal impresso, decidiu fazer um teste para um veículo regional. Da mesma forma, certas permanências na carreira se explicam por esse duplo-mecanismo: jornalistas, como Sam, que, mesmo recebendo um convite para ganhar mais, preferem não mudar de emprego por conta do ambiente de trabalho.

Essa combinação entre motivações e gestão da alteridade parecem complexificar as trajetórias dos jornalistas que construíram suas carreiras com base em mobilidades entre mídias. Essa situação me impossibilita, portanto, de fazer um trabalho de agregação das trajetórias em termos de mobilidades possíveis, como fiz no capítulo anterior, na análise das progressões internas da carreira.

Conclusão

Neste capítulo, analisei a estrutura, as motivações e as circunstâncias que explicam as mobilidades da carreira. De modo geral, a carreira jornalística baseia-se em um número razoável de mudanças de vínculos. Essa situação se insere em uma espécie de dialética entre a estrutura da carreira — e a forma como ela delimita um conjunto de escolhas possíveis — e os percursos individuais — em que questões como remuneração, gosto, prestígio e condições de trabalho parecem desempenhar um papel importante na decisão de mudar de emprego. A mobilidade também aparece associada a (e suportada por) aspectos da ideologia profissional que tende a destacar a ideia do jornalista como um profissional liberal, e não como um simples empregado de uma empresa.

No entanto, as trajetórias dos entrevistados são também marcadas por eventualidades relacionadas às esferas profissional (ser demitido, receber um convite irrecusável) e pessoal (uma mudança do cônjuge, por exemplo). Por isso, carreiras baseadas em mobilidades externas são bem mais impregnadas pelas situações de instabilidade do mercado de trabalho e precarização da profissão — o que explica o seu caráter aparentemente polimorfo. Isso não significa dizer que não há regularidade nas mobilidades externas, mas ela parece mais vinculada à *temporalidade* dos projetos de carreira — a relação entre as escolhas, a experiência biográfica dos indivíduos e a forma como eles buscam antecipar as dinâmicas do mercado de trabalho — do que aos instrumentos de previsão definidos no interior de uma organização (os famosos degraus de uma carreira).

Essa situação é ainda mais evidente na análise dos momentos da carreira em que os jornalistas assumem estatutos menos estáveis ou precários, como o acúmulo de vínculos empregatícios e os contratos de *freelancer*. Discutirei essas duas situações no próximo capítulo.



“Trabalhava em quatro empregos. Era vertiginoso! Nenhum queria saber do outro, todos queriam dar a notícia primeiro”: as situações instáveis de carreira

Este capítulo se dedica ao que chamo de situações instáveis ou precárias de carreira, particularmente os acúmulos de vínculos e os contratos como *freelancer*. Dos 31 entrevistados, dois (Ricardo e Eugênia) tinham mais de um vínculo empregatício no momento da pesquisa (mídia e assessoria de imprensa) e outros seis relataram situações de duplo emprego no decorrer de suas carreiras (Maurício, Beatriz, Mercedes, Gabriele, Clara e Azarius). Oito jornalistas (Maurício, Marcel, Beatriz, Mercedes, Ricardo, Gabriele, Alberto e Leon) relataram experiências como *freelancer*.¹ Meu objetivo aqui é discutir as razões — tanto as motivações pessoais como os constrangimentos impostos pelo mercado de trabalho — que explicam a ocorrência desses estatutos nos projetos de carreira dos entrevistados. Para isso, apresentarei, primeiro, o cenário das situações de acúmulo de vínculos no Brasil

¹ Minha percepção é que, ao narrarem suas carreiras, os jornalistas costumam valorizar apenas os empregos principais, sem se preocupar em mencionar casos de duplo emprego ou de trabalhos pontuais feitos por meio de contratos de *freelancer*. Por isso, é preciso ter cautela ao generalizar algumas situações observadas na análise das histórias de vida. Isso explica o uso mais exaustivo neste capítulo de documentos e estatísticas.

e no Distrito Federal, seguido das motivações apresentadas pelos entrevistados. Farei o mesmo, de forma mais breve, para as o caso dos *freelancers*.

Duplo (triplo, quádruplo...) emprego

Existe uma escassez de trabalhos que analisam a relação entre o duplo emprego e a carreira jornalística no Brasil. Durante a revisão da bibliografia, a maioria dos estudos que tive acesso discutiu essa situação a partir de uma perspectiva normativa: trabalhos históricos que associam o duplo emprego ao atraso no processo de profissionalização dos jornalistas brasileiros ou textos sobre as implicações, do ponto de vista ético, do acúmulo de funções em redações e assessorias de imprensa (DANTAS, 2014; ELAMI, 2014).

O acúmulo de empregos é também visto sob o ponto de vista da precarização da profissão. Nesse sentido, são ilustrativas as análises propostas por Dantas (2014), sobre o duplo emprego no mercado de trabalho no Rio Grande do Norte, e por Mick (2013), a partir dos dados gerados pela pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro* (MICK; LIMA, 2013). No primeiro caso, a autora descreve o duplo emprego como um fenômeno majoritário no mercado de trabalho local: cerca de 60% dos jornalistas estariam nessas condições. Seria ainda uma estratégia de complemento de renda em um Estado que possui uma das maiores proporções de jornalistas ganhando até cinco salários mínimos. Já o trabalho de Jacques Mick (2013) mostra que pouco mais de um quarto (27%) dos respondentes da pesquisa feita em 2012 acumulavam pelo menos dois vínculos em atividades consideradas jornalísticas. O autor também associa o duplo emprego à questão salarial. Em um contexto em que 55% dos jornalistas que trabalham até cinco horas por dia não ganham mais que cinco salários mínimos, a busca por uma “renda mais elevada no jornalismo implica em aderir a jornadas extensas — em muitos casos significativamente extenuantes” (MICK, 2013, p. 6-7), incluindo o acúmulo de vínculos. Este foi o caso de Beatriz, que chegou a ter quatro empregos diferentes (entre contratos de trabalho

e de *freelancer*) em um determinado momento de sua vida: “Eu trabalhava em três agência de notícias e [em] um jornal ao mesmo tempo. Era vertiginoso! [...]. Nenhuma delas queria saber se eu tinha outro emprego, todas elas queriam dar a notícia primeiro, o que era humanamente impossível, vamos combinar”.

Acúmulo de vínculos e mercado de trabalho

A pista aberta por Jacques Mick (2013) me permite associar as ocorrências de situações de acúmulo de vínculo com a estrutura do mercado de trabalho local, o que pode sugerir duas explicações possíveis do ponto de vista estrutural: i) o duplo emprego surgiria em contextos de baixos salários no jornalismo; ii) o acúmulo de vínculos seria resultado de situações de oferta abundante de postos de trabalho. Explorarei essas duas situações nesta seção.

A primeira pista de pesquisa sugere que o duplo emprego seria resultado do baixo salário, o que geraria a necessidade de uma complementação de renda no jornalismo. Essa situação destoa um pouco do contexto de Brasília, uma cidade em que se ganha relativamente bem no jornalismo. Os dados cedidos por Mick e Lima² mostram que, diferente do perfil do jornalista brasileiro que ganha até cinco salários mínimos, no Distrito Federal a faixa de jornalistas com renda mensal de cinco a dez salários concentra o maior número de respondentes (74); outros 67 ganham mais de dez salários e apenas 46 ganham até cinco salários mínimos por mês.

Considerando a variável salário, seria, portanto, plausível acreditar que o duplo emprego consistiria em uma situação pouco frequente dentre os jornalistas que fazem carreira no Distrito Federal. As condições de trabalho e de renda seriam melhores em comparação a outros estados da Federação. E, além disso, em mercados de trabalho mais consolidados, as organizações de mídia costumam proibir em seus regulamentos o acúmulo de empregos (ELAMI, 2014). Os dados cedidos

² Este número reduzido de respondentes não possui validade estatística, mas pode ser um dado interessante para ilustrar a realidade do mercado de trabalho local.

por Mick e Lima mostram que o número de jornalistas no DF com mais com mais de um vínculo (58 em 280 respondentes, algo em torno de 20%) é, de fato, inferior à média nacional (27% dos respondentes). Mas a diferença não é tão expressiva como eu esperava. Nesse caso, uma explicação possível é que parte dos ganhos obtidos com salários mais altos sejam compensados pelo custo de vida na capital federal, o que certa forma acaba estimulando que um número razoável de jornalistas busque um segundo emprego. Brasília está entre as cinco cidades mais caras de se viver no país.³ O depoimento de Clara, que saiu de Porto Alegre para vir trabalhar no Distrito Federal, ilustra bem essa situação: “Na verdade, eu acabei tendo que trabalhar em dois empregos aqui pra poder ganhar mais ou menos o que eu ganhava lá. Comparando a qualidade de vida que eu tinha lá, eu ralei um pouco mais”.

Se a questão salarial não explica completamente situações de duplo emprego no Distrito Federal, outra possibilidade seria a existência de uma oferta maior de postos de trabalho, o que permitiria (ou mesmo demandaria) o acúmulo de vínculos por um mesmo jornalista. De fato, como mostrarei no capítulo 13, em momentos de ampliação do mercado laboral, os jornalistas teriam mais condições de obter ou negociar melhores condições de trabalho — geralmente salário —, incluindo a possibilidade de acumular vínculos e renda. É o que conta Azarius, ao descrever as condições do mercado laboral do jornalismo nos anos 1980: “Havia muita procura por mão de obra dessa profissão, ao contrário do que tá acontecendo hoje: você tem um corte de pessoal drástico, anos seguidos, em vários veículos”. É nesse contexto que ele situa um momento de sua carreira em que chegou a trabalhar simultaneamente em um jornal e em uma televisão: “Você se dava o luxo de escolher”.

No entanto, a correlação entre o número de vínculos e a oferta de vagas no mercado de trabalho é difícil de ser analisada. Primeiro, pela ausência de dados oficiais sobre

³ O site colaborativo *Custo de vida* classificava a capital federal como a segunda mais cara do Brasil, após Santos. Disponível em: <http://www.custodevida.com.br/brasil>. Acesso em: 28 mar. 2018. Ela fica em terceiro lugar em um *ranking* do site colaborativo *Expatistan* elaborado em 2016, após São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-cidades-mais-caras-para-viver-no-brasil/>. Acesso em: 28 mar. 2018.

o número de postos disponíveis por estados da Federação. Segundo, porque as oscilações no mercado de trabalho dificultam estabelecer qualquer tendência ou trabalhar com dados mais consolidados a médio e longo prazo. Terceiro, porque o excedente de vagas em Brasília pode, por exemplo, ser ocupado por jornalistas vindos de outros estados da Federação, sem necessariamente motivar situações de duplo vínculo. Feitas essas ressalvas, existe um mito de que haveria um número proporcionalmente alto de postos de trabalho em jornalismo no Distrito Federal. Em um artigo publicado em 2002, Zélia Adghimi chega a chamar Brasília de “a capital do jornalismo”, sugerindo que ela seria a cidade que concentra o maior número de jornalistas *per capita* do país. Não tenho condições de validar essa afirmação, mas, de fato, Brasília concentra um grande número de empregos na área. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2013 mostram que cerca de 4% dos 50.301 jornalistas em atividade no país estariam sediados na capital federal (Brasil, 2014)⁴ — para se ter uma ideia, o Distrito Federal representa 1,4% da população brasileira, segundo o Censo 2015. Isso daria (considerando, é claro, o fato de que estou cruzando dados de 2013 e 2015) cerca 0,07 jornalista por habitante; algo bastante superior aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (0,02 jornalistas/habitantes) e à média nacional (também por volta de 0,02).

É claro que ter mais jornalistas trabalhando não significa ter automaticamente mais vagas disponíveis. Nem que esses postos serão de fato ocupados por jornalistas em busca de um segundo emprego. Mas os dados sugerem que, no caso do Distrito Federal, a questão dos baixos salários não é a única explicação para o acúmulo de vínculos no jornalismo. Nesse sentido, gostaria de continuar explorando a questão da maior oferta de vagas no mercado laboral de Brasília, mas, desta vez, complementando-a com outros indicadores, ligados à dimensão microsociológica dos projetos individuais de carreira.

⁴ É preciso levar em consideração que os dados do RAIS subestimam o tamanho do mercado se comparados aos 145 mil jornalistas em atividade estimados pela pesquisa de Mick e Lima (2013). Esses dados, mesmo sendo a única fonte oficial sobre o efetivo de jornalistas no Brasil, devem, portanto, ser relativizados. Mas, a meu ver, isso não invalida necessariamente a minha linha de argumentação.

Duplo emprego e projeto de carreira

A estratificação por faixa etária dos dados nacionais da pesquisa de Mick e Lima mostra que situações de duplo ou triplo emprego costumam ser mais frequente dentre os jornalistas na faixa de 41 a 50 anos (33,6% duplo; 11,8% triplo) e 51 a 64 anos (35,7% e 10,7%,) do que entre os jornalistas mais jovens, com até 40 anos, em que o acúmulo de empregos não ultrapassa 33% da amostra. Essa constatação me permite situar esse fenômeno como uma estratégia típica das etapas intermediárias e superiores da carreira. Trata-se de um momento em que o jornalista já desenvolveu uma reputação e uma rede de contatos no meio capazes de lhe render novos contratos de trabalho, ao mesmo tempo em que o seu estilo de vida passa a demandar uma renda mensal, em alguns casos, superior ao salário médio nas empresas de mídia. Nesse caso, a situação de duplo-emprego é aceitável ou mesmo desejável, desde que a carga de trabalho não atrapalhe a vida pessoal. E ela se torna ainda mais plausível em contextos de maior oferta de postos de trabalho.

Há uma relativa congruência entre essa constatação e a leitura das histórias de vida dos jornalistas que participaram desta pesquisa. Dos oito entrevistados que relataram experiências de duplo emprego em suas carreiras, à exceção de Mercedes e Clara, todos os demais possuem mais de 35 anos. Dentre os jornalistas mais velhos, foram relatadas situações de duplo emprego principalmente a partir do terceiro vínculo (Maurício, Ricardo, Clara, Azarius e Eugênia), podendo haver algumas incidências no início da carreira (Beatriz e Gabriele). Essa variação por faixa etária também se reflete nas razões atribuídas por eles para a busca por um segundo ou terceiro empregos. Diferentemente dos jornalistas com algum tempo de profissão, em que o acúmulo é uma forma de conseguir uma renda mais compatível com o momento da carreira, dentre os mais jovens ter mais de um vínculo é uma estratégia de combate aos baixos salários, mas, sobretudo, de lidar com a instabilidade na profissão, como explica Mercedes:

A tensão foi menor naquele momento [quando é demitida do emprego principal]. Muitos colegas, assim como eu na época, tinham outros trabalhos, porque você trabalha 6 horas num lugar 4 horas no outro. Eu trabalhava numa assessoria de imprensa pra um projeto bem bacana da Comunidade europeia com a prefeitura de São Paulo [...]. Era algo completamente diferente e tinha esse trabalho paralelo com a TV (grifo meu).

A exploração qualitativa das histórias de vida revela, ainda, outras explicações para o duplo emprego, que vão além dos fatores relacionados à recente precarização da profissão (instabilidade, baixos salários). Por exemplo, vários jornalistas relacionaram o acúmulo de empregos à questão do gosto pela profissão, do apego que se estabelece em relação aos trabalhos realizados em diferentes organizações de mídia e de assessoria, o que resulta não só em um salário maior, mas também em um certo prazer em realizar certas práticas. Ao reler, por exemplo, o depoimento de Beatriz (a entrevistada que chegou a ter quatro empregos simultâneos), é possível perceber uma avaliação positiva da sua experiência em múltiplos empregos, não só em termos de aprendizado (“Foi legal, aprendi muito porque eu tinha que escrever pra diferentes públicos a mesma notícia e numa velocidade X”), mas mesmo em termos de satisfação (“A gente fazia um esquema de todo mundo [a jornalista e os seus vários empregadores] ficar feliz”) (grifos meus).

Situação semelhante pode ser observada entre jornalistas que acumularam empregos em mídias e assessoria de imprensa. Nesse caso, como mostra Dantas (2014), a situação de duplo emprego envolve uma articulação entre duas ordens distintas de motivações, o salário (que justifica permanência na assessoria, por exemplo) e o gosto (em relação à prática nas redações). Isso fica bastante evidente nas entrevistas com Ricardo e Eugênia:

Fábio: Entre assessoria e jornal você prefere qual?

Ricardo: Rapaz, eu estou nos dois, eu preferiria jornal. O trabalho é muito maior, a responsabilidade é muito maior, mas é mais vibrante. A assessoria é uma coisa meio fria. Você, na verdade, é

meio que um profissional de *marketing* e publicidade porque você tá vendendo um produto [...]. Você tá vendendo o trabalho de uma pessoa, botando ele no mercado...

Eugênia: Só não gosto de assessoria de comunicação.

Fábio: Aqui [no local da entrevista], você faz assessoria?

Eugênia: Aqui eu faço assessoria.

Fábio: Você faz por conta de questão salarial?

Eugênia: Entrevistado: Exatamente! Como complemento!

Ao longo das carreiras, o acúmulo de vínculos laborais aparece como resultado de uma confluência entre as motivações individuais e a situação do mercado de trabalho. Embora a proliferação desse tipo situação nos últimos anos possa ser considerada um indicador da precarização da profissão (MICK, 2013), a exploração qualitativa das histórias de vida mostra como o duplo emprego pode ser eventualmente subjetivado pelos entrevistados no desenvolvimento de seus projetos carreira.

Freelancers

O trabalho como *freelancer* consiste em uma “forma de exercício da profissão sem vínculo empregatício, na qual frequentemente o jornalista atua por conta própria oferecendo seus serviços a empresas do setor, e é pago por tarefas” (BURKHARDT, 2006, p. 41). A bibliografia nacional sobre esse tipo de estatuto no jornalismo é escassa e fragmentada. Trabalhos que abordam o tema a partir de uma perspectiva mais sociológica, como os estudos publicados por Adghrini (2005), Burkhardt (2006) e Grohmann (2012), associam essa condição às transformações do capitalismo (com a emergência de um regime de acumulação flexível), à desregulamentação do mercado de trabalho e à crise das organizações sindicais. Nesse sentido, mesmo que alguns jornalistas situem o estatuto de ‘freela’ a noções como liberdade ou autonomia, essa situação seria reveladora do aumento da instabilidade na profissão em decorrência reduções do número de empregos estáveis nas redações.

Isso obrigaria quem opta por uma carreira como *freelancer* a assumir um papel ativo na construção de redes de contato no meio e a negociar diretamente com as empresas (e em condições geralmente desiguais) cada novo contrato de prestação de serviços⁵ (GROHMANN, 2012).

Os trabalhos de Burkhardt (2006) e Grohmann (2012) convergem ao exprimir a dificuldade de definir ou categorizar essa categoria, que abrange diferentes situações laborais, do “*freelancer* fixo” (aquele trabalha sempre para uma mesma empresa mesmo sem um contrato pela CLT) ao jornalista que vende a sua produção às organizações de mídia em busca de uma remuneração.

Os contratos como *freelancer* representam apenas 6,7% do mercado de trabalho em jornalismo no Brasil (MICK; LIMA, 2013). Mesmo incluindo outros estatutos precários — como as contratações como Pessoa Jurídica (PJ) e como prestador de serviço —, esse número é inferior a 30% do mercado de trabalho. Por isso, Mick (2013) relativiza o papel das formas precárias de contratação como indicador do processo de desestruturação da carreira jornalística no Brasil. Acredito que essa análise possa ser aplicada também ao mercado de trabalho de Brasília. De fato, os dados referentes ao Distrito Federal cedidos pelos autores de *Perfil do jornalista brasileiro*⁶ mostram que apenas seis, de um total de 280 respondentes da pesquisa, estavam contratados como *freelancer*. Isso sugere que Brasília parece ser menos afetada por esse tipo de prática do que outras capitais, como Porto Alegre (BURKHARDT, 2006) e São Paulo (GROHMANN, 2012,) onde o segmento dos *freelancers* parece ter um peso maior na configuração da carreira.⁷

⁵ Menger (2009) descreve um procedimento semelhante de negociação de contratos de trabalho ao falar das carreiras artísticas na França.

⁶ Mais uma vez: os dados gerados junto a respondentes do Distrito Federal cedidos por Jacques Mick e Samuel Lima não possuem validade estatística, mas permitiram enriquecer esta análise.

⁷ A título de ilustração, Mick (2013) afirma que só o estado de São Paulo concentra metade dos contratos de jornalistas como pessoa jurídica no país — vários deles provavelmente envolvem jornalistas que trabalham como *freelancers*.

Dos oito entrevistados que mencionaram trabalhos como *freelancers* ao longo de suas carreiras, dois (Marcel, Leon) associaram esse estatuto às suas estratégias de gestão da visibilidade no meio, como uma forma de se tornarem mais conhecidos no mercado, o que poderia ajudar na hora de trocarem de emprego. Nesse caso, é normal, por exemplo, cobrir as férias de alguém por meio de um contrato de trabalho temporário. Outros (Maurício, Beatriz, Gabriele) utilizaram o ‘freela’ como uma forma de complementar a renda, segundo a mesma lógica do duplo ou triplo emprego.

Apenas um jornalista, Alberto, tentou sobreviver apenas do seu salário como *freelancer* (morando em São Paulo e contando com uma ajuda financeira da família). Mas, como já discuti em outro capítulo, sua decisão estava relacionada ao desejo de trabalhar de forma autônoma com o segmento do jornalismo cultural. De certa forma, era uma espécie de busca pessoal: “Eu precisava ir pra São Paulo pra ter uma experiência minha, pessoal, experiência urbana mesmo”. E, neste caso, o discurso que associa essa prática à liberdade e à autonomia jornalística — bastante presente na fala dos jornalistas analisados por Grohmann (2012) — reaparece no depoimento de Alberto: “Era muito confortável trabalhar de *freelancer*. Os caras me conheciam, eu conhecia eles. Eu tinha uma liberdade de texto, que eu nunca tive em outros lugares e que, provavelmente, eu não terei. Eu tinha uma confiança de entregar o texto no prazo e ser pago no prazo”.

Conclusão

A confrontação dos dados estatísticos e das entrevistas mostra que a ocorrência do que chamei inicialmente de situações instáveis de carreira varia de acordo com as oscilações conjunturais na oferta de vagas no jornalismo, com a configuração dos mercados de trabalho nas diferentes regiões do país, mas também em função dos projetos individuais de carreira — e que explicam decisões motivadas pela busca por um salário melhor, por independência ou pela possibilidade de exercer o gosto pela prática jornalística. A descrição desses diferentes processos de escolha

abre, portanto, a possibilidade de analisar essas situações de carreira para além da dimensão da precarização. Por outro lado, eu não ousaria neste momento generalizar essas constatações à totalidade dos jornalistas brasileiros. E, nesse sentido, uma pesquisa específica das histórias de vida dos jornalistas que assumiram situações instáveis de carreira devido às circunstâncias ou contingências do mercado de trabalho seria fundamental para que fosse realizada uma análise mais aprofundada sobre esse tema.



“Você tem que ser meio camaleão na profissão”: mobilidade e mudança estatutária

Toda mobilidade de carreira — seja uma progressão no interior de uma organização ou uma mudança de emprego — altera, de alguma forma, o modo como um ator negocia o seu estatuto no interior do mundo social. Mas como o sujeito deve lidar com essa situação? Na verdade, parte dessas mudanças estão previstas no âmbito de uma coletividade, o que permite que o indivíduo oriente suas escolhas de carreira, mas também se antecipe aos impactos dessas mobilidades em termos identitários (BECKER, 2009; STRAUSS, 1992a). Do ponto de vista subjetivo, a noção de projeto de carreira permite ao indivíduo manejar as instabilidades e incertezas do espaço laboral, de forma a articular suas identidades pessoais e profissionais (BENDASSOLI, 2009).

No caso do jornalismo, as mudanças de posição e *status* no interior da carreira se efetivam majoritariamente por meio da troca de empregos. Isso significa que as “sequências típicas de estatutos, papéis” (TRÉANTON, 1960) não dependeriam apenas da capacidade das empresas de mídia de oferecerem novas posições aos seus funcionários, mas também da forma como mudanças de emprego são definidas e negociadas pelos jornalistas e seus empregadores (atuais e futuros). Além disso, o aumento de estatutos precários (*freelancers*, contratos temporários etc.) e de acúmulos de vínculo complexificam ainda mais a estrutura da carreira e a sua capacidade de previsão em termos de identidade.

Nesse contexto, é importante problematizar em que medida as alterações de estatuto ao longo da carreira — resultantes de promoções ou de mudanças de emprego — afetam a forma como os jornalistas negociam a sua identidade consigo próprio e com os outros (incluindo comigo, interlocutor-entrevistador). Este questionamento serve como ponto de partida para este capítulo sobre mobilidade e mudança estatutária. A partir da análise das entrevistas, serão explorados os impactos de quatro grupos de mudanças de *status* relatados nas narrativas dos entrevistados: i) mobilidades entre organizações de mídia, sem alteração de estatuto; ii) mudanças de estatuto decorrentes de progressões internas nas organizações de mídia; iii) mudanças de estatuto provocadas por mobilidades entre segmentos do mundo dos jornalistas (entre tipos de mídia; do jornalismo generalista ao especializado; entre mídia e assessorias de comunicação; entre jornalistas contratados e *freelancers*); e iv) mudança provocadas pelo abandono (temporário ou permanente) da profissão.

Mobilidades entre mídias, sem alteração de estatuto

Em uma carreira marcada pela mudança de emprego como estratégia de progressão, parece haver uma relativa naturalização desse fenômeno pelos integrantes do mundo social. Em alguns casos, chega-se a adotar um discurso quase psicologizante sobre essa prática, como se o próprio jornalista fosse o único responsável pelas constantes mudanças de emprego, o que é bastante revelador da integração da mobilidade à representação da identidade profissional: “Eu acho que é um pouco de espírito aventureiro que existe dentro de jornalista [...]. Ele tem mais espírito aventureiro de conhecer coisas, de novos desafios...” (Daniel). A análise das entrevistas revela duas estratégias que visam dar coerência em termos de identidade profissional a situações de mobilidade externa. A primeira consiste em recorrer a um tipo de discurso normativo calcado em aspectos da ideologia profissional. Defende-se, nesse caso, uma identidade construída a partir de um tipo ideal — na maioria das vezes, a imagem do jornalista como um produtor de informações — que se manteria estável,

independentemente da diversidade de práticas e de tipos de mídia que compõem o mundo dos jornalistas (cf. MOURA *et al.*, 2008; PEREIRA, 2010, 2011; PEREIRA; MAIA, 2016; RUELLAN, 1993). “Claro que se eu mudar pra outro jornal, que também é nacional, eu vou aprender outra rotina, outros chefes, mas a lógica é a mesma” (Vitória, grifo meu); “Na [menciona o nome de uma rádio], eu me sentia mais solto, mais livre, sem muito acompanhamento. Na [outra rádio], tem várias instâncias internas, então, eu me sentia mais acompanhado. Mas, assim, na prática jornalística, acho que não mudou muito, não” (Afonso). Dessa forma, os entrevistados recorrem a uma leitura funcionalista da prática jornalística em que a adesão ao tipo ideal garantiria uma espécie de continuidade estatutária mesmo em casos de mudanças de emprego. “Você tem que ser meio camaleão na profissão, ou seja, você tem que se adaptar rapidamente ao lugar que você está e fazer com que essa adaptação não interfira na forma como você vai transmitir a notícia” (Emanuel, grifo meu).

A outra estratégia adotada, e que é mais recorrente nas entrevistas, consiste em situar as mudanças de emprego em uma lógica de progressão na carreira. Esta não seria pautada apenas pela aquisição de posições no interior de uma organização jornalística, mas seguiria uma espécie de acordo informal entre os integrantes do mundo dos jornalistas, que definem e partilham de uma hierarquia entre os diferentes veículos de mídias em termos de prestígio, algo que explorei no capítulo 8. Essa hierarquia não só orienta as escolhas de carreira, como garante certa continuidade estatutária ao percurso de jornalistas que optam por uma mobilidade vista como “mais coerente” entre as diferentes mídias “Por que eu fiz esse caminho pelo impresso? Porque eu sabia que ele ainda é uma mídia que tem mais credibilidade e melhores salários, por isso, todo mundo vem para o impresso”, explicou Paulo, ao comentar a sua passagem de um *site* para um jornal de referência. Em seguida, ele situou essa mudança em termos de continuidade e *progressão* na carreira. “[Isso] acaba te valorizando mais no mercado. Agora, a experiência que você tem de oito anos na internet te dá uma agilidade, uma rapidez de raciocínio que anos no impresso não tem”.

Mudanças de estatuto em progressões internas

As progressões internas geralmente demandam ajustes pequenos na identidade dos jornalistas. Na análise das entrevistas, a maior parte dos relatos concentrou-se em discutir a passagem para estatutos de chefia (intermediária e, em alguns casos, superior).

Ir para a cozinha das redações, assumir alguma posição de chefia, é uma experiência relativamente comum nas carreiras jornalísticas.¹ Um quarto dos respondentes da *survey* nacional feita por Mick e Lima (2013) ocupavam por ocasião da enquete cargos de editor (20,8%), gestor (2,2%) ou coordenador (3%). Na análise qualitativa das trajetórias dos entrevistados — que leva em consideração as posições ocupadas ao longo de suas carreiras —, 20 jornalistas relataram algum tipo de experiência como chefe. Daqueles que não haviam ocupado uma posição de chefia, apenas Beatriz e Gabriele tinham mais de 30 anos.²

Embora comum, previsível, a passagem para algum estatuto de chefia provoca alguns questionamentos identitários por parte dos entrevistados. O jornalismo é uma profissão historicamente calcada em um discurso normativo de autonomia e de serviço público (DEUZE, 2005; MEDINA, 1982; ROXO DA SILVA, 2002). Ele difere de outros estatutos (como publicitário ou relações públicas — RP, para citar alguns que integram a área de comunicação) em que o viés mercantil-empresarial foi integrado ao substrato ideológico da profissão. Questões como a audiência de um noticiário, sua rentabilidade, a gestão de uma equipe passam longe, por exemplo, dos interesses

¹ Preferi não distinguir os diferentes tipos de posições de chefia relatados pelos entrevistados. Existem, é claro, diferenças no processo de negociação identitária de alguém que se torna editor, chefe de reportagem ou diretor de sucursal, por exemplo. Mas fazer essa distinção, contudo, implicaria em uma excessiva individualização da análise.

² Além de um número expressivo de entrevistados terem relatado experiências como chefes, vários deles (Mercedes, Paulo, Emanuel, Afonso, Leon, Michel) tinham menos de 30 anos de idade quando ocuparam postos de chefia pela primeira vez. Esse dado revela um processo de juvenização dessas posições nas empresas de mídia — algo que já havia sido constatado por Charbonneaux e Le Cam (2012) no caso específico das redações *on-line*, mas que parece atingir também outras áreas do jornalismo, pelo menos no Brasil.

de carreira e das próprias representações que a maioria dos jornalistas faz da sua atividade: “O maior desafio [quando assumi o cargo de gestor] era atuar em uma outra área, que é muito diferente de estar no dia a dia fazendo essencialmente jornalismo” (Afonso, grifo meu); outro exemplo é a fala de Michel:

Era complicado porque eu não tenho o perfil de sair mandando em ninguém, de falar: ‘Não pode fazer isso; pode fazer isso! O que você tá fazendo tá errado. Não tá certo!’. É uma coisa que eu tô aprendendo agora. E tem a história da gestão também. Hoje eu acho que eu faço uma parte muito mais administrativa do que, propriamente, de jornalismo mesmo. (grifo meu).

A maioria dos entrevistados-gestores explica que não tiveram formação acadêmica para atuarem como chefes:³ “Deveria ter [um curso de gestão na Universidade] porque é brusco. Você tem essa descoberta” (Daniel, grifo meu); “Experiência acadêmica, não tinha nenhuma! E acho que ninguém tem hoje no jornalismo. A faculdade não te prepara pra isso” (Afonso). Além disso, comentam que as empresas de mídia não costumam fornecer nenhum tipo de capacitação em gestão, como ilustram os quatro extratos se seguem:

Fábio: A faculdade não prepara pra esse tipo de trabalho de gestão, né?

Daniel: Nem aqui [na empresa].

[E em outro momento da entrevista]: Acho que foi só um ano depois [que eu assumi o cargo] que o pessoal do RH daqui me ofereceu um curso de gestão. Eu fiz esse curso de gestão e o mundo se abriu pra mim

Fábio: Você teve algum treinamento, algum preparo pra isso?

Afonso: Acho que essa é a melhor pergunta pra essa área. Não! Nenhum! [...] Nenhuma faculdade prepara pra isso.

Fábio: Você acha que faz falta?

³ A partir de 2013, com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo, questões como “dar ênfase ao espírito empreendedor” e familiarizar os estudantes ao universo dos “processos de gestão” passaram a integrar a formação” (Brasil, 2013, *on-line*). A criação de um perfil de jornalista-chefe-empresendedor, consiste em uma espécie de resposta acadêmica ao cenário de transformações da profissão (DEUZE; MAJORIBANKS, 2009) e tem provocado alguns questionamentos entre pesquisadores mais críticos a esse modelo (cf. FIGARO; NONATO, 2015; ROXO; GROHMANN, 2015). Ver ainda o capítulo 13 deste livro.

Afonso: Muita, muita falta. Tanto que eu comecei agora a fazer – pensando nisso — um MBA em gestão, na FGV, que é de gestão de negócios, com ênfase em estratégia, justamente por causa disso. Porque eu acho que tem um lapso, tem uma lacuna que a faculdade não te dá. A função essencialmente é jornalística, mas eu tenho muitas atribuições que fogem muito do jornalismo. Eu, realmente, às vezes, me sentiria melhor se eu tivesse um preparo mais profundo pra fazer isso (grifo meu).

Michel: Eu sempre fui uma pessoa muito paciente, pra ouvir e conversar com as pessoas. Não tinha experiência de gestão, apesar de que, na época da faculdade, a gente tentou abrir uma empresa que fazia ‘freelas’, mas a gestão prática eu não tinha. Aprendi aos trancos e barrancos, como é o nosso trabalho diário na redação. As pessoas, infelizmente, aprendem assim, quase que aos trancos e barrancos (grifo meu).

Fábio: Não existe uma política do jornal de falar: “Ah, vamos dar um curso...”?

Michel: Se vira! Se vira e aprende! Então, assim, foi ali no dia a dia mesmo.

Observei, ainda, um o mal-estar de alguns jornalistas em deixar o trabalho de reportagem para assumir tarefas de edição e gestão. Nesse sentido, a oposição entre a rua e a cozinha — entre o trabalho de “gatherer” e de “processor” (TUNSTALL, 1974), entre o jornalista-sentado e em pé (NEVEU, 2001; PEREIRA, 2004) para retomar uma divisão clássica do trabalho nas redações — vai além das questões de ordem ideológica e parece estar também relacionada ao gosto que alguns entrevistados desenvolvem particularmente com o trabalho do repórter:

Maurício: Você sai da rua que é uma coisa que pra mim é muito cara. Eu relutei muito porque eu gosto muito da reportagem, de viajar, de ir atrás das coisas (grifo meu).

Fábio: Você gostava da ideia de ser chefe?

Sam: Não. Tanto que, quando eu fui convidado pra ser coordenador, a chefe da redação daqui virou pra mim e falou assim: “Você sabe, né? Todo mundo tem que pagar um pedágio. Chegou a sua hora de pagar porque, na verdade, você deixa de ser o jornalista que cuida

das suas próprias matérias pra virar... Porque coordenação é quase babá [...]. E tem os egos. Você tem que lidar com problemas de egos, tem a matéria que não foi assinada. É a parte chata de trabalhar na cozinha do jornal [...]. Mas eu vou ficando. Tô há 10 anos aqui. Mas não é o suprassumo do jornalismo. Não era a coisa que eu almejada muito (grifo meu).

Ao analisar esses discursos, é preciso fazer algumas ressalvas. De fato, acredito que o gosto pela reportagem é realmente legítimo. Como já discuti no capítulo 8, trata-se de uma motivação importante para várias escolhas de carreira, é um mecanismo de adesão e permanência no jornalismo. Por outro lado, remete a um forte componente de mitificação da profissão. Basta pensar em como Maurício descreveu em sua entrevista a vida de repórter: algo associado a viagens e descobertas. A minha leitura é que essa relutância em aceitar a passagem para a chefia consiste em uma forma de justificar uma mudança estatutária que não é necessariamente desejada ou planejada (isso aparece apenas nos relatos de Beatriz e Afonso), e que parece levar um tempo até ser efetivamente integrada à identidade do entrevistado, à forma como ele representa e avalia a sua carreira. De fato, alguns entrevistados (Maurício, Daniel, Sam, Afonso) chegam a admitir que, com o tempo, passaram a gostar da função de chefia. “Eu não cheguei a pedir pro jornal pra voltar a ser repórter, porque a função de coordenador tem muitas facilidades [...]. Eu sinto falta [de ser repórter, mas a carreira me levou pra um caminho que é super bom” (Sam, grifos meus).

Na verdade, a análise parece sugerir que, no caso da passagem para a chefia, gosto e aprendizado parecem estar bastante associados ao processo de adaptação ao novo estatuto, o que sugere uma interessante conexão entre os estudos sobre engajamento e socialização em sociologia profissional. Deve-se aprender *a ser* chefe e, ao mesmo tempo, aprender a *gostar de ser* chefe, o que envolve não só gerir uma equipe, mas adotar um novo estilo de vida — um “*vivre avec*”, retomando o termo utilizado por Le Cam e Ruellan (2015) — associado a esse estatuto. Isso passa, por exemplo, pela indumentária (“Desde então, eu comecei a usar terno, eu não usava terno, né? Eu odeio usar terno, na verdade” – Daniel) e pelo modo de se expressar

(“Não precisava de muita coisa, era só de alguém que me ensinasse nomenclatura da coisa, [...] de termos que eles usam em *marketing*” – Daniel).

Tornar-se chefe significa, portanto, reconstruir as bases de negociação desse novo estatuto consigo mesmo, mas também com o *outro*, particularmente com a equipe: “A relação de coordenação de chefia com o repórter é uma coisa diferente” (Maurício). “É lógico que tem alguns profissionais que te tratam diferente, né? Você passa a ser querido, amado e te chamam até pro batizado do cachorro — coisa que antes não acontecia” (Horácio). Assim, “o local ocupado por um gestor”, como explicam Charbonneaux e Le Cam (2012, p. 131-156), “deve ser construído e reafirmado regularmente, sobretudo no local de trabalho”.⁴ Segundo as autoras, esse tipo de interação é particularmente recorrente em redações em que a diferença de idades entre chefes e equipes é pequena (como nas mídias *on-line*). Nesse caso, parece haver um descolamento entre a autopercepção do jornalista e a percepção da equipe em relação à imagem do gestor e que vai exigir um processo contínuo de imposição estatutária com o objetivo de reestabelecer as bases da negociação entre o chefe e os seus repórteres, como aconteceu com Afonso, que, muito cedo, assumiu uma chefia superior na área de rádio:

Eu senti um pouco isso, sabe? Mais no início... [...] Eu até ouvi o pessoal: “Pô, tinha muita gente que era muito mais velha do que ele aqui dentro”. Mas, aí, quando você chega pra conversar e, na própria conversa com a pessoal, você traz toda essa experiência que teve [...]. Eu acho que esse problema inicial foi superado rapidamente quando as pessoas passaram a me conhecer e passaram a perceber que eu conhecia pauta, que eu sabia. [...] No início, que tem esse impacto com a pessoa nova assumindo, mas, depois, eu acho que eu consegui superar isso.

De certa forma, o estatuto de gestor implica em assumir um papel de mediação entre os diretores da publicação e os jornalistas (CHARBONNEAUX; LE CAM, 2012).

⁴ No original: “*la place occupée par un manager [...] doit être construite et réaffirmée régulièrement, notamment dans un lieu de travail*”.

Michel: Tinham períodos que eles [os donos do jornal] passavam dois meses sem pagar o salário, condições de trabalho abusivas [...]. Eu não só tinha que lidar com o meu problema, mas eu tinha que lidar com os problemas da redação inteira, porque eu era a pessoa responsável por pautar os repórteres, os fotógrafos, dizer o que eles tinham que fazer e convencer que eles tinham que fazer aquilo sem ganhar salário.

Nesse contexto, embora exista uma continuidade em termos de carreira (trata-se de uma posição ainda reconhecida como jornalística) e de prática profissional (na medida em que requer um conhecimento profundo das convenções do mundo dos jornalistas), trata-se inegavelmente de um novo estatuto. Ele requer tanto uma alteração de ordem ideológica (na forma de ver o jornalismo) quanto na própria renegociação das modalidades de participação do chefe na produção jornalística:⁵

Gabriel: Vou dar um exemplo de hoje, do meu dia de trabalho. Hoje entrei uma hora da tarde, tive que lidar com algumas questões burocráticas, marcação de falta de funcionários, algumas coisas bem... deliberação de acesso de funcionário.

Maurício: Você tem que, você tem que saber exatamente a calibragem de cobrar, de sugerir, de dizer: “Olha, isso aqui precisa ser feito agora e isso aqui você deixa pra depois” a hierarquia das coisas, o tempo das coisas. Então você passa a cuidar de uma coisa muito maior que você. E você tá sozinho. Então é uma mudança bastante radical (grifo meu).

Michel: Hoje a minha atividade é muito mais administrar escala, ver quem tá doente e que não tá e gestão de pessoas mesmo — colocar fulano na vaga, porque eu sei que agora a pauta vai funcionar bem, e colocar essa pessoa na pendência, porque eu sei que ela vai completar a pauta do fulano, identificar perfis de pessoas que trabalhar assim-assado. É muito mais essa organização corporativa do que propriamente pegar a notícia, ver onde tá o lead e botar no ar. É uma coisa que até meio que se afastou de tudo que a minha experiência construiu e uma coisa completamente nova, que eu não tenho formação pra isso, que eu tô meio que aprendendo na porrada ali (grifo meu).

⁵ Apenas dois entrevistados (Paulo, Azarius) não relataram diferenças significativas de carreira ao descreverem a promoção para um posto de chefia. Quando perguntei a Azarius se ele se considerava novo demais para assumir uma chefia, a resposta dele foi: “Nem pensei nisso. Isso foi acontecendo naturalmente”. Os demais jornalistas, mesmo aqueles que haviam “se preparado para isso” (Afonso), mencionaram situações de ajustes e adaptações ao assumirem o cargo de chefia.

Apesar dessas tensões que emergem nos discursos dos entrevistados, a negociação de estatutos de chefia nas redações foi relativamente interiorizada pelos jornalistas como parte das dinâmicas da carreira e do processo de gestão identitária. A situação é diferente nos casos de mudanças entre segmentos do mundo dos jornalistas, que podem exigir algum tipo de adaptação ou mudança mais radical do ponto de vista das identidades.

Mudanças de estatuto e mobilidades entre segmentos

A proposta de se pensar as profissões em termos de segmentos remete aos trabalhos de Bucher e Strauss (1992) sobre a medicina nos Estados Unidos. Em sua análise, os autores criticam o conceito funcionalista de profissão centrado nos mecanismos que asseguram a sua coesão no interior da estrutura social. Eles mostram as heterogeneidades no interior de um grupo profissional marcado pela diversidade de interesses, papéis e identidades. Nesse sentido, uma profissão seria uma “agregação de segmentos com objetivos diversos, sutilmente reunidos por meio de uma denominação comum e em um determinado período da história”⁶ (p. 15). Os diferentes membros de um segmento constroem acordos em relação às diversas dimensões da prática profissional, incluindo a divisão de tarefas e a definição daquelas que devem ser consideradas prioritárias (p. 72). Da mesma forma, cada segmento pressupõe modalidades distintas de construção de uma carreira. Tais modalidades ancora-se em formas variáveis de se lidar com os códigos e as condutas convencionais do mundo social. Os segmentos são, portanto, reveladores das heterogeneidades do mundo dos jornalistas, *das diferentes formas de ser jornalista*.

Processos de segmentação implicam, geralmente, na criação de novas convenções — por exemplo, novas práticas, uma nova base ideológica — e formas específicas de organização e de divisão de tarefas entre os participantes (BUCHER;

⁶ No original: “*agrégation des segments poursuivent des objectifs divers, plus ou moins subtilement maintenus sous une appellation commune à une période particulière de l’histoire*”.

STRAUSS, 1992). Mesmo que partilhem de certas características (e sem necessariamente reivindicarem uma separação do mundo social), os diferentes segmentos costumam estabelecer relações de colaboração e concorrência no interior de um mundo.

Por exemplo, em um outro trabalho (PEREIRA, 2011), discuti as características do segmento “jornalismo literário”, enquanto fenômeno de construção de uma nova base de convenções no jornalismo a partir da adaptação de técnicas ficcionais às reportagens (COSTA, 2005). Esse segmento baseia-se não só na renovação estético-convencional, mas também em novas formas de colaboração entre jornalistas, escritores, fontes, públicos, organizações de mídia e editoras.⁷

Essa mesma lógica pode ser adaptada a outros segmentos do mundo dos jornalistas e aplicada à análise das suas carreiras. Nesse caso, o impacto dessas mobilidades varia conforme as experiências biográficas dos entrevistados e as próprias especificidades desses novos espaços de atuação. Por exemplo, Azarius decidiu, após pouco mais de dez anos de carreira, investir no segmento de revistas semanais de informação: “A partir de 1990, eu virei revisteiro”. As características do jornalismo de revista — que possui convenções próprias em termos de rotinas, prazos, estilo de texto etc. — impõem ajustes de identidade (a adoção, por exemplo, do termo “revisteiro”) e uma reorientação da carreira no sentido de priorizar esse segmento: “Dez anos de *Revista Veja*, três anos de *Isto É*, um de *Forbes*, mais um de *Isto É*. E agora, depois de *Estadão* e *Correio Braziliense*, estou há quatro anos [no meu emprego atual, uma revista]. Na minha carreira, eu passei muito mais tempo em revista do que em jornais e na televisão”. A escolha, contudo, não parece provocar questionamentos mais profundos em termos de identidade, nem é vista como uma ruptura de carreira (tanto que, ao longo de sua trajetória, ele conseguiu transitar entre os segmentos de revista e jornal impresso).

⁷ Existe uma extensa bibliografia sobre jornalismo literário (ou narrativo ou novo jornalismo), embora poucos analisem o tema de uma perspectiva mais sociológica. Aos interessados, recomendo a leitura dos trabalhos de Borges (2013), Martinez (2009) e Pena (2006).

O caso de Marcel segue na mesma direção. Após um início de carreira construído em uma emissora de TV, ele negociou uma mudança para um portal de notícias ligado a uma empresa de telefonia. A mobilidade implicou na interiorização de um novo conjunto de convenções, principalmente no que diz respeito à forma de gestão do *site*, que difere das empresas de mídia tradicionais. “Tem coisa que é muito [parecido com uma] empresa normal que é [o fato de] dar um *feedback* para o funcionário, de estabelecer metas [...], do gerente ligar. Estou gostando do trabalho” (grifo meu). Essa partilha de convenções entre os mundos do jornalismo e empresarial, embora explique o processo de constituição de um novo segmento na carreira dos jornalistas brasileiros (o dos *portais pure players* ligados a empresas de telefonia) também parece provocar pouco impacto em relação à identidade de Marcel.

A segunda mobilidade na carreira de Maurício consistiu no ingresso em um cotidiano especializado em economia. Este é também um segmento que possui convenções bastante específicas em termos de rotinas de produção, estilo de texto, posição na carreira. Além disso, o reconhecimento no meio se dá tanto pelo domínio da técnica jornalística como pelo domínio que o indivíduo possui da sua subespecialidade. Ou seja, em termos de estatuto, existe uma diferença entre ser, por exemplo, um jornalista *de* economia e um jornalista *que trabalha para* uma editoria de economia. No primeiro caso, o tempo e o esforço gastos na compreensão da temática são muito maiores. Por isso, a decisão de ingressar no jornalismo especializado tem consequências mais duradoras na trajetória profissional. Após essa primeira mobilidade, Maurício construiu o restante de sua carreira no jornalismo econômico, focando-se, sobretudo, em agronegócios, o que incluiu a realização de uma pós-graduação *latu sensu* (especialização) na Espanha em que ele defendeu uma monografia sobre a Política Agrícola Comum da União Europeia, bem como uma passagem na assessoria de comunicação do Ministério da Agricultura. Ao analisar retrospectivamente sua decisão de atuar nesse segmento, Maurício avalia justamente o impacto que ela teve na condução da sua carreira:

Aí eu comecei a pensar “É uma especialização, você tá indo pra um caminho que talvez não tenha volta”.

“Pô, será que eu não tô fechando demais o meu foco de atuação?” [...]. Na verdade eu tava inconscientemente trilhando um caminho bom, colocando no rumo a minha carreira, pra esse ramo econômico [...]. Não sabia se eu ia ficar muito tempo lá, se ia dar certo, mas foi legal porque aquilo ali pra mim abriu um outro horizonte... (grifos meus).

Outro caso de mudança mais radical em termos de estatuto foi a decisão de Alberto de se tornar um jornalista *freelancer* em determinado momento da sua carreira. Na entrevista, ele parece ter consciência do papel dessa mudança em relação à sua carreira, que é descrita como uma ruptura pessoal e profissional: o momento em que ele vai se radicar em São Paulo, cobrindo apenas temas que lhe interessam, reafirmando a sua relação com o jornalismo cultural. Além dessa dimensão pessoal, a passagem para o segmento de *freelancer* também tem um processo distinto de socialização e de negociação identitária, quando comparado com o jornalismo praticado em redações. É o que explica Grohmann (2012, p. 133) em sua análise sobre a identidade dos ‘freelas’ em São Paulo: “Mais do que o exercício do jornalismo, parece que o ambiente de redação, o vínculo compromissado diariamente com um ambiente de trabalho da empresa de comunicação sacramenta o trabalho jornalístico”.

Em termos identitários, essa confrontação entre o estatuto de *freelancer* e uma representação mais convencional do jornalista de redação emerge principalmente quando Alberto é contratado, anos mais tarde, como subeditor de uma revista:

Eu passei oito anos fora de redação. Me tratam como se eu tivesse sido congelado criogenicamente. Você não só não mantém contato com o ambiente da redação e com todas as interfaces que um jornalista lida como também, no meu caso, você tem de ir atrás do que você quer [ou seja, quais as pautas serão propostas/ cobertas] [...]. Era ótimo pela liberdade, pela conveniência e por fatores pessoais, mas, profissionalmente, eu fiquei meio que num abismo (grifos meus).

Do conjunto de entrevistas, a mudança de segmento que parece provocar debates mais intensos em termos de identidade é a passagem para o estatuto de assessor de imprensa. Sem entrar na polêmica sobre o caráter “jornalístico” (ou não) do trabalho do assessor, tentarei discutir a seguir a forma como essa mobilidade foi interiorizada pelos entrevistados.

As mobilidades para o segmento assessoria

Os entrevistados relativizaram os impactos da passagem pelas assessorias de imprensa nas carreiras e nas identidades. Essa experiência requer, na verdade, alguns ajustes identitários, mas que estariam, sobretudo, associados à interiorização de uma nova base convencional: “Exige muito aprendizado” (grifo meu), resume Maurício ao falar da sua experiência de assessor em um ministério. “Você precisa entender a diferença entre uma coisa e outra [entre jornalismo e assessoria], você não pode falar tudo, você não pode botar tudo na rua, você tem que medir o alcance daquela informação, você sabe de algumas coisas e você não pode falar”. A questão do *aprendizado* reaparece também no discurso de Clara ao narrar sua passagem por uma assessoria: “Lá eu aprendi, porque tinha gente que fazia assessoria há muito tempo. Aprendi como produzir o conteúdo de maneira adequada [...]. Você aprende um pouco mais sobre como lidar com informação institucional e a questão de todos os melindres que existe em torno disso” (grifos meus).

A recorrência desse discurso sobre *aprendizado*, associado, portanto, a um processo de socialização por ocasião do ingresso em uma assessoria, inclui não só a interiorização de novas rotinas de produção, mas também de modalidades de interação e cooperação com os demais atores e segmentos que integram o mundo dos jornalistas. “Foge do coletivo [das redações] [...]. É o deputado, as ações dele, o trabalho dele, é isso que importa. É um trabalho diferenciado de atender os colegas da imprensa, agendar entrevista, valorizar aspectos do trabalho parlamentar dele e por produzir material e mandar pra sites, pra jornais e pra rádio” (Ricardo). E isso passa, por exemplo, por questionamentos de ordem ideológica “O que é que você vai fazer?”

Sua lealdade é com quem, é com o Estado, a figura do dirigente, com os teus princípios, com o jornalismo, com o quê? Então é um momento de reflexão” (Maurício).

Esse tipo de constatação não é necessariamente original e reaparece em outros estudos sobre o trabalho e os valores profissionais dos assessores de imprensa (FRANCOEUR, 2016; PEREIRA, 2006; SANT’ANNA, 2009). A questão que deve ser colocada, neste caso, é: como, ao mudarem para um segmento que possui uma base convencional tão distinta (pois ela precisa ser *aprendida*), os jornalistas conseguem garantir uma continuidade em termos de carreira e de estatuto (como resume Gabriel: “Eu não vejo como uma pausa na minha carreira [...]. Não foi um hiato”)? Quais são os mecanismos utilizados para garantir essa estabilidade identitária nas mobilidades entre o que Clara chama de segmento do “*jornalismo de redação*” e o “*jornalismo de assessoria*” de imprensa?

As entrevistas revelam duas estratégias. A primeira consiste em se apropriar de aspectos da ideologia profissional, sobretudo a ideia do jornalismo como uma prática de produção e circulação de informações de interesse público, adaptá-la e aplicá-la ao trabalho nas assessorias. De modo geral, essa estratégia retoma a ideia da *informação* como um “objeto” jornalístico (cf. RINGOOT; UTARD, 2005) independente da forma como ela é difundida (mídias, *sites* institucionais ou *pré-releases*). O segundo mecanismo consiste em destacar a existência de uma base convencional comum aos dois segmentos, o que facilitaria não só a passagem entre jornalismo-assessoria, como garantiria uma espécie de mais-valia a indivíduos que investem nesse tipo de carreira híbrida, pela sua capacidade de conhecer as regras do jogo “dos dois lados” (FÍGARO, 2013):

Gabriel: Tem algumas coisas que eu aprendi lá [na assessoria], que eu trago pra cá [na redação]. Acho que, de certa forma, complementou [...]. São pautas que eu vejo aqui todo dia... Dou mais valor hoje, [...] aos *releases* que eu recebo...

Maria-Sílvia: Eu acho que a experiência do jornalismo me facilitou o trabalho [de assessora em uma universidade] porque, no fim das contas, eu tinha que fazer matéria também pro portal [da instituição], só que é

claro com um público [alvo] mais restrito, era o universo da universidade, mas fazer matéria no mesmo estilo, isso não mudava, o fato de você lidar com a notícia [...]. Eu fazia muita coisa de educação [quando eu trabalhava em um jornal], então as pessoas já me conheciam e aí o pessoal que [me trouxe] pra cá sabia de que eu era repórter [...]. E como aí o perfil [da assessoria] era muito de vamos fazer notícia, como se fosse numa agência, [isso] facilitou [a minha adaptação] (grifo meu).

Ricardo: Você já tem que ter a experiência de saber trabalhar o que mandar, pra onde. “Ah, isso fica melhor pra coluna social, a essa é boa pra coluna de política, a essa é boa pra uma geral”. E saber mandar também em linguagens diferentes, pra diferentes meios, cada meio tem uma linguagem, né?

Clara: Acho que quando a gente trabalha em veículo, pra ir pra assessoria de imprensa, a gente acaba sabendo, mais ou menos, o que tem importância do lado de lá. Acho que isso me ajudou.

O discurso dos jornalistas é bastante revelador desse jogo de distanciamento-aproximação e que tem historicamente estruturado parte do debate sobre o estatuto do assessor de imprensa no Brasil (cf. CASTANHO, 2003; PEREIRA, 2006; SANT’ANNA, 2009). Nesse processo de negociação entre dois segmentos, o trabalho em assessoria pode adquirir conotações que vão da cooperação e justaposição à completa oposição em relação à prática das redações. Como explica Macnamara (2016, p. 130 *apud* FRANCOEUR, 2016, p. 58), “a coexistência de dados empíricos que mostram o elevado uso de material RP, por um lado, e o discurso de negação [por outro]... aponta para um paradoxo no centro do nexos jornalismo-RP”.

Horácio e a mobilidade entre a área técnica e a redação de uma emissora de TV

Um caso interessante de mobilidade entre segmentos do mundo dos jornalistas pode ser observado na carreira de Horácio. O entrevistado passou por duas emissoras de televisão, trabalhando na área técnica. Em seu segundo emprego, após chegar ao cargo de diretor de imagem, decidiu prestar vestibular para jornalismo.

Horácio: Eu trabalhava em televisão e, na época, a gente praticamente ficava aqui o dia inteiro.

Só saía daqui pra estudar. [...]. Aí, alguém teve a sábia ideia de falar assim: “Você tem uma experiência tão grande em televisão. Por que você não aproveita isso no seu curso superior?”. Eu falei: “Ah, acho que ele tem razão.”

Apesar dessa mudança de carreira um pouco por acaso, a adaptação ao novo estatuto não provocou problemas identitários. Em vários momentos, ao falar dessa transição, Horácio classifica-a como “tranquila”. “O jornalismo era o ambiente em que eu convivia. Tudo que tava sendo dito ali [na faculdade], eu trazia pra prática da [emissora de TV] ou eu vivenciava aquilo de alguma maneira, olhando como a coisa funcionava...” (grifo meu). Após a formatura, Horácio conseguiu um emprego como produtor e iniciou uma nova carreira, trabalhando na redação da mesma emissora de TV.

Essa situação é bastante ilustrativa do caráter coletivo do mundo dos jornalistas em que a atividade-fim — a produção do noticiário como ato social maior — depende de atores sociais que não pertencem necessariamente à profissão (a área técnica de uma emissora de TV), mas que partilham de uma parte considerável da base convencional.⁸ A relativa facilidade com que Horácio passa de um estatuto a outro mostra que a porosidade entre essas áreas é maior do que vários jornalistas estariam dispostos a admitir...

Saídas e desistências

O fato de ter decidido entrevistar apenas jornalistas em atividade me impede de fazer uma análise detalhada dos impactos da decisão de abandonar o jornalismo em termos de identidade. Além disso, poucos pesquisadores se interessam por esse tema (cf. FIGARO, 2013; OLSON, 1989). O que proponho nesta seção é

⁸ A situação é semelhante a dos assessores de imprensa que possuem um conhecimento das rotinas e formato noticioso e participam diretamente da produção da notícia. Assessores, entretanto, sentem-se mais próximos dos jornalistas por partilharem de uma mesma formação, de carreiras similares...

uma reflexão mais curta, baseada em três estudos de caso: Ricardo, que, após uma demissão, passou 12 anos fora das redações antes de retornar à profissão; Clara, que, por ocasião da entrevista, planejava abandonar a carreira nos próximos anos; e Violeta, que, pouco tempo após a nossa conversa, pediu demissão do emprego para investir em outra área.⁹ Enfim, trata-se, portanto, de uma análise com fins de ilustração, sem a pretensão de produzir generalizações para o conjunto da profissão.

Em sua terceira mobilidade, Ricardo saiu de Brasília para trabalhar como assessor de imprensa em Goiânia. Algum tempo depois, foi demitido. Na época, tinha poucos contatos com o mercado de trabalho em Goiás, já que ele havia feito a maior parte de sua carreira no Distrito Federal. “Então isso foi tudo desmontando e eu mudei de setor, fui trabalhar com outra coisa, até porque não tinha outra saída, tinha que fazer alguma coisa para sobreviver”. Essa necessidade de achar um emprego limitou suas escolhas possíveis em termos de carreiras: “Aquele período que eu fiquei desempregado lá em Goiânia, que eu tava mexendo com comércio, eu trabalhei em campanhas políticas, mas nunca na minha área de atuação profissional”. Do ponto de vista identitário, Ricardo adotou um discurso que valoriza a ideia do estatuto de jornalista (“minha área de atuação profissional”) definido como um conjunto de atributos que se mantêm, independentemente do longo período de afastamento do mercado de trabalho. Isso garantiria o seu retorno doze anos mais tarde, mesmo com todas as transformações que afetaram as redações jornalísticas:

Por exemplo, a evolução que houve em termos de tecnologia, em termos de informática e tudo eu praticamente não acompanhei [...], então, pra mim, era um mundo novo que estava se abrindo, embora eu já tivesse atualizado, conhecimento de Internet, de ter entrado em *site* e tudo, mas trabalhar... [...]. Tava assim, meio que, digamos, enferrujado.

Ao narrar a reinserção no mercado de trabalho em Brasília, Ricardo reforça novamente essa ideia de uma continuidade. Primeiro, mencionando a importância das redes

⁹ Soube disso por meio de uma amiga em comum, que, na época, havia me colocado em contato com ela para a realização da entrevista.

de contato construídas na capital federal durante o período inicial da sua carreira: “Foi por meio de amizades antigas formadas ainda na época que eu trabalhei em jornais aqui”. Segundo, utilizando-se de um discurso em torno da relativa estabilidade da base convencional do jornalismo (por exemplo, as técnicas de apuração, redação) e que teriam permanecido, apesar das mudanças de ordem tecnológica: “Comecei a trabalhar fazendo uma função totalmente diferente [...]. Era um segmento que eu não tinha conhecimento, mas jornalista desempregado escreve qualquer coisa, se der uma vaga pra editoria de moda, ele vai pegar e vai fazer, vai apanhar no começo, mas depois domina” (grifo meu).

Por ocasião da nossa conversa, Clara afirmou estar em uma “crise existencial”. Ela atribuía essa situação a uma combinação de baixo salário, falta de perspectiva profissional e necessidade de priorizar a vida pessoal. A insatisfação era, portanto, em relação à estrutura da carreira e não à prática do jornalismo: “Eu gosto de fazer o que eu faço, só que eu acho que o sistema é muito ruim com a gente”. Essa dualidade (gosto *versus* qualidade de vida) explica a hesitação da entrevistada em adotar uma nova carreira (ela queria se tornar arquiteta). “Eu não sei quanto tempo vai levar pra eu me formar [em arquitetura]. Não sei se eu vou gostar. Aí eu pensei: ‘Cara, eu vou tentar, sabe?’. Se eu não gosto de arquitetura, é porque eu gosto de jornalismo, é porque eu sirvo pra isso e ponto final”. Por conta disso, ela planeja uma transição por etapas, em que as mudanças na prática e na identidade possam ser progressivamente testadas antes da saída definitiva do jornalismo. O primeiro passo seria sair da rádio onde ela trabalhava e ir para o segmento das assessorias de imprensa. “Fiz algumas entrevistas que não rolaram, ficou pra uma outra oportunidade. Eu tô rezando para que dê certo, porque é um trabalho de oito horas, porque raramente vou ficar além do meu horário, porque não tem final de semana e eu tô pra me matricular na faculdade”. Em seguida, ela pretende começar uma segunda formação universitária. O abandono do jornalismo, neste caso, aconteceria em um prazo de cinco anos, após o ingresso definitivo na nova carreira.

Os motivos que levaram Violeta a abandonar a carreira são semelhantes aos de Clara. No momento da entrevista, ela estava insatisfeita com a carga de trabalho que atrapalha o planejamento da vida privada:

Eu fiquei um mês sem ir à academia. Eu gostaria de fazer italiano, eu não faço porque eu sei que se eu me matricular eu não vou, porque se eu tiver uma aula oito horas da manhã eu vou estar tão cansada de ter chegado em casa às dez que eu não vou acordar seis e meia para ir para o italiano. Então você deixa de fazer coisas que te dão qualidade de vida e que até te ajudariam a crescer como jornalista, mas não tem tempo pra fazer.

Além disso, embora ela trabalhasse em um bom emprego, Violeta não via possibilidades de atuar na área desejada: “Eu tenho vontade de trabalhar com cultura ou, pelo menos, com assuntos mais sociais. Eu gostaria de cobrir, por exemplo, Ministério da Saúde, da Educação, Ministério da Cultura [...]. Não quero ficar no Congresso cobrindo fulano fez isso, aquilo, aquilo outro”. Por isso, algumas semanas após a nossa entrevista, soube que ela havia ingressado em um curso superior em Museologia. Também havia trocado de emprego, tendo sido contratada como assessora de imprensa em uma instituição de ensino superior, com carga horária reduzida...

Conclusão

A análise dos impactos das mudanças na carreira na identidade jornalística mostra uma forte tendência à estabilização com o desenvolvimento de mecanismos capazes de garantir uma certa continuidade em termos de estatuto, mesmo em casos de rupturas aparentemente mais radicais, como as mudanças de segmento ou o abandono da profissão. Isso remete tanto à forma como o indivíduo atribui coerência à própria sua trajetória (ao reconstruir discursivamente essa continuidade), como pela capacidade dos mundos sociais de desenvolverem e disponibilizarem aos participantes mecanismos de previsão de carreira e de coesão identitária. Essa situação se traduz não só em termos de escolhas de mobilidade, mas envolve também o vínculo com certas práticas, a relação entre vida pessoal e vida profissional, e a inscrição das trajetórias individuais em uma estrutura de carreira.

“Sou uma pessoa de momento, sou Zeca Pagodinho: ‘deixa a vida me levar’. E a vida vai me levando...”: avaliação e planejamento da carreira

Neste capítulo, discuto como os entrevistados avaliam suas trajetórias e, em seguida, projetam suas carreiras para os próximos anos. Trata-se, portanto, de uma seção em que experiência biográfica como um todo será analisada na relação com o passado e o futuro (SCHUTZ, 1967; ver capítulo 1). Essas duas dimensões temporais, na verdade, estão intimamente relacionadas; trata-se do processo de avaliação e projeção que permeia a própria ação social do ponto de vista da fenomenologia. O meu interesse aqui é abrir espaço para a reflexão mais diacrônica do indivíduo em relação à sua história, situando-a no contexto mais amplo da profissão de jornalismo.

A avaliação da carreira

Nas enquetes quantitativas, as avaliações de carreira são geralmente analisadas em termos de “satisfação” e “insatisfação” em relação a um conjunto de variáveis que traduzem o sucesso ou o fracasso na profissão (OLIVEIRA, 2011). A título de exemplo, Mick e Lima (2013) concluem que os jornalistas brasileiros estão, de modo geral, “satisfeitos ou muito satisfeitos com seu trabalho”, excetuando em três dimensões (curiosamente todas ligadas aos benefícios materiais da carreira): remuneração, possibilidades de promoção e outros benefícios não salariais. Os autores ressaltam,

ainda, que a taxa de satisfação é maior entre os homens (60,3% contra 50,1% das mulheres). Outro estudo mais antigo, de autoria de Olson (1989), comparou o índice de satisfação entre jornalistas e profissionais de relações públicas em San Francisco, Estados Unidos, e segue a mesma lógica. Dentre as conclusões, o autor destaca que os RP estariam mais satisfeitos com o salário, com os avanços na carreira e com a autonomia conquistada em suas organizações que os jornalistas. Isso explicaria, de acordo com Olson, os índices de abandono nas carreiras jornalísticas.

Índices de satisfação devem ser considerados na medida em que revelam a avaliação mais imediata (e expressa de forma normativa) de uma determinada carreira. Trata-se de um retrato e, portanto, deixa de lado, a dimensão diacrônica das trajetórias individuais e coletivas, a forma como o sentimento de satisfação poderia se constituir em um indicador de uma apreciação momentânea da profissão, bem como de sua evolução no contexto mais amplo dos projetos de carreira (BENDASSOLI, 2009). Encontrar operadores sociológicos, capazes de reconectar essas diferentes instâncias (individual e coletiva; diacrônica e imediata) se constituiu em um verdadeiro desafio. A minha solução, partindo de uma abordagem indutiva, foi, primeiro, ‘ressituar’ essas avaliações a partir das escolhas de carreira relatadas nas entrevistas e discutidas nos capítulos anteriores — particularmente aquelas ligadas a adesão à profissão e mobilidades de carreira. Ao mesmo tempo, tentei analisar a forma como os entrevistados descreviam suas realizações pessoais e profissionais em relação ao outro. Para isso, retomo algumas categorias empregadas no capítulo 2: o gosto (HENNION, 2004; 2011), os imaginários do jornalismo (LE CAM, 2009; SENRA, 1997) e os benefícios materiais e simbólicos associados à profissão.

Gosto

Em vários momentos deste livro, tentei mostrar como o gosto participa de diferentes momentos da carreira, inspirando a opção pelo jornalismo e, também, as estratégias de mobilidade e a própria permanência na profissão. Nesse sentido, busquei me afastar

de uma carreira construída com base na escolha vocacional ou orientada pela posse de competências, para discutir como o fato de alguém se tornar jornalista passa pelo prazer em exercer certas práticas, de cobrir certos temas e de descobrir novas áreas de cobertura (por exemplo, Rose: “Eu estou muito feliz em política. Gostei muito [...]. Eu gosto muito da minha profissão. Eu acho que pode ter um momento que eu vou ter que escolher [...], seria muito dramático eu ir para uma assessoria de imprensa”), de trabalhar em determinadas redações (Michel: “Eu sei o que eu quero pro resto da minha vida. Saio de casa todo dia feliz, gosto das pessoas com quem eu trabalho, gosto do local que eu trabalho e gosto do meu trabalho, então eu acho que eu consegui chegar nesse equilíbrio”), de mudar de mídia, de veículo, de função, de poder experimentar novas formas de se fazer o jornalismo (Florentina: “O fato de você ser jornalista é muito bom pela questão de que você sempre faz uma coisa diferente todo dia, não fica só sentada no computador, escrevendo, fazendo só trabalho burocrático”).

O gosto não pode ser visto apenas como uma motivação de carreira. Também é importante não associá-lo tão diretamente ao discurso de mitificação dessa prática, isto é, à ideia do jornalismo como “a melhor profissão do mundo”, como retratou Gabriel García Márquez em seu famoso discurso proferido na Assembleia da Sociedad Interamericana de Prensa, em 1996. De fato, para além dessas duas dimensões, o gosto possui um efeito importante sobre uma escolha de longo prazo. Primeiro, na forma como o indivíduo constrói a sua identidade na relação que ele desenvolve com o objeto jornalismo. Ou seja, para algumas pessoas, existe uma associação direta entre ser jornalista e gostar do jornalismo. E, por consequência, isso explica a permanência na profissão, mesmo quando existe uma insatisfação em relação a certos aspectos da carreira, particularmente o salário e a deteriorização das relações de trabalho, como afirma Mauve:

O que eu gosto de fazer, da maneira que eu gosto de fazer, eu sou feliz fazendo [...]. Olha, eu esperava assim mais infraestrutura pra trabalhar, mais ferramentas, mais apoio logístico... uma equipe melhor, maior, né? Mas eu tento adaptar que eu acho que o jornalista tem que se adaptar ao que ele tem e fazer o melhor.

Essa decisão ultrapassa a dimensão da resignação, mas está conectada a um projeto de carreira (pessoal e profissional) em que a busca pelo prazer obtido no exercício do jornalismo torna-se uma razão fundamental para escolher e continuar na carreira: “Eu troquei a profissão dos meus sonhos [uma carreira nas artes cênicas] — e bota sonho nisso! — pelo jornalismo, mais eu me apaixonei perdidamente, é coisa que eu quero fazer até o fim dos meus dias” (Beatriz). O mesmo entre os entrevistados que conseguem identificar os aspectos negativos da profissão: “Eu acho que é uma carreira doída, difícil, mas extremamente prazerosa. Se não fosse prazerosa, ninguém ia fazer. Porque você faz plantão, trabalha de madrugada... ‘Por que você tá aí?’. Porque eu amo a profissão!” (Michel).

É claro que nem todos os entrevistados estão satisfeitos com a carreira. Também não quero dizer que o gosto deva ser visto uma justificativa para as más condições de trabalho nas redações.¹ Mas eu não gostaria interpretar a permanência no jornalismo apenas como o resultado de uma determinação sociológica ou pelo fato de se tratar de um estatuto socialmente valorizado em algumas sociedades, explicações que remetem à ideia de uma carreira que se constrói a longo prazo baseada em um sentimento de resignação em relação às condições de trabalho. Na verdade, a decisão continuar no jornalismo, após um longo período de tempo (variando dentre os entrevistados de dois a quase quarenta anos na profissão), é, na verdade, a materialização de uma infinidade de outras escolhas (de entrar no jornalismo, de seguir determinada formação, de trabalhar em um, dois, três veículos, de não desistir do jornalismo...) tomadas ao longo de uma trajetória e que reforçam a decisão de ser jornalista. Essas escolhas envolvem, por sua vez, diferentes motivações (salário, *status*, gosto e vida pessoal) e, na gestão desses fatores, o indivíduo constrói seu próprio projeto de carreira, incluindo o vínculo com a profissão:

¹ Pessoalmente, acho deplorável a forma como o gosto pode ser utilizado por algumas empresas de mídia como um mecanismo para intensificar as modalidades de exploração da mão de obra.

Alberto: Eu sou muito mimado, porque eu sempre fiz o que eu quis. Quando eu não fiz o que eu quis, eu logo saí fora e, dali em diante, consegui fazer o que eu quis. É bastante atípico. Normalmente, você meio que segue um padrão. É claro que existem custos-benefícios. Talvez, eu teria o salário [desejável] se eu tivesse tido uma carreira mais linear. Mas a opção não bate na sua vida, né?

O que eu gostaria de argumentar é que o fato de alguém mencionar o gosto em uma leitura retrospectiva de sua trajetória (ou seja, como uma dimensão que sustenta a permanência no jornalismo) revela a importância desse tipo de vínculo na compreensão da carreira. Nesse sentido, o caso de Violeta é bem exemplar sobre como o vínculo com o jornalismo produz efeitos na ação social, para além desse esforço de mitificação da própria trajetória. Jornalista de política de um *site* em Brasília, Violeta reconhece o sucesso em termos de *status* e salário, considerando que ela estava no início da sua carreira (ela tinha 23 anos quando conversamos). Mas, ao mesmo tempo, ela não está satisfeita com o trabalho:

Violeta: Eu sei que estou bem, mas eu não tô feliz com que eu tô fazendo. Não é isso que eu quero fazer.

Fábio: Você está satisfeita com a sua posição, mas não com o seu trabalho, é isso?

Violeta: Isso, isso.

Fábio: Você acha que atingiu um relativo sucesso [na carreira]?

Violeta: Não, acho que é muito cedo pra falar em sucesso, mas eu sei reconhecer que eu estou trabalhando num veículo muito bom, que eu cresci muito neste um ano. Mas não é isso o que eu quero fazer. Eu quero... Eu tenho vontade de trabalhar com cultura ou pelo menos com assuntos mais sociais... (grifo meu).

Como comentei no último capítulo, algumas semanas após a nossa conversa, Violeta abandonou o emprego para se lançar em uma nova carreira.

Hennion (2004) explica que o desenvolvimento contínuo do gosto revela não só um relacionamento duradouro com o objeto, mas cria um sentimento de pertencimento a uma coletividade (Hennion cita o caso dos amantes de música clássica, por

exemplo). Nesse caso, arrisco a transpor essa mesma lógica à questão da continuidade de carreira e de construção identitária no jornalismo, à ideia de que *ser jornalista* envolve, a partir desse mesmo vínculo, os demais praticantes dessa atividade.

A relação de gosto se ampara, ainda, em um conjunto de expectativas em relação ao exercício permanente de uma determinada atividade. No caso do jornalismo, a associação a uma prática e a um estilo de vida que eu poderia chamar de “aventureiros” serve como motivação para a escolha da profissão: “Quando você começa a fazer jornalismo, você acha que a sua vida vai ser extremamente excitante, pensa que todo dia é uma novidade, uma aventura [...]. Eu brinco muito com os meus amigos [dizendo que] eu ia ser muito infeliz batendo carimbo, eu ia ser muito infeliz sendo um servidor público” (Beatriz). Essa motivação inicial é retomada e reavaliada ao longo da carreira na medida em que é confrontada: “A minha profissão tem os seus momentos de bater carimbo”. “Eu faço votação toda semana de medida provisória, entendeu?” (Beatriz). Essa diferença entre os motivos que levaram ao ingresso no jornalismo e a avaliação que se faz das condições trabalho pode ser reveladora tanto de um processo de desmitificação da profissão, como de naturalização do estilo de vida. Mas remete, finalmente, ao movimento de adaptação do gosto às condições concretas de exercício do jornalismo, incluindo a forma como a descoberta de novas práticas redefine a relação entre o indivíduo e a atividade jornalística.

Os imaginários do jornalismo

Como eu havia mencionado no início deste livro, os discursos associados ao imaginário de mitificação do jornalismo participam pouco da decisão de ingressar na profissão. Também quase não estão presentes nas escolhas relacionadas às mobilidades ou progressões na carreira. No entanto, curiosamente, eles reaparecem nas avaliações que os entrevistados fazem de suas trajetórias e reforçam imagens recorrentes do jornalista como um fiscal dos poderes políticos (o papel de cão de guarda, *watchdog*, da

sociologia funcionalista) ou de defensor do interesse público (*advocate*).² Na releitura que os jornalistas fazem de suas carreiras, esses dois papéis são ilustrativos de trajetórias orientadas por sentimentos de *protagonismo* e de *abnegação*.

No primeiro caso, a profissão teria propiciado uma oportunidade de participar de “momentos históricos”. Ou seja, esse tipo de releitura, destaca muito pouco a construção de um vínculo de longa duração com certas práticas do jornalismo (como acontece com as avaliações motivadas pelo gosto), preferindo enfatizar os momentos específicos em que as histórias individuais dos jornalistas se misturam aos momentos relevantes da atualidade política do Brasil: “[Já fiz a cobertura de] eleições, das Manifestações [de Junho de 2013].³ Tenho o sonho de trabalhar numa Copa do Mundo. Já tive esse gostinho com a Copa das Confederações” (Michel). Nesse sentido, a dimensão do protagonismo remete tanto à participação em eventos que vão marcar a história de uma coletividade, como o entendimento de que essas oportunidades seriam o resultado de uma carreira de sucesso: “Tudo que eu tenho na minha vida, tudo que eu conquistei, eu conquistei sendo jornalista” (Beatriz, grifo meu). E também que os entrevistados teriam o direito de se apropriarem dos benefícios simbólicos decorrentes do processo da construção dessa história coletiva: “Eu tenho orgulho da minha carreira porque, em momentos históricos, eu estava lá cobrindo, coisas que eu vou poder falar para os meus filhos, para os meus netos” (Beatriz).

² Existe uma bibliografia bastante extensa sobre a forma como a Sociologia Funcionalista tem tratado a relação entre valores profissionais e papéis profissionais no jornalismo. Não vale a pena revisar todos esses trabalhos até porque esse tipo de perspectiva destoa da proposta deste livro. Mas, para os interessados em se aprofundar nesse debate, sugiro a leitura de Janowitz (1977), Mellado Ruiz (2015) e Ortega e Humanes (2000).

³ As *Manifestações de Junho* (de 2013) ou *Manifestações dos 20 centavos* foi um conjunto de protestos populares que se propagou por todo o país, cujo objeto inicial era contestar os aumentos nas tarifas de transporte público nas principais capitais. Em seu ápice, as manifestações reuniram milhões de brasileiros. Os manifestantes incluíram na pauta temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. O evento foi bastante midiático, tanto pelos veículos tradicionais, como pelas mídias sociais e os coletivos independentes de jornalistas. Sobre o tema, ver: Gripp (2013), Harvey (2015) e Laval (2017).

Essa mistura entre conquistas pessoais e sociais é radicalizada no caso da carreira de Azarius, em que a série de contribuições em termos de fiscalização dos poderes públicos não é devidamente recompensada em termos de realização profissional e pessoal. E, neste caso, o sentimento de *abnegação* emerge junto com a idealização do *protagonismo* pessoal:

Eu não queria me esnoar, não, mas eu acho que fiz uma boa carreira como repórter. Denunciei muita gente, cassei deputados, derrubei ministros, denunciei muita corrupção. Fui demitido, às vezes por isso. Perdi um patrimônio, porque fui processado [...], porque denunciei um deputado, e era tudo verdade. Peguei algumas doenças, certamente tive uma vida tensa. Ainda tenho muito estresse, muita tensão. Tenho algumas lesões, como úlcera, por exemplo, por causa disso. Comprometi um relacionamento, comprometi parcialmente um dos meus casamentos; comprometi um pouco a minha diversão. Mas é uma atividade que eu gosto, me deu muito conhecimento e me deu chance de conviver com os entreaimes do poder em vários níveis. Não quero ser nenhum paladino, mas eu cumpri meu papel de denunciar os desmandos, denunciar a corrupção e injustiças, e defender causas coletivas. Também aprendi a driblar os interesses pouco republicanos de alguns patrões que tentaram me impedir de escrever determinadas coisas, ou de manipular as minhas informações. Tive que brigar muito lá dentro [nas empresas de mídia]. Fui censurado muitas vezes. Teve um veículo que me censurou 18 reportagens [...]. E eu falo de reportagens que já estavam rodando, impressas, e eles preferiam jogar fora alguns exemplares do que publicar o que eu estava fazendo (grifo meu).

Carreiras construídas sob a ótica do protagonismo político são minoria no conjunto das entrevistas. O depoimento de Azarius deixa transparecer uma explicação possível para esse fenômeno: o alto custo (pessoal e profissional) envolvido nas escolhas que priorizam uma trajetória voltada à defesa do interesse público. Além disso, fazer uma carreira voltada à defesa de certos ideais do jornalismo parece esbarrar nos interesses políticos e econômicos das empresas de mídia e na própria falta de autonomia dos jornalistas em algumas redações. Por isso, embora a noção da função social dos jornalistas ainda seja um componente importante dos discursos

públicos sobre a profissão e na construção do substrato ideológico associado às gerações mais antigas dos jornalistas (ver capítulo 13), o seu impacto na construção dos projetos individuais de carreira deve ser relativizado.

Os benefícios materiais e simbólicos

Existe uma evolução na forma como os benefícios materiais e simbólicos participam da construção de um projeto de carreira. Poucas vezes mencionados nos relatos sobre a decisão de seguir carreira no jornalismo, esses dois fatores orientam boa parte das escolhas realizadas ao longo de uma trajetória profissional e são fundamentais para avaliações de carreira expressas por meio de termos de sucesso, fracasso, estagnação, possibilidade de progressão. De fato, como explica Strauss (1992a), a ideia de “sucesso” na carreira pode ser vista como a subjetivação de um conjunto de indicadores (ligados a remuneração e *status*, por exemplo), partilhados por uma coletividade.

Essa constatação é particularmente útil para entender uma espécie de divisão que emerge entre os entrevistados. Um primeiro grupo (Vitória, Emanuel, Luísa e Afonso) atribuiu o seu sucesso ao fato de trabalharem em uma organização de mídia reputada ou terem obtido um rápido crescimento na carreira em termos de *status*: “O meu primeiro sonho, quando eu tava fazendo jornalismo, era ter oportunidade de trabalhar numa grande empresa e o grupo onde trabalho é uma grande empresa [...]. Isso eu atingi” (Emanuel); “É óbvio que eu tenho vontade de ganhar um pouco mais, tenho vontade de fazer TV, que eu ainda não tive experiência [...], mas a rádio onde trabalho me dá uma visibilidade muito boa. É um reconhecimento muito bom...” (Luísa).

Eu acho que foi uma ascensão um pouco rápida. A avaliação que eu faço é que eu acertei nas escolhas [...]. Assumi uma grande responsabilidade, que é carregar nas costas um peso de uma emissora que tem lá [no meu estado de origem] 80% de *share*, um canhão mesmo e é muito respeitado [...]. A gestão aqui [na empresa onde trabalho], eu assumi com 27 anos.

Já o segundo grupo (Gabriel, Beatriz, Michel, Eugênia e Horácio) associa o sucesso à remuneração ou aos bens materiais conquistados durante a carreira: “Eu tô muito satisfeita! Eu já comprei meu apartamento, já consegui realizar alguns sonhos de viagens e tudo mais” (Eugênia).

Horácio: Eu acho que eu tive um bom crescimento, tenho um bom salário, tenho uma boa condição de trabalho. É lógico que a gente sempre quer algo a mais. Eu acho que isso é do ser humano. A gente quer ganhar mais, a gente quer qualidade de vida melhor, um conforto melhor, um carro melhor. Enfim, faz parte dentro do nosso dia a dia. Mas eu tô satisfeito.

É interessante observar que essa diferença na definição do sucesso parece estar relacionada à variável etária: enquanto o grupo que privilegiou a posição obtida em uma organização reputada era composto por jornalistas mais jovens (entre 24 e 31 anos); o segundo grupo, que priorizou as conquistas materiais, se inseria em uma faixa etária um pouco mais elevada (entre 30 e 44 anos). Essa constatação sugere uma espécie de objetivação da forma como cada indivíduo define a noção de sucesso na carreira jornalística e que varia em função da sua posição no arco temporal (as “fases”) de sua carreira.

Vida pessoal e avaliação da carreira

Se os entrevistados costumam avaliar positivamente a carreira em termos de efetivação de seus gostos, imaginários e sucesso (simbólico e financeiro), a leitura de algumas entrevistas revela que essas conquistas nem sempre são conciliáveis com a vida pessoal. Ao longo dos depoimentos, é recorrente que os entrevistados valorizem uma dimensão em detrimento à outra, como se a realização na carreira envolvesse sempre custos em termos de vida pessoal. Beatriz, por exemplo, está satisfeita com o salário, mas nem sempre consegue passar as festas de fim de ano em família. Violeta e Florentina admitem que estão bem empregadas, mas reclamam da falta de tempo livre: “Você acha bonito trabalhar na *Folha*, na *Globo*, mas

hoje eu já vejo que às vezes nem sempre isso é melhor pra você no sentido pessoal [...], é melhor talvez para o seu currículo, mas talvez não seja melhor para o seu perfil [pessoal]” (Violeta). Azarius, como já discuti, acredita ter cumprido com o seu papel social de jornalista, mas a um custo extremamente elevado em termos de saúde e vida pessoal. Quem expressou de forma bastante clara a dificuldade de conciliar esses dois aspectos da carreira foi Margarida:

Margarida: Na verdade, eu tinha dois sonhos. Dois sonhos, não, duas vontades. Queria tentar mudar pra São Paulo, pra tentar fazer jornalismo de revista e trabalhar com jornalismo literário de fato, sabe? Sei lá, tentar entrar pra *Revista Piauí*, Grupo Abril, alguma coisa assim. Só que eu acho que eu, enquanto pessoa, não como profissional, não tô preparada pra largar a família, pra largar o contexto familiar. Eu tenho uma irmãzinha de dois anos por parte de pai. Eu não quero deixar ela sozinha, sabe? Porque, por mais que eu ame minha profissão, eu também sou muito família. Eu gosto muito de tá com eles, mas eu gosto de outras coisas que a vida... Que a vida necessita, né?

Fábio: Claro. Seu lado profissional interfere muito na sua vida particular?

Margarida: Interfere, interfere muito. Interfere no sentido de que você quase sempre não vai ter tempo pra outras coisas. Por exemplo, apesar de eu trabalhar só seis horas por dia, eu faço plantão. Eu trabalho Carnaval, trabalho Semana Santa, trabalho Natal, trabalho todos esses feriados picados. Então, querendo ou não, a minha vida social é muito afetada. E aí você acaba tendo uma vida social dentro do trabalho, com os amigos do trabalho.

Isabel Travancas (1992) já havia chamado a atenção sobre o papel que o jornalismo assume na vida privada dos seus praticantes ao falar da adesão (*commitment*) como operador capaz de explicar e descrever as rotinas dos jornalistas no Rio de Janeiro. Acredito que essa situação materializa uma espécie de negociação em torno das condições de exercício do jornalismo. Nessa negociação, entram em jogo, primeiro, a construção de um vínculo com essa prática e as expectativas criadas em torno da realização profissional; segundo, as condições reais de trabalho nas empresas de mídia (e que tendem a se precarizar ainda mais); e, finalmente, a circulação de um

imaginário sobre a profissão que difunde o estereótipo do jornalista solitário, absolutamente dedicado ao trabalho, emocionalmente instável, imaturo... (SENRA, 1997). Na confluência entre essas três ordens de discurso, emergiria uma estrutura de carreira que potencialmente daria pouco espaço para a vida pessoal — e que pode explicar a forma como alguns jornalistas aceitam ou chegam mesmo a exaltar situações de exploração extrema pelas empresas de mídia (cf. FIGARO, 2013).

Até que ponto esse tipo de carreira é, de fato, naturalizada pelos jornalistas? É difícil responder essa questão. O fato de vários entrevistados chamarem a atenção para a dificuldade de se conciliar vida profissional e vida pessoal no jornalismo é um indicativo de que a adesão ao jornalismo é menos consensual do que se esperava. Por outro lado, uma pesquisa feita com estudantes de jornalismo do Brasil mostra que tanto os itens “Possibilidade de avançar na carreira” (98% de aprovação positiva) e “Conciliar trabalho e família” (96%) são igualmente valorizados pelos estudantes na hora de construir um projeto de carreira (PEREIRA *et al.*, 2015) — ou seja, do ponto de vista da interpretação dos dados empíricos disponíveis, sinto-me incapaz de dar uma resposta definitiva a esse questionamento.

Os planos de carreira

O planejamento de uma carreira leva em conta a autoanálise que os indivíduos fazem de sua experiência biográfica, incluindo a forma como eles lidam com questões como gostos, imaginários e busca por benefícios simbólicos e materiais. Envolve, ainda, um mecanismo de projeção, de antecipação das trajetórias possíveis, das condições do mercado de trabalho e a evolução da profissão. Optei, nesta seção, por priorizar este segundo conjunto de variáveis (ligado ao processo de prospecção do futuro, de avaliação das perspectivas de carreira), deixando em segundo plano as motivações pessoais — já bastante exploradas ao longo deste livro. Por isso, buscarei responder aqui a dois conjuntos de questão. Primeiro, em relação à decisão de planejar ou não os próximos anos da carreira (e a forma como isso pode ser

revelador das histórias de vida e da própria ideologia profissional). Em seguida, proponho uma espécie de mapeamento dos cenários projetados, organizado em termos de intensidade nas mudanças de carreira previstas pelos entrevistados.

Entre o planejamento e o improviso

O planejamento não deixa de ser uma reavaliação dos objetivos da carreira e da capacidade do indivíduo de visualizar (ou não) novos objetivos. O momento em que o entrevistado lança esse duplo olhar em relação ao passado e ao futuro é revelador de dois processos. Primeiro, de construção das identidades. A sociologia profissional interacionista (BASZANGER, 1992; BECKER, 2009; STRAUSS, 1992a; STRAUSS *et al.*, 1992b.) tende a destacar a importância desse movimento de planejamento que permite que o indivíduo se antecipe às evoluções possíveis de seu estatuto no interior de um mundo social ou de um sistema organizacional. Dessa forma, a projeção do futuro reforçaria (ou não) o engajamento em relação à carreira e aos valores da profissão. Isso evitaria o que Strauss (1992a) chama de sentimento de estagnação ou desperdício de si. Nas entrevistas, os jornalistas falam, por exemplo, da necessidade de ter uma “referência”: “A minha meta [trabalhar na editoria de política de um jornal de referência] eu já alcancei [...]. Então, agora eu preciso descobrir uma nova referência. Tenho que achar uma coisa que me desperte interesse de trabalhar em outro lugar” (Vitória).

Ao mesmo tempo, a fala dos entrevistados expressa traços de uma ideologia profissional que prefere enfatizar a falta de planejamento como parte do imaginário boêmio do jornalista e da associação (cada vez menos presente) do jornalismo com as carreiras artísticas. “Eu não consigo planejar, eu sou uma pessoa meio de momento, eu sou levada, eu sou Zeca Pagodinho: ‘vida leva eu, deixa a vida me levar’ E a vida vai me levando” (Gabriele). Assim, o engajamento em relação à carreira e às organizações de mídia seria ofuscado por valores como liberdade e autonomia na gestão das trajetórias individuais.

O debate sobre o planejamento também está bastante relacionado à dimensão temporal das carreiras. Ou seja, não se trata apenas planejar ou futuro, mas de definir quais seriam os momentos mais apropriados para refletir sobre os próximos passos de uma determinada trajetória. E, nesse caso, a decisão de não pensar no futuro remete, frequentemente, a situações de estagnação profissional:

Vitória: Não tenho um objetivo como [acontecia] quando eu era estudante [...]. Acho que esse desespero é mais porque eu não tenho perspectiva. Eu não fico pensando que daqui cinco anos eu vou tá com um bom salário [...]. Eu não sei aonde eu vou tá, o que eu vou tá fazendo, se vou tá com bom salário ou se não vou tá”.

Horácio: De uns dois anos pra cá, eu parei de ter sonhos, porque eu acho que eu tinha uma meta de crescer aqui dentro. Eu falei assim: “Para! Deixa essa meta de lado”. Eu tinha uma vontade de chegar até a chefia de redação e eu falei assim: “Isso não vai acontecer. Então, deixa eu trilhar outro rumo dentro do meu dia a dia” [...]. Eu não tenho uma meta pro futuro. Nem profissional e nem dentro da emissora. Deixa a coisa seguir.

Concluindo: os discursos em torno do planejamento ou não da carreira vão além da expressão de uma avaliação ou vontade pessoal, mas exprimem aspectos da ideologia profissional e da forma como o ator se insere nos arcos temporais que constituem uma determinada carreira.

Entre continuidade e mudança

A maior parte dos entrevistados revelou algum tipo de projeto futuro de carreira. Existem, contudo, variações em relação ao grau de mudança desejada. Em um extremo, há o caso de Afonso, que está satisfeito com a *status* ocupado atualmente, como chefe de jornalismo de um rádio reputada e, por isso, não considera mudanças a curto prazo. E, no outro, o caso dos jornalistas que planejam abandonar a carreira, sair definitivamente do mundo social. Não faz o menor sentido catalogar os planos de carreiras expressos pelos entrevistados (sobretudo porque não há como verificar se eles se concretizaram

ou não). O meu objetivo aqui é partir desses depoimentos para interpretá-los enquanto mecanismos de previsão ou antecipação das dinâmicas da profissão e do mercado de trabalho e que são, ao mesmo tempo, reveladores da forma como o jornalista avalia o seu *status* e o tipo de carreira desenvolvida até o momento da entrevista.

Ajustes simples em termos de rotina. Essa categoria faz referência ao depoimento dos entrevistados (Emanuel, Azarius) que não ambicionam uma evolução ou mudança na carreira (porque consideram a posição obtida satisfatória), mas expressam o desejo de fazer algo diferente no trabalho: “Eu ando num período da minha vida [em que estou] muito cansado de fazer a mesma coisa [...]. O que eu gosto é de fazer matéria que, por meio daquele problema, mexeu com o governo, que o governo foi e agilizou uma situação que tava cheia de morosidade” (Azarius).

Progressões da carreira na mesma organização. Um número expressivo de entrevistados (Mauve, Daniel, Sam, Leon e Michel) expressou o desejo de continuar na mesma mídia, buscando apenas posições de maior prestígio: “Agora que eu entrei nessa parte de gestão e gostei demais, eu tenho ambições dentro da empresa mesmo. De crescer dentro da empresa e o céu é o limite. Ser diretor de redação, esse tipo de coisa” (Daniel); “Eu tenho planos de chegar a uma chefia de redação [...]. Quero entender ali como realmente funciona a engrenagem de uma grande empresa por dentro mesmo, tenho essa pretensão. Acho que agora já é o primeiro passo, mas acho que tem muitos ainda, tem muita lenha pra queimar” (Leon).

Outros ambicionam progressões que correspondam melhor aos gostos dos entrevistados. Por exemplo, Sam que ocupava no momento da entrevista um cargo de chefia em sua organização e gostaria de “voltar a ser repórter”, mas com outro *status*: “O que hoje falta pra mim? É ser correspondente. Eu já dei uns toques, mas é uma coisa tão fechada que é mais difícil”. É interessante observar que esse tipo de planejamento é bastante comum entre os jornalistas que optaram por carreiras mais sedentárias, com poucas mobilidades entre mídias.

Mudança de mídia. Comum entre os jornalistas que estão no início da carreira (Eduardo, Luísa), que buscam acumular uma experiência em várias mídias

diferentes: “A médio prazo, eu tenho o plano de ir pra tevê, pra fechar toda a minha experiência: assessoria, rádio, impresso e tevê” (Luísa). Outros querem mudar para mídias de maior prestígio no meio profissional (Rose, Beatriz), como uma espécie de progressão (ou consagração) da carreira: “Eu tenho muita vontade de trabalhar em impresso de novo. Eu gosto muito de *site*, mas eu tenho muita vontade de voltar para o impresso, sei lá, trabalhar no Estadão, na Folha, no Globo” (Rose). Alguns entrevistados planejam atuar em mídias cujo ritmo de trabalho seja adequado ao planejamento da vida pessoal e familiar: “[daqui a] uns oito anos, quando eu estiver querendo me estabilizar, eu quero estar livre, quero levar meu filho pra escola e levar meu filho pra passear no parque no final de semana. Aí eu tenho vontade de ir pra revista, que eu acho que na revista o ritmo é bem menos pesado” (Rose).

Atuação em outros segmentos no interior do mundo social. Um número expressivo de entrevistados (Gabriel, Mercedes, Felipe, Florentina, Clara e Eugênia) manifestou o desejo de trabalhar em funções que escapam às atividades que compoariam o “âmago” (*core*) (BECKER, 1982) do mundo dos jornalistas: investir no trabalho de gestão de mídias sociais (Gabriel), ir para o segmento das assessorias de imprensa (Clara), abrir uma consultoria em comunicação (Felipe), trabalhar como jornalista no setor público (Florentina: “Passar num concurso que me dê estabilidade e que também me dê espaço pra que eu seja jornalista”), ou em segmentos do jornalismo “literário” (Azarius, Margarida). Duas entrevistadas (Mercedes, Eugênia) mencionaram o desejo de investir em uma carreira acadêmica: Mercedes: “Pretendo voltar a estudar, pretendo fazer mestrado. E pretendo daqui a alguns anos dar aula. O jornalismo é parte da minha vida, mas não é a minha vida, entendeu?”.

Essa modalidade de planejamento revela, antes de tudo, um equilíbrio complexo entre o gosto e a busca por qualidade de vida na projeção da carreira a médio prazo. A maioria dos entrevistados afirma gostar do jornalismo, mas acredita que o exercício cotidiano de práticas como a reportagem e a edição tende a se desgastar com o tempo. Além disso, existe uma preocupação muito grande com a vida pessoal e a forma como o ritmo das redações pode afetar o planejamento familiar.

Nesse caso, uma mudança de seguimento implica em valorizar a qualidade de vida a médio prazo, sem abandonar o vínculo com o jornalismo: “Eu pretendo continuar escrevendo. Continuar produzindo materiais interessantes, mas não necessariamente nesse formato, nessa correria. É algo que eu quero trabalhar ao longo dos anos, mas de forma mais pensada. Mais elaborada” (Mercedes). Além disso, esse tipo de discurso mostra como os diferentes segmentos do mundo do jornalismo foram integrados ao planejamento de carreira para além das explicações tradicionais ligadas ao fracasso (MORENO PESTAÑA, 2009) ou ao desvio (cf. BECKER, 2009) — ou seja, perspectivas que reforçam a ideia do assessor de imprensa ou do professor de jornalismo como pessoas que queriam ser jornalistas, mas não conseguiram ter sucesso ou não suportaram o ritmo da profissão. Pelo contrário, os entrevistados analisados aqui consideram esses segmentos como mais adequados a certas etapas da carreira. E, finalmente, é preciso associar alguns desses discursos à falta de perspectiva em relação ao futuro do jornalismo.

A saída definitiva do mundo social. Parte dos casos de abandono da profissão já foram trabalhados no capítulo anterior e não faz sentido retomá-los aqui. Mas não deixa de ser interessante reforçar que a saída do mundo dos jornalistas integra os projetos de carreira de alguns entrevistados, que chegam a planejar com antecedência esse tipo de mudança, seja seguindo uma segunda formação universitária (Margarida, que cursa Letras;⁴ Luísa, que desejava fazer Arquitetura) ou investindo, por exemplo, na aquisição de um terreno ou de uma área rural (Ricardo).⁵

⁴ Em maio de 2017, contatei novamente Margarida e descobri que ela estava cursando um mestrado em Literatura, com uma dissertação sobre a produção literária da jornalista Eliane Brum. Além disso, ela havia publicado um livro de crônicas. Naquele momento, seus planos de carreira oscilavam entre investir no segmento de jornalismo literário em revista ou na carreira docente.

⁵ Aqui entrariam também casos (que já integram inclusive o imaginário da profissão) dos jornalistas que viram donos de bares. Nenhum dos entrevistados expressou esse desejo. Pessoalmente, conheço três nesse tipo de situação; dois deles conheceram relativo sucesso como donos de bar.

Conclusão

Avaliações ou projeções são mais interessantes se forem consideradas para além de um simples retrato da carreira, uma avaliação momentânea, produzida em resposta a alguma pesquisa. Pelo contrário, elas deveriam ser vistas como a expressão da experiência biográfica em sua relação com as dimensões individuais e coletivas de uma história de vida. Por isso, revelam as motivações selecionadas como relevantes pelos entrevistados para justificar a permanência nas carreiras, mostram aspectos da ideologia profissional que orientam certas decisões e mostram como certas escolhas são dependentes da forma como o jornalista organiza a sua carreira em uma lógica temporal — sobretudo as respostas referentes ao planejamento da vida pessoal e profissional.

“Se você é inteligente, você trabalha no impresso; se você é bonito você trabalha na televisão”: os diferentes segmentos do jornalismo

Nos próximos dois capítulos, trabalho com a análise das carreiras em sua dimensão coletiva, associando-a aos processos de negociação da ordem convencional, de segmentação e de transformação dos mundos sociais. Ao confrontar as recorrências observadas no conjunto de carreiras jornalísticas com outros indicadores sociológicos, busco reconstruir as modalidades de cooperação no mundo dos jornalistas e compreender processos mais amplos de segmentação e de transformação desse espaço nos últimos 40 anos. Para fazer esse movimento, as histórias de vida dos jornalistas, analisadas ao longo deste livro, serão tomadas como pressupostos para um trabalho de produção de inferências e generalizações mais abrangentes sobre a estrutura¹ das carreiras dos jornalistas no Brasil.

¹ Ao longo deste livro, evitei utilizar o termo “estrutura”. Isso porque um número razoável de abordagens teóricas a define como um conjunto de características esqueléticas, que descrevem — e, em muitos casos, engendram ou determinam — o funcionamento equivalente de diferentes sociedades, sendo posteriormente “presentificadas” pelos sujeitos (HALL, 1990). A tradição interacionista entende as estruturas como resultado de uma ordem social negociada, como a estabilização relativa de um conjunto de convenções. Dessa forma, as próprias estruturas são renegociadas e a percepção que temos de uma “mudança estrutural” é resultado da cristalização de uma infinidade de processos de renegociação em uma ordem social (Strauss *et al.*, 1964). Sobre o assunto, sugiro a leitura do artigo *O estudo do jornalismo em tempos de mudanças estruturais*, que publiquei junto com Zélia Leal Adghirni (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011)

A segmentação das carreiras jornalísticas

Em vários momentos ao longo deste livro, mas sobretudo no capítulo 10, mencionei a forma como as escolhas de carreira dialogam com o processo de segmentação do mundo social do jornalismo. A relação entre essas duas dimensões orienta as distintas formas de se construir um projeto de carreira. Ou seja, as escolhas dependem da possibilidade de se inserir em um dos segmentos do mundo social. Por sua vez, os segmentos se constituem a partir da forma como um coletivo de atores (re)negociam sua inserção no mundo social.

A minha intenção neste capítulo não é a de mapear esses segmentos, mas discutir um conjunto de indicadores a serem considerados em uma análise macro dos processos de segmentação no jornalismo, a saber: as clivagens em termos de ideologia profissional e o modo como as cooperações com outros mundos produz novas formas convencionais de se inserir na carreira, ou seja, as diferentes maneiras de ser jornalista. Esse esquema — fortemente inspirado nas sociologias profissional e organizacional de Anselm Strauss (1992a; cf. BUCHER; STRAUSS, 1992) — será adaptado para analisar especificamente a relação entre segmentação e carreiras no jornalismo.

Segmentação, ideologia profissional e convenções

“A identidade profissional pode ser considerada como o homólogo da ideologia de um movimento político: nesse sentido, os segmentos possuem uma ideologia”,² explicam Bucher e Strauss (1992, p. 83). As ideologias participam dos movimentos de distinção intra e intersegmentos e orientam parte das interações entre os atores em um determinado mundo social. Eu interpreto as ideologias como parte de uma dimensão intermediária entre as motivações individuais (que também podem ser influenciadas por aspectos ideológicos, mas que dependem, ainda, de outros fatores

² No original: “*L’identité professionnelle peut être considérée comme l’homologue de l’idéologie d’un mouvement politique : en ce sens les segments possèdent une idéologie*”.

ligados à experiência biográfica do indivíduo) e a base convencional (ou a cultura)³ que compõe o mundo social. De fato, existe uma relação entre os conceitos de ideologia e convenção. As ideologias vinculadas (e professadas) por determinados segmentos fazem parte de sua base convencional: elas são acordadas e permanentemente (re)negociadas entre atores e segmentos. Ao mesmo tempo, orientam as formas convencionais de agir no interior de um mundo social. Por outro lado, o sistema de convenções é muito mais amplo do que a ideologia, abrangendo, ainda, práticas, discursos, normas e acordos.

Esta concepção aproxima-se um pouco da forma como Hanitzsch (2007, p. 370) define ideologia “como a cristalização de diferentes valores, orientações e predisposições relacionados ao jornalismo e que se articulam entre si como uma cultura profissional dominante (ex. o jornalismo objetivo) ou um conjunto de valores contra hegemônicos (ex. o jornalismo cívico ou de paz)”.⁴ A minha principal ressalva é em relação ao grau de cristalização do substrato ideológico proposto por Hanitzsch, bem como a forma como essa definição daria margem a leituras normativo-funcionalistas do jornalismo (por exemplo, a quase naturalização da noção do jornalismo objetivo, defendida por Hanitzsch). A meu ver, as ideologias de um segmento são mais fluidas, pois resultam de uma ordem social negociada e, embora possuam uma relativa estabilidade, são permanentemente renegociadas (ou passíveis de uma renegociação) no interior de uma organização ou mundo social.

Associadas ao processo de segmentação no interior de uma profissão, as ideologias teriam um duplo papel: participar da construção de discursos de

³ No texto *La culture : une approche sociologique*, primeiro capítulo de *Propos sur l'art*, Becker (1999, p. 19-40) define a cultura como um conjunto de convenções que permitem a coordenação da ação coletiva. Nesse sentido, ele associa o conceito de cultura ao de base convencional. Fiz algo semelhante neste livro, usando os termos *cultura* e *sistema convencional* para fazer referência ao conjunto de valores, normas, convenções etc. que atuam na mediação entre a ação significativa dos indivíduos (incluindo suas interações) e a coletividade.

⁴ No original: “*As crystallization of distinctive ways of journalism related values, orientation and predisposition that articulate themselves as dominant professional culture (eg. objective journalism) or as counter hegemonic set of values (e.g. civic and peace journalism)*”.

legitimação dos segmentos, como elemento de coesão e de expressão “de sua imagem pública” (BUCHER; STRAUSS, 1992); e servir como repertório argumentativo para o processo de gestão das relações entre os diferentes segmentos, estabelecendo formas convencionais de cooperação (tanto colaborativas, como conflituais). Dessa forma, a ideologia se articula particularmente ao conjunto de interações entre diferentes atores no interior de um mundo social. Em um estudo clássico sobre o processo de introdução de equipes multidisciplinares em uma instituição psiquiátrica, Strauss *et al.* (1964) mostram como as ideologias foram apropriadas por diferentes grupos profissionais (psiquiatras, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais) nos processos de negociação estatutária e de divisão de tarefas nessas organizações. Apesar das acomodações institucionais que se produzem entre os membros dessas equipes, a “convicção ideológica é modelada pela afiliação profissional”⁵ (p. 368). Ao mesmo tempo, as ideologias sustentam os discursos em torno da qualificação e das responsabilidades (auto)atribuídas a cada grupo de atores (ou segmentos).

Assim, as clivagens ideológicas por segmentos orientam a gestão das relações no âmbito das interações cotidianas e dos debates públicos sobre determinados estatutos em uma organização ou mundo social. E, além disso, elas são fundamentais para entender os diferentes projetos de carreiras. Elas permitem que os indivíduos situem as múltiplas formas de ser jornalista e justifiquem (para si e para os outros) suas escolhas não só em termos de experiência biográfica (como discuti no capítulo anterior), mas no contexto de uma coletividade. Por exemplo, de modo geral, as pessoas que ingressaram na carreira de assessor (ou fizeram incursões nesse setor) tendem a assumir um discurso (ideológico) de que as assessorias sofreriam menos os impactos da precarização do mercado de trabalho (dimensão coletiva). Nesse caso, responderiam melhor às motivações individuais daqueles optaram por priorizar qualidade de vida, por exemplo: “Ela é bem vista em relação a horário de trabalho porque você não fica tão dependente o final de semana, o horário é mais fixo e [...] o salário geralmente é maior” (Mauve).

⁵ “No original: “*ideological conviction is patterned by professional affiliation*”.

Trabalhar em uma assessoria requer o conhecimento de um conjunto de convenções bastante específico, diferente de outros segmentos do jornalismo. Por exemplo, há diferenças na gestão da relação com as fontes e com o público. Ou uma leitura distinta de conceitos “basilares” da profissão (DEUZE, 2005), como objetividade e imparcialidade. Mas isso não impede que certas assessorias, particularmente aquelas vinculadas ao segmento da comunicação pública⁶ desenvolvam uma ideologia fortemente inspirada em normas do jornalismo de mídia, como discurso de “transparência” ou de “defesa do interesse público”. Em pesquisas anteriores (cf. PEREIRA, 2006, 2014), discuto justamente como alguns assessores definem seu trabalho como uma extensão da missão jornalística de difundir informações relevantes para a sociedade. Esse tipo de discurso se inscreve, portanto, em uma estratégia de legitimação da imagem pública do segmento das assessorias no interior do mundo dos jornalistas. Ao ser interiorizado pelos seus integrantes, ele permite que os indivíduos justifiquem a passagem do segmento das redações rumo à comunicação, sem que isso implique em uma ruptura radical em termos de identidade: “A impressão que eu tenho é que o jornalista é produtor de uma grande quantidade conteúdos [...]. Acho que, na assessoria de imprensa, é isso. É produzir conteúdo, é produzir informação” (Clara).

A introdução do setor das assessorias no conjunto das carreiras jornalísticas se apoia, portanto, em sua capacidade de produzir uma base ideológica que se apropria (ou melhor, partilha) seletivamente de convenções de outros segmentos do mundo dos jornalistas (a participação na cadeia de produção da informação, o ideal de interesse público), ao mesmo tempo em que valoriza alguns aspectos que a distinguem do cotidiano das redações (por exemplo, o salário ou as condições de trabalho). Mas, apesar da relativa integração desse segmento nas carreiras

⁶ Embora, no senso comum, exista uma tendência em incluir os diferentes tipos de comunicação organizacional sob o mesmo rótulo de “assessor” (de imprensa, de comunicação), tenho consciência das diferenças entre as carreiras e o substrato ideológico entre quem faz assessoria de imprensa e de comunicação, para instituições públicas e privadas etc. Entrar nos detalhes em relação às clivagens internas ao segmento das assessorias seria, contudo, objeto de uma outra pesquisa.

jornalísticas, a identidade do assessor ainda provoca algumas tensões no interior do mundo social. A fala de alguns entrevistados deixa justamente transparecer a forma como a ideologia profissional estrutura esse debate, tanto para justificar como para deslegitimar a identidade do assessor-jornalista: “A minha primeira referência ainda é o jornalista de veículo. Quando eu penso em jornalista, eu não penso em assessor de imprensa. Ainda penso nessa pessoa que acompanha os eventos, que faz reportagens, que faz textos, que conversa com as pessoas e entrevista” (Vitória); “Eu acho que o trabalho de um assessor de imprensa é um trabalho de submissão. Nem sempre, o resultado desse trabalho depende da sua competência” (Eugênia); “Eu acho que tem preconceito com assessoria. Algumas pessoas, inclusive, acham que quem é assessor não deveria dizer que é jornalista. Eu sou totalmente contra isso e acho que quando você passa por uma assessoria você fica mais tolerante. Você entende as dificuldades muitas vezes de um assessor” (Gabriele).

Observo um movimento semelhante ao analisar a constituição da base ideológica do segmento telejornalismo. No meio profissional, a carreira na TV é convencionalmente associada à ideia de “entretenimento” (Beatriz), muitas vezes desprezada por jornalistas de outras áreas, como resume Daniel: “Se você é inteligente, você trabalha no impresso; se você é bonito você trabalha na televisão”. O contraponto é a forma como esse segmento joga com noções como a visibilidade junto ao grande público e o impacto social dos telejornais para se legitimar: “Acho que é uma valorização externa é maior pro repórter de TV. Você tem uma visibilidade muito maior. Porque as pessoas não me conhecem. Eu ando por aqui e ninguém sabe que eu sou repórter. E o [repórter] da TV a pessoa identifica [...]. As pessoas olham e falam: ‘engraçado te conheço, não sei da onde’.” (Gabriele). Esse tipo discurso ideológico — a ideia de uma carreira construída em um segmento do jornalismo “menos sério”, mas com maior visibilidade — aliado à constituição e interiorização de uma base convencional relativamente distinta (como comentei no capítulo 8, leva-se um tempo maior para dominar a linguagem audiovisual) explica a forma como os jornalistas associam o segmento TV aos seus projetos de

carreira. Além disso, algumas emissoras são menos permeáveis às mobilidades do mercado de trabalho, contemplando, assim, o segmento dos telejornalistas com carreiras mais sedentárias do que outras mídias.

Termino esta seção discutindo a ideologia associada à emergência do segmento jornalismo *on-line*. Esse processo é profundamente calcado em uma tensão entre discurso tecnodeterminista, que apregoa mudanças radicais ao jornalismo com a introdução das tecnologias digitais, e em uma preocupação de alguns atores desse segmento em integrar as práticas *on-line* ao mundo dos jornalistas. O resultado é uma base convencional marcada por um conjunto de inovações pontuais: o imediatismo e a atualização constante do fluxo de notícias; a produção de um jornalismo “sentado” a partir das redações, o desenvolvimento de modalidades específicas de representar as relações com as fontes (pela utilização de material produzido por terceiros) e com os públicos (pela difusão dos discursos da interatividade, da participação etc.) (cf. ADGHRINI, 2002; LE CAM; PEREIRA, 2017b; PEREIRA 2004). Apesar dos discursos que tendem definir o *on-line* como o “futuro do jornalismo”, do ponto de vista da ideologia profissional, a representação do trabalho realizado pelos ‘webjornalistas’ é relativamente desvalorizada pelo grupo (que prefere valorizar práticas como a apuração e o contato com as fontes). Em termos de carreira, essa ideologia é objetivada pelo perfil relativamente jovem dos webjornalistas: dados estratificados da pesquisa o *Perfil do jornalista brasileiro*, cedidos por Jacques Mick e Samuel Lima, mostram que cerca de 60% dos respondentes do questionário que trabalham em jornalismo *on-line* tinham menos de 30 anos. O substrato ideológico desses jornalistas também é revelador da forma como elas planejam sua inserção no mercado de trabalho: alguns jornalistas se sentem à vontade nesse tipo de segmento e pretendem investir a longo prazo (Gabriel, Eduardo); mas uma grande maioria vê a internet como um ponto de partida (Rose, Violeta, Mauve) ou como resultado infeliz das contingências da trajetória profissional (Maurício, Maria-Sílvia, Marcel, Beatriz, Mercedes).

Gostaria de reforçar dois pontos que marcam a relação entre a ideologia e o processo de segmentação. O primeiro, como já foi dito, é papel da ideologia como estratégia de legitimação, mas também de regulação das interações com outros segmentos. O discurso ideológico que define o estatuto do assessor de imprensa, por exemplo, se constrói sempre em uma dualidade oposição-aproximação em relação à prática do jornalismo de redação (cf. FRANCOEUR, 2016; PEREIRA, 2006; 2014). Algo semelhante acontece no caso dos jornalistas de TV e de internet entrevistados, que têm o jornalismo impresso como referência na hora de se posicionarem em termos de projeto de carreira — seja para manifestarem o desejo de mudarem de segmento, seja para justificarem a decisão de não trabalharem nesses veículos.

Também gostaria de desconstruir a ideia de que as clivagens ideológicas são necessariamente baseadas em uma lógica de concorrência por legitimidade entre os segmentos no interior do jornalismo — o que poderia me aproximar perigosamente da noção de campo de Bourdieu (1997; 2002). Na verdade, as diferenças ideológicas refletem e constroem as modalidades de cooperação do mundo social e as convenções que emergem desse processo.⁷ Elas podem, é claro, se basear em relações de poder e de dominação; mas elas exprimem, ao mesmo tempo, gostos e motivações socialmente objetivadas.⁸

Ao longo deste livro, em vários momentos, utilizei o termo “carreira jornalística” como se não houvesse variações na forma como o mundo social oferece diferentes possibilidades de ingressar, exercer, progredir, se realizar no jornalismo... Na verdade, falar em segmentos implica não só pensar na diversidade de *carreiras*,

⁷ Por exemplo, o jornalista “sério” da imprensa escrita não está necessariamente em concorrência com o jornalista de TV; eles materializam formas distintas de *ser* jornalista, ligadas à própria heterogeneidade do objeto informação (RINGOOT; UTARD, 2005), relações de gosto com essas práticas e formas distintas de se construir e realizar um projeto de carreira.

⁸ Mais uma vez, o segmento da comunicação organizacional serve de exemplo. Fazer carreira em uma assessoria pode significar tanto uma situação de fracasso ou de retrocesso na carreira (se pensarmos em uma lógica de campo que tende a legitimar o jornalismo de redação), como pode materializar o investimento em termos de qualidade de vida ou o comprometimento pessoal com a causa e com o projeto de comunicação de determinada instituição.

no plural, mas também em diversidades de *jornalismsos*. Em alguns casos, essas distinções entre estatutos e carreiras são bastante evidentes. Por exemplo, entre jornalistas de redação e assessores, entre jornalistas de política, de cultura e de esportes; entre apresentadores de TV e editores de *web*. Em outros, existe um esforço de neutralização dessas diferenças ideológicas. Esse discurso aparece na forma como alguns jornalistas que ocupam cargos de chefia (Sam, Afonso, Horácio) definem, por exemplo, sua relação com os repórteres. Nesse caso, o objetivo da ideologia é aproximar os dois estatutos, como se eles fizessem parte de um mesmo segmento. Tal estratégia, mesmo quando não é eficaz, é bastante reveladora do processo de gestão da imagem pública empreendido por alguns atores para se posicionarem ideologicamente no interior do grupo profissional.

Existe, finalmente, situações em que o grau de segmentação é tão radical do ponto de vista ideológico e convencional que é possível falar em novas “tipologias” de carreiras jornalísticas. Discutirei essa possibilidade a seguir.

Os “micromundos” do jornalismo

Até este momento, descrevi a segmentação apenas a partir das clivagens que afetam a base convencional no interior mundo dos jornalistas e que se traduzem em uma heterogeneidade em termos de práticas, estatutos e ideologias. Isso me permitiu explicar em que medida as escolhas de carreira não dependem apenas da experiência biográfica e das motivações individuais, mas remetem também a fatores de ordem coletiva, sobretudo os investimentos feitos (em termos de aquisição de novas convenções e de negociação identitária) no momento em que se decide mudar de segmento no jornalismo. Esse tipo de análise é fundamentalmente baseado na forma como Bucher e Strauss (1992) analisaram as relações entre os segmentos no interior de uma organização (no caso, as instituições hospitalares).

Mas, se estamos falando de mundos sociais, é entender o processo de segmentação para além dos limites das organizações de mídia e pensar como as relações que

o mundo dos jornalistas estabelece com outros mundos participam da construção de novos segmentos. Neste caso, segmentos situados no limite entre dois mundos podem partilhar de uma base convencional relativamente original. Assim, o termo segmento faz referência ao grau de especificidade (ou mesmo de autonomia) desfrutado por esses grupos de atores em relação ao âmago do mundo dos jornalistas. Utilizo, neste caso, a apropriação que Becker (1982) faz do termo segmento para analisar práticas e objetos situados nas fronteiras entre dois mundos.⁹ Para o mesmo fenômeno, Olivier Tredan (2015) prefere utilizar o termo “micromundo”.

Para ilustrar este conceito, gostaria de resgatar a análise que Tredan faz do segmento do jornalismo de dados, situado, neste caso, no interstício dos mundos do jornalismo, da programação e do *open data*.¹⁰ Um micromundo como o *datajournalism* integra o mundo dos jornalistas por se utilizar de um conjunto de convenções geralmente associadas às práticas nas redações tradicionais, como a apuração e a investigação, às ideologias da transparência e do interesse público, o papel de mediação crítica entre fontes de informação e públicos. Por outro lado, esse micromundo possui uma base convencional tão exotérica (em termos de linguagens e práticas), que poucos indivíduos possuem os requisitos para ingressar e construir uma carreira como jornalista de dados — até porque praticamente inexitem instituições de formação ou modalidades estruturadas de acesso a esse tipo de carreira. Seu ingresso passa, na verdade, por uma “sensibilização à técnica” que permitira estabelecer um “diálogo equilibrado” com outros atores, ligados ao mundo da informática (TREDAN, 2015, p. 299).

⁹ Em seu livro, Becker (1982) analisa segmentos situados na fronteira entre a arte e o artesanato. Ela exemplifica com um vaso *Ming* que se utiliza de técnicas artesanais, mas que é considerado um objeto artístico, do ponto de vista estético.

¹⁰ Uma leitura semelhante do fenômeno do *datajournalism* foi proposta por Meyers e Davidson (2016) ao situar essa prática como resultado das interações dos jornalistas com outras comunidades (programador, cientista social), o que daria origem a uma nova *expertise*, dentro de um contexto de “reprofissionalização do jornalismo”.

Os micromundos ou segmentos situados na fronteira entre dois mundos não resultam apenas das inovações do mundo dos jornalistas. Eles podem emergir historicamente e se estabelecerem no interior do espaço laboral. Este é o caso dos “professores de jornalismo”. Em uma análise desse segmento, publicada em 2014, mostrei a dualidade que marca a carreira desses atores, particularmente os que dão aula em universidades públicas em regime de dedicação exclusiva. De modo geral, os docentes possuem um grande conhecimento das convenções da prática jornalística. Eles sabem como funcionam as rotinas produtivas do jornalismo, os principais gêneros, a gestão das relações com as fontes, as técnicas de apuração e redação de um texto no formato de *lead* da pirâmide invertida. Alguns chegam a partilhar de aspectos da ideologia profissional e do sistema normativo do jornalismo (cf. LE CAM; PEREIRA, 2016). Mas, ao mesmo tempo, o ingresso na docência consiste em uma nova carreira em que um conjunto de requisitos precisa obrigatoriamente ser adquirido (em termos de titulação acadêmica, técnicas de ensino, conhecimento do meio universitário, do mercado de publicações científicas, da linguagem acadêmica). Leva-se um tempo considerável para interiorizar esse conjunto de convenções do mundo universitário. Por isso, a maioria dos docentes que entrevistei para a pesquisa de 2014 via o ingresso no magistério como uma ruptura radical em suas trajetórias e não como uma continuidade em relação à carreira anterior.

Existe, é claro, possibilidade de se manter um duplo estatuto. Diferente das universidades públicas, o segmento ligado à docência em instituições de ensino privadas, costuma ser mais aberto ao estatuto do jornalista-professor. Mas isso não exige o aspirante a docente de adquirir um conjunto de novas convenções. É por isso que entrevistadas como Mercedes ou Margarida, quando mencionam o desejo de se tornarem professoras de jornalismo, fazem planos de longo prazo — cujo o primeiro passo consiste, justamente em fazer um mestrado acadêmico. É interessante ver que a exigência de requisitos para o ingressar no segmento da docência em jornalismo costuma ser tão naturalizada no meio que até eu acabei sendo pego

de surpresa quando uma entrevistada manifestou o desejo de se tornar professora, sem antes considerar a possibilidade de fazer uma pós-graduação *stricto sensu*:

Fábio: Você tá satisfeita?

Eugênia: Eu queria continuar na televisão, mas [...] [também] ir pra academia.

Fábio: Fazer um mestrado?

Eugênia: Não, não! Ensinar!

Fábio: Ah sim! De passar experiência...

Eugênia: É, trocar! Ajudar a formar... Eu sou muito apaixonada. Eu queria passar um pouco de paixão.

Mídia, assessorias e instituições de ensino superior (com suas respectivas segmentações) são convencionalmente definidas como os três principais mercados de trabalhos dos jornalistas no Brasil (cf. BRASIL, 1979; MICK; LIMA, 2013; PEREIRA, 2014). Contudo, a forma como se desenvolvem as carreiras nesses diferentes segmentos é completamente distinta, incluindo as mobilidades possíveis entre esses espaços. Isso explica porque, neste capítulo, eu preferi classificá-los de forma distinta, colocando mídia e assessorias como segmentos do mundo dos jornalistas e a universidade como um segmento de fronteira ou um micromundo. De fato, as entrevistas parecem confirmar as conclusões do meu trabalho anterior (PEREIRA, 2014) em que mostro que, em termos de convenções associadas às carreiras, o segmento dos jornalistas de redação parece mais próximo ao dos assessores do que dos professores. Essa classificação pode, é claro, ser questionada. Mas ela se baseia nas mobilidades possíveis entre esses segmentos, que parece justificar a proximidade entre mídia e assessoria, apesar dos conflitos ideológicos entre esses dois estatutos. Os professores podem eventualmente partilhar de aspectos da ideologia jornalística, chegando a colocá-los em prática em suas atividades de ensino e pesquisa. Contudo, as reconfigurações do mercado de trabalho no Brasil nos últimos trinta anos apontam para uma tendência de integração da carreira dos assessores ao

mundo dos jornalistas,¹¹ ao mesmo tempo em que docência tem sido progressivamente incorporada ao meio acadêmico, constituindo-se em um micromundo cada vez mais distinto do jornalismo (cf. PEREIRA, 2014).

Conclusões

A análise sobre segmentação permite transpor os diferentes projetos de carreira às instâncias coletivas de gestão do espaço laboral no jornalismo. Nesse sentido, evidencia-se as heterogeneidades do jornalismo. A leitura de senso comum costuma pensar a diversidade de práticas jornalísticas em termos de especializações (jornalismo político, econômico, cultural). Entretanto, os segmentos são muito mais complexos do que as especializações, pois não se limitam às convenções ligadas às práticas ou linguagens, visto que envolvem as formas convencionais de cooperação entre esses grupos de atores, incluindo os esforços de aproximação e distinção entre estatutos e práticas, as alianças e os conflitos potenciais. Por isso, oferecem um quadro analítico mais interessante para entender a forma como indivíduos e coletividades se inscrevem no interior das carreiras. Além disso, a noção de segmento é mais permeável aos processos de inovação, hibridação e partilha de convenções no mundo dos jornalistas, como discutirei a seguir.

¹¹ Em vários países, o setor de comunicação corporativa ou organizacional tem empregado parte do contingente de jornalistas diplomados que não conseguiram emprego em redações de mídia. Mas a integração dessa mobilidade em termos de carreiras jornalísticas varia de acordo com o contexto nacional. Assim, enquanto no Brasil e no Chile (MELLADO RUIZ & DEL VALLE ROJAS, 2008) a passagem entre os segmentos de mídia e assessoria é relativamente naturalizada, em países como França (RUELLAN, 2004), Canadá (FRANCOEUR, 2016), Reino Unido (FRITH & MEECH, 2007) e Portugal (RIBEIRO, 2015) os jornalistas questionam a possibilidade de integração das assessorias à carreira.



CAPÍTULO 13

“A geração que entra agora é boa, mas eles jogam muito pesado. O único idealismo é o do nome na reportagem”: ideologia, mundos sociais e mudanças na carreira

Neste último capítulo, discutirei as transformações do mundo dos jornalistas, particularmente as mudanças que afetam diretamente a carreira. Em consonância com o referencial teórico adotado, trabalharei com dois operadores de análise. Começarei discutindo as diferenças ideológicas entre as gerações de jornalistas entrevistados. Na sequência, abordarei a reconfiguração das redes de cooperação que participam da estruturação da carreira jornalística, incluindo atores externos ao mundo dos jornalistas.

Ideologia e mudança na carreira

O conceito de ideologia é um indicador fundamental para compreender como as diferentes gerações avaliam a carreira. Isso porque a própria noção de geração depende de como o indivíduo reivindica o seu pertencimento, por meio de discursos em que são enunciadas as características da “minha geração”, em relação às anteriores ou posteriores. Ou seja, nesta perspectiva interacionista, o conceito de geração vai além da classificação etária. De fato, “as diferenças e semelhanças entre

que aqueles que são aproximativamente da mesma idade, muito mais ou pouco mais velhos, quase tão velho assim, ou sensivelmente tão jovens só podem ser definidos objetivamente no interior de categorias sociais que são, por consequência evolutivas”¹ (STRAUSS, 1992a, p. 146). Isso explica, por exemplo, como entrevistados com idades bastante próximas, Gabriel (30 anos) e Michel (33) podem ter percepções distintas em relação ao seu pertencimento geracional. Enquanto o primeiro reivindica um distanciamento dos mais jovens (que conhecem pouco de jornalismo e muito sobre tecnologias digitais), o segundo adota uma estratégia de distinção das “gerações mais velhas”, incapazes de dominar essas mesmas ferramentas, vistas como fundamentais para a realização do trabalho jornalístico.

A partir da confrontação dos depoimentos sobre os pertencimentos geracionais dos entrevistados e das representações que eles fazem das outras gerações, é possível perceber quatro grandes grupamentos geracionais:

Primeiro, a *geração “boêmia”* que não integra, na verdade, o nosso *corpus*, mas que emerge nas entrevistas como parte do imaginário dos jornalistas: “A geração que eu participei já não era aquela tão romântica que ia pros botecos beber cachaça todo dia” (Felipe). Trata-se de uma geração que exerceu o jornalismo no momento anterior à consolidação de um sistema autônomo de convenções no mundo dos jornalistas (ou seja, entre os anos 1950-1970), incluindo a criação de formas próprias de acesso e mobilidade na profissão. Os discursos em relação a essa geração são ilustrativos de um momento da história do jornalismo em que o ideal do profissionalismo não estava bem estabelecido,² o que explica as várias referências à boemia no jornalismo, incluindo a questão do alcoolismo. Mais importante, é fato que, nesse período, a carreira jornalística se misturava ainda às demais carreiras intelectuais, o que se reflete na ideologia do grupo que via o jornalismo como uma

¹ No original, “*Les différences et les ressemblances entre ceux qui sont approximativement du même âge, beaucoup ou un peu plus vieux, presque aussi vieux, ou sensiblement plus jeunes ne sont définies objectivement qu’à l’intérieur des catégories sociales, et sont, en conséquences évolutives*”.

² Exploro bastante os valores dessa geração em meu livro sobre os *Jornalistas-intelectuais no Brasil* (PEREIRA, 2011).

atividade romântica, militante, intelectual (até porque estou falando dos anos da ditadura militar) (PEREIRA, 2011). Alguns desses valores permanecem em certos segmentos do mundo dos jornalistas. Eles foram particularmente reivindicados pela geração posterior (que chamo aqui de geração “antiga”) e que costuma se definir como tributária da concepção de jornalismo partilhada pelos “boêmios”.

Já a *geração “antiga”* (o termo aparece no discurso de vários entrevistados) faz referência aos jornalistas que entraram no mercado de trabalho no final dos anos 1970, início dos anos 1980, após terem seguido uma formação universitária na área. Esse grupo se viu confrontado com a introdução nas redações brasileiras de um conjunto de novas convenções relacionadas ao que alguns autores costumam chamar de “jornalismo de mercado”,³ resultado da introdução das técnicas de *marketing* e de gestão empresarial nas redações. Os jornalistas dessa geração possuem, é claro, um bom domínio dessa nova base convencional (adquirida nos cursos de Jornalismo, mas, sobretudo, na socialização nas redações), caso contrário, eles não teriam ingressado ou se mantido no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, partilham de elementos da ideologia professada pela geração anterior, o que pode ser ilustrado pelo depoimento de Azarius: “o jornalismo, na minha opinião, é uma atividade política [...]. É uma atividade de interesse público [...]. É política porque eu acho que a comunicação é a principal perna da política. Sem comunicação não há política. Sem informação de massa também não há política”.

Trata-se, portanto, de uma geração de transição, em termos de ideologia profissional e projetos de carreira. Aos olhos dos mais jovens, a posse de certas competências forjadas a partir dos valores intelectuais do jornalismo teria garantido o sucesso (ou a sobrevivência) dos jornalistas dessa geração apesar das transformações que afetaram o jornalismo nas décadas que se seguiram. Assim, os jornalistas “das

³ Um número considerável de trabalhos tratou desse processo de construção de um “jornalismo de mercado” (ADGHIRNI, 2005) ou “de comunicação” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016), de forma que não vale a pena revisitar esse processo. Sugiro a leitura de Hallin (1996), Kucinsky (1998), Marcondes Filhos (2000), Ribeiro (1994), entre outros.

antigas e que passaram por todas as redações, todos os jornais” (Maria-Sílvia, grifo meu), ou seja, experientes, teriam “uma formação de base”; “eles leram mais os clássicos, tiveram uma formação de Antropologia e Sociologia um pouco mais apurada”) (Leon, grifo meu), “uma bagagem cultural e histórica um pouco melhores” (Michel, grifo meu). Observo uma recorrência em relação a palavras como *base* e *bagagem* no discurso dos mais jovens. Na minha opinião, tratam-se de indicadores bastante ilustrativos dessa associação entre ideologia e formação humanística como marcadores discursivos que definem a carreira da geração antiga. No fundo, essas duas palavras revelam um conjunto específico de conhecimentos adquiridos ao tempo longo, no decorrer de trajetórias iniciadas na pré-histórica década de 1970.

Eles também fizeram referência a uma geração *intermediária*, de jornalistas que entraram no mercado de trabalho nos anos 1990, ainda nos primórdios das tecnologias digitais. Eles se distinguem da geração anterior por conta, sobretudo, do domínio das ferramentas tecnológicas ao mesmo tempo que preferem não ser associados às gerações mais recentes:

Emanuel: [A minha geração] é uma geração que não tem a mesma base de conteúdo da geração anterior. Mas é uma geração muito aguerrida e competente. Essa nova geração, o que eu acho que falta... é uma geração acomodada pela tecnologia.

Afonso: A minha geração já aprendeu a se adaptar com telefone celular, com essas novas tecnologias, que hoje não são mais novas. Essa galera já nasceu na tecnologia, ela já começou a profissão na tecnologia, dentro, inserida. Então, é um pessoal que tem muita mais facilidade de atuar com novas mídias [...]. Mas, aí, eu acho que tem grande problema, que é a falta de profundidade [...]. Essa nova geração acaba esbarrando nessa dificuldade.

E, finalmente, *a(s) geração(es) “mais nova(s)” ou atual(is)*. Ela compreende um arco de pelo menos 15 anos e inclui basicamente os nascidos digitais. No discurso dos entrevistados, existe uma dicotomia em relação aos valores e às competências relacionadas às gerações atuais. Seriam jornalistas mais dinâmicos, ágeis, inquietos e, principalmente, extremamente competentes e interessados no uso das

ferramentas digitais. Ao mesmo tempo, são acusados de “imediatismo” (Afonso, Horácio), de serem competitivos (“Eles jogam pesado mesmo. Eles jogam muito pesado [...]. O único idealismo é do nome na reportagem”, Felipe), arrogantes (“No geral, você vai ter uma autovalorização impressionante, da própria pessoa se achar o máximo. Quer dizer, a humildade é quase zero”, Felipe) e desmotivados (ou desinteressados) em relação aos grandes temas, “os assuntos do poder, as estruturas de Estado” (Azarius).

No fundo, essa tensão entre a geração mais nova e as mais antigas reforça a constatação de uma transformação do substrato ideológico do jornalismo (cf. ADGHIRNI, 2005, FIGARO, 2013) e que traduz não só as mudanças da profissão, mas também dos contextos político, econômico e social nos quais evoluíram os percursos desses jornalistas. As diferenças ideológicas entre antigos e novos indicam a existência de uma forte clivagem no interior da carreira jornalística, que impediu a partilha de vários aspectos da base convencional em um espaço de 40 anos.⁴ Nesse período, as formas de se tornar jornalistas e de progredir (ou se manter) no interior do mundo social se modificaram.

Mas quais seriam os motivos dessa mudança?

A introdução da internet e das mídias digitais seria a explicação mais imediata. Ela é mencionada de forma recorrente nos discursos dos entrevistados. Mas limitar essas transformações ao aspecto tecnológico me parece insuficiente e determinista. Por um lado, outras tecnologias extremamente impactantes (como os computadores, os telefones celulares) foram introduzidas ao longo desses 40 anos, sem provocar rupturas geracionais do mesmo porte. Na verdade, é possível questionar o mito da incapacidade das gerações mais antigas de assimilar novas tecnologias ao seu trabalho. Ricardo, 52 anos, por exemplo, conseguiu se reinserir a um mercado de trabalho completamente transformado por conta das mídias digitais, isso depois de ficar oito anos fora da profissão: “Produzir com aquela ferramenta [a Internet] pra mim era novidade, eu sabia mexer, é claro, mas ainda estava assim, meio que,

⁴ Essa transformação não é necessariamente brusca ou radical. E é por isso que destaquei a existência de uma geração intermediária.

digamos, enferrujado [...] eu tinha dificuldade no começo, mas rapidinho pegamos isso também” (grifo meu). Também cito o caso de Felipe, 56 anos. Pouco antes de começarmos a entrevista, gravada em um *iPad*, conversamos um pouco sobre o uso desse *tablet*, ferramenta que ele considera indispensável em sua vida cotidiana. Na verdade, como mostra Adghirni (2013), o fator tecnológico tem sido sobrevalorizado na hora de explicar as saídas e permanências da carreira, particularmente dos jornalistas mais velhos.

Dessa forma, gostaria de propor aqui duas outras explicações mais sociológicas e que poderiam justificar essa evolução na ideologia profissional do jornalismo. A primeira está ligada ao fenômeno de juvenização das redações. Como já discuti no capítulo 5, dados da pesquisa de Mick e Lima (2013) mostram que 59% dos jornalistas em atividade no Brasil têm menos de 30 anos, ou seja, ingressaram no mercado de trabalho após os anos 2000. O fato de terem se tornado maioria nas redações em um intervalo de tempo muito curto permitiu que os jornalistas mais jovens encontrassem formas de resistir aos mecanismos de imposição de certas convenções pelas gerações mais antigas. Em uma hipotética situação de maior equilíbrio geracional na redação seria muito mais fácil construir um discurso comum de valorização, por exemplo, da bagagem cultural em detrimento ao uso de novas tecnologias na produção da informação, mas o que aconteceu foi uma rápida substituição de mão de obra, que chegou com os seus próprios valores, sua própria ideologia.

Além disso, como explica Fígaro (2013), as próprias formas de socialização ao jornalismo mudaram. O aprendizado mediado pelos jornalistas mais velhos tem sido substituído pelos estágios e pelos cursos de *trainee*. Nesse sentido, a nova geração parece muito mais permeável aos discursos ideológicos veiculados pela direção do jornal e que incorporam valores ligados ao *marketing*, à gestão de RH ou à inovação tecnológica, deixando, em segundo plano, os “valores históricos” do jornalismo, professados pelas gerações mais antigas.

Base convencional e transformações no mundo social

As transformações na estrutura de carreira sugeridas pela análise das ideologias profissionais devem ser complementadas por uma análise mais geral dos processos de renegociação da base convencional entre os diferentes espaços que atravessam o mundo dos jornalistas. Essas alterações são geralmente lentas e produzidas pela cristalização de uma série de acordos transitórios renegociados ao longo do tempo até darem origem a um novo conjunto de convenções mais estáveis. Nesta seção, tentarei mapear alguns desses acordos e a forma como eles explicam as transformações na carreira jornalística nos últimos 40 anos, descritas ao longo deste livro.

Meu objetivo não é produzir uma historiografia dessas mudanças nem propor uma nova tipologia de carreira — algo bastante comum nos estudos funcionalistas sobre o assunto.⁵ A ideia é partir de uma análise baseada no conceito de mundo social e discutir operadores pertinentes para a compreensão das reconfigurações na carreira. Assim, minha leitura do fenômeno deve se concentrar em etapas. Primeiro, *identificar* os coletivos de atores que participam do mundo dos jornalistas e as formas convencionais de colaborar na construção da carreira. Segundo, *analisar* o processo de renegociação dessas convenções e como isso se reflete na construção da carreira (em seus diferentes arcos temporais).

Os diferentes mundos e as transformações da carreira

“O jornalismo não é feito apenas por jornalistas”. A provocação, feita por Olivier Tredan,⁶ em 2011, serve como ponto de partida para se estruturar a minha reflexão sobre as transformações do jornalismo em termos de mundos sociais.

⁵ Ver, por exemplo, a discussão proposta por Hence, Davidson e Meyers (2015 *apud* MEYERS; DAVIDSON, 2016) sobre as carreiras profissionais, burocráticas e empresarias no jornalismo, bem como a proposta de Mortara (2015) de aplicar o conceito de âncoras de carreira ao jornalismo.

⁶ Em uma apresentação durante o I Colóquio Mudanças Estruturais do Jornalismo. Brasília, maio de 2011.

Ela ecoa a proposta de Becker (1982) sobre o mundo das artes, a ideia de que a compreensão da obra de arte deve ir além da identidade e do talento do artista, mas depende da análise das formas convencionais de cooperação dele com outros atores: mecenas, compradores, críticos, artesãos, produtores de material de suporte (tinta, telas etc.). Minha análise, é claro, não é tão exaustiva ou ambiciosa como a de Becker. Mas, de certa forma, busquei reconstruir e descrever, a partir da leitura dos meus dados de pesquisa e da bibliografia da área, os principais mundos que participam da carreira jornalística (em ordem alfabética).

Associações de classe. Sem entrar no debate sobre a crise do modelo sindical no Brasil e no mundo (e sua real capacidade em negociar/lutar por melhores condições de trabalho), as associações de classe participam diretamente do processo de definição e legitimação do grupo profissional (PEREIRA; MAIA, 2016) e da definição dos benefícios materiais e simbólicos associados a uma determinada carreira. Os formatos mais evidentes de participação dos sindicatos são as greves, as negociações salariais, as denúncias contra as condições de trabalho em determinadas organizações de mídia ou, de forma mais geral, contra a precarização da profissão. Os sindicatos também participam diretamente da regulação do território profissional, intervindo em debates sobre o estágio em jornalismo (VALVERDE, 2006), a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão (ALBUQUERQUE, 2006; PEREIRA; MAIA, 2016), contra o ingresso dos “amadores” no mercado de trabalho (cf. RUELLAN, 1993, 1997, 2011), ou, no sentido inverso, na defesa da apropriação de novos segmentos ao “âmago” do mundo dos jornalistas. É o caso do webjornalismo (ADGHIRNI, 2002), do jornalismo corporativo e das assessorias de imprensa e de comunicação (SANT’ANNA, 2009). Finalmente, analisar o discurso sindical e as formas convencionais de colaboração desses atores com o jornalismo permite compreender a carreira jornalística e a própria construção das diferentes modalidades de profissionalismo jornalístico ao longo da história e em diferentes contextos nacionais, como mostram os trabalhos de Le Cam (2009) e Le Cam e Ruellan (2004).

Gestão e RH. O discurso de alguns jornalistas, principalmente das gerações mais antigas, dá a impressão de que a participação dos mundos da gestão e do *marketing* no jornalismo é um fenômeno recente. Na verdade, já se falava em introdução de novas técnicas de gestão nas redações ainda nos anos 1970, no momento das grandes reformas do jornalismo brasileiro (DINES, 2003). Esse mesmo discurso é retomado nos anos 1980, ao se falar das mudanças empreendidas pela administração da Folha de S.Paulo e de emergência do “jornalismo de mercado” no Brasil (KUCINSKY, 1998; RIBEIRO, 1994). Já os anos 1990 consolidaram o ingresso das consultorias estrangeiras, responsáveis por propor novos modelos de gestão das empresas de mídia e de reorganização dos espaços das salas de redação (ADGHIRNI, 2002; BRANDÃO, 1999; DINES, 2003; JORGE, 2007). E, a partir dos anos 2000, esses mundos passam a interferir nos debates sobre a construção de um novo modelo de negócio do jornalismo, como consequência da crise e da emergência das mídias digitais (cf. LE CAM; PEREIRA, 2017a).

Isso não significa que as formas convencionais de colaboração desses mundos no jornalismo tenham se mantido estáveis ao longo desses 40 anos. Para além dos modismos e das oscilações conjunturais das formas de gestão (muitas vezes, maquiadas pelo vocabulário corporativo), algumas inovações parecem ter se cristalizado e apontam para mudanças mais consistentes nesse mundo. Por exemplo, os departamentos de recursos humanos parecem ter uma participação mais expressiva na definição das carreiras organizacionais. Por meio deles, foram instituídas novas modalidades de acesso à profissão, com seleções para estágios e cursos de *trainee*, seguindo, de certa forma, uma tendência dos mundos da gestão. Em alguns casos, há um verdadeiro esforço para reproduzir o modelo de carreira das grandes corporações, com modalidades estruturadas de avaliação de desempenho e de progressão interna. Um exemplo é o *site* no qual Marcel trabalhava no momento da entrevista, controlado por uma empresa de telefonia: “Eles têm um pensamento empresarial, que é diferente [...]. Eles cobram, eles avaliam [...] se você cumpriu suas metas.

E lá no organograma tem um cargo de gerente, acima da chefe da reportagem [...]. Eu estou subordinado a uma dessas gerências”.

Finalmente, o mundo da gestão tem um papel importante nas carreiras dos jornalistas que assumem posições na hierarquia superior de suas empresas. Nesses casos, as mudanças de estatuto costumam resultar na interiorização de um conjunto de convenções ligadas a esse meio. Isso explica o porquê de alguns entrevistados (Daniel, Emanuel) terem expressado o desejo de cursarem um MBA como uma forma de melhor se ajustarem a essa posição.

Organizações de mídia. A mídia possui, é evidente, um papel fundamental na definição da carreira jornalística. Essas organizações são responsáveis pela gestão do número de vagas disponíveis em seu próprio segmento de carreira, definindo, os requisitos necessários para ingresso e mobilidade na profissão. Além disso, apesar de parte das convenções que definem as carreiras jornalísticas serem oriundas de outros mundos sociais, sua incorporação ao jornalismo depende de um processo de negociação com atores das organizações de mídia. Nesse sentido, os gestores, quadros hierárquicos e jornalistas participam ativamente das dinâmicas de integração, adaptação e promoção dessas novas bases convencionais no contexto das redações.

Organizações extramídia (SANT’ANNA, 2009) ou *fora da mídia* (MICK; LIMA, 2013). O termo faz referência aqui ao conjunto de organizações públicas, privadas e de terceiro setor que contratam jornalistas para os seus departamentos de comunicação. Sem entrar mais uma vez no debate sobre o *status* ocupado pelo segmento assessoria de imprensa na carreira jornalística, gostaria apenas de mencionar a participação mais direta desse setor na estruturação desse espaço laboral, bem como na promoção e renovação do debate identitário (o que é um jornalista?). Além disso, o fato de haver uma grande porosidade entre esses dois segmentos (mídia e assessoria) é um elemento de inovação potencial na base convencional

do mundo dos jornalistas, na medida em que permite a troca de convenções entre esses dois setores.⁷

Setor público-governamental. Esse mundo inclui as instâncias de regulação da mídia, da profissão de jornalista (incluindo as legislações sobre o estágio e o registro profissional) e do sistema de educação superior (participando, nesse caso, tanto do controle da oferta de vagas no ensino universitário público, como da criação de diretrizes curriculares em âmbito nacional). Além disso, o governo intervém de várias formas na definição do mercado de trabalho. Primeiro, pela contratação direta de jornalistas. Tendo como ponto de partida os dados de Mick e Lima (2013), a estimativa é que o governo empregue pelo menos um quinto dos jornalistas em atividade no Brasil.⁸ O número é um pouco maior do que os dados do RAIS 2013 (BRASIL, 2014), que fala em 7.940 jornalistas de um total de 50.301 (ou seja, 15,8%) trabalhando no setor de Administração do Estado e da Política Econômica e Social. Os dados, apesar das imprecisões, são ilustrativos de como as oscilações nas políticas de contratação de jornalistas pelo setor público podem influenciar o mercado de trabalho e a carreira jornalística.

Finalmente, ao definir políticas de investimento⁹ e regulação do setor de comunicação (por exemplo, da introdução da internet, a aprovação da Lei do Cabo,

⁷ Vários trabalhos (CASTANHO, 2003; PEREIRA, 2006; SANT'ANNA, 2009) mostram a apropriação de convenções das redações pelas assessorias de imprensa. Curiosamente, existem poucos estudos sobre o processo inverso: como a mídia tem integrado convenções do segmento das assessorias a partir da contratação de jornalistas com experiências em assessorias. Os indícios desse fenômeno, contudo, aparecem na fala de alguns entrevistados (Eduardo, Maurício, Gabriele e Clara) que dividiram suas carreiras entre esses dois segmentos.

⁸ Para chegar a esse dado, tomei como base o número de jornalistas do segmento mídia (55% do total de respondentes na enquête de Mick e Lima) que trabalham em uma empresa pública (9%) e somei ao total de jornalistas fora da mídia (40%) que trabalham para o governo (34,5%). Exclui dessa conta os jornalistas fora da mídia que trabalham para empresas de assessoria de comunicação (34,9%) e que costumam também prestar serviços para o governo. Ou seja, o número de jornalistas que trabalham para o setor público provavelmente é ainda maior.

⁹ Dados referentes à publicidade oficial dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) mostram que o setor público (incluindo as empresas estatais) investiu, nesse período, R\$ 13,9 bilhões no segmento TV, R\$ 2,1 bilhões no segmento jornais, R\$ 1,8 bilhões no segmento revista e R\$ 894,5

a abertura parcial da participação de capital estrangeiro na mídia etc.), o setor público-governamental participa diretamente da construção e da reconfiguração do sistema midiático nacional e, conseqüentemente, da carreira jornalística.

Tecnologia. Os diferentes mundos da tecnologia (que incluem o mundo da programação, dos setores de informática e microeletrônica etc.) aportam ao jornalismo um conjunto de ferramentas, objetos e práticas que participam, de alguma forma, das atividades de produção da informação. Nesse caso, ao falar da participação dos mundos da tecnologia na carreira, gostaria de não me limitar à questão da internet e das mídias digitais, mas de ampliar essa análise aos colaboradores e artefatos vinculados às indústrias gráfica (LANGONÉ, 2014; MÜLLER, 2012) e audiovisual, às inovações que ocorrem, por exemplo, nas ferramentas de captação de imagem e som (câmeras e gravadores), da redação de textos, de diagramação, de comunicação entre jornalistas e fontes (os telefones celulares, por exemplo), e públicos (e, nesse caso, o papel das mídias digitais é primordial).

Existe uma vasta literatura sobre o impacto das tecnologias na carreira jornalística e o exercício de mapear todas as formas convencionais de colaboração e inovação promovidas por esse mundo seria exaustivo e pouco original.¹⁰ Além disso, o risco de adotar uma postura determinista é grande. De modo geral, a participação desses mundos no jornalismo segue o mesmo modelo de negociação de convenções que atravessa a relação do mundo dos jornalistas com os demais mundos sociais. A introdução de novas ferramentas, novos estatutos ou novas competências nunca é automática e encontra resistências — ver, por exemplo, os conflitos de ordem

milhões no segmento internet. Usei como base o *post* de: RODRIGUES, Fernando. TV Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões de publicidade federal com PT no Planalto. *Blog do Fernando Rodrigues/ UOL Notícias*, 29 jun. 2015. Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/?cmpid=fb-uolnot>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁰ Sobre o tema, recomendo a leitura da tese de Ana Carolina Kalume (2014): *O jornalista brasileiro: análise das competências em um contexto de mudança no ambiente profissional provocada pela inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação*.

ideológico-geracional que discuti na seção anterior.¹¹ No sentido inverso, certas inovações propagadas pelo discurso ideológico originário dos mundos dos jornalistas, da universidade e da gestão podem ter dificuldades de serem aplicadas às redações por conta das limitações de ordem tecnológica. Por exemplo, apesar do discurso tecnodeterminista do final dos anos 1990 em relação às inovações potenciais do jornalismo multimídia (cf. BASTOS, 2000; PALÁCIOS *et al.*, 2002), durante muito tempo questões de ordem técnica (falta de *softwares* adequados, de infraestrutura de banda larga etc.) impediam a sua implementação em larga escala nas redações brasileiros (PEREIRA, 2004). Esses exemplos me permitem reforçar a ideia de que a relação entre os avanços tecnológicos e as mudanças no mundo dos jornalistas são sempre mediadas pelas práticas sociais (FLICHY, 1999).

Apesar disso, não posso deixar de notar a importância dos mundos das tecnologias nos processos recentes de segmentação da carreira. Alguns estatutos emergentes, como o jornalismo de dados ou os serviços de *community management*, são testemunhas desse processo. Os mundos das tecnologias também permitiram que novos atores passassem a integrar o mundo dos jornalistas (independentemente do estatuto), abrindo a possibilidade de construção de novas possibilidades de carreiras. É o caso dos blogueiros, *youtubers* e produtores de conteúdo independente e alternativo, incluindo o que se difunde por meio das mídias sociodigitais. Isso sem falar na participação cada vez maior de empresas dos setores de telecomunicações e de mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram etc.) nos processos de curadoria e difusão da informação jornalística.

Universidade. Como já discuti em outros capítulos, o mundo universitário possui um papel fundamental como instância de aprendizagem e interiorização dos valores profissionais, mas também de antecipação de certas dinâmicas do mercado

¹¹ Outro exemplo interessante é o trabalho de Francoeur (2011) sobre as estratégias de resistência dos jornalistas da Rádio Canadá em relação às injunções empresárias para produção de um jornalismo multiplataformas.

de trabalho e da própria carreira jornalística. Apesar dos discursos de rejeição da formação acadêmica, a universidade parece ser um espaço potencialmente articulador de inovações da base convencional no jornalismo, que podem chegar às salas de redação a partir, por exemplo, da contratação de recém-formados. Ao mesmo tempo, a academia tem se constituído como uma possibilidade de carreira para alguns jornalistas que desejam abandonar o trabalho nas redações ou assessorias. Por isso, alterações no mercado de ensino superior e mudanças no conjunto de convenções que marcam esse meio (por exemplo, exigências em termos de titulação, publicações ou de competências pedagógicas) participam ativamente da estruturação e das mudanças potenciais na carreira do segmento dos “professores de jornalismo”.

Este breve glossário não tem a intenção de propor um inventário exaustivo da participação de outros mundos no jornalismo. Detive-me aqui àqueles que colaboram de forma mais direta nas convenções que definem as *carreiras dos jornalistas entrevistados* e que me permitem refletir sobre as reconfigurações da sua base convencional.

As reconfigurações da base convencional

A ideia desta seção é fugir a uma mera descrição cronológica de um conjunto de eventos ligados às transformações de carreira da carreira jornalística. No lugar de uma abordagem histórica, busco analisar as mudanças ou permanências das formas convencionais de participação de diferentes mundos sociais nesse processo. Para isso, tomarei como ponto de partida o conjunto de atores descritos na seção anterior e cruzarei com a proposta de estruturação das carreiras jornalísticas por meio de arcos temporais, desenvolvida ao longo deste livro. Dessa forma, é possível analisar os diferentes processos que afetam, de forma distinta, cada um dos “momentos” da carreira jornalística, descritos a seguir.

Formação

Estudos sobre o assunto costumam reforçar os impactos da expansão do sistema de educação superior em jornalismo no mercado de trabalho, particularmente com o aumento na oferta de mão de obra “diplomada” (MICK, 2012). Esse cenário sugere que, nos últimos 40 anos, a universidade assumiu um papel cada vez mais relevante nesta etapa da carreira — mesmo que exista uma permanência do discurso de suspeição ideológica nas redações em relação à formação superior em jornalismo (FRITH; MEECH, 2007). Por outro lado, a própria universidade é tributária das políticas nacionais de educação que têm oscilado ao longo dos anos entre estruturas curriculares mais fechadas (por exemplo, aquelas que emergiriam por ocasião da estruturação dos cursos de Comunicação no Brasil, nos anos 1970), mais flexíveis (por exemplo, após a aprovação da Lei Darcy Ribeiro, em 1996) à construção de um modelo de formação mais específica (após 2013, com a instituição das Diretrizes Curriculares do Jornalismo, cujo efeito ainda não pode ser mensurado).

Mudanças nas modalidades de formação são construídas com base nas modalidades de negociação das convenções acadêmicas junto ao mundo dos jornalistas, com destaque para o papel do governo na introdução de diretrizes de ensino. O governo também participa das políticas de contratação de professores e de definição do perfil do corpo docente, da criação de políticas públicas de incentivo à pesquisa (incluindo de pesquisa aplicada em jornalismo). Os discursos normativos sobre a evolução do “perfil do egresso” materializam parte desse processo. Dele, resulta uma espécie de porosidade entre os mundos do jornalismo e da universidade, com um movimento de relativa de academização do mercado de trabalho — por exemplo, com a adoção do uso do vocabulário acadêmico nas redações, como já apontei no capítulo 3 — e também pelo ingresso cada vez maior de jornalistas nos cursos de mestrado ou pela escolha da academia como uma possibilidade de carreira pelos jornalistas. E, por outro lado, na integração de injunções do meio profissional nos

cursos de jornalismo — é o caso das demandas do mercado por uma formação mais voltada para a prática, ou a construção de um perfil multitarefas.

Mais recentemente, a etapa da formação começou a sofrer pressões cada vez maiores no sentido de integrar convenções dos mundos da tecnologia (oferecer uma formação mais multimídia e voltada ao uso das mídias digitais) e da gestão (disciplinas de empreendedorismo, uso de técnicas de *personal branding* para facilitar a inserção profissional etc.). Essas transformações, contudo, não impactaram da mesma maneira o momento da formação universitária. De fato, existem variações no interior do mundo das universidades entre os segmentos das instituições de ensino superior públicas e privadas, de forma que as últimas parecem ser mais permeáveis às convenções originárias das organizações de mídia e dos mundos da gestão — pelo menos é o que o deixa transparecer as entrevistas com jornalistas e uma enquete quantitativa aplicada junto a estudantes de jornalismo de diferentes IES brasileiras (PEREIRA *et al.*, 2014a).

Inserção profissional

De modo geral, existe um consenso em relação às dificuldades de se ingressar no mercado de trabalho, materializadas pelo aumento das modalidades de *pré-entry* (particularmente o estágio) e a multiplicação de contratos de trabalho precários. Um indicador potencialmente útil para entender a evolução do mercado de trabalho seria a taxa de absorção dos aspirantes a jornalistas nas redações brasileiras, mas infelizmente não encontrei dados disponíveis sobre esse fenômeno. As entrevistas e a bibliografia disponível sugerem, entretanto, que a inserção varia de acordo com a configuração do mercado de trabalho local, onde cidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo (que concentram empresas do setor de mídia regional, nacional e internacional, mas também os segmentos de comunicação organizacional pública e privada) teriam mais condições de absorver os egressos dos cursos de jornalismo do que cidades do interior ou mesmo capitais regionais.

As transformações na etapa de inserção profissional explicam-se pela evolução do mercado, particularmente das organizações de mídia, mas também por convenções que vão sendo incorporadas a partir dos mundos da gestão e dos recursos humanos (a estruturação dos estágios é um bom exemplo disso), do setor público (que influencia as relações entre oferta e demanda de mão de obra) e do meio acadêmico (na medida em que as próprias condições de inserção profissional podem ser incorporadas às formações).

Assim, se comparado aos anos 1970-1980, um novo conjunto de convenções parece orientar as escolhas mais recentes relacionadas à busca por inserção profissional. Primeiro, a multiplicação dos estágios, sua incorporação progressiva às redações e às instâncias de formação e as repercussões desse debate nas instâncias sindicais. Hoje naturalizado no discurso dos entrevistados (tanto os repórteres como aqueles que ocupam posições de chefia), a reintrodução do estágio em jornalismo, como mostra Valverde (2006), foi resultado de um longo e complexo processo de negociação entre os mundos acadêmico, sindical, profissional, o governo e as empresas de mídia. Segundo, pelo desenvolvimento de métodos ainda mais sofisticados de triagem e contratação de novos jornalistas: seleções cada vez mais longas e rigorosas para se conseguir um estágio de prestígio, a criação ainda nos anos 1980 dos cursos de *trainee* nos principais jornais brasileiros (LOBO, 2010). Finalmente, na redefinição do papel ocupado por certos veículos nas hierarquias da carreira: a partir dos anos 1990, torna-se cada vez mais difícil ter um primeiro emprego em mídia de referência nacional; os veículos regionais, as rádios e, mais tarde, os *sites* de notícia tornam-se uma porta de entrada cada vez mais frequentes para o mercado de trabalho.

Esse conjunto de transformações se reflete no discurso dos entrevistados. Ao mencionarem suas próprias estratégias de inserção profissional, eles revelam essa nova configuração do mercado de trabalho, incluindo os mecanismos que lhes permitiram se antecipar às incertezas ligadas à inserção na profissão, particularmente a ideia de que a gestão da carreira deve se iniciar ainda na universidade:

Paulo: Ela [a minha carreira] é mais ou menos parecida [a dos meus colegas] [...]... Porque todo mundo tem a trajetória parecida, começou cedo numa redação, conciliou a redação com a faculdade. Dificilmente você vê um repórter que só foi trabalhar depois de formado, que se formou, pegou o diploma e foi procurar emprego, é muito difícil.

De fato, o sucesso na inserção profissional é frequentemente justificado como resultado de um esforço suplementar empreendido pelo aspirante a jornalista nos períodos iniciais da carreira: a busca precoce por estágios durante a formação, a criação de redes de contato, a construção de um “nome” no meio profissional — e que pode incluir a capacidade do estagiário ou do jovem jornalista de “mostrar serviço”, seja fazendo boas reportagens, estando disponível para o que for solicitado, ou extrapolando a carga máxima de trabalho prevista pelo contrato de estágio.

Mobilidades na carreira e a estrutura do mercado de trabalho

A questão da mobilidade é recorrente na carreira do jornalista brasileiro e parece ser mais frequente entre as gerações mais novas — considerando, é claro, as dificuldades de se produzir esse tipo de generalização a partir de entrevistas qualitativas. Ao interpretar esses dados, é preciso ir além da constatação de senso comum: a ideia de que o aumento da mobilidade resultaria de um movimento único de precarização da profissão, de aumento da instabilidade — o que é apenas parcialmente correto. Mick e Lima (2013) já haviam alertado para o fato de que a mobilidade também seria resultado de oscilações conjunturais do mercado de trabalho. Acredito que, mais do que isso, as situações de mobilidade revelam as diferentes reconfigurações do espaço laboral e da carreira do jornalista brasileiro nos últimos 40 anos. E, nesse caso, ela não deve ser vista como um processo único e unidirecional, mas como resultado de situações de insegurança, de renovação dos quadros nas redações, mas também momentos de aumento na oferta de empregos, de criação de novas mídias, de novos postos de trabalho. Essas diferentes situações

estão correlacionadas à própria diversidade de motivações individuais que explicam certa mobilidade entre mídias e, em nível macro, às evoluções nas modalidades de participação e de cooperação entre o mundo dos jornalistas e os demais mundos sociais que participam da carreira.

Assim, as mobilidades na carreira observadas na década de 1980 estão mais relacionadas ao aumento da oferta de empregos do que à precarização. Vários depoimentos mostram como a imposição da formação superior em jornalismo, como barreira de entrada no mercado de trabalho — em um momento em que o número de egressos das universidades ainda era relativamente escasso (MICK, 2012) — levou a uma procura por mão de obra diplomada pelas empresas de mídia. Do ponto de vista das motivações dos jornalistas, tratava-se de uma situação bastante favorável em termos de carreira, como explica Alberto:

Por um período, eu fui trabalhar sempre por convite, porque existia uma procura por mão de obra no processo de renovação das redações [...]. Antes, na década de 80, em Brasília, especificamente, havia muita procura por mão de obra, tanto que eu cheguei a trabalhar em dois veículos. Em TV e em jornal. Era um processo diverso do que tá acontecendo hoje. E era uma combinação de duas coisas. Como havia uma procura muito grande, você se dava o luxo de escolher se você queria trabalhar rádio, jornal ou TV. Depende também da sua característica. Depois da Constituinte, quer dizer, esse processo de procura por mão de obra continuou. Então, nós tínhamos uma característica do mercado, que era escolher a melhor combinação. Nos anos 80, a melhor combinação era o melhor salário e a melhor vitrine. Ou seja, os veículos de primeira linha: Veja, Globo, Estadão, *Folha de São Paulo*, *Gazeta Mercantil*, na época.

É interessante notar a forma como essa configuração particular do mercado de trabalho não resultava apenas da conjuntura econômica — pelo contrário, ela ocorre em um período em que a economia brasileira cresceu muito pouco.¹² A abertura de novas vagas pelas empresas e a alta taxa de mobilidade na carreira (e que geralmente

¹² Os anos 1980 foram conhecidos como “a década perdida”, no âmbito da economia. Nesse período, o Brasil cresceu a uma taxa média de 1,7%.

resultava em um aumento nos salários) revela uma configuração mais complexa, que envolveu participação do governo, dos sindicatos e das instituições de ensino superior na conformação de um tipo/momento da carreira.¹³

Ao longo dos anos 1990, a questão da procura por mão de obra diplomada fica em segundo plano e a mobilidade na carreira está ligada à emergência de novos suportes, o que permite não só absorver os egressos dos cursos de jornalismo, bem como atender a eventuais crises que afetam algumas empresas de mídia tradicionais (é o caso, por exemplo, do Jornal do Brasil, da Gazeta Mercantil e da TV Manchete). Esse período é marcado pela emergência do jornalismo segmentado na TV a cabo, dos canais *all news* (rádio e televisão), das agências em tempo real e, a partir do final dessa década, da internet: “Abriu demais o mercado, a questão dos sites deu um gás extra” (Ricardo). A participação dos mundos da tecnologia e do poder público na reconfiguração do mercado de trabalho levou à emergência de novas convenções como requisito para ingressar/fazer carreira nesses novos suportes, particularmente no que diz respeito ao domínio de algumas ferramentas técnicas e a capacidade de lidar com a aceleração do tempo das mídias (cf. BRANDÃO, 1999; PEREIRA, 2004).

Ao mesmo tempo, observa-se uma continuidade no movimento de integração do segmento das assessorias de comunicação à carreira jornalística, iniciado ainda nos anos 1980, enquanto um espaço de absorção de um contingente de jornalistas especializados que saem das redações de mídia (cf. SANT’ANNA, 2009). A longo prazo, um duplo movimento — de abertura de postos nas “novas mídias” destinados a jornalistas mais jovens; e de “expulsão” de parte do contingente dos jornalistas para os mundos da universidade e da comunicação pública — parece ser o estopim do próprio fenômeno de juvenização das redações brasileiras.

A partir dos anos 2000, parece haver uma inflexão na estrutura do mercado de trabalho. O fenômeno de abertura de vagas em novos veículos de mídia continua, mas agora de forma menos expressiva. Os dados de circulação da imprensa escrita

¹³ Esse processo também se explica pelo próprio momento político do país, de redemocratização e de renovação dos quadros de jornalistas após a ditadura (KUCINSKY, 1998).

e *on-line* sugerem, de fato, que alguns segmentos se mantiveram dinâmicos, como é o caso da imprensa popular¹⁴ e das mídias digitais. Além disso, alguns segmentos de mídia e assessoria de comunicação se beneficiaram do crescimento econômico promovido pelo governo Lula (2003-2010). Contudo, o mercado já não é capaz de absorver o número de crescente egressos dos cursos de jornalismo, sobretudo nos últimos anos, quando o cenário de “crise” do modelo de negócio do jornalismo começa a se intensificar (MÜLLER, 2012).

Nesse momento, uma parte mais considerável das mobilidades parece ser consequência dos cortes de mão de obra, particularmente no setor das mídias mais tradicionais. Dados do projeto *Passaralho*¹⁵ falam em 2.327 jornalistas demitidos entre 2012 e agosto de 2018 (data da última atualização). Não há como saber se houve uma realocação desses jornalistas em outros veículos ou segmentos do jornalismo. Além disso, o ‘passaralho’, como um ato público de demissão coletiva de um número considerável de jornalistas, contribuiu para reforçar ainda mais o imaginário em torno de uma “crise” do mercado de trabalho. Apesar dessas ressalvas, os discursos dos entrevistados parecem reforçar a ideia de que o mercado de trabalho de mídia encolheu nos últimos anos: “Exatamente nesse período agora, rarearam os convites [entre 2001 e 2013], eu tive dois convites apenas” (Felipe); “Esta é uma redação de 20 pessoas. Já foram 50. Tem menos da metade do que tinha

¹⁴ Trata-se de um segmento que cresce quase que conjuntamente com o que se convencionou chamar de “a nova classe C”, ou a “classe emergente”, resultado do crescimento econômico e da melhoria de distribuição de renda, promovidos na primeira década dos anos 2000 pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Dados de circulação da Associação Nacional de Jornais ilustram essa ascensão do jornalismo popular. Em 2002, quatro populares constavam na lista dos dez jornais mais vendidos no país e eram responsáveis por 34,8% da circulação. Em 2010, cinco populares constavam na lista dos dez mais vendidos e eram responsáveis por 46% da circulação. Essa lista inclui o jornal com maior circulação aferida no Brasil naquele ano, o *Super Notícias*, de Belo Horizonte, com quase 300 mil exemplares/dia. Esses dados mostram que o crescimento na circulação de jornais no Brasil ocorreu, sobretudo, pela integração de um novo público e de desenvolvimento de um novo segmento no mercado midiático. Os dados estão disponíveis em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 03 mar. 2017. Sobre o assunto, sugiro ler a tese de Kátia Belisário (2014), um estudo que combina discurso, circulação e recepção do *Super Notícias*.

¹⁵ Disponível em: <http://passaralhos.voltdata.info>. Acesso em: 5 mai. 2020.

há dez, 15 anos” (Sam). Nesse sentido, o prognóstico feito em 2012 por Müller parece ter se realizado: parece haver crise no modelo de negócios do jornalismo, agravada pela crise econômica brasileira e mundial, e que afeta particularmente o número de postos de trabalho disponíveis para os jornalistas de mídia.

Outra consequência desse cenário é a introdução do concurso público para jornalista como uma opção viável de carreira face à instabilidade do mercado de trabalho — algo que já havia sido parcialmente explorado por Sant’Anna (2009). Nas entrevistas, a possibilidade de fazer um concurso é silenciada ou criticada pelos jornalistas que ingressaram na profissão até os anos 1990. Já entre os mais jovens, ela passa a ser considerada como uma alternativa de carreira. Isso aparece no depoimento de Florentina (25 anos): “Eu não sei se aguento isso até os 40 anos de idade, porque é muita pressão todos os dias. Então, o que eu quero mesmo é passar num concurso que me dê estabilidade e que também me dê espaço pra que eu seja jornalista”.

Desconheço estudos específicos sobre os impactos dos concursos na carreira, mas acredito que os jornalistas-concurseiros (ou concursados) também partilham de convenções específicas, resultado do que é adquirido na preparação para os exames e no exercício da função pública, como, por exemplo, conhecimentos sobre direito, legislação, regimentos internos, comunicação pública etc., que se tornam requisitos para a realização desse tipo de carreira.

Antes de finalizar, é preciso reforçar o fato de que esta análise aponta para tendências mais gerais e deve ser sempre relativizada e circunstanciada. Ou seja, os jornalistas podem vivenciar de maneira diferente os momentos de abundância ou escassez do número de vagas. Além disso, dentro do próprio segmento de mídia, há variações que também explicam o desenvolvimento de carreiras mais móveis ou mais sedentárias, como já expliquei em vários momentos ao longo deste livro. É o que conta Michel, ao falar dos planos dos colegas que trabalham com ele em uma organização de mídia que oferece uma carreira mais estável: “Eu não conheço ninguém até hoje, nenhum amigo, que esteja estudando pra concurso — não que eu tenha algo contra. Essas pessoas que estão ao meu redor sabem que aquilo ali

pode ser uma empresa que elas podem ficar muito tempo”. Ou seja, momentos de crise e de aumento da mobilidade na profissão não excluem a possibilidade de projetos de carreira mais sedentários como resultado das motivações individuais e da avaliação que os jornalistas fazem das empresas onde trabalham e da própria trajetória pessoal e profissional.

Conclusão

Neste capítulo, encerro as análises deste livro, com uma discussão de ordem mais geral, tentando entender como a observação das carreiras jornalísticas pode revelar processos mais gerais de segmentação e de transformação do mundo dos jornalistas. Os resultados desta leitura macrossociológica podem ser sistematizados em três conclusões mais gerais: i) a existência de uma pluralidade de segmentos no interior do mundo dos jornalistas, congruente com a análise microssociológica dos projetos de carreira, e que mostram as diferentes formas de *ser* e de *se realizar* no jornalismo; ii) a existência de relações entre as mudanças na ideologia profissional, as transformações das carreiras e as evoluções da representação da profissão de jornalista ao longo dos últimos 40 anos; e iii) o papel dos demais mundos sociais que participam do jornalismo na conformação e na reconfiguração das carreiras, atuando de forma distinta nos diferentes arcos temporais que definem a trajetória dos jornalistas brasileiros. Assim, mais do que descrever as “mudanças estruturais” da profissão, essas conclusões revelam, sobretudo, os processos sociais que explicam e subsidiam as diferentes formas de ser e de se tornar jornalistas no Brasil no período que compreende o final dos anos 1970 ao início de 2010.



Palavras finais

Este livro traz um estudo qualitativo sobre carreiras jornalistas. Ao partir da análise de trajetórias de 32 jornalistas, busquei reconstruir o processo de gestão das trajetórias individuais e a forma como as instâncias coletivas da profissão participam da construção das carreiras e do próprio espaço laboral. Ao longo desta pesquisa, discuti ainda as transformações que afetaram a carreira jornalística nos últimos 40 anos. Em outras palavras, a análise das carreiras me permitiu restituir a forma como os diferentes participantes negociam um conjunto de sequências típicas de posições em um determinado período de tempo e no âmbito de uma coletividade. Nesse sentido, mais do que descrever (ou prescrever) um conjunto de carreiras típicas, este desenho metodológico me permitiu entender as processualidades implícitas nas mudanças na identidade e no mundo dos jornalistas. E é nessa direção que se dirigem as conclusões desta pesquisa

Os arcos-tempo de que constituem a carreira jornalística

Esses arcos não devem ser vistos como fases ou etapas a serem obrigatoriamente seguidas. Um arco é a materialização de processos de negociação entre as escolhas e as motivações individuais que emergem em determinados momentos da carreira e de um conjunto de convenções e de definições coletivas sobre a profissão (a cultura profissional), incluindo aceções de ordem normativa, como ter sucesso, fracasso, conseguir um bom emprego, estar em uma posição de prestígio, estagnar-se. Para isso, apropriei-me das indicações de Darmon (2006) e Strauss *et al.* (1992b) para identificar os processos centrais que organizam as carreiras e os elementos que dão ritmo a esses processos. Isso permitiu pensar em arcos que estruturam a passagem pelo jornalismo e a forma como essas trajetórias individuais evoluem juntamente com um sistema organizacional. Essas fases e o

que elas implicam em termos de constrangimentos nas escolhas e na delimitação de um conjunto de estatutos associados a certos momentos das trajetórias dos jornalistas explicam a existência de mecanismos de antecipação das carreiras, bem como a própria divisão de tarefas no interior do mundo social.

Assim, por exemplo, o período de inserção profissional é marcado por uma situação de insegurança, particularmente entre os jornalistas que ingressaram na profissão a partir dos anos 2000 e que se deparam com um mercado de trabalho saturado (ou mesmo em crise) face ao aumento do número de efetivos que saem dos cursos superiores em jornalismo. Nesse contexto, o principal objetivo imediato do jovem (aspirante a) jornalista é conseguir um emprego, o que explica o desenvolvimento de um conjunto de estratégias de gestão dessa incerteza (MENGER, 2009), em um cenário de hiperconcorrência no jornalismo (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Ele busca, por exemplo, multiplicar as possibilidades de ingresso na profissão pela realização de “bons estágios”, pela criação de redes de contatos, pela submissão voluntária ao aumento da carga de trabalho, pelo acúmulo de tarefas, muitas vezes, sem a devida remuneração. Seria, segundo eles, uma forma de “aprender” e “demonstrar interesse” junto aos empregadores.

Os jornalistas que conseguem efetivamente ingressar no mercado de trabalho passam a orientar suas escolhas tendo como base tanto a posição e o estatuto obtidos como o seu projeto de carreira — ou seja, da avaliação de suas experiências biográficas e as projeções em relação ao futuro. Esse movimento explica, por um lado, a multiplicidade de trajetórias possíveis, que incluem, por exemplo: o investimento a longo prazo em empresas de mídia reputadas no meio profissional; a circulação entre diferentes veículos (por gosto, para aprender, para ganhar mais, para fazer nome, para progredir); as passagens pelo segmento de assessorias de imprensa (para ter estabilidade ou melhores condições de trabalho); o acúmulo de vínculos e a realização de trabalhos como *freelancers* (para ganhar mais, para complementar renda).

A avaliação que uma parte dos entrevistados mais jovens (menos de 35 anos) fazem desse arco de carreira é relativamente similar. Para vários jornalistas, trata-se de um momento difícil. Eles reclamam da falta de estabilidade ou perspectiva, da baixa remuneração, que inviabiliza a realização de outros projetos de vida (adquirir um imóvel, constituir família). Por outro lado, também encontrei jornalistas nessa faixa etária em uma situação mais estável ou ocupando uma posição de relativo sucesso no momento da entrevista. Nesse caso, questões de ordem material e simbólica continuam sendo importantes na avaliação e no planejamento da carreira, mas elas se somam a outras motivações ligadas ao gosto pelo trabalho, à busca de novos desafios e à qualidade de vida. O extrato do depoimento de Beatriz me parece ilustrativo dessa situação:

Eu não quero estampa, eu quero trabalho, eu gosto do que faço. Meu salário não atrasa, eu tenho todos os finais de semana, o que é uma coisa raríssima, pois jornalista significa trabalhar todos finais de semana; Natal ou Ano Novo; Carnaval ou Semana Santa. Eu tenho tudo isso, além de eu trabalhar fazendo algo que eu gosto, de trabalhar em tempo real que é a mídia com a qual eu me sinto mais confortável. Eu tenho uma qualidade de vida que ela pesa bastante quando eu penso em mudar de emprego.

Essa dualidade na forma como esses dois grupos de jornalistas se situam na profissão parece estar ligada à diversidade de segmentos disponíveis no interior do mundo dos jornalistas, o que dá margem às diferentes modalidades de negociação da carreira. De certa forma, esse período da trajetória no jornalismo pode ser visto como uma espécie de *turning point* na profissão, momento em que o jovem jornalista tem uma perspectiva mais clara sobre suas chances concretas de ascensão no jornalismo e começa a planejar o futuro. E, eventualmente, decide abandonar o mundo dos jornalistas e investir em outras carreiras.

Com o passar o tempo, outro conjunto de questões passam a ganhar espaço nos projetos de carreira dos jornalistas entrevistados. Eles se preocupam com a educação dos filhos, com a possibilidade de conciliar vida profissional e vida familiar, com o

ambiente de trabalho. “Chega em determinado ponto, na sua carreira, que você fala: ‘Deixa eu viver e dar um pouco mais de atenção pra minha família, amigos, minha vida e deixar essa disputa pra eles lá’”, resume Horácio. Esse deslocamento em relação às motivações e aos planos de carreiras relaciona-se a um momento de estabilização da situação profissional. É o que acontece com os jornalistas que possuem uma reputação no meio, que garante, se não a estabilidade no emprego, pelo menos uma rápida realocação no mercado de trabalho em caso de demissão — mesmo considerando a crise e os ‘passaralhos’, cada vez mais frequentes nos últimos anos. De fato, dados de Mick e Lima (2013) mostram, por exemplo, que, entre os profissionais com 51 e 64 anos, 53,6% possuem vínculos há mais de 20 anos, ou seja, conseguiram maior estabilidade no mercado. Isso não elimina os casos de demissão ou abandono da profissão, mas é revelador da relação entre as aspirações individuais desse extrato de jornalista e as possibilidades oferecidas pelo mundo social em termos de planejamento e realização na carreira.

Enfim, é importante deixar claro que o caráter intencionalmente esquemático desta leitura não implica em desconsiderar as nuances em termos de projetos individuais de carreira, os acasos que marcam as diferentes trajetórias, as diferenças observadas por conta de variáveis como gênero, geração, origem social e geográfica — e que foram descritas e discutidas ao longo deste livro. Mas, ao pensar em termos de tendências observadas pela agregação qualitativa dos dados, é possível observar uma correlação entre trajetórias individuais (incluindo motivações e escolhas) e a configuração do mercado de trabalho.

A diversidade de tipos de carreiras e a heterogeneidade do mundo dos jornalistas

O mesmo processo que explica as escolhas feitas face aos diferentes arcos temporais que estruturam carreira pode ser aplicado às formas de realização de si e de inserção nos diferentes segmentos do mundo social. Isso inclui a construção de

carreiras móveis ou sedentárias, a especialização por tipo de mídia ou por área temática, o investimento em progressões rumo a posições de chefia. Mas também relaciona-se à opção por um outro segmento ou micromundo no jornalismo, incluindo as mobilidades entre redações e assessorias de imprensa e de comunicação.

Esse processo revela, portanto, em que medida a heterogeneidade de segmentos que compõem o mundo dos jornalistas é condizente com as diversidades de projetos individuais — o que transforma o jornalismo em uma profissão de carreiras múltiplas, segmentadas, com diferentes possibilidades de se conseguir o sucesso, de se realizar (ou não) no âmbito profissional e pessoal.

Mudanças nas carreiras e as reconfigurações do mundo social

Nesse ponto, utilizei-me de um desenho qualitativo para revistar um cenário que já havia sido coberto por outros trabalhos da área e que sugeriam mudanças profundas na identidade jornalística, provocadas pela emergência das tecnologias digitais, pela crise no mercado de trabalho de mídia — em parte compensada pelo aumento no número de postos no segmento da comunicação organizacional —, pela precarização da profissão, pela emergência de outros estatutos profissionais... Esta pesquisa me permitiu oferecer três contribuições a esses debates. Primeiro, mostrar que essas transformações dependem da reorganização das redes de cooperação do mundo dos jornalistas e que incluem, em grande parte, a participação de atores, instituições e convenções de originárias de outros espaços, de outros mundos. Segundo, a forma como esse discurso de mudança não deixa de ser uma construção discursiva, interiorizada e reproduzida pelo próprio grupo profissional, o que mostra em que medida essa transformação é também ideológica (e a relação entre evolução da ideologia profissional em função das gerações explorada no último capítulo é bastante ilustrativa desse ponto). Finalmente, ao longo desse livro, tentei justamente explorar as diferentes faces desse processo de mudança, confrontando o discurso ideológico, a percepção dos entrevistados e os diferentes indicadores

quantitativos e qualitativos sobre as mudanças. Dessa forma, foi possível detectar as permanências, os rearranjos e as inovações, distingui-las das transformações mais consistentes da carreira e situá-las como um processo mais longo e mais lento do que geralmente revelam os discursos que descrevem um cenário de mudanças radicais na identidade do jornalista.

Diário de bordo

Para finalizar este livro, gostaria apenas de contar um pouco sobre a minha experiência como pesquisador neste processo de descoberta e restituição das carreiras dos 32 jornalistas entrevistados.

O desafio de escrever este livro apareceu em uma conversa que tive, em maio de 2010, com Denis Ruellan. Na época, o meu primeiro livro, resultado da tese de doutorado, já estava em processo de edição. Lembro-me dele ter dito algo do tipo: “Parabéns! Mas sinto em dizer que o segundo livro é sempre o mais difícil”. Logo, descobri o que ele queria dizer: uma coisa era escrever o primeiro livro, que consistia basicamente em uma adaptação da tese de doutorado; outra, bem mais complicada, era começar novamente um projeto de fôlego. A vida universitária privilegia cada vez mais um perfil de professor multitarefas, cujo tempo é fragmentado nas diferentes demandas de ensino, pesquisa, extensão e administração acadêmica. Quando sobra algum tempo para investigação empírica, a lógica da produtividade exige investimentos mais pontuais na produção de artigos para periódicos qualificados. E, por isso, começar um projeto que exija tempo e dedicação (como escrever um livro) é um luxo cada vez mais raro na vida de um pesquisador. Mas a principal provocação de Denis era em relação à necessidade de se libertar, mesmo que parcialmente, da tese de doutorado e descobrir novos interesses, de se posicionar de outra maneira no espaço acadêmico.

É difícil dizer quando exatamente quando eu decidi me interessar por essa nova temática, a das carreiras jornalísticas. O conceito foi parcialmente utilizado em meu

primeiro livro, *Os jornalistas-intelectuais no Brasil*, mas, naquele momento, o meu foco principal era o processo de negociação de estatutos. Mais tarde, entre 2010 e 2011, comecei a discutir com o colega Olivier Tredan sobre a possibilidade de um programa de pesquisa coletivo, centrado no estudo do que tenho chamado de os “mundos dos jornalistas”¹. Nessas conversas, descobri a existência de um coletivo de autores que se utilizavam, ainda nos anos 1980-1990, dos conceitos de Becker e da Escola de Chicago para fazer sociologia qualitativa na França, abordando a questão das carreiras — vários deles, aliás, foram citados neste livro. “Na verdade, eles sempre estiveram por aqui, a gente só não sabia disso”, foi o que Olivier me disse na época. Este foi um primeiro *insight*. Pouco depois, comecei a trabalhar com a pesquisadora Florence Le Cam em um programa de pesquisa transnacional sobre a identidade dos jornalistas *on-line*. O projeto trabalhou também a dimensão biográfica desses jornalistas e utilizei-me de parte do roteiro de entrevistas, de autoria de Florence, para estruturar este estudo — por isso há tantas citações de trabalhos conjuntos neste livro.

Foram dois anos de pesquisa de campo para finalizar as entrevistas com os 32 jornalistas. Ao longo desse processo descobri o fascínio de saber mais sobre as histórias de vida desses entrevistados. Em alguns casos, mantive contato após as entrevistas e alguns jornalistas chegaram a me ajudar a organizar atividades didáticas na Universidade de Brasília, como palestras e seminários. Também aprendi muito sobre o mercado de trabalho, sobre situações específicas da profissão, que nem sempre são cobertas pela bibliografia da área. Isso me permitiu, inclusive, transmitir parte desses conhecimentos aos meus estudantes.

¹ Na verdade, há poucas apropriações do conceito de mundo social para os estudos de jornalismo. No Brasil, ele se limita às minhas pesquisas, aos trabalhos dos meus orientandos de pós-graduação e ao estudo pioneiro de Isabel Travancas (1992), *O mundo dos jornalistas*. Alguns estudos esparsos, incluindo as teses de Olivier Tredan, Joel Langonée e Laura Rosenberg foram feitos em outros países. Em uma tentativa de agregar esses trabalhos, apresentei, em agosto de 2017, um painel no congresso anual da Society for Study on Symbolic Interactions em parceria com os amigos Joel Langonée e Olivier Tredan. A partir desse evento, é possível que possamos agregar a médio prazo outros pesquisadores interessados no tema.

Antes de iniciar a redação deste livro, testei, em algumas ocasiões, o referencial teórico, em trabalhos mais pontuais sobre as possibilidades oferecidas pelo uso do conceito de carreira (PEREIRA, 2012), sobre a carreira dos jornalistas *on-line* (PEREIRA, 2013), sobre os estágios, inserção profissional e mobilidade na carreira (PEREIRA, 2015b) e sobre a carreira de jornalistas, professores e assessores de imprensa (PEREIRA, 2014). Esses trabalhos me permitiram estruturar as primeiras interpretações das entrevistas e discuti-las com os pares. Contudo, a maior parte dos resultados só pôde ser apresentada, neste livro, após uma releitura ainda mais criteriosa dos dados que permitiu a elaboração, a confrontação e o refinamento dos pressupostos teóricos utilizados como base para esta análise. Nesse processo, várias inferências foram revisadas e, o que é mais importante, a minha própria percepção do fenômeno mudou durante todo o processo de pesquisa e de redação.

Comecei a escrever este livro ainda em 2015. Mas foi somente no ano seguinte, durante uma licença de pós-doutorado na Université Libre de Bruxelles, que tive condições de me dedicar à redação da maior parte dos capítulos. Vários deles foram redigidos nas tardes que passei no café *Le Phare du Canal*, em Bruxelas. Toda vez que os releio, me vem à mente uma xícara de chocolate quente, o som do *rock* dos anos 1980 e a chuva caindo lá fora...

Brasília, 23 de maio de 2017.

Referências

ACCARDO, Alain *et al.* (org.). *Journalistes précaires, journalistes au quotidien*. Marseille: Agone, 2007.

ACEJMC – Accrediting Council on Education in Journalism and Massa Communication. *ACEJMC Accrediting Standards*, 2013. Disponível em: <https://www2.ku.edu/~acejmc/PROGRAM/STANDARDS.SHTML>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista sênior nas empresas de mídia. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - SBPJor*, 11, Brasília, 2013. *Anais...* Brasília: SBPJor, 2013. Disponível em: <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/view/2467/553>. Acesso em: 24 mai. 2017.

ADGHIRNI, Z. L. O Jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 2, n. 1, p. 45-57, 2005, DOI: 10.5007/2008.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Informação *online*: jornalista ou produtor de conteúdos?. *Contracampo*, v. 6, p. 137-152, 2002, DOI: 10.20505/contracampo.v0i06.470.

ALBUQUERQUE, Afonso. A obrigatoriedade do diploma e a identidade do jornalista no Brasil: um olhar pelas margens. *Contracampo*, v. 14, p. 73-93, 2006. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/564/331>. Acesso em: 24 mai. 2017.

ALBUQUERQUE, Eliana C. P. Tenório de; OLIVEIRA, Abel Dias de. Perfil dos profissionais que fazem o conteúdo jornalístico impresso no Sul da Bahia. *In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO*, 6, Niterói, 13-16 mai. 2008. *Anais...* Rede Alcar, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Perfil%20dos%20profissionais%20que%20fazem%20o%20conteudo%20jornalístico%20impresso.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2017.

AZEVEDO LUÍNDIA, Luiza Elayne Correa; MAFRA, Tainne; NAIARA, Cristiane. Perfil Socioeconômico dos acadêmicos de Comunicação Social da Ufam. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, 12, Belo Horizonte, 17-19 abr. 2009. *Anais...* FNPJ, 2009. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=560&cf=18>. Acesso em: 26 mai. 2017.

BASTIN, Gilles. *Les professionnels de l'information européenne à Bruxelles : Sociologie d'un monde de l'information (territoires, carrières, dispositifs)*. 2003. 637 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Ecole Normale Supérieure de Cachan, 2003. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01385480/document>. Acesso em: 26 mai. 2017.

BASTIN, Gilles; RINGOOT, Roselyne. Os livros de jornalistas: uma virada autoral no jornalismo? In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (org.). *Mudanças e permanências do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 193-216.

BASTOS, Hélder. *Jornalismo eletrônico. Internet e reconfiguração de práticas nas redações*. Coimbra: Minerva, 2000.

BASZANGER, Isabelle. Introduction: les chantiers d'un interactionniste américain. In: Anselm Straus. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L'Harmattan, 1992, p. 11-66.

BEAL, Brian. The making of a modern nose: careers in journalism. *Career Development International*, v. 8, n. 5, p. 247-252, 2003, DOI: 10.1108/13620430310497412.

BEARD, Fred; MORTON, Linda. Effects of internships predictors on successful field experiences. *Journalism and Mass Communication Educator*, v. 53, n. 4, p. 42-53, 1999, DOI: 10.1177/107769589805300404.

BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, Howard S. Sur le concept d'engagement. *SociologieS* [En ligne], 22 out. 2006. Disponível em: <http://sociologies.revues.org/642>. Acesso em: 28 mai. 2017.

- BECKER, Howard S. The Etiquette of Improvisation. *Mind, Culture, and Activity*, v. 7, n. 3, p. 171-176, 2000, DOI: 10.1207/S15327884MCA0703_03.
- BECKER, Howard S. *Propos sur l'Art*. Paris: Harmatan, 1999.
- BECKER, Howard S. *Art worlds*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1982.
- BELISÁRIO, Katia Maria. *De Chicago a Contagem: páginas do cotidiano no popular mais lido no Brasil*. 2014. 219 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16983/1/2014_KatiaMariaBelisario.pdf. Acesso em: 28 mai. 2017.
- BENDASSOLLI, Pedro F. Recomposição da relação sujeito-trabalho nos modelos emergentes de carreira. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v. 49, n. 4, p. 387-400, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0034-75902009000400003. Acesso em: 24 mai. 2017.
- BORGES, Rogério. *Jornalismo literário: teoria e análise*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BOSI, Ecléa. *Memória é Sociedade: lembranças dos velhos*. 13ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Quéstions de sociologie*. Paris : Les Editions de Minuit, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 100, n. 1 p. 32-36, 1993. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1993_num_100_1_3070. Acesso em: 24 mai. 2017
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. *Da ciência ao mercado, a informação em tempo real*. 1999. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ano Base 2013*. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep/Ministério da Educação. Enade – 2012. *Relatório Síntese: Comunicação Social – Jornalismo*, 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_comunicacao_social_jornalismo.pdf. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRASIL. *Lei Darcy Ribeiro*. LDB – Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 10. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_10ed.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 83.284/1979*. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Brasília, mar. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d83284.htm. Acesso em: 28 mai. 2017.

BRASIL. *Decreto Lei nº 972/69*. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Brasília, out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0972.htm. Acesso em: 28 mai. 2017.

BREED, Warren. M. Controlo social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, tóricas e estórias*. Lisboa: Veja, 1993. p. 152-156.

BUCHER, Rue; STRAUSS, Anselm. La dynamique des professions. In: STRAUSS, Anselm. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger*. Paris: L’Harmattan, 1992, p. 67-86.

- BURKHARDT, Fabiano. *Jornalistas free-lancers: trabalho precário na grande imprensa da região metropolitana de Porto Alegre*. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/8642>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- CAMPOS, Pedro Celso; ROCHA, Eleni Oliveira. Ensino de Jornalismo: perfil profissional, regionalização das habilidades técnicas e competências. *Conexão – Comunicação e Cultura*, v. 10, n. 19, p. 15-39, 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/346/821>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- CARVALHO, Guilherme; MESSAGI JR, Mário. Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional? *Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*, v. 1, n. 2, p. 55-72, 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6416>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- CASSIDY, William P. Variations on a theme: the professional role conceptions of print and online newspaper journalists. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v. 82, n.2, 2005, p. 264-280, DOI: 10.1177/107769900508200203.
- CASTANHO, Valéria. Assessoria de Comunicação na iniciativa privada, na área pública e no terceiro setor. *Comunicação e Espaço Público*, v. 6, p. 195-206, 2003.
- CHARBONNEAUX, Juliette; LE CAM, Florence. Pratiques managériales et socialisation des journalistes en ligne. In: Dang Nguyen Godefroy e Créach Priscillia (org.). *Le numérique en sociétés*. Paris: Ed. L’Harmattan, 2012, p. 131-156.
- CHARRON, Jean; DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; TRAVANCAS, Isabel. Os invisíveis do jornalismo. Introdução. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 3, n. 1, p. 14-17, 2014. Disponível em: <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/148/62>. Acesso em: 26 mai. 2017.
- CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016.
- COOPER, Roger, TANG, Tang. The attributes of career success in Mass Communication Industries. A comparison of current and aspiring professionals. *Journalism and Mass Communication Educator*, v. 65, n. 1, p. 40-55, 2010, DOI: 10.1177/107769581006500105.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores-jornalistas no Brasil: 1904-2004*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto. *Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa: o ethos, a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa de Natal-RN*. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação midiática: práticas sociais e produção de sentido) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/16427>. Acesso em: 26 mai. 2017.

DARMON, Muriel. La notion de carrière: un instrument interactionniste d'objectivation. *Politix*, v. 21, n° 82, p. 149-167, 2008. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-politix-2008-2-p-149.htm>. Acesso em: 24 mai. 2017.

DE LEÓN, Salvador. *La construcción del acontecer. Análisis de las prácticas periodísticas*. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes/Universidad de Guadalajara, 2003.

DELANO, Anthony. Different horses, different courses. *British Journalism Review*, v. 19, n. 4, p. 68-74, 2008, DOI: 10.1177/0956474808100868.

DEMAZIERE, Didier; DUBAR, Claude. *Analyser les entretiens biographiques – L'exemple des récits d'insertion*. Paris: Nathan, 1997.

DEUZE, Mark. What is journalism?: professional identity and ideology if journalists reconsidered. *Journalism*, v. 6, n. 4, p. 442-464, 2005, DOI: 10.1177/1464884905056815.

DEUZE, Mark. What is Multimedia Journalism? *Journalism Studies*, v. 5, n. 2, p. 139-152, 2004, DOI: 10.1080/1461670042000211131.

DEUZE, Mark; MARJORIBANKS, Tim. Newswork [editorial]. *Journalism*, v. 10, n. 5, p. 555-561, 2009, DOI: 10.1177/1464884909106532.

- DEVILLARD, Valérie. Les trajectoires des journalistes détenteurs de la carte de presse entre 1990-1998. La montée de la précarité. *Communication et langages*, n. 133, p. 21-32, 2002. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_2002_num_133_1_3152. Acesso em: 24 mai. 2017.
- DINES, Alberto. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Waltman. In: Alzira Alves de Abreu; Fernando Lattman-Waltman; Dora Rocha (org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 75-175.
- DORNE, Vinícius Durval; NAVARRO, Pedro. The journalist's identity in the social media: discursive practices and subjectification. *Acta Scientificarum. Language and Culture*, v. 33, n. 2, p. 231-240, 2011, DOI: 10.4025/actascilangcult.v33i2.13295.
- DUARTE, Teresa possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). *Cies E-Working Paper*, n. 60, 2009. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf. Acesso em: 26 mar. 2017.
- DUBAR, Claude. *La crise des identités: l'interprétation d'une mutation*. Paris, Presses universitaires de France, 2001.
- ELLIOTT, Philip. Media Organizations and Occupations: an overview. In: James Curran, Michael Gurevitch e Janet Woollacott (org.). *Mass Communication and Society*. Londres: Edward Arnold, 1977, p. 142-173.
- ELMI, Alexandre Claser. *Comunicação e ética: duplo emprego na imprensa do Rio Grande do Sul*. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/5612>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- FAUSTO NETO, Antônio. Notas sobre as estratégias de celebração e consagração do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 5, n. 1, p. 109-121, 2008, DOI: 10.5007/1984-6924.2008v5n1p109.
- FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: FIGARO, Roseli (org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 07-143.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - SBPJor, 13, Campo Grande, 2015. *Anais...* Brasília: SBPJor, 2015. Disponível em: <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1122>. Acesso em: 24 mai. 2017.

FLICHY, Patrice. The Construction of New Digital Media. *New Media & Society*, v. 1, n. 1, p. 33-39, 1999, DOI: 10.1177/1461444899001001006.

FONDEVILA GASCÓN, Joan Francesc; DEL OLMO ARRIAGA, Josep Lluís. Factores de elección de carreras de Ciencias de la Comunicación en España: el peso de la ética. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, v. 19, p. 735-744, 2013, DOI: 10.5209/rev_ESMP.2013.v19.42156.

FRANCOEUR, Chantal. Maintaining the Boundaries: The Interpretative Repertoires Journalists Use to Differentiate Themselves from the Public Relations Industry. *Brazilian Journalism Research*, v. 12, n. 3, p. 56-73, 2016. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/895/840>. Acesso em: 24 mai. 2017.

FRANCOEUR, Chantal. *Choc des cultures, contre-discours et adaptation: l’intégration, le régime de vérité radio-canadien*. 2011. 324 f. Tese (PhD em Comunicação) – Concordia University, Montreal, 2011. Disponível em: http://spectrum.library.concordia.ca/7279/1/Francoeur_PhD_S2011.pdf. Acesso em: 26 mai. 2017.

FRISQUE, Cegolène. Multiplication des statuts précaires et (dé)structuration de l’espace professionnel. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 2, n. 2, p. 78-93, 2012. Disponível em: <https://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/viewFile/94/37>. Acesso em 24 mai. 2017.

FRITH, Simon; MEECH, Peter. Becoming a journalist. Journalist education and journalism culture. *Journalism*, v. 8, n. 2, p. 137-164, 2007, DOI: 10.1177/1464884907074802.

GARCÍA MÁRQUES, Gabriel. A melhor profissão do mundo. Discurso proferido na 52ª Assembleia da Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), Los Angeles, 7 de outubro de 1996. In: *Observatório da Imprensa*, n. 8, 20 out. 1996. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/_ed8_a_melhor_profissao_do_mundo/. Acesso em: 24 mai. 2017.

- GILMORE, Samuel. Art worlds: developing the interactionist approach to social organization. In: Howard S. Becker e Michal Mccall (org.). *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990, p. 148-178.
- GOFFMAN, Erving. *La Présentation de soi*. La Mise en scène de la vie quotidienne. Paris: Minuit, 1973.
- GOMES, Vitor Luiz Menezes. O jornalista enquanto herói: uma proposta para análise das representações do jornalismo no cinema. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 10, n. 1, p. 85-102, jul. 2013, DOI: 10.5007/1984-6924.2013v10n1p85.
- GRIPP, Alan. Retrospectiva: Manifestações não foram pelos 20 centavos. *Folha de S. Paulo*, 27 dez. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- GROHMANN, Rafael do Nascimento. *Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção*. 2012. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: 10.11606/D.27.2012.tde-18082012-160234.
- GUAZINA, Liziane Soares. Critical journalism: the progressive” Brazilian bloggers case. *Brazilian Journalism Research*, v. 9, n. 2, p. 68-87, 2013. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/605/510>. Acesso em: 26 mai. 2017.
- HALL, John R. Social interaction, cultural and historical studies. In: Howard S. Becker e Michal Mccall (org.). *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990, p. 16-45.
- HALLIN, Daniel. Commercialism and Professionalism in American News Media. In: James Curran e Michael Gurevitch (org.). *Mass Media and Society*. London: Arnold, 1996, p. 243-264.
- HANITZSCH, Thomas. Deconstructing Journalism Culture: Toward a Universal Theory. *Communication Theory*, v. 17, n. 4, p. 367–385, 2007. DOI: 10.1111/j.1468-2885.2007.00303.x

HARVEY, David. “O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou”. Estudioso crê que protestos podem gerar forças à esquerda, mas teme sectarismos. Entrevista para o *El País*, 13 jun. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html. Acesso em: 24 mai. 2017.

HARVEY, Nicolas. *Le Monde diplomatique* : un concept éditorial hybride au confluent du journalisme, de l’université et du militantisme. Paris: L’Harmattan, 2014.

HENNION, Antoine. Pragmática do Gosto. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 8, p. 253-277, jan./jul., 2011. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo10_8.pdf. Acesso em: 24 mai. 2017.

HENNION, Antoine. Une sociologie des attachements. D’une sociologie de la culture à une pragmatique de l’amateur. *Sociétés*, v. 85, n. 3, p. 9-24, 2004. DOI: 10.3917/soc.085.0009.

HILT, Michael L.; LIPSCHUTZ, J Jeremy H. Broadcast Newsroom Hiring and Career Preparation. *Journalism and Mass Communication Educator*, v. 51, n. 1, p. 42-53, 1996. DOI: 10.1177/107769589605100105.

HIME, Gisele. Construindo a profissão de jornalista: Cásper Líbero e a criação da primeira escola de jornalismo do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 28, Rio de Janeiro, set. 2005. *Anais...*, Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125406421967807345272755170441800930965.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.

HOEKSTRA, Hans A. A career model of career development. *Journal of Vocational Behavior*, v. 78, n. 2, p. 159-173, 2011. DOI: 10.1016/j.jvb.2010.09.016.

HOROWITZ, Edward M. Chasing the pot of gold: internships on the road to employment. In: Annual Meeting of the Association for Education in Journalism and Mass Communication, 79, Anaheim, CA. *Conference Papers...* AEJMC, 1996. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED401551.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.

HUANG, Edgar *et al.* Facing the Challenges of Convergence: Medias Professionals' Concerns of Working Across Media Platforms. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, v. 12, p. 83-98, 2006. DOI: 10.1177/1354856506061557.

HUGHES, Everett C. The Professions in Society. *The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d'Economique et de Science Politique*, v. 26, n. 01, p. 56-61, 1960.

JANOWITZ, Morris. The journalistic profession and the mass media. In: BEN-DAVID, Joseph; CLARK, Terry N. (org.). *Culture and its Creators. Essays in Honor of Edward Shils*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, p. 72-96.

JORGE, Thaís de Mendonça. *A Notícia em Mutação. Estudo sobre o Relato Noticioso do Jornalismo Digital*. 2007. 397 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

JORGE, Thaís de Mendonça; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal Formación y producción periodística en Internet: desafíos y perspectivas en el escenario brasileño. *Palabra Clave*, v. 15, p. 26-53, 2012. DOI: 10.5294/pacla.2012.15.1.2.

KALUME MARANHÃO, Ana. Carolina. *O jornalista brasileiro: análise das competências em um contexto de mudança no ambiente profissional provocada pela inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação*. 2014. 319 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

KUCINSKY, Bernardo. *Síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

LANGONNE, Joël. L'impossible « dernier mot ». La maquette du journal: un outil partagé. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 3, n. 1, p. 18-29, 2014. Disponível em: <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/127/47>. Acesso em: 26 mai. 2017.

LAVAL, Christan. Entrevista com Christan Laval [por Fábio Henrique Pereira]. *Revista Eptic*, v. 19, n. 1, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/6356/5270>. Acesso em: 24 mai. 2017.

LE CAM, Florence. *Le journalisme imaginé: histoire d'un projet professionnel au Québec*. Montréal: Leméac, 2009.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio Henrique. *A transnational journalistic identity? Comparing online journalists?: identity and practices in Belgium, Brazil, Canada and France*. 2017. Comunicação apresentada na CONFERÊNCIA DIGITAL OPPORTUNITIES AND CHALLENGES: Researching Journalism and Media in a Digital Age. Sheffield, 26-27 jan. 2017a.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio Henrique. A comparação da identidade dos jornalistas online em suas relações com os públicos no Brasil e na França. *Observatorio (OBS*)*, v. 11, p. 60-80, 2017b. DOI: 10.15847/obsOBS1102017868.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio Henrique. Questionar as normas dos pesquisadores em jornalismo. Introdução. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 5, n. 2, p. 4-8, 2016. Disponível em: <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/262/133>. Acesso em: 28 mai. 2017.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio Henrique. Understanding journalists' paths: a study of biographic narratives from web journalists. *Transnational Words of Power Journal*, v. 1, p. 158-176, 2015.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio Henrique; RUELLAN, Denis. Introdução: Mudanças e permanências do Jornalismo. In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (org.). *Mudanças e permanências do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 11-23.

LE CAM, Florence; RUELLAN, Denis. *Émotions de journalistes: Sel et sens du métier*. Grenoble : PUG, 2017.

LE CAM, Florence ; RUELLAN, Denis. Profissionalisme, professionnalisation et profession de journaliste au Brésil, en France et au Québec: un essai de comparaison. In : Jean-Baptiste Legavre (org.). *La presse écrite: objets délaissés*. Paris: Hamartan, 2004, p. 53-69.

LEWIS, Seth C.; ZAMITH, Rodrigo. On the Worlds of Journalism. In: BOCZKOWSKI, Pablo. J.; ANDERSON, Chris. W. (org.). *Remaking the News: essays on technology and the futures of journalism scholarship in the digital age*. MIT Press, 2017, p. 111-128.

LOBO, Rodrigo Gomes. *Processos de socialização em jornalismo: adestrando 'focas' ou treinando trainees*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: 10.11606/D.8.2010.tde-08122010-141343.

MACHADO, Márcia B.; HAGEN, Sean. A Glamurosa Vida de uma Estrela do Jornalismo: como as revistas femininas representam a diva Fátima Bernardes. *Em Questão*, v. 10, n. 1, pp. 63-79, 2004. DOI: 10.19132/1808-5245101.

MAIA, Kenia; AGNEZ, Luciane Fassarella. A convergência na produção da notícia: dois modelos de integração entre meio impresso e digital. In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (org.). *Mudanças e permanências do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 217-234.

MARCHETTI, Dominique. Les marchés du travail journalistique. In: CRAP. *Devenir journalistes*. Paris: La Documentation Française, 2011, p. 89-155.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação & Jornalismo*. A Saga dos Cães Perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARINHO, Sandra. O Percurso Profissional dos Licenciados em Jornalismo num Contexto de Mudança: o caso da Universidade do Minho. In: MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Manuel (org.). *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2008. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/5sopcom/article/viewFile/41/42>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MAROCCO, Beatriz A. *O jornalista e a prática*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

MARQUES DE MELO, José. Os primórdios do ensino de jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 2, p. 73-83, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2074>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MARTINEZ, Mônica. Jornalismo literário: um gênero em expansão. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 32, n. 2, p. 199-215, 2009. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/267/260>. Acesso em: 24 mai. 2017.

MEDEIROS, Ana Lúcia. *Noticiador-noticiado: perfis de jornalistas numa sociedade em midiaticização*. Florianópolis: Insular, 2015.

MEDINA, Cremilda. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MELLADO Ruiz, Claudia. Professional Roles in News Content. Six dimensions of journalistic role performance. *Journalism Studies*, v. 16, n. 4, p. 596-614, 2015. DOI: 10.1080/1461670X.2014.922276.

MELLADO RUIZ, Claudia. Examining professional and academic culture in Chilean Journalism and mass communication education. *Journalism Studies*, v. 12, n. 3, p. 375-391, 2011. DOI: 10.1080/1461670X.2010.507373.

MELLADO RUIZ, Claudia; DEL VALLE ROJAS, Carlos. Diagnóstico y perspectivas del periodismo como profesión: reflexiones en torno a la formación de los profesionales de la comunicación en Chile. *Universum*, v. 23, n. 2, p. 136-151, 2008. DOI: 10.4067/S0718-23762008000200008.

MENDES, Gilmar. *Relatório – Recurso Extraordinário 511.961 São Paulo*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>. Acesso em: 24 mai. 2017.

MENGER, Pierre-Michel. *Le travail créateur: s’accomplir dans l’incertain*. Paris: Gallimard/Seuil, 2009.

- MEYERS, Oren; DAVIDSON, Rои. Conceptualizing Journalistic Careers: Between Interpretive Community and Tribes of Professionalism. *Sociology Compass*, v. 10, n. 6, p. 419-431, 2016. DOI: 10.1111/soc4.12376.
- MICK, Jacques. A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - SBPJor, 11, Brasília, 2013. *Anais...* Brasília: SBPJor, 2013. Disponível em: <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/view/2467/557>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- MICK, Jacques. A expansão do ensino de jornalismo no Brasil e a reconfiguração da categoria profissional (2000-2010). In: CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE ESTUDIOS DE PERIODISMO: IDENTIDAD, CAMBIOS Y DESAFÍOS DE LA PROFESIÓN EN EL SIGLO XXI, 1, Santiago, 27-29 jun. 2012. *Book of abstracts...* Santiago, 2012. Texto completo disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/dados/resultados>. Acesso em: 24 maio 2017.
- MICK, Jacques; LIMA, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MORENO PESTAÑA, José Luis. Pour une sociologie de l'échec intellectuel. *EspacesTemps.net*, 01 set. 2009. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/sociologie-echec-intellectuel/>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Repórter no Volante - O Papel dos Motoristas de Jornal na Produção da Notícia*. São Paulo: Publifolha, 2011
- MORTARA, Felipe. *Âncoras de carreiras de jornalistas que atuam em grandes grupos de comunicação impressa: o caso do Estadão*. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/1126/1/Felipe%20Mortara.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2017.
- MOURA, Dione Oliveira *et al.* Journaliste un jour, journaliste toujours. In: Dominique Augéy; François Demers; Jean-François Têtu (org.). *Figures du Journalisme: Brésil, Bretagne, France, La Réunion, Mexique, Quebec*. Saint Fois: PUL, 2008. p. 131-145.

MULLER, Carlos Alves. A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais: impactos sobre a produção jornalística. In: Fábio Henrique Pereira, Zélia Leal Adghirni e Dione Oliveira Moura (org.). *Jornalismo e Sociedade. Teorias e Metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 145-165.

NASCIMENTO, Lerisson C. Imprensa política em Mossoró: profissionalização do jornalismo local. In: ENCONTRO DA UNIÃO LATINA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA, 2. Bauru, 2008. *Anais... ULEPICC*, 2008. Disponível em: http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/ulepicc2008/anais/2008_Ulepicc_0928-0943.pdf. Acesso em: 29 mai. 2017.

NEIRDORF, Shawn M. Wanted: a first job in journalism. An exploration of factors that may influence initial job search outcomes for new-editorial students. *Journalism and Mass Communication Educator*, v. 63, n. 1, p. 56-65, 2008. DOI: 10.1177/107769580806300105.

NEVEU, Erik. *Sociologie du Journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.

OBSERVATOIRE DES METIERS DE LA PRESSE. *Profession journaliste: le portrait statistique* [Base de dados]. Disponível em: <http://data.metiers-presse.org/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

OLIVEIRA, Lucia Barbosa de. Carreiras “Exóticas”: o que administradores podem aprender com as vivências de artistas, atletas e outros profissionais. *ReCaPe – Revista de Carreiras e Pessoas*, v. 1, n. 2, *on-line*, 2011, DOI: 10.20503/recape.v1i2.8879.

OLIVEIRA, Diego Pinheiro de; GROHMANN, Rafael. As mudanças do perfil profissional do jornalista e as dificuldades enfrentadas no mercado de comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 37, Foz do Iguaçu, 2-5 Set., 2009. *Anais... Intercom*, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1609-1.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2017.

OLSON, Laury D. Job Satisfaction of Journalists and RP Personnel. *Public Relations Review*, v. 15, n. 4, p. 37-45, Winter, 1989. DOI: 10.1016/S0363-8111(89)80063-3.

ORTEGA, Felix; HUMANES, Maria Luísa *Algo más que periodistas*. *Sociología de una profesión*. Barcelona: Ariel, 2000.

PALACIOS, Marcos *et al.* Um mapeamento de características e tendências no jornalismo *online* brasileiro e português: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 25, Salvador, 1-5 set., 2002. *Anais... Intercom*, 2002. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2PALACIOS.pdf. Acesso em: 29 mai. 2017.

PARADEISE, Catherine. Rhétorique professionnelle et expertise. *Sociologie du travail*, v. 27, n. 1, p. 17–31, 1985.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. Cuando un periodista decide tornarse un relaciones públicas: una investigación del rol de la universidad y de las pasantías en las selecciones de carrera de los estudiantes brasileños. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, v. 21, n. 2, p. 1149-1168, 2015a. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/50908>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PEREIRA, Fábio Henrique. Os estágios e a construção da carreira jornalística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - SBPJor, 13, Campo Grande, nov. 2015.. *Anais... SBPJor*, 2015b. Disponível em: <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1117>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PEREIRA, Fábio Henrique. Três estatutos, uma identidade: comparação das carreiras profissionais de jornalistas, assessores de imprensa e professores de jornalismo em Brasília. In: RENAULT, David; PEREIRA, Fábio Henrique; MARTINELLI, Fernanda; BELISÁRIO, Kátia Maria; GUAZINA, Liziane Soares; QUIROGA, Tiago (org.). *Muito além dos meios. Comunicação Organizacional: desafios e interfaces*. Brasília: Editora UnB, 2014, p. 61-77.

PEREIRA, Fábio Henrique. A study on Brazilian web journalists' professional careers. *Comunicación y Sociedad / Communication and Society*, v. 26, n. 4, p. 127-151, 2013. Disponível em: https://www.unav.es/fcom/communication-society/en/articulo.php?art_id=472. Acesso em: 29 mai. 2017.

PEREIRA, Fábio Henrique. Possibilidades de aplicação do conceito de carreiras profissionais nos estudos sobre jornalismo. In: PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal; MOURA, Dione Oliveira (org.). *Jornalismo e Sociedade. Teorias e Metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 81-98.

PEREIRA, Fábio Henrique. *Jornalistas-intelectuais no Brasil*. São Paulo: Summus, 2011.

PEREIRA, Fábio Henrique. El mundo de los periodistas: aspectos teóricos y metodológicos. *Comunicación y Sociedad*, n. 13, p. 101-124, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=s0188-252x2010000100005&script=sci_arttext. Acesso em 29 mai. 2017.

PEREIRA, Fábio Henrique. As relações entre jornalistas e assessores de imprensa na Presidência da República: disputa ou cooperação? *Comunicação & Política*, v. 24, n.1, p. 41-56, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. O “Jornalista Sentado” e a produção da notícia *on-line* no Correioweb. *Em Questão*, v. 10, n. 01, p. 95-108, 2004. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85>. Acesso em: 28 mai. 2017.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. In *Texto*, v. 24, n. 1, p. 38-57, 2011. DOI: 10.19132/1807-8583201124.38-57.

PEREIRA, Fábio Henrique; KALUME MARANHÃO, Ana Carolina. La concentration multimédia et le nouveau profil du journaliste au Brésil. In: GEORGE, Éric (org.). *Concentration des médias, changements technologiques et pluralisme de l'information*. Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 2015, p. 159-174.

PEREIRA, Fábio Henrique; MAIA, Kênia Beatriz Ferreira. O jornalista brasileiro face ao fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão: reengenharia do repertório de legitimação profissional. *Trabajo y sociedad*, v. 26, p. 35-50, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/tys/n26/n26a03.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.

- PEREIRA, Fábio Henrique; SOUSA, Janara; MOURA, Dione Oliveira. Formation universitaire et culture professionnelle au Brésil : comment les étudiants en journalisme de l'Université de Brasília se représentent la formation reçue et le marché du travail. *Communiquer. Revue de communication sociale et publique*, p. 81-100, 2015. Disponível em: <http://communiquer.revues.org/1818>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; PIRES, Karolina Marques; LIMA, Ana Paula. Journalism students' profile and their perceptions of journalism education in Brazil: A comparative analysis of local and national scenarios. *Journal of Professional Communication*, v. 4, n. 2, p. 95-133, 2014a. DOI: 10.15173/jpc.v4i2.2636.
- PEREIRA, Fábio Henrique; SOUSA, Janara; MOURA, Dione Oliveira. Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília. *Estudos em Comunicação*, v. 17, p. 47-74, 2014b. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/17/pdf/n17a03.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- PERRENOUD, Marc. Introduction. In: Marc Perrenoud (org.). *Les mondes pluriels de Howard S. Becker. Travail sociologique et sociologie du travail*. Paris: La Découverte, 2013, p. 5-8.
- PETRARCA, Fernanda Rio. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. *Política e sociedade*, n. 13, p. 311-329, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/9322/8606>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- RAEYMAECKERS, Karin *et al.* *Le journaliste belge en 2013 : un autoportrait/ De Belgische journalist in 2013 : een zelfportret*. Gand, Academia Press, 2013.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Olho D'água/Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, Vasco. O pragmatismo das fontes profissionais de informação: perspectiva teórica não-conspirativa da relação entre assessores de imprensa e jornalistas. *Organicom*, v. 12, n. 22, p. 46-56, 2015. Disponível em: <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/858/613>. Acesso em: 26 mai. 2017.
- RIEFFEL, Rémy. *L'élite des journalistes*. Paris: PUF, 1984.

RINGOOT, Roselyne. Comment Millénium fictionnalise le journalisme du xxie siècle. *Mots. Les langages du politique*, 104 2014. Disponível em: <http://mots.revues.org/21582>. Acesso em: 26 mar. 2017.

RINGOOT, Roselyne; UTARD, Jean-Michel. Genres journalistiques et “dispersion” du journalisme. In: RINGOOT, Roselyne; UTARD, Jean-Michel. (org.). *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*. Rennes: PUF, 2005, p. 21-47.

ROCHA, Paula. Melani. *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira*. 2004. 222f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROSENBERG, Laura. *La socialización laboral de periodistas en la prensa gráfica: un análisis comparativo entre los diarios página/12 y tiempo argentino (2010-2015)*. 2017. 345 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2017.

ROSENBERG, Laura. Los inicios de la carrera periodística: entre la formación académica y la formación en la práctica. *Question*, n. 46, p. 424-440, jun. 2015. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/2425>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ROXO da SILVA, Marco A. Jornalistas, o Sindicato e a Política. In: HOHLFELDT, Antônio; BARBOSA, Marialva. (org.). *Jornalismo no Século XXI - A Cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 175-198.

ROXO, Michelle; GROHMANN, Rafael. Regimes de Visibilidade do Empreendedorismo Jornalístico: valores, prescrições e parâmetros identitários em sites especializados na cobertura do campo profissional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO JORNALISMO - MEJOR, 2, Florianópolis, 2015. *Anais/Actes...*, Mejor, p. 184-197, 2015. Disponível em: <http://mejor2015.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/05/merged-51.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.

RUELLAN, Denis. A Professional. Or How to Recognize One. *Brazilian Journalism Research*, v. 13, n. 1, p. 6-19, 2017. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/978/879>. Acesso em: 24 mai. 2017.

- RUELLAN, Denis. *Nous journalistes. Déontologie et identité*. Grenoble: PUG, 2011.
- RUELLAN, Denis. Corte e costura do jornalismo. *Líbero*, ano IX, n. 18, p. 31-40, 2006. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Corte-e-costura-do-jornalismo.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- RUELLAN, Denis. A roupa justa do jornalista: o estatuto profissional à prova da jurisprudência. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPÓS, 12, São Bernardo do Campo, 2004. *Anais...* Compós, 2004. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_663.pdf. Acesso em: 24 mai. 2017.
- RUELLAN, Denis. *Les pro du journalisme. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes: PUR, 1997.
- RUELLAN, Denis. *Le Professionnalisme du Flou. Identité et savoir-faire des journalistes français*. Grenoble: PUG, 1993.
- SALTZIS, Konstantinos; DICKINSON, Roger. Inside the changing newsroom: journalists' responses to media convergence. *Aslib Proceedings: New Information Perspectives*, v. 60, n. 3, p. 216-228, 2008. DOI: 10.1108/00012530810879097.
- SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das Fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal*. Brasília: Edições Técnicas do Senado Federal, 2009.
- SANTOS-SANIZ, Maria. *L'élite journalistique et son pouvoir*. Paris: Apogée, 2006.
- SCHUTZ, Alfred. *Collected papers I: The problem of social reality*. 2ª ed. Hollande : Martinus Nihoff / The Hague, 1967.
- SCHWINGEL, Carla; MELO, Débora; FIGUEIREDO, Rafael. Perfil e hábitos comunicacionais do estudante de Jornalismo da cidade de Salvador Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - SBPJor, 3, Florianópolis, nov. 2005. *Anais...* SBPJor, 2005. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/Schwingel_2005_SBPJor.pdf . Acesso em: 29 mai. 2017.
- SENRA, Stella. *O último jornalista: imagens de cinema*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SILVA, Cláudio. Marcos. *A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejotização*. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15710/1/2014_CladioMarcosdaSilva.pdf. Acesso em: 26 mai. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.

STANDAERT, Olivier. *Le journalisme flexible : trajectoires d’insertion, identités professionnelles et marché du travail des jeunes journalistes de Belgique francophone*. 2015. 280 f. Tese (Doctorat en Information et Communication), l’Université Catholique de Louvain, Louvain La Neuve, 2015. Disponível em: http://dial.uclouvain.be/downloader/downloader.php?pid=boreal%3A159017&datastream=PDF_01. Acesso em: 26 mai. 2017.

STRAUSS, Anselm L. *Miroirs et masques: une introduction à l’interactionnisme*. Paris: Métailié 1992a.

STRAUSS, Anselm L. Négociations. Introduction à la question. In: Anselm Straus. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L’Harmattan, 1992b, p. 245-268.

STRAUSS, Anselm L. *et al. Psychiatric Ideologies and Institutions*. Glencoe: The Free Press, 1964.

STRAUSS, Anselm; SCHATZMAN, Léonard; BUCHER, Rue; EHRLICH, Danuta; SABSHIN, Melvin. L’hôpital et son ordre négocié. In: Anselm Straus. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L’Harmattan, 1992a, p. 87-112.

STRAUSS, Anselm; FAGERHAUGH, Shizuko; SUCZEK, Barbara; WIENER, Carolyn. Maladie et Trajectoires. In: Anselm Straus. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L’Harmattan, 1992b, p. 143-189.

- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. O jornalista e suas representações literárias. CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 26, Belo Horizonte, 2-6 Set., 2003. *Anais...* Intercom, 2003. Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/TRAVANCAS%20ISABEL%202.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Jornalista como personagem de cinema. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 24, Campo Grande, 2001. *Anais...* Intercom, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2TRAVANCAS.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1992.
- TREANTON, Jean-René. Le concept de carrière. *Revue Française de Sociologie*, Vol. 1, n. 1, p. 73-80, 1960. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1960_num_1_1_1737. Acesso em: 24 mai. 2017.
- TRÉDAN, Olivier. Quando o jornalismo se utiliza da Web: o exemplo do datajornalismo. In: Dione Oliveira Moura, Fábio Henrique Pereira e Zélia Leal Adghirmi (org.). *Mudanças e permanências do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 283-302.
- TUNSTALL, Jeremy. *Journalists at Work*. Specialist Correspondents, Their News Organizations, News-Sources and Competitor-Colleagues. Sage, 1974.
- VALVERDE, Franklin Larrubia. *O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista*. 2006. 227 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.franklinvalverde.com.br/tese.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- WEAVER, David H.; BEAM, Randal A.; BROWNLEE, Bonnie J.; VOAKES, Paul S.; WILHOIT, CLEVELAND G.. *The American Journalist in the 21st Century. US people at the dawn of a new millennium*. Taylor & Francis, 2009.
- WEAVER, David; WILHOIT, Cleveland. Financial Insecurity: While salaries have gone up in the past 30 years, journalists buying power has not keep pace. *The Quill*, v. 85, n. 2, p. 23 mar. 1997.

WHITE, David. M. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: Nelson Traquina (org.). *Jornalismo: questões, tóricas e estórias*. Lisboa: Veja, 1993. p.142-151.

WILLIAMS, Lillian. Assessment of Student Learning Through Journalism and Mass Communication Internships. *Journal of Applied Learning in Higher Education*, v. 2 p. 23-38, 2010. Disponível em: https://www.missouriwestern.edu/appliedlearning/wp-content/uploads/sites/206/2013/09/jalhe_vol_2.pdf#page=23. Acesso em: 29 mai. 2017.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 4ª Ed. Lisboa: Editorial Presença.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *Famecos*, v. 21, n. 3, p. 918-942, set.-dez. 2014. DOI: 10.15448/1980-3729.2014.3.16716.

Agradecimentos

Vários amigos, colegas e instituições contribuíram para a realização deste livro. Provavelmente não conseguirei me lembrar de todos (e peço desculpas por isso), mas gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos aos 32 jornalistas que aceitaram participar desta pesquisa (esta é, de certa forma, parte da história de vocês, espero que gostem); a Samuel Lima e Jacques Mick, pela gentileza de me cederm dados exclusivos de sua pesquisa sobre o *Perfil do Jornalista Brasileiro*, que foram extremamente úteis em vários momentos deste trabalho; à amiga (Madame) Florence Le Cam, pelo incentivo na redação desse livro e pelas trocas durante os últimos cinco anos; ao amigo Olivier Tredan pelas sugestões de leitura e pelas conversas formais e informais sobre carreiras e mundos sociais. Alguns amigos me ajudaram na produção deste trabalho, para entrar em contato com entrevistados ou na revisão de partes deste livro: Amanda Miranda, Chico Dutra, Christiana Gomes, Cláudio Marques, David Renault, Franci de Moraes, João Paulo Mariano, Paula Cecília, Raquel de Moraes e Renata Giraldi. Agradeço à Universidade de Brasília, meu segundo lar. Gostaria de registrar meu agradecimento aos colegas da UnB e da Université Libre de Bruxelles, pela paciência e pelas trocas nos momentos de redação do livro; a CAPES e CNPq, pelo apoio financeiro; a Carlos Müller, D. Maria das Graças, Denis Ruellan, Dione Moura, Joicy Damares, Julián Durazo-Herrman, Patrícia Travassos, Rapha Sandes e Zélia Leal, pelo apoio ao longo deste processo. Muito obrigado a todos vocês!

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

As diferentes maneiras de ser jornalista

Um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro

Este livro é, ao mesmo tempo, um retrato da profissão de jornalista no Brasil e um estudo longitudinal sobre as suas transformações nos últimos quarenta anos. Em um momento que se discutem transformações radicais dessa atividade, busca resgatar, por meio de um olhar sobre as carreiras de 32 jornalistas brasileiros, as mudanças e permanências da identidade jornalística. Para isso, analisa cada uma das fases dessa carreira: a escolha da profissão, o período de formação, os estágios, a inserção profissional, a passagem pelos diferentes veículos de mídia e assessorias de imprensa e os casos de abandono do jornalismo.

O autor pretende revistar os estudos tradicionais sobre identidade profissional, ao questionar e desconstruir o discurso normativo de "crise" dessa atividade, com base na análise da conjuntura centrada no modelo do jornalismo de informação. Mostra a prática jornalística como um espaço heterogêneo constantemente atravessado por outros mundos sociais: as associações de classe, a tecnologia, o governo, a universidade. E sublinha as diversidades que marcam essa carreira, as diferentes formas de ser jornalista.



EDITORA



UnB